DEZEMBRO DE 2021

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Região Central de LAGUNA/SC - Créditos: Elvis Palma

QUADRIÊNIO 2022-2025

PREFEITURA DE LAGUNA

Secretaria de Assistência Social e Habitação

FICHA TÉCNICA

Órgão responsável

Prefeitura de Laguna / Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SMASH

Prefeito

Samir Azmi Ibrahim Muhammad Ahmad

Vice-Prefeito

Rogério Medeiros

Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

Enivaldo Torres Ramos

Secretária Adjunta de Assistência Social e Habitação

Adriana do Carmo Silva

Identificação do documento

Plano Municipal de Assistência Social de Laguna para o quadriênio 2022-2025 – PMAS 2022-2025

Coordenação da Elaboração e Redação do Plano

Luiz Augusto Borges – Diretor de Vigilância Socioassistencial - SMASH

Elaboração do Plano

Gestores e trabalhadores da Secretaria Municipal de Assistência Social, CadÚnico e Programa Bolsa Família, Habitação, CRAS I, CRAS II, CREAS, Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio, APAE, Rede Feminina de Combate ao Câncer, Asilo Santa Isabel e Centro de Ensino Hermon.

Data de publicação

Dezembro de 2021

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Político de Santa Catarina..... 17
Figura 2 – Mesorregiões de Santa Catarina..... 18
Figura 3 – Microrregiões de Santa Catarina..... 18
Figura 4 – Área de abrangência das SDR's..... 19
Figura 5 – Agências de Desenvolvimento Regional..... 20
Figura 6 – Centralidade Regional – Região Sul de Santa Catarina..... 21
Figura 7 – Centro histórico de Laguna..... 22
Figura 8 – Guerra dos Farrapos..... 23
Figura 9 – Casa de Anita..... 24
Figura 10 – Mirante do Morro da Glória..... 25
Figura 11 - Carnaval no Sambódromo..... 26
Figura 10 - Bloco da Pracinha..... 26
Figura 11 – Mapa de Laguna – Regiões e Localidades..... 27
Figura 12 – Pesca com auxílio dos botos..... 29
Figura 13 – Baleia Franca em Laguna..... 30
Figura 14 - Praia do Mar Groso..... 31
Figura 15 - Prainha e Farol de Santa Marta..... 31
Figura 16 – Pirâmide etária do município de Laguna..... 33
Figura 17 - Mapa Estadual – Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável..... 36
Figura 18 – Dimensões do IDMS Laguna - 2020..... 37
Figura 19 – IDMS - Dimensão Sociocultural - 2020..... 37
Figura 20 – IDMS - Dimensão Sociocultural Detalhamento - 2020..... 38
Figura 21 – Dimensão Econômica – IDMS 2020..... 40
Figura 22 – Detalhamento da Dimensão Econômica – IDMS 2020..... 41
Figura 23 – Mapa Dimensão Ambiental - IDMS - 2020..... 42
Figura 24 – Detalhamento da Dimensão Ambiental - IDMS Laguna - 2020..... 42
Figura 25 – Mapa Dimensão Político Institucional IDMS - 2020..... 43
Figura 26 - Detalhamento IDMS Laguna – Dimensão Sociocultural – Parte 1..... 44
Figura 27 – Famílias cadastradas no CadÚnico por setor censitário..... 72
Figura 28 – Famílias cadastadas no CadÚnico com renda per capita de até R$ 85,00..... 72
Figura 29 – Famílias cadastradas no CadÚnico beneficiárias do Programa Bolsa Família..... 73
Figura 30 – Famílias cadastradas no CadÚnico com crianças de 0 a 3 anos de idade..... 73
Figura 31 – Famílias cadastradas no CadÚnico com crianças de 0 a 6 anos de idade..... 74
Figura 32 – Famílias cadastradas no CadÚnico com jovens de 15 a 24 anos de idade..... 74
Figura 33 – Famílias cadastradas no CadÚnico com pessoas de 60 anos ou mais..... 75
Figura 34 – Pessoas analfabetas, segundo o IBGE..... 75
Figura 35 – Beneficiários do BPC e RMV – Janeiro a junho de 2021..... 91
Figura 36 – Programa Bolsa Família – Informações Gerais do Município..... 94
Figura 37 – Programa Bolsa Família – Informações Gerais do Município..... 94
Figura 38 – Mapa de vulnerabilidade à desnutrição – Brasil..... 98
Figura 39 – Mapa de vulnerabilidade à desnutrição – Brasil..... 98
Figura 40 – Aglomerados subnormais – Região Sul e Sudeste..... 100
Figura 41 – Aglomerados subnormais – município de Laguna..... 101
Figura 42 – Cadastro Único – Informações Gerais..... 111
Figura 43 – Atualização Cadastral no CadÚnico..... 113
Figura 44 – Programa Bolsa Família – Informações Gerais..... 116
Figura 42 – Bairros do Município , unidades e entidades Socioasssitenciais..... 152

Figura 43 – Unidades e Entidades Socioasssitenciais – modo Mapa.....153
Figura 44 – Entidades Socioasssitenciais – modo satélite.....153
Figura 45 – Rede de Saúde.....178
Figura 46 – Rede de Educação.....179
Figura 47 – Cultura, Turismo e Lazer.....180
Figura 48 – Pesca, Meio Ambiente e Agricultura.....181
Figura 49 – Sistema de Justiça e Segurança Pública.....182
Figura 50 – Mapa Geral – Formato “mapa”.....183
Figura 51 – Mapa Geral – Formato Satélite.....184
Figura 52 – Relação agrupada das despesas planejadas – Fundo Municipal de Assistência Social.....209
Figura 53 – Resumo dos Programas por Macroobjetivos.....211
Figura 54 – Resumo da compatibilização dos programas com a fonte de recurso.....212
Figura 55 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Manutenção da SMASH 213
Figura 56 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Gestão do SUAS.....214
Figura 57 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – BPC na Escola.....215
Figura 58 – Planilha de Ident. dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – PBF e CadÚnico.....216
Figura 59 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – PAIF.....217
Figura 60 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – ACESSUAS.....218
Figura 61 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – SCFV.....219
Figura 62 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Oferta de Benefícios Eventuais.....220
Figura 63 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade.....221
Figura 64 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.....222
Figura 65 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Serviço de Proteção Social Especial para PCD e Famílias.....223
Figura 66 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Serviço de Acolhimento para Idosos.....224
Figura 67 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Serviços de Proteção Social Especial.....225
Figura 68 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Serviços de Proteção Social Básica.....226

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento/variação populacional..... 32
Gráfico 2 – PIB per capita - 2018..... 34
Gráfico 3 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2010..... 35
Gráfico 4 – Pessoas com 10 anos ou mais ocupadas por posição..... 45
Gráfico 5 – Série histórica - Taxa de desocupação e população ocupada – Brasil..... 50
Gráfico 6 – Percentual de pessoas em situação de pobreza..... 53
Gráfico 7 – Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza..... 53
Gráfico 8 – Soma da renda dos 80% mais pobres x renda dos 20% mais ricos..... 54
Gráfico 9 – Índice de Gini e Índice de Theil - L..... 54
Gráfico 10 – Percentual de mães chefes de família..... 62
Gráfico 11 – População de 15 a 24 anos vulneráveis à pobreza – Não estuda nem trabalha..... 62
Gráfico 12 – Evolução dos grupos etários – Brasil e Santa Catarina..... 64
Gráfico 13 – Esperança de vida ao nascer..... 64
Gráfico 14 – IDHM Longevidade..... 65
Gráfico 16 – Atendimentos individualizados nos CRAS - Anual..... 77
Gráfico 17 – Famílias em Grupos de Famílias do PAIF - Anual..... 78
Gráfico 18 – Pessoas em atividades coletivas de caráter não continuado - Anual..... 78
Gráfico 20 – BPC – Série histórica – 2004 a 2020..... 92
Gráfico 21 – Percentual de domicílios por situação de segurança alimentar..... 97
Gráfico 22 – Energia Elétrica, coleta de lixo, banheiro e água encanada..... 102
Gráfico 23 – Percentual de pessoas que vivem em domicílios com paredes inadequadas..... 106
Gráfico 24 – Percentual de pessoas com 18 anos ou mais e ensino fundamental completo..... 107
Gráfico 25 – Pessoas com 18 anos ou mais sem ensino fundamental e em ocupação informal..... 108
Gráfico 26 – Percentual de estudantes com idade entre 25 e 29 anos..... 108
Gráfico 27 – Série histórica - Famílias cadastradas no CadÚnico – Série Histórica..... 112
Gráfico 28 – Atualização Cadastral no CadÚnico – Série Histórica..... 112
Gráfico 29 - Famílias inscritas no CadÚnico por faixa de renda per capita..... 114
Gráfico 30 – Taxas de pobreza e extrema pobreza..... 116
Gráfico 31 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – Série histórica..... 117
Gráfico 32 – Metas da Proteção Social Básica relacionadas ao Acompanhamento familiar..... 122
Gráfico 33 – Atendimentos individualizados nos CRAS – Jan/Jun 2021..... 122
Gráfico 34 – Taxa de inclusão do público prioritário no SISC em 2017..... 126
Gráfico 35 - IDCREAS 2017 – Municípios brasileiros com CREAS..... 130
Gráfico 36 - IDCREAS 2017 – Municípios catarinenses com CREAS..... 131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Órgão Gestor Municipal..... 12
Quadro 2 – Órgão Gestor da Política de Assistência Social..... 12
Quadro 3 – Fundo Municipal de Assistência Social..... 12
Quadro 4 – Conselho Municipal de Assistência Social..... 12
Quadro 5 – Divisão regional por características das comunidades..... 28
Quadro 6 – Localidades emancipadas – Pescaria Brava..... 28
Quadro 7 – Estimativa da população – por Distrito..... 32
Quadro 8 – Distribuição da população por etnia..... 33
Quadro 9 – Composição do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável - IDMS..... 36
Quadro 10 – Variáveis da subdimensão mortalidade..... 39
Quadro 11 – CAGED - Admissões e demissões – jan 2010 a dez 2019..... 46
Quadro 12 – CAGED - Admissões e demissões – ajustes - jan 2011 a nov 2019..... 46
Quadro 13 – Ocupações que mais adimitiram – jan 2010 a nov 2019..... 47
Quadro 14 – Ocupações que mais demitiram – jan 2010 a nov 2019..... 48
Quadro 15 – Número de empregos formais e remuneração média – por setor de atividade..... 49
Quadro 16 – Número de empregos formais em dezembro de 2019 – por faixa etária..... 49
Quadro 17 – Ocupações com mais empregos – dezembro de 2019..... 50
Quadro 18 – Percentual de pessoas vulneráveis à pobreza..... 52
Quadro 19 – Famílias Cadastradas no CadÚnico..... 55
Quadro 20 - Quantitativo de Pessoas Cadastradas no CadÚnico..... 56
Quadro 21 - Grupos Tradicionais Específicos..... 56
Quadro 22 – Famílias Cadastradas no CadÚnico - Faixa de Renda x Recebe Bolsa Família..... 57
Quadro 23 – Faixa de renda e Faixa etária..... 58
Quadro 24 – Percentual de pessoas por faixa etária distribuídas por faixa de renda..... 59
Quadro 25 – Trabalho remunerado nos últimos 12 meses..... 60
Quadro 26 – Pessoas Cadastradas no CadÚnico – Deficiência x Renda per capita..... 60
Quadro 27 – CadÚnico - Responsável Familiar..... 61
Quadro 28 – CadÚnico - Cônjuge ou companheiro (a)..... 61
Quadro 29 – Faixa de renda dos Idosos cadastrados no CadÚnico..... 65
Quadro 30 – Homicídio e lesão corporal dolosa..... 66
Quadro 31 – Violações por faixa etária..... 67
Quadro 32 - Violações por agente violador I..... 68
Quadro 33 - Violações por agente violador II..... 68
Quadro 34 - Processos tramitação e Medidas protetivas ativas - Julho/2021..... 69
Quadro 35 - Violência contra as mulheres..... 69
Quadro 36 - Violência doméstica contra as mulheres..... 70
Quadro 41 – Relatório Anual de atendimento dos CRAS I - 2020..... 79
Quadro 42 – Encaminhamentos realizados..... 80
Quadro 44 – Relatório Anual de Atendimentos dos CRAS - 2021..... 81
Quadro 45 – Encaminhamentos 2021 - CRAS..... 82
Quadro 46 – Crianças e Adolescentes frequentando o SCFV nos CRAS..... 83
Quadro 47 – Famílias inseridas em acompanhamentos pelo PAEFI - 2013 a 2020..... 85
Quadro 48 – Atendimentos pelo PAEFI - 2013 a 2020..... 86
Quadro 49 – Atendimentos pelo MSE - LA/PSC- 2013 a 2020..... 87
Quadro 50 – Adolescentes inseridos no serviços de MSE - LA/PSC - 2013 a 2020..... 87
Quadro 51 – Idosos acolhidos no Asilo Santa isabel..... 88
Quadro 52 – Tempo de acolhimento dos idosos acolhidos no Asilo Santa isabel..... 89
Quadro 53 – Benefícios e doações concedidas..... 90

Quadro 54 – Tipos e valores de benefícios do Programa Bolsa Família..... 93
Quadro 55 – Domicílios localizados em aglomerados subnormais..... 102
Quadro 56 – Existência de banheiro..... 103
Quadro 57 – Forma de coleta de lixo..... 104
Quadro 58 – Forma de escoamento sanitário..... 104
Quadro 60 – Material predominamente no piso do domicílio..... 105
Quadro 61 – Grau de escolaridade das pessoas inscritas no Cadúnico..... 109
Quadro 62 - Acompanhar pelo PAIF as famílias registradas no CadÚnico..... 118
Quadro 63 – Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros integrantes do BPC..... 120
Quadro 64 - Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do PBF..... 121
Quadro 65 – IDCRAS – Município de Laguna - 2019..... 123
Quadro 66 – Público potencial para o SCFV..... 127
Quadro 67 – Famílias em Acompanhamento pelo PAEFI – 2020 e 2021..... 129
Quadro 68 – IDCREAS Municipal..... 130
Quadro 69 – Identificação e Cadastramento de famílias em situação de do Trabalho Infantil..... 132
Quadro 70 – Cadastramento da População de Rua..... 133
Quadro 71 - Reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes..... 139
Quadro 72 – Acompanhamento do Plano de Reordenamento do Acolhimento Institucional..... 141
Quadro 73 - Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico..... 144
Quadro 74 – BPC na Escola – Relatórios Gerenciais – 2008, 2013 e 2016..... 147
Quadro 75 - Rede Socioassistencial Pública..... 151
Quadro 76 - Rede Socioassistencial Privada..... 151
Quadro 77 – Carta de Serviços CRAS I..... 161
Quadro 78 – Carta de Serviços CRAS II..... 163
Quadro 80 – Carta de Serviços Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio..... 167
Quadro 81 – Carta de Serviços APAE Laguna..... 171
Quadro 82 – Carta de Serviços Centro de Ensino Hermon..... 173
Quadro 83 – Políticas públicas e exemplos de órgãos..... 176
Quadro 84 – Estruturar, aprimorar e consolidar a gestão municipal do SUAS..... 188
Quadro 85 – Implantar e aprimorar os processos de Gestão do Trabalho..... 190
Quadro 86 – Ampliar e aprimorar os processos de defesa e vigilância social..... 191
Quadro 87 - Aprimorar os processos de gestão administrativa, financeira e orçamentária..... 192
Quadro 88 - Ampliar a primorar a oferta de serviços, progr., proj. e benefícios de proteção social básica..... 193
Quadro 89 - Ampliar a primorar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de PSEMC..... 194
Quadro 90 - Ampliar a primorar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de PSEAC..... 195
Quadro 91 - Aprimorar a Gestão do Auxílio Brasil e Cadastro Único dos Prorgamas Sociais..... 196
Quadro 92 - Ampliar e fortalecer os mecanismos de participação popular e controle social..... 197
Quadro 93 – Fortalecer a relação Intersetorial na rede socioassistencial e com os demais órgãos e políticas..... 197
Quadro 94 – Recursos Físicos Materiais e Humanos – Vigilância Socioassistencial..... 198
Quadro 95 – Recursos Físicos Materiais e Humanos – CMAS – Controle Social..... 199
Quadro 96 – Recursos Físicos Materiais e Humanos – CRAS I..... 200
Quadro 97 – Recursos Físicos Materiais e Humanos – Abrigo Institucional..... 201
Quadro 98 – Recursos Físicos Materiais e Humanos – CadÚnico e PBF..... 204
Quadro 99 – Recursos Físicos Materiais e Humanos – APAE..... 205
Quadro 100 – Recursos Físicos Materiais e Humanos – Centro de Ensino Hermon..... 206
Quadro 101 – Soma e percentual de recursos municipais destinados à Assistência Social..... 210
Quadro 102 – Monitoramento e Avaliação das Metas, indicadores, Fontes, Frequência e Responsável..... 229
Quadro 103 – Calendário de Reuniões de Elaboração do PMAS..... 240
Quadro 104 – Deliberações da Conferência Municipal – para o município..... 241

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11
IDENTIFICAÇÃO 12
1 INTRODUÇÃO 13
2 DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL 14
2.1 CONTEXTO MUNICIPAL 17
2.1.1 Localização e Influência Regional 17
2.1.2 Aspectos Históricos e Culturais 22
2.1.3 Demografia e Ocupação do Solo 27
2.1.4 Aspectos climáticos e geográficos 29
2.1.5 Aspectos demográficos 32
2.1.7 Desenvolvimento Municipal 34
2.1.7.1 Produto Interno Bruto (PIB) per capita 34
2.1.7.2 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH 35
2.1.7.3 Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável 36
2.1.7.4 Empregabilidade 45
2.2 DEMANDA POTENCIAL 52
2.2.1 Demanda Potencial para a Proteção Social Básica 52
2.2.1.1 Pobreza e extrema pobreza segundo o IBGE 52
2.2.1.2 Pobreza e extrema pobreza de acordo com o CadÚnico 55
2.2.1.3 Pessoas com deficiência 60
2.2.1.4 Mulheres 61
2.1.1.4 Jovens 62
2.1.1.5 Pessoas Idosas 63
2.2.2 Demanda para a Proteção Social Especial 66
2.2.2.1 Homicídios e lesão corporal dolosa 66
2.2.2.1 Violência contra crianças e adolescentes 66
2.2.2.3 Violência Contra a Mulher 69
2.2.2.6 Pessoas em situação de rua 70
2.2.3 Cartogramas 71
2.3 OFERTAS SOCIOASSISTENCIAIS 76
2.3.2 Proteção Social Básica 76
2.3.2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF 76
2.3.2.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 83
2.3.2.5 Programas 84
2.3.3 Proteção Social Especial de Média Complexidade 85
2.3.3.1 PAEFI 85
2.3.3.2 Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – MSE - LA/PSC 86
2.3.4 Proteção Social Especial de Alta Complexidade 88
2.3.4.1 Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes 88
2.3.4.2 Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos 88
2.3.5 Benefícios 90
2.3.5.1 Benefícios Eventuais 90
2.3.5.1 Benefício de Prestação Continuada - BPC 91
2.4 OFERTAS DAS DEMAIS POLÍTICAS 93

2.3.1 Programa Bolsa Família....93
2.4.2 Segurança Alimentar....96
2.4.3 Habitação....100
2.4.4 Educação....107
2.5 DEMANDA E OFERTA....110
2.5.1 Cobertura do Cadastro Único....110
2.5.1.1 Quantidade de famílias cadastradas....110
2.5.1.2 Atualização cadastral....112
2.5.1.3 Perfis de renda das famílias....114
2.5.2 Cobertura do Programa Bolsa Família....115
2.5.2 Cobertura da Proteção Social Básica....118
2.5.2.1 Cobertura do PAIF....118
2.5.2.2 Cobertura do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos....124
2.5.2 Cobertura da Proteção Social Especial de Média Complexidade....128
2.5.2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos – PAEFI....128
2.5.3 Cobertura da Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade....138
2.5.4 Cobertura de Benefícios Eventuais e BPC....143
2.5.4.1 Cobertura de Benefícios Eventuais....143
2.5.4.1 Cobertura do BPC....144
2.5.5 Cobertura de Programas....146
2.5.5.1 Programa BPC na Escola....146
2.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIAGNÓSTICO....147
3 MAPEAMENTO DA REDE....149
3.1 MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL....151
3.1.1 Resumo das ofertas socioassistenciais....151
3.1.2 Órgão Gestor da Política de Assistência Social....154
3.1.2.1 Gestão do SUAS....157
3.1.2.2 Secretaria Executiva do CMAS....158
3.1.2.3 Cadastro Único dos Programas Sociais - Cadúnico....158
3.1.2.4 Programa Bolsa Família....159
3.1.3 Unidades Públicas de Assistência Social....160
3.1.3.1 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS I e CRAS II....160
3.1.3.2 Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS....164
3.1.3.3 Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio....167
3.1.4 Unidades privadas de Assistência Social....169
3.1.4.1 ACUSTRA – Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da AMUREL....169
3.1.4.2 Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE....170
3.1.4.3 Asilo Santa Isabel....172
3.1.4.4 Centro de Ensino Hermon....173
3.1.4.5 Rede Feminina de Combate ao Câncer....175
3.1.4.6 Centro Sócioeducacional e Cultural São Judas Tadeu....175
3.2 MAPEAMENTO DA REDE INTERSETORIAL....176
3.2.1 Resumo das ofertas da Rede Intersetorial....176
3.2.2 Direitos Humanos, Renda e Cidadania....177
3.2.3 Rede de Saúde....178
3.2.4 Rede de Educação....179
3.2.5 Cultura, Turismo e Lazer....180

3.2.6 Pesca, Meio Ambiente e Agricultura....181
3.2.7 Sistema de Justiça e Sistema de Segurança Pública....182
3.2.8 Mapa Geral....183
4 OBJETIVOS....186
4.1 OBJETIVO GERAL....186
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS....186
5 DIRETRIZES....187
6 PRIORIDADES, METAS, AÇÕES ESTRATÉGICAS, PERÍODO E FONTES DE FINANCIAMENTO....188
6.1 GESTÃO MUNICIPAL DO SUAS....188
6.2 GESTÃO DO TRABALHO....190
6.3 DEFESA E VIGILÂNCIA SOCIAL....191
6.4 GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA....192
6.5 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA....193
6.6 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE....194
6.7 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE....195
6.8 GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO E AUXÍLIO BRASIL....196
6.9 PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL....197
6.10 ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E INTERISTITUCIONAL....197
7 RECURSOS FÍSICOS, MATERIAIS E HUMANOS....198
8 MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO....208
8.1 RECEITAS....209
8.1.1 Receitas do Fundo Municipal de Assistência Social....209
8.1.1 Receitas da Secretaria Municipal de Assistência Social....210
8.1.2 Total de receitas para a Política Municipal de Assistência Social....210
8.2 DESPESAS....211
10 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PMAS....228
REFERÊNCIAS....235
ANEXOS....237
ANEXO I – EXTRATO DA RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO....237
ANEXO II – CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO....238
ANEXO III – CALENDÁRIO DE REUNIÕES....240
ANEXO IV – DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL....241
ANEXO V – CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA....242
ANEXO VI – EXTRATO DO CONVITE PARA AUDIÊNCIA....243
ANEXO VII – MATÉRIAS PUBLICADAS NO SITE....244
ANEXO VIII – REGISTROS AUDIOVISUAIS....245
ANEXO IX – ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA....246
ANEXO X – LINKS DE ACESSO AOS INSTRUMENTAIS E VÍDEOS....250

APRESENTAÇÃO

No texto da Constituição de 1988, a Constituição "Cidadã", a Assistência Social é elevada ao status de política pública, passando a compor, junto com a Saúde e Previdência Social, o "Tripé da Seguridade Social". Todavia, ainda que na Constituição estivessem previstos amplos direitos sociais e socioassitenciais, ainda era necessária a regulamentação e o ordenamento da Assistência Social.

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, promulgada em 1993, vem regulamentar a Assistência Social enquanto política pública, estabelecendo normas e critérios para sua organização. A LOAS "[...] estabelece um novo desenho institucional, com comando único, conselhos paritários de gestão e fundos financeiros em cada instância de governo, colocando os Planos de Assistência Social – PAS - como instrumentos impulsionadores de novas e planejadas práticas interventivas."[1]

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33/2012, em seu Capítulo III, art. 18, define os Planos de Assistência Social como "[...] instrumentos de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS."3 Além de instrumento de planejamento importante para a Política de Assistência Social, a existência de Planos Municipais de Assistência Social passa a ser condição para o repasse de recursos aos municípios.

A NOB/SUAS define ainda qual a estrutura do PMAS, que deve possuir, minimamente:

I - diagnóstico socioterritorial;

II - objetivos gerais e específicos;

III - diretrizes e prioridades deliberadas;

IV - ações e estratégias correspondentes para sua implementação;

V - metas estabelecidas;

VI - resultados e impactos esperados;

VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII - mecanismos e fontes de financiamento;

IX - cobertura da rede prestadora de serviços;

X - indicadores de monitoramento e avaliação;

XI - espaço temporal de execução.

Quanto ao conteúdo do PMAS, a NOB/SUAS destaca que deve-se considerar:

- as deliberações da conferência;

- as metas nacionais e estaduais pactuadas;

- ações articuladas e intersetoriais;

- ações de apoio à gestão descentralizada, compreendidas como apoio à capacitação, elaboração de normas e instrumentos, publicação de material, assessoramento e incentivo financeiro.

Neste sentido, o PMAS de Laguna visa assimilar a traduzir os avanços ocorridos nos últimos 4 anos no cenário nacional, estadual e regional da Política de Assistência Social, ordenando e projetando o município a processos e resultados mais eficientes, eficazes e efetivos.

1 Capacita Suas vol. 3, p. 6.

IDENTIFICAÇÃO

Quadro 1 – Órgão Gestor Municipal

Órgão	UF	Porte	CNPJ
Prefeitura Municipal de Laguna	SC	Pequeno Porte II	82.928.706/0001-82

Site	Endereço	Bairro
www.laguna.sc.gov.br	Av. Colombo Machado Salles, 145	Centro

Prefeito Municipal	Período de Gestão	DDD/Telefone	Email
Samir Ahmad	2021-2024	(48) 3644.0401	assgabinete@laguna.sc.gov.br

Quadro 2 – Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Órgão Gestor	Nível de Gestão	CNPJ
Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	Gestão Básica	82.928.706/0001-82

Endereço	Bairro	DDD/Telefone
Av. Colombo Machado Salles, 145 – 1° andar – CC Tordesilhas	Centro	(48) 3644.4947

Nome do Secretário Municipal	Profissão	Email
Enivaldo Torres Ramos	Psicólogo	asssocial@laguna.sc.gov.br

Quadro 3 – Fundo Municipal de Assistência Social

Lei de Criação do FMAS	CNPJ
Lei Complementar n° 478 de 26 de agosto de 1996	01.824.828/0001-27

Gestor do FMAS	Cargo/Função
Enivaldo Torres Ramos	Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação
Gestor Financeiro	**Cargo/Função**
Fabrício F erreira R. Leite	Contador / Gestor Financeiro do FMAS

Quadro 4 – Conselho Municipal de Assistência Social

Lei/Data de criação do CMAS	Regimento Interno
Lei Municipal N° 478 de 26 de agosto de 1996	Resolução CMAS 009/2013

Endereço	Bairro	DDD/Telefone	Email
Av. Calistrato Muller Salles, 145	Centro	(48) 3644.4947	cmas@laguna.sc.gov.br

Presidente	Representação	Vínculo Institucional
Romulo Muller Bratti	Governamental	Procuradoria Jurídica
Secretária Executiva	**Cargo**	**Formação**
Giovana Remor Marega	Agente de Proteção Social	Direito

1 INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2014-2017 é um instrumento de planejamento e gestão que vem organizar e consolidar a execução da Política Municipal de Assistência Social. No PMAS são estabelecidas as diretrizes, objetivos, prioridades, metas e ações estratégicas da Política de Assistência Social para um período de quatro anos, compreendidos entre o segundo ano do mandato atual e o primeiro ano do mandato subseqüente.

Trata-se de um documento indispensável à execução da Política de Assistência Social em todos os níveis de governo, sendo legalmente amparado pela CF - Constituição Federal de 1988, LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, além de outras legislações e normatizações da área.

Mais que um plano, o PMAS é uma importante ferramenta de gestão que articula e agrega aspectos políticos, estratégicos, táticos, técnicos e financeiros, cujos elementos consoam com os Planos, legislações e normativas do SUAS, Plano Plurianual e Plano Diretor.

> O Plano, portanto, é instrumento de um processo, não um fim em si mesmo. A elaboração do Plano ganhará relevância política se for capaz de: • fomentar o debate sobre o campo de ação da assistência social; • produzir dados consistentes sobre as necessidades sociais individuais e coletivas dos grupos aos quais se dirige; • colocar em questão a natureza e o alcance social das ações nessa área; • conduzir os gestores da assistência social a inseri-la na agenda pública local.[2]

Ou seja, além do planejamento para o próximo quadriênio, o PMAS 2014/2017 de Laguna busca o esclarecimento e a conscientização dos diversos atores envolvidos, fomentando o debate sobre a importância da implementação da Política Municipal de Assistência Social no município, adequada as legislações, normatizações e orientações do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social e de outros órgãos de deliberação e pactuação.

Pode-se afirmar, portanto, que o PMAS 2021/2025 é um instrumento de materialização da Política de Assistência Social a partir da definição de diretrizes, objetivos, ações e metas para o período, dentro de uma ótica de planejamento a médio e longo prazo, que traga visibilidade e compreensão da realidade física, humana, técnica e financeira da Assistência Social no município.

2 Capacita Suas vol. 3, p. 6.

2 DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Conforme previsto na NOB/SUAS 2012, o diagnóstico socioterritorial é a primeira etapa na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS. É por meio do Diagnóstico que se busca realizar uma leitura da oferta e demanda, para que se possa estimar com precisão os objetivos, prioridades e ações necessárias para o aprimoramento do SUAS e a qualificação do atendimento à população usuária. Sua elaboração deve ser contínua e participativa, envolvendo informações de diversos aspectos da realidade da população usuária.

> Art. 21. A realização de diagnóstico socioterritorial requer: I - processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios, acompanhado da interpretação e análise da realidade socioterritorial e das demandas sociais que estão em constante mutação, estabelecendo relações e avaliações de resultados e de impacto das ações planejadas; II - identificação da rede socioassistencial disponível no território, bem como de outras políticas públicas, com a finalidade de planejar a articulação das ações em resposta às demandas identificadas e a implantação de serviços e equipamentos necessários; III - reconhecimento da oferta e da demanda por serviços socioassistenciais e definição de territórios prioritários para a atuação da política de assistência social; IV - utilização de dados territorializados disponíveis nos sistemas oficiais de informações.[3]

Nesse sentido, os Capítulo 2 e 3, reservados ao Diagnóstico Socioterritorial e Mapeamento da Rede de Proteção Social, são compostos pela exposição, descrição e análise de dados qualitativos, variáveis e indicadores relativos à demanda potencial e à oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. O principal objetivo é fornecer subsídios para definição dos objetivos, prioridades, metas e ações estratégicas necessárias para o aprimoramento e consolidação da Política de Assistência Social no município.

O processo de elaboração deste Diagnóstico envolveu quatro etapas:

1. Redação do Diagnóstico preliminar a partir de bases de dados secundárias (IBGE, PNUD, MDS/SAGI, IPEA, FECAM, SSP/SC, SIPIA e outras bases);

2. Coleta de dados a partir de base da dado primária (GESUAS);

3. Apresentação e debate coletivo com os gestores, trabalhadores da rede pública e privada do SUAS e usuários;

4. Sistematização dos dados, análise e redação;

5. Apresentação pública e publicação em meio oficial;

Trata-se, portanto, de um documento técnico, público e oficial, que permitirá (e demandará) dos gestores a tomada de decisões com base em elementos objetivos, favorecendo assim a consolidação da política pública de Assistência Social no município, superando as antigas práticas clientelistas, assistencialistas e imediatistas que, como se pode observar na realidade, não vêm favorecendo a superação plena das vulnerabilidades e riscos vivenciadas pelas pessoas e famílias.

3 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS 2012. p. 25.

De acordo com a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS 2012, a Vigilância Socioassistencial é uma das três funções da Política de Assistência Social, devendo atuar em profunda articulação com as funções de Proteção Social e Defesa de Direitos.

> [...] a Vigilância Socioassistencial consiste no desenvolvimento de capacidades e meios técnicos para que os gestores e profissionais da Assistência Social possam conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual são responsáveis, induzindo o planejamento de ações preventivas e contribuindo para o aprimoramento das ações que visem a restauração de direitos violados e a interrupção de situações de violência. Para tal, a Vigilância **deve produzir e organizar dados, indicadores, informações e análises** que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos; e desta forma, fortalecendo a capacidade de Proteção Social e de Defesa de Direitos da política de assistência social.[4] (grifo nosso).

Trata-se de uma função que, embora esteja prevista desde a NOB SUAS 2005, ainda está pouco estruturada na maioria dos municípios brasileiros. É por meio do trabalho produzido pela Vigilância Socioassistencial que os gestores podem atuar de forma preventiva e proativa, ampliando a capacidade de atuação da Política de Assistência Social.

> A Vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental **conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelos pelas equipes dos serviços socioassistenciais**, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios. [5] (grifo nosso)

De forma generalizada, a Vigilância Socioassitencial se ocupa de determinar a demandas e as ofertas da Política de Assistência Social, a partir da obtenção de dados e estatísticas sobre a população usuária e sobre os serviços, programas, projetos e benefícios.

> Art. 91. Constituem responsabilidades comuns à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios acerca da área de Vigilância Socioassistencial: **I - elaborar e atualizar periodicamente diagnósticos socioterritoriais** que devem ser compatíveis com os limites territoriais dos respectivos entes federados e devem conter as informações espaciais referentes: a) às vulnerabilidades e aos riscos dos territórios e da consequente demanda por serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial e de benefícios; b) ao tipo, ao volume e à qualidade das ofertas disponíveis e efetivas à população. [6] (grifo nosso)

Em cumprimento às responsabilidades do município na área de Vigilância Socioassistencial, este documento traz em seu escopo o Diagnóstico Socioterritorial do município de Laguna/SC e o Mapeamento da Rede de Proteção Social existente no município.

Para obtenção das informações, foram utilizadas diversas bases de dados de fontes secundárias, tais como IBGE, PNUD (ONU), CAGED (MTE), INEP , CNM (Confederação de Municípios, sites e sistemas disponibilizados pelo Ministério da Cidadania (CECAD, Relatório de

4 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial. 2013. p. 11.
5 Idem. p. 11.
6 Idem. p. 20.

Informações Sociais, MOPS, RMA), bem como o GESUAS (Sistema Municipal de Gestão da Assistência Social)

Além desta Apresentação, da Identificação, da Introdução e das Considerações finais, este documento está estruturado em dois capítulos principais, sendo o Capítulo 2 destinado ao diagnóstico socioterritorial do município e o Capítulo 3, ao Mapeamento da Rede de Proteção Social Local.

Seguindo as orientações constantes a publicação "Planos de Assistência Social: Diretrizes para elaboração, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, em 2008, O Capítulo 2 (Diagnóstico Socioterritorial) foi subdividido em 5 subcapítulos, conforme segue abaixo:

2.1 – CONTEXTO MUNICIPAL, contemplando algumas variáveis e indicadores de contexto;

2.2 – DEMANDA POTENCIAL, abrangendo variáveis e indicadores de caracterização da demanda potencial para os serviços e benefícios de assistência social;

2.3 – OFERTAS SOCIOASSISTENCIAIS, incluindo variáveis e indicadores relativos à estrutura de oferta dos serviços e benefícios de assistência social;

2.4 – OFERTAS DE OUTRAS POLÍTICAS: com variáveis e indicadores relativos à estrutura de oferta das demais políticas, exclusivamente no que se refere aos pontos de contato e de complementaridade entre estas e a assistência social;

2.5 – DEMANDA E OFERTA: contendo variáveis indicadores que correlacionem demanda e oferta, segundo os serviços socioassistenciais tipificados e, eventualmente públicos específicos.

Além de lançar luz sobre aspectos relacionados aos riscos/vulnerabilidades e ofertas socioassistenciais, a proposta é que esse documento seja utilizado como fundamento para a Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2022-2025.

2.1 CONTEXTO MUNICIPAL

2.1.1 Localização e Influência Regional

Laguna está localizada na região Sul do estado de Santa Catarina, cerca de 120 km ao sul da capital Florianópolis e aproximadamente 90 km ao nordeste de Criciúma (polo econômico da Região Sul Estado).

Perpassada pela BR 101, que percorre cerca de 12 estados brasileiros, Laguna integra-se a outras regiões do país, sendo rota direta e destino para o transporte de cargas e passageiros desde o Rio Grande do Sul até alguns estados do Nordeste.

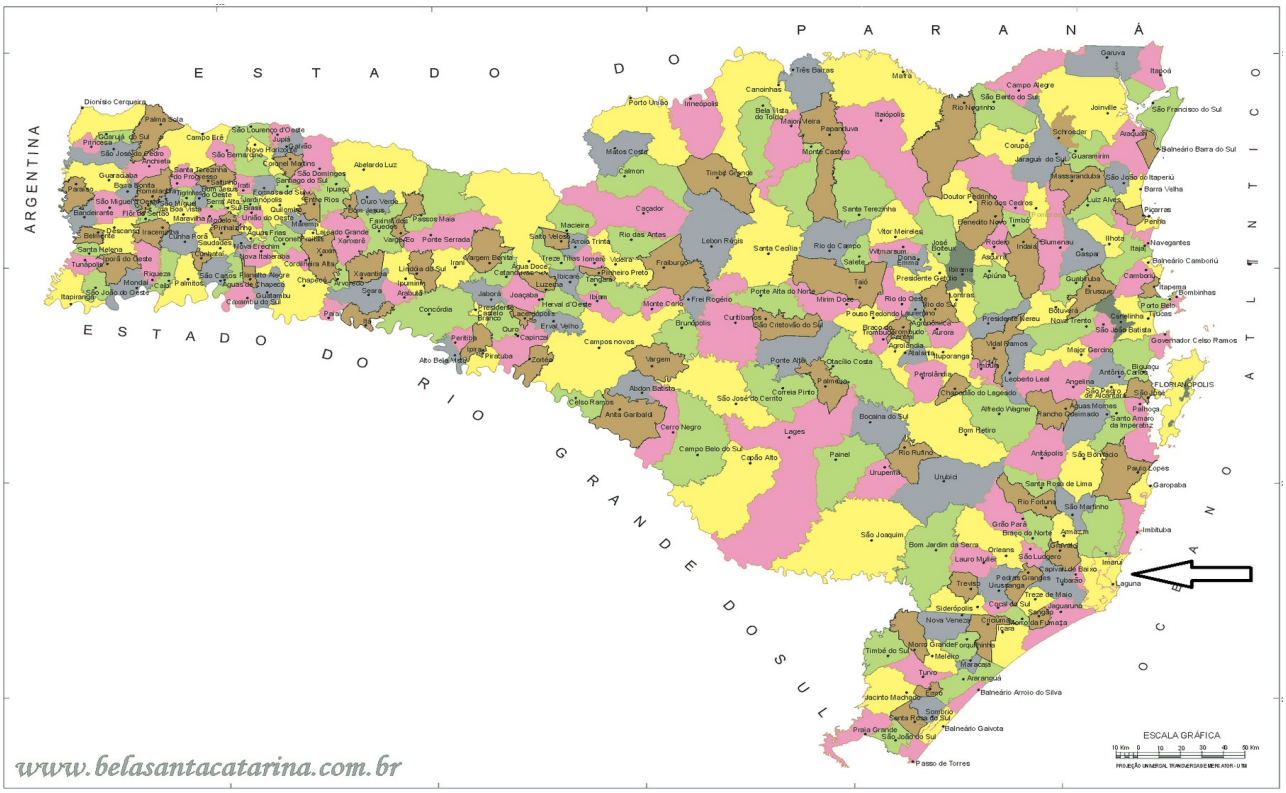


Figura 1 – Mapa Político de Santa Catarina
Fonte: http://www.infoescola.com/mapas/mapa-politico-de-santa-catarina/

Conforme disposto na Constituição Federal de 1988, além do território brasileiro dividir-se em Estados da Federação, dentro de cada estado devem ser definidas subdivisões denominadas mesorregiões, que agrupam grandes conjuntos de municípios, visando descentralizar a atuação do governo e favorecer a integração intermunicipal. Em Santa Catarina, as mesorregiões são divididas em número de seis, e **Laguna**, insere-se na região denominada **Sul Catarinense**, identificada no mapa abaixo com a **marcação em vermelho.**

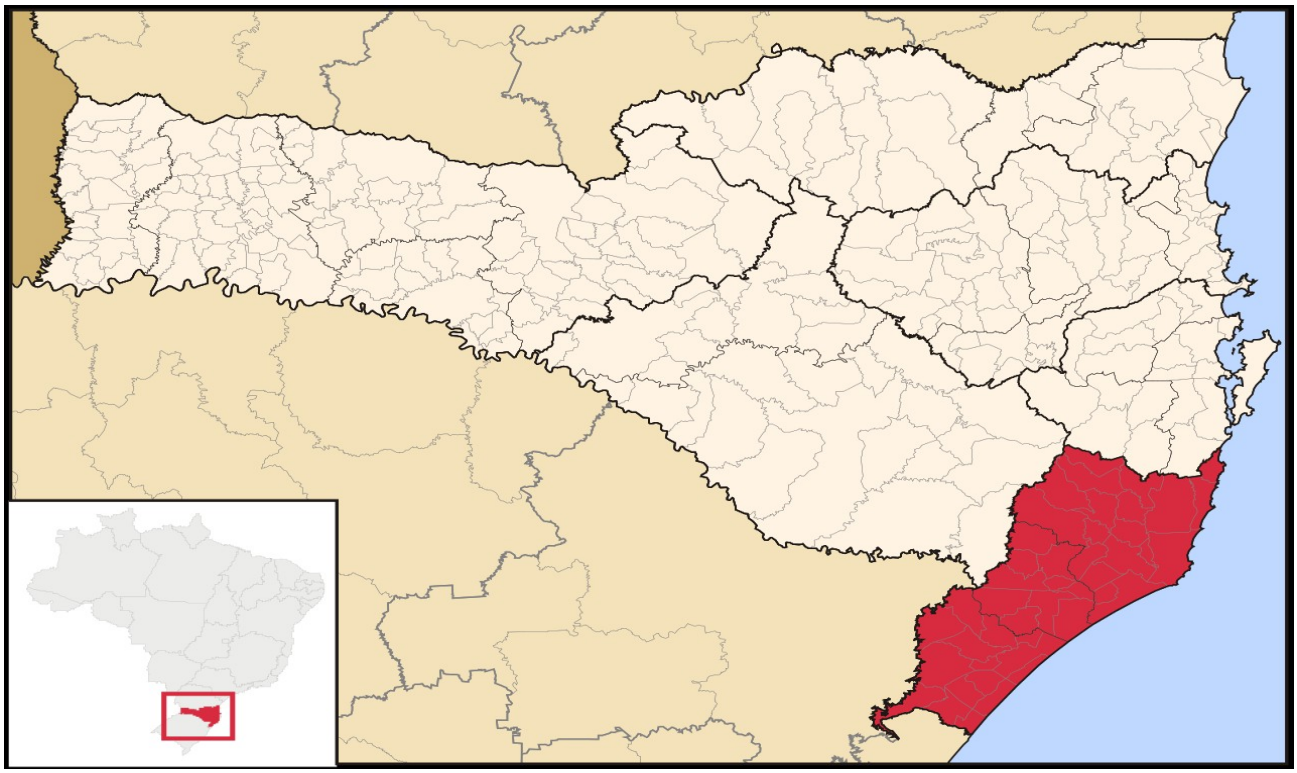


Figura 2 – Mesorregiões de Santa Catarina.
Fonte: Wikipédia, 2021.

A mesorregião Sul Catarinense é formada por 46 municípios, sendo ainda subdividida por 3 (três) microrregiões, a de Tubarão, Criciúma e Araranguá. As microrregiões, conforme o nome indica, são subdivisões ainda menores que compõem as mesorregiões, aprofundando ainda mais a descentralização e proporcionando o agrupamento de municípios em sua maioria fronteiriços, com características e interesses comuns. O mapa abaixo destaca a Microrregião de Tubarão:

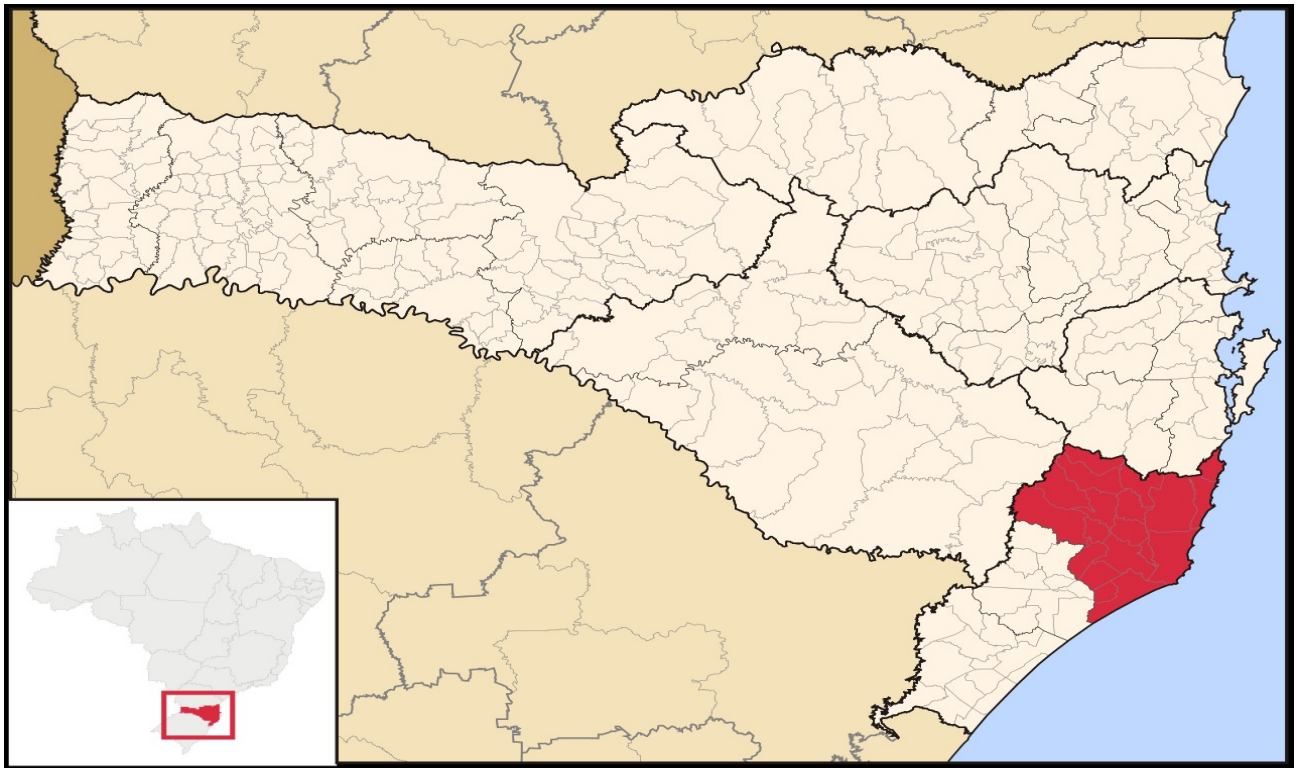


Figura 3 – Microrregiões de Santa Catarina
Fonte: Wikipedia, 2021.

Conforme a Constituição Federal de 1988, uma microrregião é um agrupamento de municípios limítrofes, sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. O mapa abaixo, indica os recortes das mesorregiões e microrregiões, com a destaque para a microrregião de Tubarão, na qual Laguna está incluída.

Conforme pode-se verificar no mapa acima, Laguna pertence a microrregião de Tubarão, que abrange os municípios que compõe a AMUREL, Associação de Municípios da Região de Laguna, formada por 20 municípios, sendo eles: Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio, Tubarão e Laguna.

Além das subdivisões já existentes e presentes em todo o território brasileiro (mesorregiões e microrregiões), em Santa Catarina, outra subdivisão foi instituída no ano de 2003, onde o Estado de Santa Catarina, buscando uma nova organização regional, propõe um recorte mais específico para desenvolvimento regional visando direcionar as ações para o real atendimento das necessidades regionais.

Por meio da Lei Complementar nº 243/2003 o Governo do Estado cria trinta e seis SDR's objetivando descentralizar a máquina pública e favorecer o desenvolvimento em todas as regiões. A figura abaixo indica as 19 SDR'S do estado, cada uma indicada por uma cor:

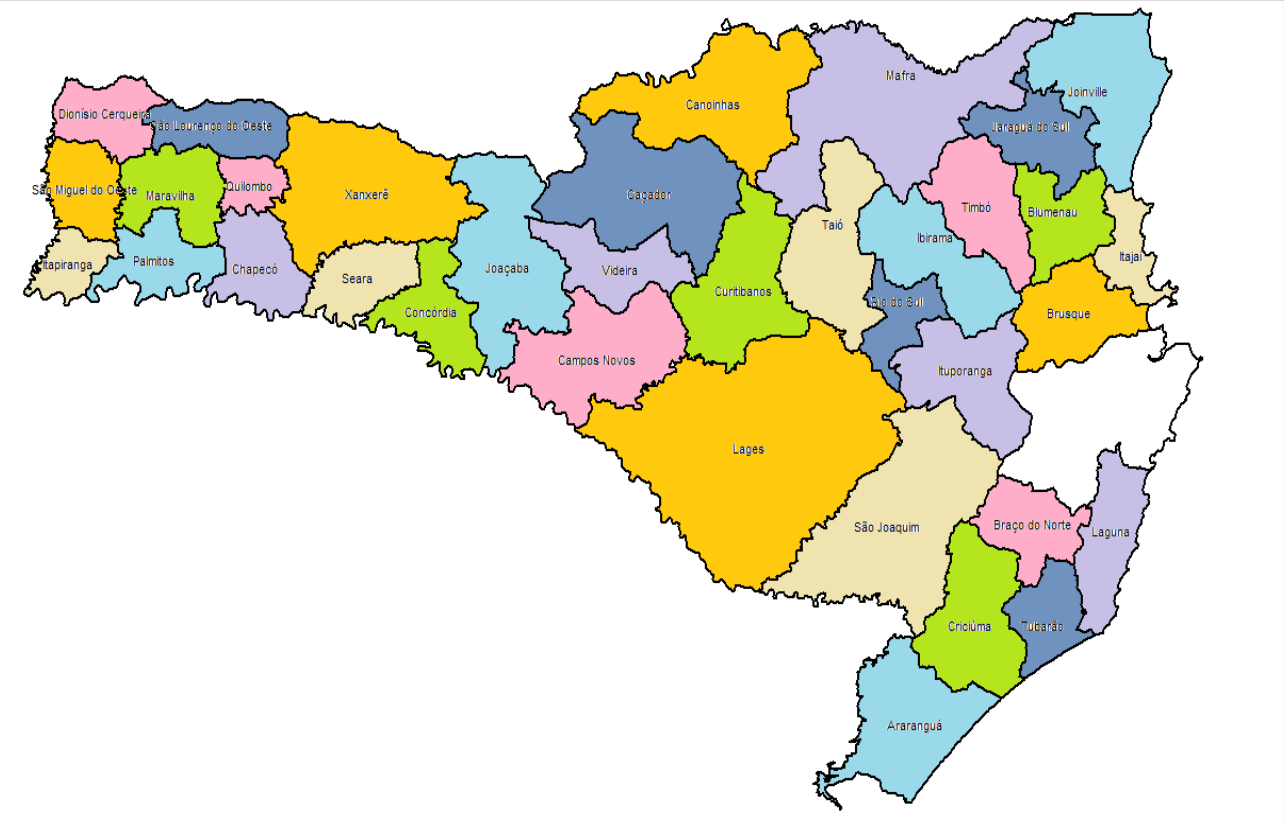


Figura 4 – Área de abrangência das SDR's
Fonte: Wikipédia, 2021.

Com este recorte, o município de Laguna, com Imbituba, Garopaba, Imaruí e Paulo Lopes passaram a compor a 19ª SDR – Laguna, com sede no município.

No ano de 2015, por meio da Lei 16.795/2015, o Governo Estadual transforma as Secretarias de Desenvolvimento Regional em Agências de Desenvolvimento Regional, reduzindo

estruturas, extinguindo cargos, porém, mantendo o número de agências. A figura abaixo indica a estrutura atual de ADR'S criada em 2015 e vigente até a data atual:

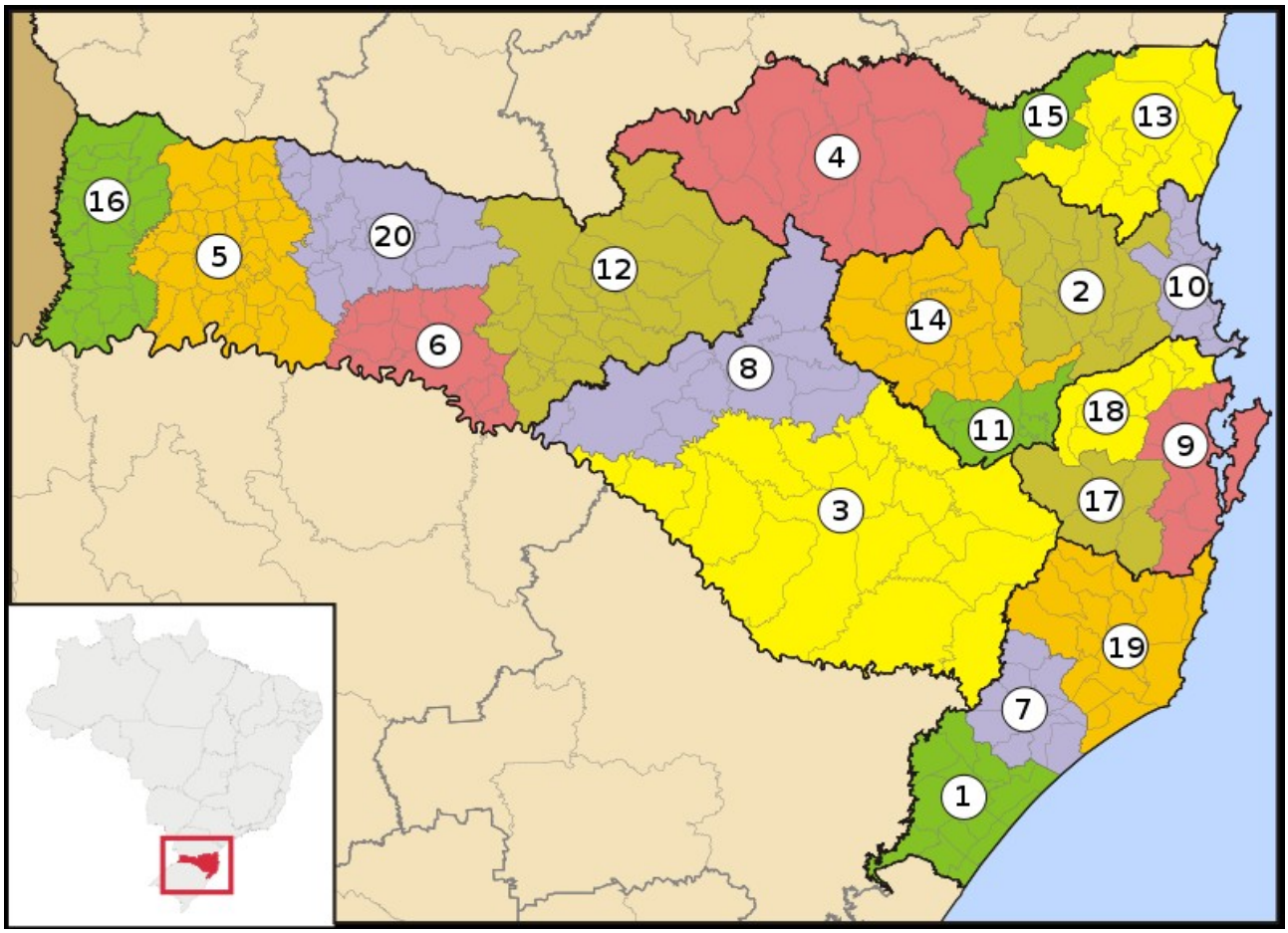


Figura 5 – Agências de Desenvolvimento Regional
Fonte: https://www.saude.sc.gov.br/?option=com_content&view=article&id=825&Ite

Com esta nova subdivisão, Laguna deixa de ser a sede da 19ª SDR e passa a integrar a 19ª ADR, com sede no município de Tubarão. Analisando o mapa, verifica-se que a 19ª ADR foi criada a partir da "união" das SDR'S de Laguna, Tubarão e Braço do Norte, adotando um recorte por microrregião.

Com este novo recorte, Laguna corre o risco de reduzir seu protagonismo junto ao governo estadual, além de dificultar o acesso aos serviços fornecidos pela SDR's e ADR's, em especial, serviços na área da saúde e educação, o que pode reduzir ainda mais a centralidade e influência regional do município de Laguna.

Embora já tenha sido considerada um dos centros econômicos e culturais da região sul do país, atualmente, de acordo com Consórcio Hardt-Engemin (2010), Laguna não possui mais qualquer centralidade, ou seja, não possui influência significativa sobre os municípios da região, sendo atualmente influenciada pelo município vizinho, Tubarão.

De acordo com IPEA (2000) e IBGE (2008a), "Laguna, cuja classificação estava enquadrada na classe de centro sub-regional em 1966, não aparece no atual quadro de centros, e em virtude de mudanças no cenário regional. Atualmente, Laguna é considerada um centro local sob

influência das cidades de Tubarão e Imbituba, sendo que esta última exerce influência sobre as cidades de Garopaba e Imaruí, sendo classificada como centro sub-regional [...]"[7]

A figura abaixo expressa os municípios com maior centralidade, bem a área de influência:

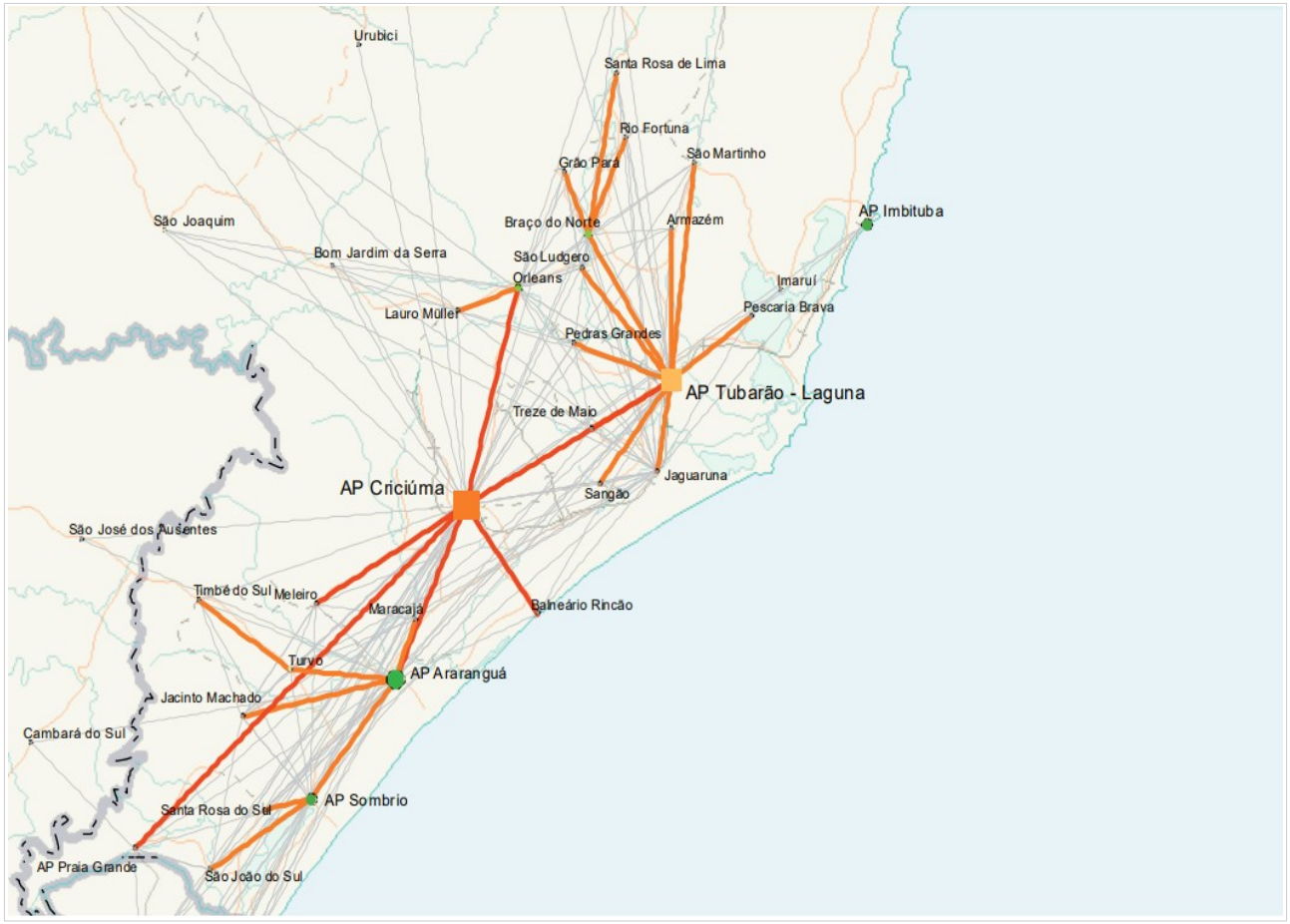


Figura 6 – Centralidade Regional – Região Sul de Santa Catarina
Fonte: https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa222940

Embora não se disponha de legenda, a figura nos aponta quatro níveis de centralidade e influência regional, sendo Criciúma com a maior influência, seguida por Tubarão e depois Araranguá. Imbituba e Sombrio possuem influência na mesma proporção, assim como Braço do Norte e Orleans, que se equivalem entre si.

De acordo com a figura, Laguna não apresenta centralidade ou influência na região, sendo que o município de Pescaria Brava é influenciado por Tubarão e Imaruí influenciado por Imbituba.

7 Consórcio HARDT-ENGEMIN, 2010, p. 39.

2.1.2 Aspectos Históricos e Culturais

Os sambaquis (sítios arqueológicos indígenas) existentes em Laguna, indicam a existência da índios Carijós e Tupi-Guarani desde a pré-história. De acordo com Hardt-Engemin (2010), o Tratado de Tordesilhas (linha imaginária instituída em 1494,) que dividia a "propriedade" do território brasileiro entre Espanha e Portugal, passava por Laguna, no sul, e Marajó, no norte.

A escolha do local onde hoje se encontra o Centro Histórico não aconteceu por acaso. Entre os critérios para escolha, estão a existência de um porto natural protegido dos ventos, uma faixa de terra plana, junto à lagoa, permitindo a edificação de uma vila com abastecimento fácil de água e a posição geográfica estratégica sobre a imaginária linha do Tratado de Tordesilhas, de modo a permitir os limites ao sul do território português.



Figura 7 – Centro histórico de Laguna
Fonte: https://www.viagensecaminhos.com/2011/12/laguna-sc.html

Segundo IBGE (2008), existem divergências com relação à data de fundação da Vila de Santo Antônio dos Anjos de Laguna, mais tarde denominada município de Laguna.

Sabe-se, contudo, que no século XVII o povoado cresceu com a imigração proveniente da ilha de Santa Catarina, atual Florianópolis, e com o avanço da pecuária em direção ao sul do país.

Em 1714, o governador do Rio de Janeiro, D. Francisco de Távora, pretendendo dar maior expansão aos trabalhos no sul e prevendo a possibilidade de novas campanhas, elevou a povoação ao status de Município.

A instalação da vila ocorreu em 20 de janeiro de 1720. Especialmente em razão da chegada de portugueses e paulistas, Laguna foi adquirindo importância, e contribuindo também para a descoberta de novos caminhos para os campos sulinos.

Durante a Guerra dos Farrapos o Município foi invadido pelas tropas revolucionárias, fato histórico importante ocorrido em Laguna em 29 de julho de 1839, dando origem à República Catarinense, também conhecida como República Juliana.



Figura 8 – Guerra dos Farrapos
Fonte: https://osdivergentes.com.br/os-divergentes/guerra-dos-farrapos-movimento-de-resistencia-ao-absolutismo/

A invasão teve curta duração, permanecendo somente até o dia 15 de novembro do mesmo ano. As forças imperiais logo retomaram o território, porém, este fato permanece como exemplo da cultura e ideais do povo lagunense em defesa de justiça e igualdade.

O município possui também uma tradição de pesca artesanal de peixes e crustáceos, com destaque para a tainha e o camarão, pescados com rede. É comum que os pescadores utilizem a rede conhecida como “aviãozinho” como arte de pesca para a captura do camarão, propícia à baixa profundidade das lagoas, inferior a dois metros.

A baixa profundidade, por outro lado, favorece o desenvolvimento do camarão. A técnica utiliza redes com argolas e luz à bateria, para atrair o crustáceo. À noite, as lagoas são cobertas de luzes, semelhante a uma cidade iluminada, proporcionando um espetáculo aos visitantes.

No Canal de Laranjeiras, na lagoa Santo Antônio, com cinco metros de profundidade a captura deve ser feita com tarrafas e somente por pescadores artesanais profissionais. No período de 15 de julho a 15 de novembro, ocorre o defeso do camarão e reprodução do crustáceo, a pesca é proibida no complexo lagunar proporcionando um período de preservação ao ecosistema.

Laguna possui um núcleo histórico com ruas estreitas e aconchegantes dividindo espaço com moradores locais e turistas, das mais diversas regiões do país, que desfrutam de edificações

com arquitetura variada, passado por exemplares luso-brasileiros, art déco, pós modernismo, entre outros.

Os estilos se materializam na Casa da rua do Rincão, casa onde Anita Garibaldi, nossa heroína viveu com sua família; casa Pinto D'Ulisséa do ano de 1866, réplica de uma quinta portuguesa, totalmente revestida com azulejos importados de Portugal.

A fonte da Carioca, conhecida fonte dos namorados e da juventude, que segundo os moradores enfeitiça com o poder cristalino de suas águas quem dela bebe, trazendo o poder da juventude eterna e a certeza de volta à histórica Laguna. Segundo historiadores foi a água desta fonte, que nasce da terra, quem motivou a localização da cidade por seu fundador. Construída em 1863, foi ampliada em 1906 e restaurada em 1990. Até hoje a população se abastece desta água para beber. Seus tanques, revestidos de mármore Carrara deixam a água fresca, gelada e saborosa;

Tem-se ainda a “Casa de Anita”, onde a guerreira de dois mundos se vestiu de noiva para o seu primeiro casamento; a Igreja Matriz Santo Antônio dos Anjos, construída pelo fundador Domingos de Brito Peixoto, em 1696, trouxe consigo uma pequena imagem do “santo casamenteiro” - Santo Antônio, assim como a famosa obra do pintor catarinense Victor Meirelles, (Imaculada Conceição - “La Madonna” - Roma: 1856); e ainda, o Museu de Anita, datado de 1735, primeira edificação construída para a fundação da Vila.



Figura 9 – Casa de Anita
Fonte: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/08/30/predio-historico-casa-de-anita-e-reinaugurado-em-laguna.ghtml

Laguna tem ainda como forte atrativo a circulação turística o Marco de Tordesilhas, que a 7 de Junho de 1494, foi assinado entre Portugal e Espanha onde fixava uma linha divisória a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, passando ao norte no Pará e ao sul em Laguna.

Descendo para a parte litorânea ao alto do Morro da Glória, encontra-se o Mirante de Nossa Senhora da Glória, onde pode se avistar do alto do morro, a divisão do centro histórico e o Mar Grosso, à beira mar e; a Pedra do Frade, localizada na extremidade da Praia do Gi, desafia a lei da gravidade ao sustentar-se sobre uma superfície inclinada com seus nove metros de altura e cinco metros de diâmetro, eu sua formação rochosa.



Figura 10 – Mirante do Morro da Glória
Fonte: https://agoralaguna.com.br/2020/10/obra-no-morro-da-gloria

Com todas estas características somadas ao potencial balneário, Laguna detêm uma vocação turística nata, sendo um dos setores da economia com maior potencial, porém ainda não estável considerando os atrativos turísticos sazonais, tendo seu auge nos períodos de veraneio e férias de inverno.

Há ainda o carnaval, dividido entre os desfiles de escolas de samba e blocos carnavalescos. As agremiações desfilam no sambódromo inaugurado em 2007, sendo que nas semanas que antecedem a festa os ensaios são uma atração à parte ocorrendo no Centro Histórico, valorizado principalmente pelo seu Tombamento (IPHAN, 1985), onde comporta cerca de 600 casarios das mais diversas influências arquitetônicas.

A figura abaixo apresenta o local e a apresentação realizada pelas escolas de samba:



Figura 11 - Carnaval no Sambódromo
Fonte: https://agoralaguna.com.br/2019/02/confira-a-programacao-do-carnaval-2019-em-laguna/. Acesso em 11.08.2021

Além das escolas de samba, os blocos carnavalescos organizam eventos em vários bairros do município, com maior concentração no Mar Grosso com o Bloco Rosa, Bloco Skentaí, Bloco Pangaré, Alcóolocos Assumidos e Abre Alas, ambos com estrutura e atrações de nível nacional, além do Bloco da Pracinha, considerando o maior "bloco de sujos" do sul do país (mais de 100.000 pessoas) que perfaz um caminho de cerca de 2km, cruzando dois bairros da cidade.



Figura 10 - Bloco da Pracinha
Fonte: https://agoralaguna.com.br/2019/02/confira-a-programacao-do-carnaval-2019-em-laguna/

2.1.3 Demografia e Ocupação do Solo

O uso e ocupação do solo são matérias destacadas na Lei Orgânica do Município em seu Título IV, que versa sobre o Desenvolvimento do Município, com ênfase dada nos artigos 96 ao 158 onde fala sobre a política urbana. Neste sentido, o mapa abaixo, ilustra os bairros e comunidades do município, incluindo o Distrito de Pescaria Brava, elevado à categoria de município no ano de 2013:

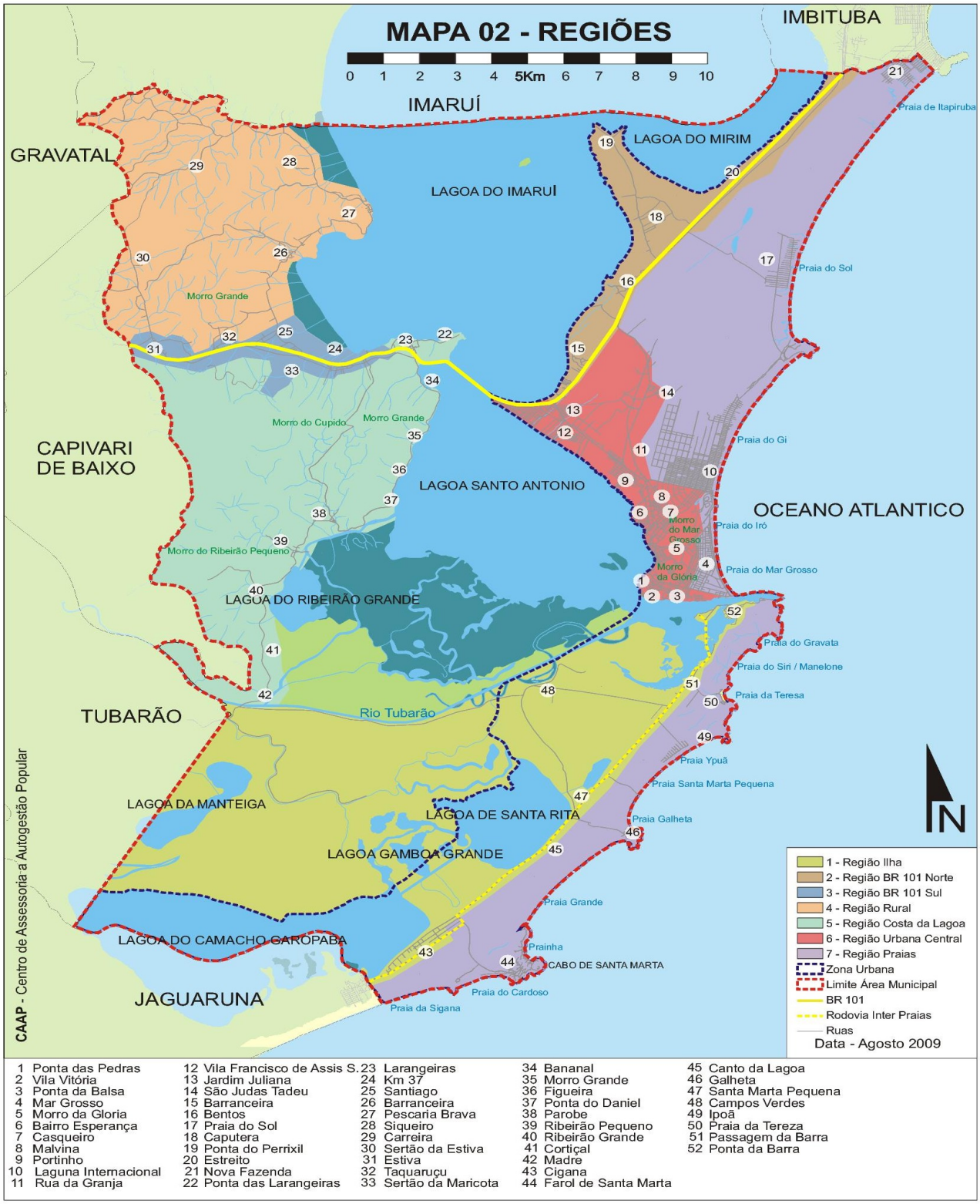


Figura 11 – Mapa de Laguna – Regiões e Localidades.
Fonte: CAAP, 2010.

No município, há uma organização e divisão urbana bem delimitada na lei municipal que institui o Plano Diretor, que tem como objetivo primordial ordenar o desenvolvimento das cidades, dentro de uma perspectiva de cidade coletivamente construída e tendo como princípios uma melhor qualidade de vida e a preservação dos recursos naturais (Constituição Federal 1988, art. 182 e 183), tudo isso ratificado pelo Estatuto das Cidades que traz o princípio de função social da propriedade urbana, onde o direito de propriedade sobre determinada fração do solo municipal estará condicionado ao cumprimento de função social.[8]

No ano de 2013, houve a emancipação de um dos distritos de Laguna, denominado Pescaria Brava, e nesse sentido, é importante destacar, que o mapa acima foi elaborado ainda em 2010, não contemplando a emancipação do distrito de Pescaria Brava ocorrida em 2013.

> Vale ressaltar que, a instalação do município de Pescaria Brava aconteceu só no ano de 2013, após a liberação das eleições pelo Tribunal Regional Eleitoral, no ano de 2012. Porém, o município foi criado em 25 de outubro de 2003, através da Lei Estadual 12.690.[9]

Observando o mapa acima, verifica-se que a Região 3 (BR 101 Sul) e a Região 4 (Rural) foram emancipadas, compondo o município de Pescaria Brava, compreendendo as localidades identificadas entre 22 e 33. Deste modo, o município passou a contar com 40 localidades distribuídas em 5 regiões, conforme indica o quadro abaixo:

Quadro 5 – Divisão regional por características das comunidades

Região	Comunidades
Ilha	Ponta da Barra, Passagem da Barra, Campos Verdes, Vila Santos, Ilhota, Santa Marta Pequena, Canto da Lagoa e Cigana.
Br 101 - Norte	Barranceira, Bentos, Caputera, Perrixil, Estreito e Nova Fazenda
Costa da Lagoa	Ponta das Laranjeiras, Bananal, Morro Grande, Figueira, Ponta do Daniel, Parobé, Ribeirão Pequeno, Ribeirão Grande e Madre
Urbana Central	Centro, Morro da Glória, Magalhães, Ponta das Pedras, Vila Vitória, Navegantes, Campo de Fora, Progresso, Esperança, Portinho, Barbacena, Mato Alto, Vila Juliana, e Cabeçuda
Praias	Sul – Praia da Tereza, Praia Ypoã, Praia Galheta e Praia Farol de Santa Marta, Praia do Cardoso, e Norte – Mar Grosso, Praia do Gi, Praia do Sol, Praia de Itapirubá Sul

Fonte: Plano Municipal de Habitação. PMHIS, 2009.

Por sua vez, o novo município de Pescaria Brava passou a contar com 12 localidades, listadas no quadro abaixo:

Quadro 6 – Localidades emancipadas – Pescaria Brava

Barreiros	Pescaria Brava	Siqueiro
Carreira do Siqueiro	Pontinha das Laranjeiras	Taquaruçu
Estiva	Santiago	Varginha
Estreito	Sertão da Estiva	Laranjeiras
Km 37	Sertão da Maricota	Sertão de Cima

Fonte: Arquivos Prefeitura Municipal de Laguna - PML, 2013.

8 (Lei Municipal nº 10.257/2001)
9 https://www.pescariabrava.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaItem/16162/codNoticia/249444

2.1.4 Aspectos climáticos e geográficos

Segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, Laguna apresenta clima mesotérmico úmido com uma temperatura média que varia entre 18°C e 30°C. Cidade histórica e praiana, com esse clima confortável acaba por ter uma temporada de veraneio atraente e um carnaval considerado o melhor do sul do País.

Laguna apresenta diversas e lindas praias com destaque para a do Mar Grosso. A praia do GI e de Itapirubá destacam-se pelas dunas e preservação da natureza. O Farol de Santa Marta, localizado na Prainha do Farol, é considerado o maior das Américas e, mundialmente, o segundo em alcance.

A praia dos Molhes é o local favorito para a prática do surfe e da pesca. Suas águas apresentam temperatura mais amena devido a corrente marítima do Atlântico Sul. Normalmente observam-se pinguins chegando as praias no verão e outono. O Canal do Molhes ou Molhes é o local onde pescadores e botos trabalham juntos na captura de peixes, especialmente a tainha nos meses mais frios. Esta característica, pesca com o auxílio dos botos, caracteriza-se como uma cooperação que, além de no Brasil, só acontece na Mauritânia, na África.

A cooperação é um fenômeno que enche os olhos dos turistas e as redes dos pescadores artesanais da região, atraindo ainda inúmeros estudos e uma legião de cientistas.



Figura 12 – Pesca com auxílio dos botos
Fonte: https://marsemfim.com.br/botos-pescadores-de-laguna-a-um-passo-da-extincao. Acesso em 02.08.2021.

O termo "pesca cooperativa" foi batizado, deste modo, pelos pesquisadores da área. A interação entre homem e animal, é uma tradição de Laguna, onde há depoimentos que “remontam ao século passado", conforme o biólogo Paulo César Simões-Lopes, da Universidade Federal de Santa Catarina. Ele passou mais de um ano na cidade estudando o comportamento dos botos, o que resultou numa tese de doutorado. "Só há coisa ligeiramente semelhante no Rio Grande do Sul e na África." Mesmo assim, nada com a intensidade e beleza reveladas no litoral catarinense.

> [...] Em Laguna, os golfinhos costumam ficar passeando pelo canal que liga a Lagoa de Santo Antônio ao mar aberto. Os pescadores preparam suas tarrafas (uma espécie de rede circular, de mais ou menos 3 metros de diâmetro) e colocam-se à beira do canal, a pé ou de canoa, dependendo da maré. Ao perceber a presença dos humanos, os golfinhos passam a cercar os cardumes que entram e saem da Lagoa, sobretudo as tainhas, e os afugentam na direção dos pescadores. Os peixes que escapam das redes viram presa fácil e vão parar no estômago dos botos.[10]

Laguna foi abençoada ainda, com um recorte litorâneo que conta com inúmeras outras praias, algumas ainda preservadas, tendo seus acessos somente por meio de caminhadas. Todo este recorte, mesclado por águas de correntes frias a morna acabam por atrair outra espécie que engrandece nosso litoral, a baleia-franca, espécie chega a medir 18 metros de comprimento e pesar até 60 toneladas.



Figura 13 – Baleia Franca em Laguna
Fonte: www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca/quem-somos.html. Acesso 09.12.2021.

Nos meses de julho a novembro há intensa visita desses nobres visitantes, onde em setembro tem-se o auge da reprodução. Ainda de acordo com D'Amaro, 2012, "Nesta época do ano, o cetáceo sai da Antártida à procura de águas mais quentes no litoral sul para acasalar, dar à luz e amamentar os seus filhotes. Embarcações fazem o passeio de observação [...]" Depois da temporada de reprodução, as baleias retornam com seus filhotes para os mares frios ao redor de Antártida, executando uma viagem de mais ou menos 3.000 Km.

Por seu clima ameno durante o ano inteiro e com praias localizadas nos mais diversos pontos do município acaba por atrair número considerável de turistas o que movimento a economia de uma formas sazonal. Contando para esse movimento com atrações que se

10 D'AMARO. 2012.

caracterizam por praias extensas como a de Itapirubá com seus 12 Km de extensão, a do Mar Grosso com 3 Km, o do Gi.



Figura 14 - Praia do Mar Groso
Fonte: https://www.viagensecaminhos.com/2011/12/laguna-sc.html. Acesso em 02.08.2021.

A Praia da Tereza distante três quilômetros da balsa, é excelente para os que desejam momentos de descanso à beira mar, a da Galheta, praia nativa com acesso rústico ideal para quem procura paz e harmonia com a natureza sendo bem procurada por surfistas.

A Praia do Farol, também identificada como “Prainha”, é conhecida internacionalmente devido à presença do Farol de Santa Marta destaque pelo seu alcance de sinalização, assim como a praia do Sol, do Iró, dos Molhes da Barra, do Seis, do Tamborete, a do Maneloni, do Ypuã, Grande, da Cigana, da Cabeçuda e a Praia do Gravatá, que têm o seu destaque por ter sido eleita uma das 50 praias agrestes do mundo, pesquisa realizada por um Instituto da Inglaterra.



Figura 15 - Prainha e Farol de Santa Marta
Fonte: https://www.viagensecaminhos.com/2011/12/laguna-sc.html

2.1.5 Aspectos demográficos

O gráfico abaixo, representam a contagem da população realizada em entre os anos de 1991 e 2010, bem como a estimativa populacional realizada em 2020, onde deve ser considerando o decréscimo causado pela emancipação do Distrito de Pescaria Brava em 2013:

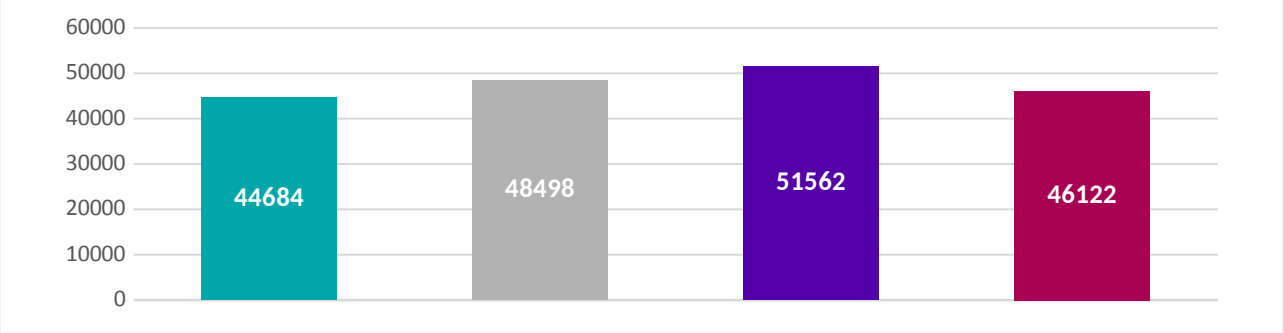


Gráfico 1 – Crescimento/variação populacional
Fonte: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1378#resultado. Acesso em 08.07.2021.

Entre os anos de 1991 e 2000, houve um acréscimo de 3.814 pessoas, representando um aumento de 8,5% na população total. Entre 2000 e 2010, foi registrado um acréscimo de 6,3% na população total, com aumento de 3064 pessoas na população.

Com a efetivação da emancipação de Pescaria Brava em 2013, o município tem uma redução populacional de aproximadamente 10.000 pessoas, por este motivo, a população do município sofre um decréscimo 5.440 pessoas de entre os anos de 2010 e 2020.

De acordo com estimativa do IBGE, atualmente o município possui 46.122 pessoas, distribuídas entre a zona urbana e rural. Para que possa-se produzir uma estimativa aproximada do crescimento populacional real entre 2010 e 2020, deve-se deduzir o Distrito de Pescaria Brava emancipado em 2010 e considerar as projeções da população.

Em 2010, Laguna possuía três distritos: Laguna, Pescaria Brava e Ribeirão Pequeno. O quadro abaixo expressa a população em 2010 e a estimativa da população em 2020, por distrito:

Quadro 7 – Estimativa da população – por Distrito

Distrito	População (2010)	Percentual da população municipal	Estimativa da População (2020)*	Crescimento Populacional (2010 -2020)*
Laguna	40.290	78,14%	44.198	3908
Pescaria Brava	9.533	18,49%	--	--
Ribeirão Pequeno	1.739	3,37%	1.907	168
Total	**51.562**	**100%**	**46.122**	**4.076**

Fonte: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1378#resultado
*Estimativas realizada pelo autor

Considerando que de acordo com o IBGE, a proporção da população urbana e rural vêm mantendo-se estável entre os anos de 1991 e 2010, projeta-se que houve um acrésicmo de 3.908 pessoas na área urbana e 168 pessoas na área rural, totalizando assim 4076 pessoas.

Este número, representa um acréscimo populacional de 9,7% entre 2010 e 2020, número superior aos registrados nos períodos 1991/2000 (8,5%) e 2000/2010 (6,3%).

No ano de 2010, a população urbana era composta de 40.655 pessoas (79%) enquanto que a rural é de 10.907 pessoas (21%). Entre os anos de 2010 e 2020, embora tenha ocorrido crescimento populacional, os percentuais de residentes nas áreas urbana e rural se manteve, ou seja, houve um crescimento proporcional entre as duas áreas.

A distribuição populacional por gênero segundo dados do IBGE extraídos da Censo 2010, indica, no município, os homens representam 49,2% da população e as mulheres, 50,8%, distribuídos por faixa etária na figura abaixo:

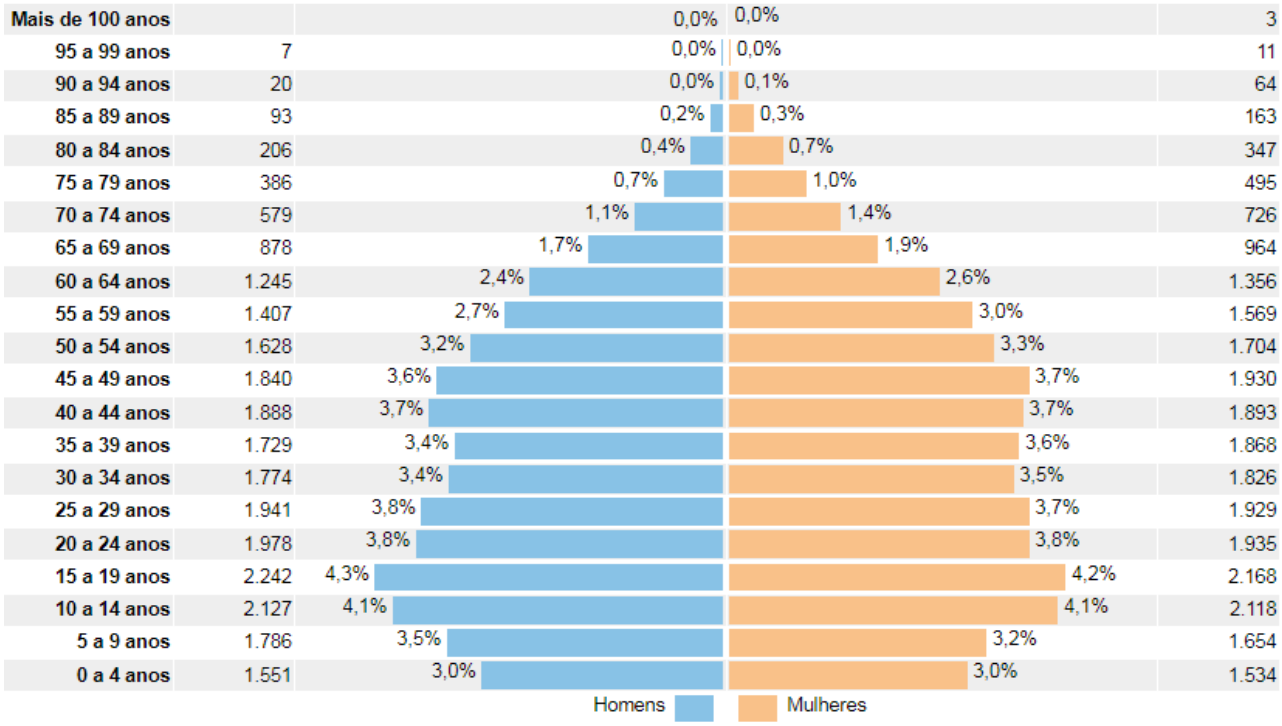


Figura 16 – Pirâmide etária do município de Laguna
Fonte: IBGE. Disponível em https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2000&codigo=420940&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc&wmaxbarra=180

Além da distribuição por gênero e idade, há no município pessoas com diferentes etnias. O número de pessoas que, em 2010, se autodenominavam brancas, pretas, amarelas, pardas ou indígenas esta expresso no quadro abaixo:

Quadro 8 – Distribuição da população por etnia

Etnia	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
Quantidade	45.873	2.125	89	3.370	105	51.562
Percentual	88,97%	4,12%	0,17%	6,54%	0,2%	100%

Fonte: SIDRA IBGE. Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175.

Verifica-se uma grande predominância de pessoas da cor branca (89%), com apenas 10,5% das pessoas se autodenominando pretas ou pardas e menos de 1% como amarelas ou indígenas.

2.1.7 Desenvolvimento Municipal

2.1.7.1 Produto Interno Bruto (PIB) per capita

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma de todas as riquezas produzidas em determinada área de abrangência. Pode ser nacional, estadual, regional, municipal ou mesmo adquirir recortes menores, de acordo com o interesse do estudo. O PIB é o resultado da soma de resultados financeiros obtidos pela agropecuária, indústria, comércio/serviços e administração pública.

Já o PIB per capita, representa a soma de todas as riquezas produzidas dividida pelo total de pessoas em determinada área, indicando assim, uma média de rendimentos per capita (por pessoa).

O gráfico abaixo, expressa o PIB per capita nacional, estadual, da capital do estado, do município polo da microrregião (Tubarão), do município de Laguna e de quatro municípios limítrofes (Imaruí, Pescaria Brava, Jaguaruna e Imbituba), aferidos no ano de 2018.

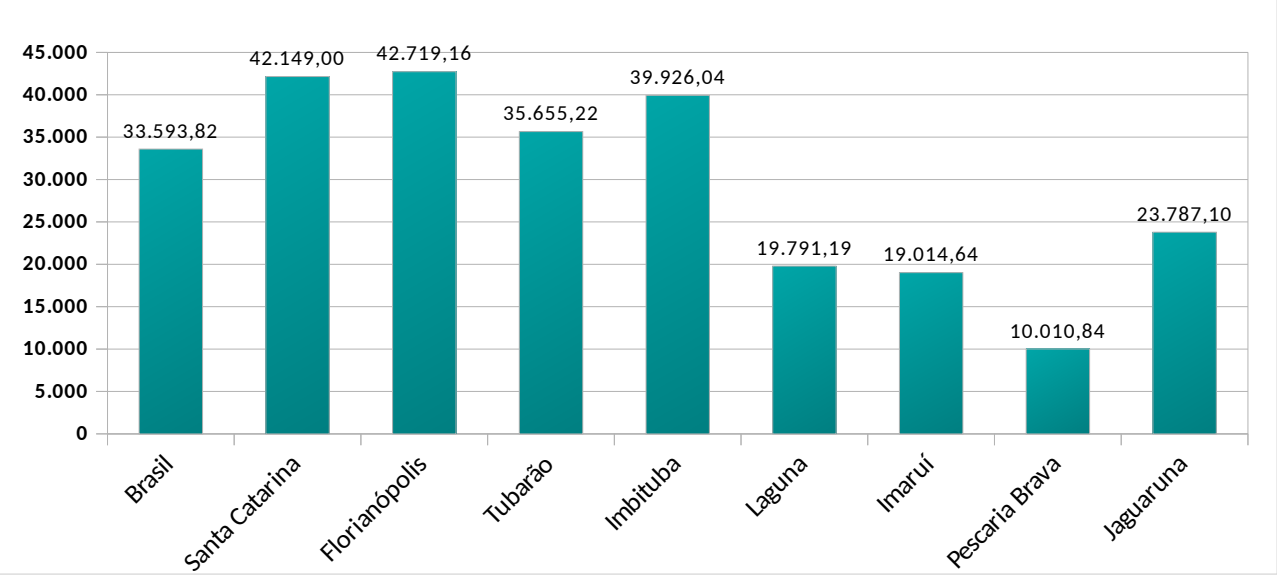


Gráfico 2 – PIB per capita - 2018

Fonte: https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php

Observa-se que o PIB per capita do município de Laguna representa cerca de 60% da média nacional e 47% da média estadual, comparando-se à 2 municípios limítrofes (Jaguaruna e Imaruí) com populações bem mais reduzidas (aproximadamente 20.000 e 10.000 pessoas).

Pescaria Brava, com menor índice, pertencia à Laguna até o ano de 2013, ou seja, até esta data o PIB de Laguna era ainda menor, sendo elevado com a emancipação de Pescaria Brava.

A capital Florianópolis apresenta um PIB per capita semelhante à média estadual, enquanto o município de Tubarão (pólo da microrregião) apresenta índices inferiores à média estadual e superiores à media nacional.

Destaque para Imbituba, que embora possua população semelhante à Laguna e seja um município limítrofe, apresenta um PIB per capita equivalente ao dobro daquele aferido em Laguna.

2.1.7.2 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, o Índice de Desenvolvimento Humano, denominado pela sigla IDH, é um indicador sintético de desenvolvimento que leva em consideração três dimensões: renda, educação e saúde, a partir de um vasto conjunto de indicadores dentro dessas três áreas.

O IDH foi criado como um incremento ao PIB, uma vez que este leva em consideração somente a dimensão econômica, "desprezando" as demais áreas. O índice varia de 0 a 1, onde 0 é a situação mais indesejável de cada indicador, enquanto o 1 representa a situação ideal, a mais desejável.

O gráfico abaixo expressa alguns IDH's aferidos no ano de 2010 por meio do censo IBGE:

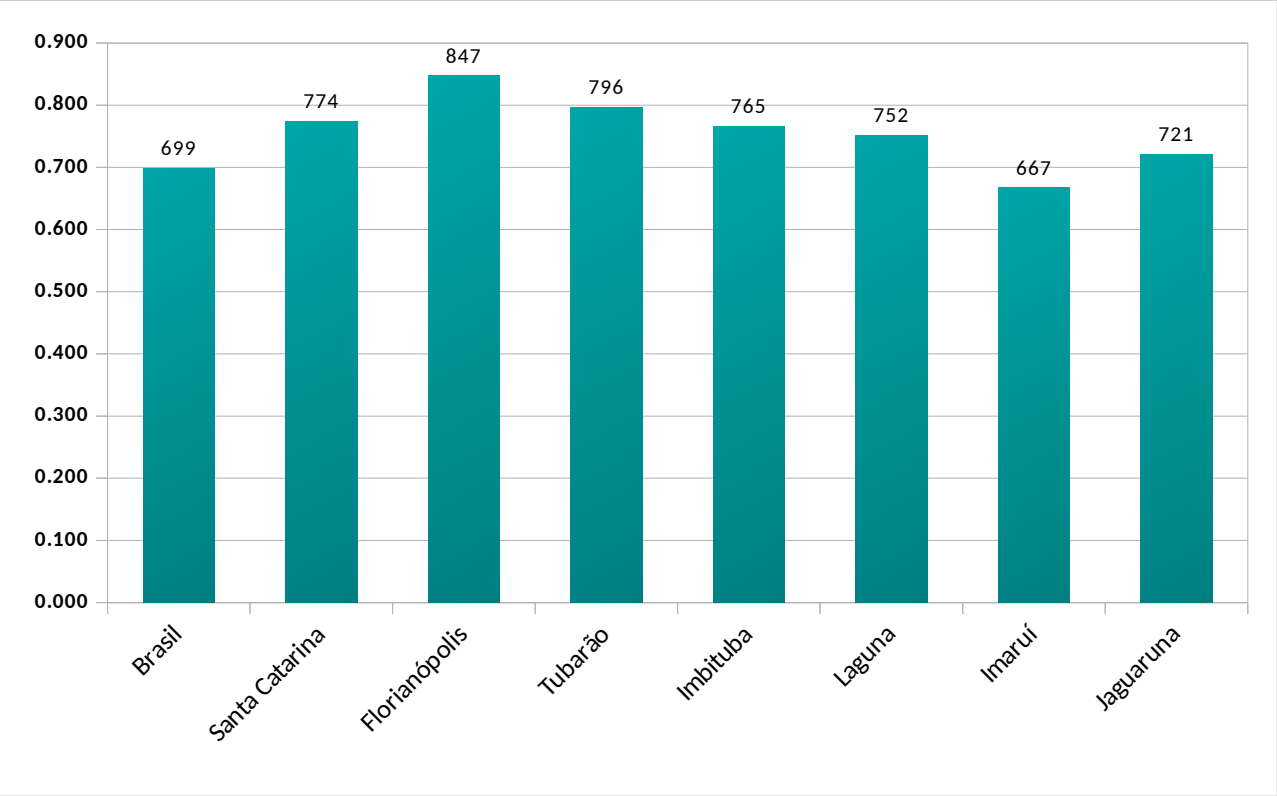


Gráfico 3 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2010
Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/grafico

Diferentemente daquilo que ocorre com o PIB, Laguna apresenta um IDH superior à média nacional e próximo à media estadual, estando apenas 2.2 pontos percentuais abaixo desta média. Florianópolis apresenta um IDH muito elevado, assim como o município de Tubarão, que se aproxima do índice 0.800.

É importante observar que, embora Laguna possua PIB per capita muito inferior à Imbituba, os índices de desenvolvimento humano são aproximados, com diferença de apenas 1.3 pontos percentuais. Imaruí e Jaguaruna, que apresentam PIB per capita similar ao município de Laguna, apresentam IDH inferior, com destaque para Imaruí, que possui IDH inferior à média nacional, que leva em consideração, regiões muito mais empobrecidas que a região sul de Santa Catarina.

2.1.7.3 Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável

Além do PIB e do IDH, foi utilizado um outro indicador para verificar o nível de desenvolvimento do município: o IDMS - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável, um conjunto de indicadores criados pela Confederação Nacional de Municípios – CNM, para avaliar o desempenho dos municípios em 4 dimensões:

> O IDMS é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território. Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável. A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional. (FECAM, 2017. Acesso em http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017)

Para quantificar as dimensões e subdimensões, foram atribuídas notas de 0 a 1, onde zero representa a situação mais indesejável e 1 a situação ideal. Além disso, foram criadas cinco categorias, indicando os graus de desenvolvimento, conforme quadro abaixo:

Quadro 9 – Composição do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável - IDMS

Índice	Categoria	Cor
0,000 a 0,499	Baixo	Vermelho
0500 a 0,624	Médio Baixo	Laranja
0,625 a 0,749	Médio	Amarelo
0,750 a 0,874	Médio Alto	Verde Claro
0,875 a 0,875	Alto	Verde Escuro

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis em https://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2021

A figura abaixo indica as categorias de IDMS dos municípios catarinenses bem como as médias estadual e nacional, com destaque para o município de Laguna:

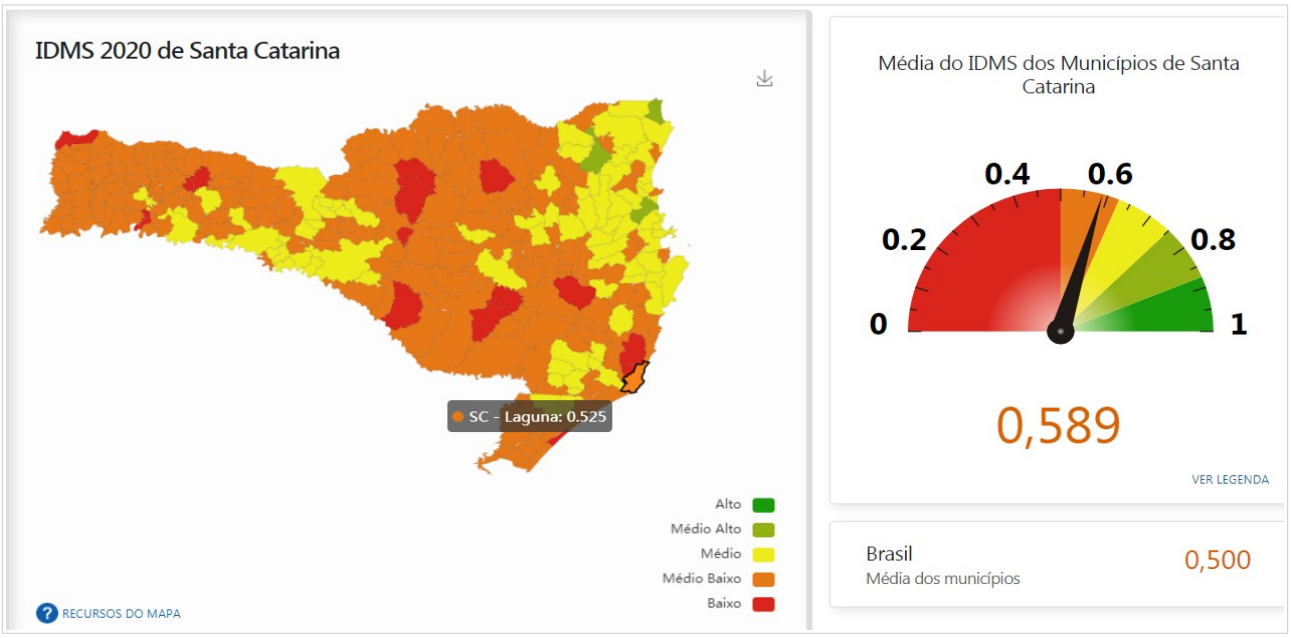


Figura 17 - Mapa Estadual – Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável
Fonte: https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2021/codMunicipio/142. Acesso em 09.08.2021.

Observa-se que entre os municípios do Litoral Norte, da Grande Fpolis, Planalto e Parte do sul do estado predomina o nível médio de desenvolvimento, representado pela cor amarela. Laguna, apresenta um índice de 0,525, estando localizada em entre Tubarão e Imbituba, com IDMS de 0.646 e 0.607. Em 2020, a região da AMUREL, possui um IDMS de 0,561, ou seja, 4 pontos percentuais acima do município de Laguna.

Considerando que o IDMS é composto de quatro dimensões, a figura abaixo ilustra a as dimensões do IDMS de Laguna em 2020, visando com isso, identificar em que medida as dimensões colaboram positivamente ou negativamente para este índice:

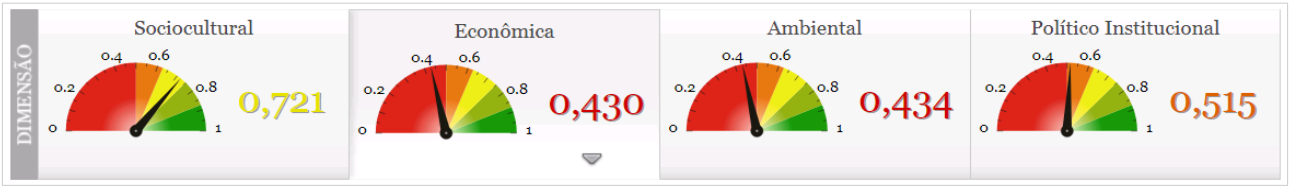


Figura 18 – Dimensões do IDMS Laguna - 2020
Fonte: https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2021/codMunicipio/142. Acesso em 09.08.2021.

Observa-se que, em Laguna, a dimensão sociocultural apresenta o melhor índice. Ainda assim, este índice encontra-se na categoria de "médio", o que indica haver necessidade de melhorias. A dimensão Político-Institucional apresenta índice de 0,515, enquadrando-se na categoria de médio baixo, enquanto as demais dimensões enquadram-se como "baixo", o que certamente demanda uma série de melhorias.

Para ilustrar com mais clareza, nas próximas páginas será realizado um detalhamento de cada dimensão, além da análise da posição do município frente aos demais, bem como diante da média estadual.

O mapa abaixo ilustra os índices dos municípios, bem como a média estadual da Dimensão Sociocultural:

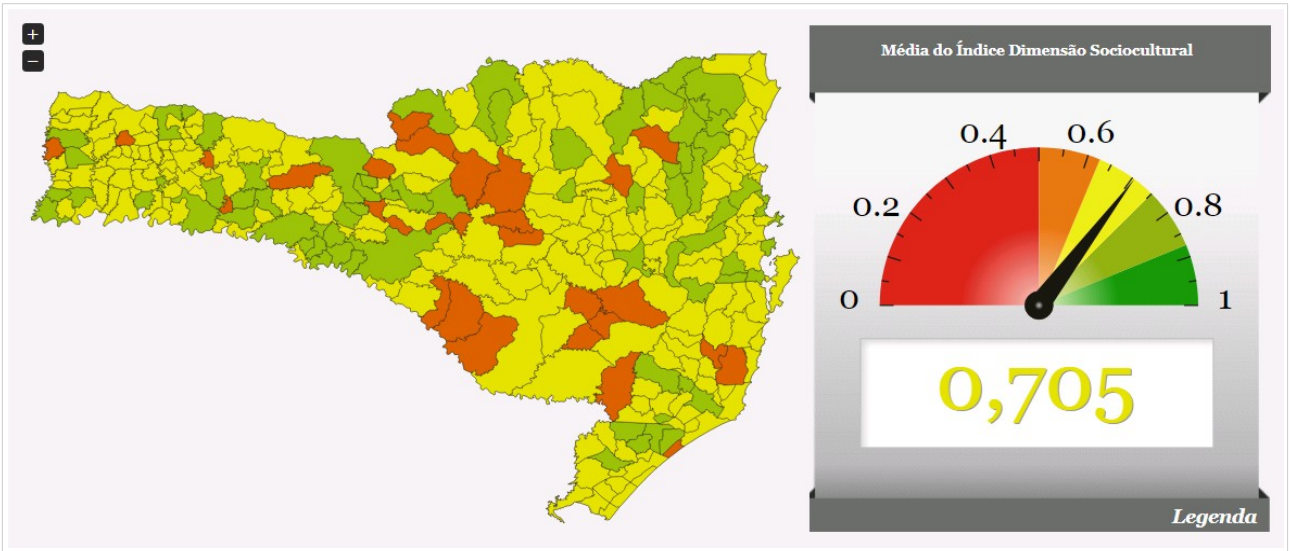


Figura 19 – IDMS - Dimensão Sociocultural - 2020
Fonte: https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2021/codMunicipio/142. Acesso em 09.08.2021.

Conforme já verificado anteriormente, Laguna possui índice 0,721 na Dimensão Sociocultural, valor superior à média estadual, que é de 0,705. Destaca-se que, na microrregião,

Imaruí e São Martinho são representadas pela cor vermelho enquanto Tubarão, São Ludgero e Orleans são indicados pela cor verde, indicando nível médio-alto de desenlvolvimento.

Para obter melhor compreensão acerca da dimensão sociocultural, a figura abaixo ilustra as subdimensões que a compõe, sendo que algumas possuem outras subdimensões agregadas, conforme poder-se-á observar na apresentação da figura:

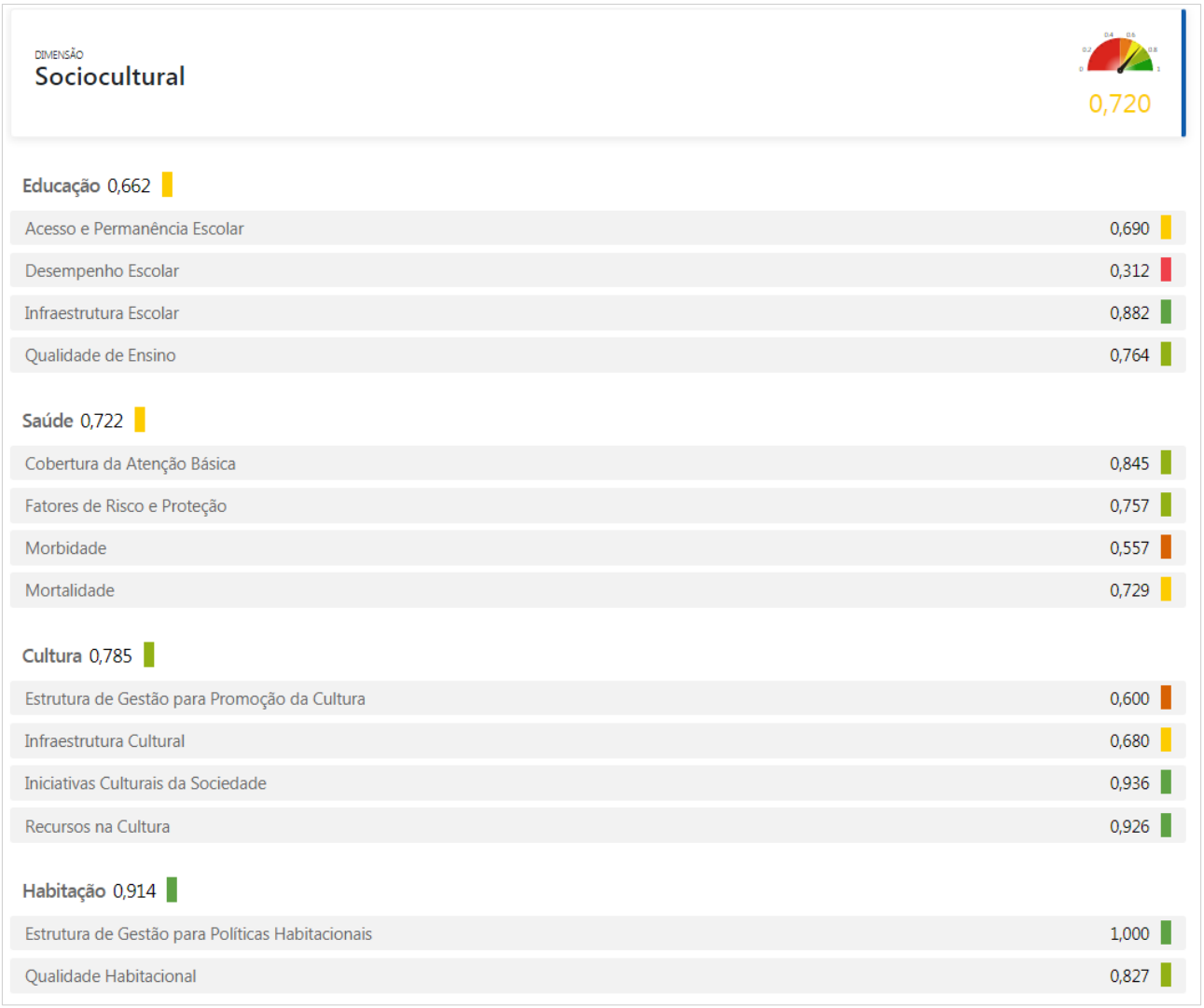


Figura 20 – IDMS - Dimensão Sociocultural Detalhamento - 2020
Fonte: https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2021/codMunicipio/142. Acesso em 09.08.2021.

Com relação à subdimensão Educação, verifica-se grande variedade de níveis, indo do baixo ao ótimo. Destaque positivo para a infraestrutura escolar e destaque negativo para o desempenho escolar.

Nas subdimensões da educação, saúde, cultura e habitação, há alguns indicadores e variáveis. Com relação ao acesso e permanência escolar, verifica-se um alto índice de abandono escolar no ensino médio (0.441), além de uma distorção idade-série no ensino fundamental (0.526) e no ensino médio (0.485).

Quanto ao desempenho escolar, composto por duas variáveis, há um índice de 0.625 para o IDEB Rede Pública – anos iniciais e índice 0.000 para IDEB Rede Pública – Anos finais, projetando assim o índice para 0.313 (baixo).

O desempenho escolar possui índices 1.000 para a média de alunos por turma nos anos iniciais, anos finais e ensino médio, entretanto, possui o índice 0.529 para as unidades escolares com infraestrutura mínima, com apenas 52,88% das unidades nessa situação. Ainda assim, o índice de desempenho escolar foi o melhor da área da educação, 0.882 (alto).

Quanto à qualidade do ensino, a existência de Conselho Municipal de Educação (1.000), uma baixa taxa de analfabetismo (0.809) e 93,90% dos docentes do dos anos iniciais com ensino superior projetam este índice para cima. A existência de quase 10% de docentes sem ensino superior nas séries finais (0.637) e 6% de docentes sem ensino superior no ensino médio (0.529), reduzem sensivelmente este índice, que é de 0.764 (médio-alto).

Na área da Saúde, há um destaque positivo para a cobertura da atenção básica (0.845), com 80,32% da população atendida por agentes comunitárias, 82,83% atendidas por equipes de saúde bucal e 90,37% atendidas por equipes de atenção básica.

Quanto aos fatores de risco e proteção, há uma cobertura de 76,58% com vacinas (0.766), 7,27% de nascidos vivos com baixo peso (0.798) e 78,57% de aleitamento exclusivo (0.786). Ganha destaque, o fato de que apenas 67,95% dos nascidos vivos passaram por 7 consultas de pré-natal (0.679). Estes dados agrupados, projetam os fatores de risco e proteção ao índice 0.757 (médio-alto).

Quanto à morbidade, é analisado apenas a incidência de hipertensão, e nesse sentido, a incidência dessa condição em 9,53% das pessoas projeta o índice do município para 0.557 (médio-baixo). As variáveis da mortalidade estão expressas no quadro abaixo:

Quadro 10 – Variáveis da subdimensão mortalidade

Variável	Valor	Índice
Mortalidade Infantil (un)	4,55	0,920
Mortalidade por Causas Externas (un)	85,71	0,704
Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório (un)	210,99	0,701
Mortalidade por Doenças do Aparelho Digestivo (un)	37,36	0,732
Mortalidade por Doenças do Aparelho Respiratório (un)	107,69	0,655
Mortalidade por Doenças do Sistema Nervoso (un)	17,58	0,798
Mortalidade por Doenças Parasitárias e Infecciosas (un)	37,36	0,625
Mortalidade por Neoplasia Maligna (Câncer) (un)	129,67	0,696

Fonte: https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2021/codDimensao/1185/codMunicipio/142

Observa-se que a mortalidade infantil é considerada baixa, com íncide de 0.920. Os demais fatores devem ser objeto de atuação da área da saúde, com vistas às melhorias do índices, em especial àqueles com índice inferior à 0.700.

Na dimensão cultura, dentro da subdimensão estrutura de gestão para promoção da cultura (0.600), observa-se que, embora o município tenha aderido ao Sistema Nacional de Cultura (1.000), possua Conselho Municipal de Cultura (1.000) e possua Legislação de Proteção do Patrimônio (1.000), não possui Fundo Municipal de Cultura (0.000) nem Plano Municipal de Cultura (0.000).

Quanto à infraestrutura cultural, foram identificados 7 equipamentos socioculturais, resultado no índice 0.614, além de 4 meios de comunicação, com índice 0.746. Assim, o íncide aplicado à esta subdimensão foi de 0.680.

Para compor o índice "iniciativas culturais da sociedade (0.936), foram identificados 3 atividades artesanais (0.872) e 14 grupos artísticos (1.000). Quanto ao investimento em cultura (0.926), investiu R$ 64,18 per capita (1.000), investindo 2,94% da Receita Corrente Líquida nessa política pública.

Na cultura, percebe-se que a infraestrutura cultural, as iniciativas da sociedade e os recursos investidos na cultura alcançam índices extremamente altos, contudo, este indicador é minimizado devido à baixíssimos índices relativos à estrutura de gestão, especialmente devido à ausência/insuficiência do conselho, plano e fundo, três elementos reconhecidos como indispensáveis para o desenvolvimento dessa política pública.

Finalizando a Dimensão Sociocultural, temos a dimensão habitação (0.914). Quanto à estrutura de gestão para políticas habitacionais, a existência de Conselho, Plano e Fundo Municipal de Habitação conferem ao município o índice 1.000.

Na qualidade habitacional, tem-se 7,86% de densidade excessiva (0.765), 98,78% de domicílios com banheiro de uso exclusivo (0.951) e, 98,4% de domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora (0.764), projetando assim esse indicador ao valor 0.827 (médio alto).

Dando sequência às subdimensões, a figura abaixo apresenta o mapa dos municípios catarinenses com relação à Dimensão Econômica:

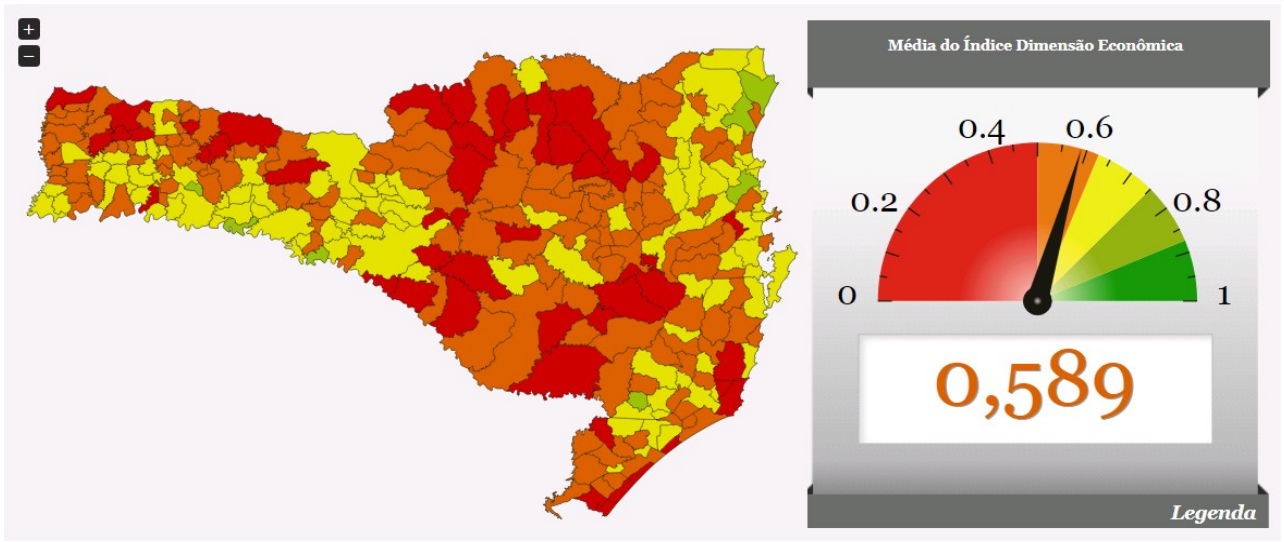
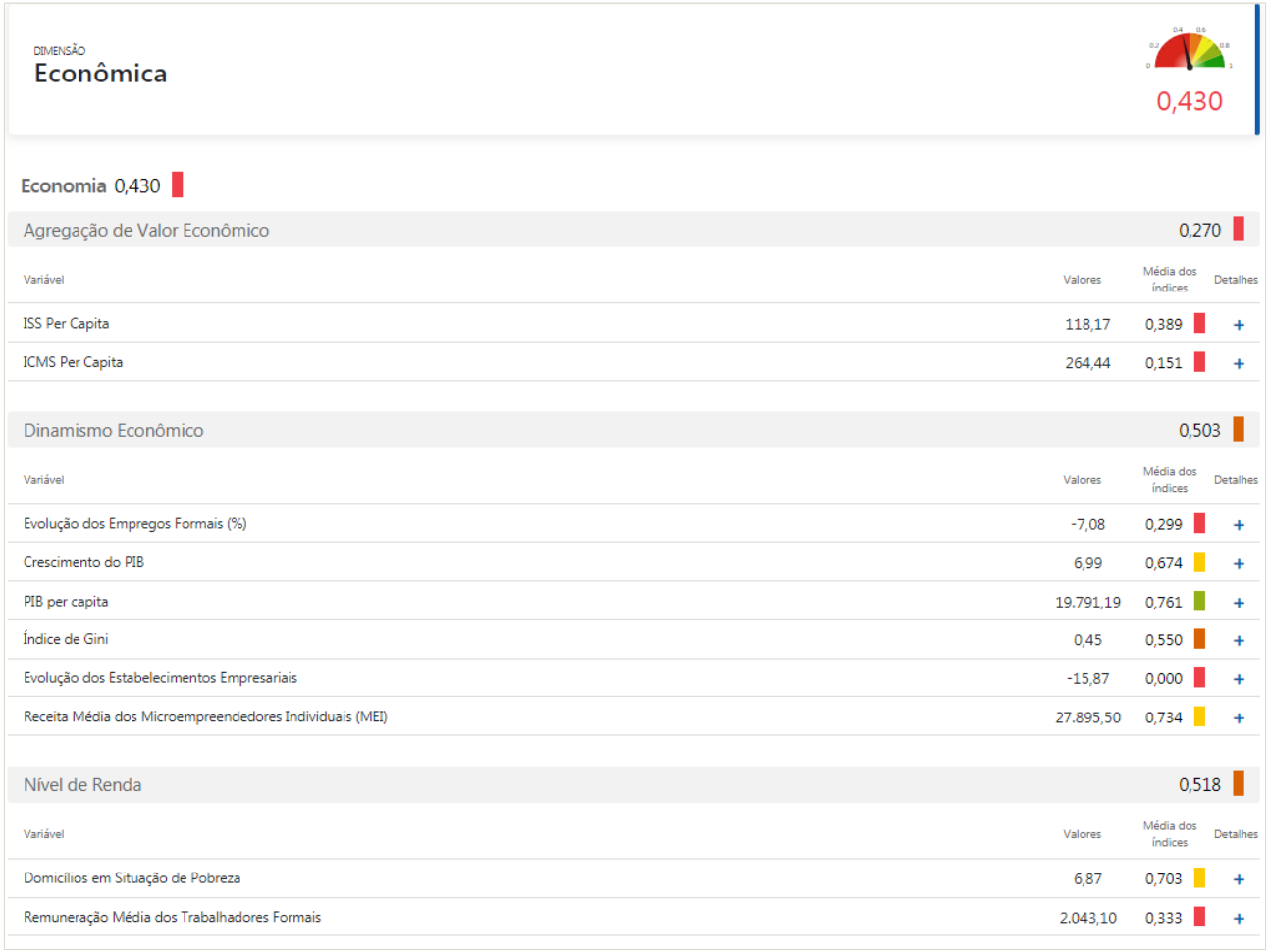


Figura 21 – Dimensão Econômica – IDMS 2020
Fonte: https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2021/codMunicipio/142. Acesso em 09.08.2021.

Dentre as quatro dimensões avaliadas, a dimensão econômica representa o maior desafio para o município, por apresentar índices extremamente reduzidos. Laguna possui o índice 0.430, ou seja, 16 pontos percentuais abaixo da média estadual. Tubarão possui o índice 0.648 e Imbituba, o índice 0.645.

A Dimensão Econômica é composta apenas por uma subdimensão, a Economia, que por sua vez possui três indicadores, conforme pode-se observar na figura abaixo:



DIMENSÃO
Econômica

0,430

Economia 0,430

Agregação de Valor Econômico			0,270
Variável	Valores	Média dos índices	Detalhes
ISS Per Capita	118,17	0,389	+
ICMS Per Capita	264,44	0,151	+

Dinamismo Econômico			0,503
Variável	Valores	Média dos índices	Detalhes
Evolução dos Empregos Formais (%)	-7,08	0,299	+
Crescimento do PIB	6,99	0,674	+
PIB per capita	19.791,19	0,761	+
Índice de Gini	0,45	0,550	+
Evolução dos Estabelecimentos Empresariais	-15,87	0,000	+
Receita Média dos Microempreendedores Individuais (MEI)	27.895,50	0,734	+

Nível de Renda			0,518
Variável	Valores	Média dos índices	Detalhes
Domicílios em Situação de Pobreza	6,87	0,703	+
Remuneração Média dos Trabalhadores Formais	2.043,10	0,333	+

Figura 22 – Detalhamento da Dimensão Econômica – IDMS 2020
Fonte: https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2021/codMunicipio/142. Acesso em 09.08.2021.

Na agregação de valor econômico, a arrecadação de ICMS e ISS do município são consideradas extremamente baixas, com índices 0.151 e 0.389, projetando o indicador ao valor de 0.270.

Quanto ao Dinamismo Econômico, há dois destaques positivos (PIB per capita e Renda média dos MEI), embora, conforme já foi observado anteriormente, o valor do PIB é muito inferior às médias nacional estadual, representando apenas metade do valor percebido por alguns municípios vizinhos com características semelhantes. Diante desse fato, o índice de 0.503 aplicado ao Dinamismo Econômico é ainda mais preocupante, pois valores baixos de remuneração (PIB e MEI) o projetaram para cima.

Quanto ao nível de renda, foram identificados 6.87% de domicílios em situação de pobreza e uma renda média de 2.043,10 dos trabalhadores formais. Com as medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19 estima-se que estes números tenham apresentado piora, cabendo aí estudos mais aprofundados e atualizados sobre essa temática.

Dando continuidade à apresentação das dimensões, será apresentada a Dimensão Ambiental, que assim como a Dimensão Econômica, é representada apenas por uma subdimensão, denominada meio ambiente.

A Figura abaixo expressa os resultados aferidos pelos municípios com relação à Dimensão Ambiental:

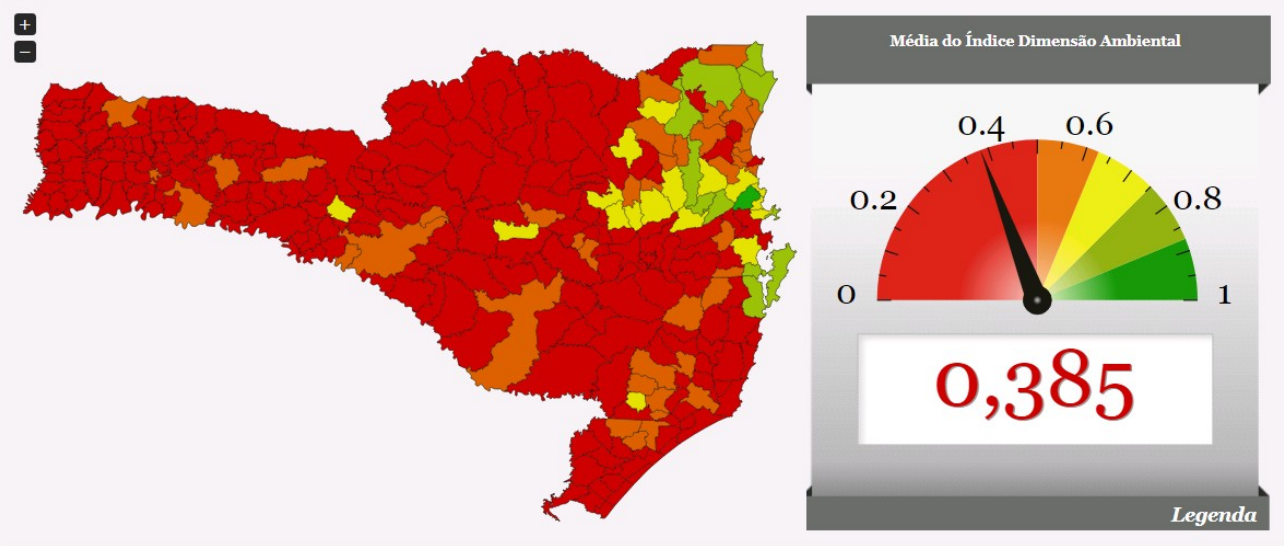


Figura 23 – Mapa Dimensão Ambiental - IDMS - 2020
Fonte: https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2021/codMunicipio/142. Acesso em 09.08.2021.

Laguna apresenta um índice de 0.434 nessa dimensão, superior em 0.049 pontos percentuais a média estadual, que é de 0.385. É importante observar, que embora grande parte do estado apresente índices baixos e médio-baixos, há um conjunto de municípios do Litoral Norte e Grande Fpolis que apresentam índices médios, médio-altos e altos, indicando assim que há possibilidade de alcançá-los.

Nos municípios limítrofes com Laguna, somente Tubarão apresenta índice médio-baixo, os demais estão classificados como baixo.

A figura abaixo expressa o detalhamento da Dimensão Ambiental:

DIMENSÃO
Ambiental
0,434

Meio Ambiente 0,434

Cobertura de Saneamento Básico 0,665

Variável	Valores	Média dos índices	Detalhes
Domicílios Atendidos por Rede Pública de Água	75,50	0,604	+
Domicílios Atendidos Direta ou Indiretamente por Coleta de Lixo	96,53	0,942	+
Domicílios com Acesso à Rede Geral de Esgoto ou Fossa Séptica	68,23	0,449	+

Gestão Ambiental 0,500

Variável	Valores	Média dos índices	Detalhes
Licenciamento de Impacto Local	1,00	1,000	+
Agenda 21 Local	0,00	0,000	+

Preservação Ambiental 0,137

Variável	Valores	Média dos índices	Detalhes
Áreas de Matas e Florestas Naturais Preservadas nas Propriedades Agropecuárias	6,63	0,137	+

Figura 24 – Detalhamento da Dimensão Ambiental - IDMS Laguna - 2020
Fonte: https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2021/codMunicipio/142. Acesso em 09.08.2021.

Embora saiba-se que a meta de atendimento à população na cobertura de saneamento básico deveria se aproximar de 100%, o município apresenta números considerados positivos em comparação à realidade nacional e aos parâmetros estabelecidos para este estudo.

Com 75,5% dos domicílios atendidos com rede pública de água, 96,53% com coleta de lixo e 68,23% com esgotamento sanitário adequado, o município apresenta um índice de 0,665 no indicador cobertura de saneamento básico.

No indicador Gestão Ambiental são avaliados apenas dois aspectos: Licenciamento de impacto local (1.000) e Agenda 21 Local, cujo índice é 0, pois não foi identificada no município, embora tenha sido elaborada em gestões anteriores, ou seja, não houve continuidade.

Quanto às áreas de matas florestais preservadas foram verificadas que apenas 6,63% estão protegidas, e em razão deste dado, foi aplicado o índice 0.137 ao município.

Para finalizar o subcapítulo, tem-se a Dimensão Político-Institucional, que possui três subdimensões: Finanças Públicas, Gestão Pública e Participação Social.

A Figura abaixo ilustra os índices alcançados pelos municípios catarinenses nessa dimensão:

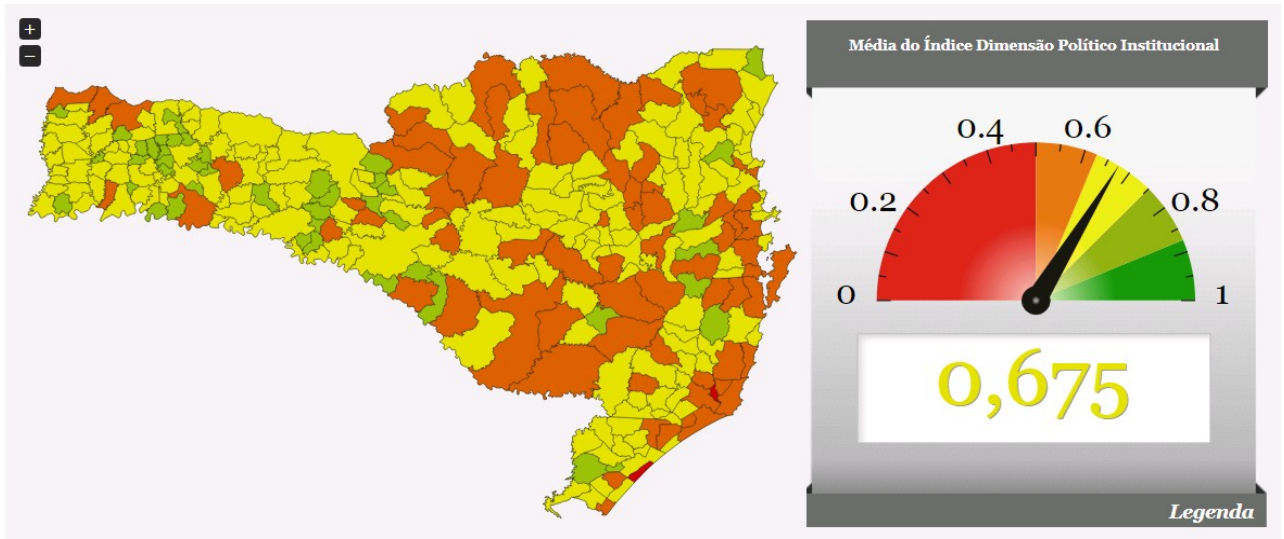


Figura 25 – Mapa Dimensão Político Institucional IDMS - 2020
Fonte: https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2021/codMunicipio/142. Acesso em 09.08.2021.

O município de Laguna apresenta o índice 0.515, enquanto a média estadual é de 0.675, ou seja, Laguna está 0.160 pontos abaixo da média estadual. Tubarão apresenta o índice 0.564 e Imbituba, 0.586. Entre os municípios limítrofes, há um destaque negativo para Pescaria Brava, com índice 0.484 (baixo), enquanto os demais municípios estão no nível médio-baixo.

Observa-se que, neste aspecto, há grande predominância de municípios em nível médio e médio-alto, em especial no Oeste, Litoral Norte, Planalto e parte do Sul de Santa Catarina.

A figura abaixo expressa o detalhamento da Dimensão Político-Institucional do IDMS de Laguna:

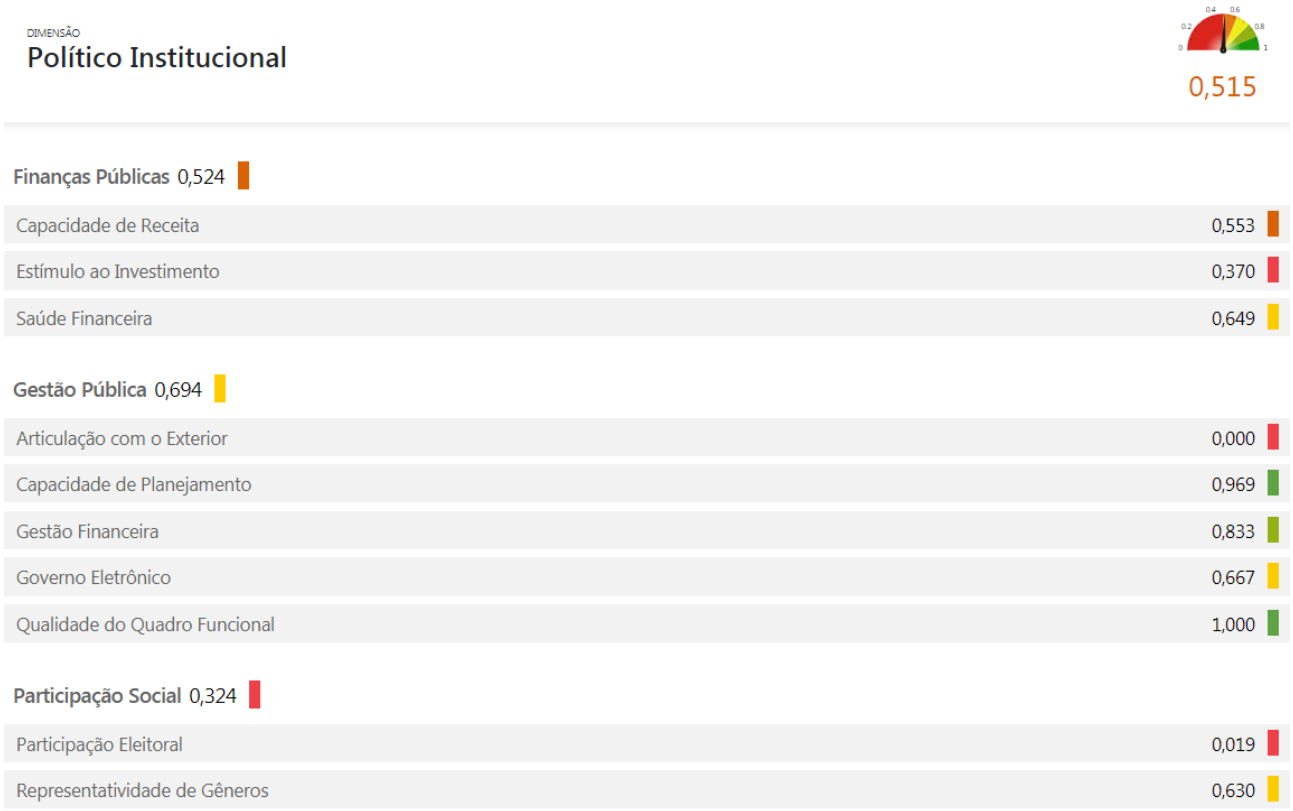


Figura 26 - Detalhamento IDMS Laguna – Dimensão Sociocultural – Parte 1
Fonte: (FECAM, 2017. Acesso em http://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2017)

O indicador Capacidade de Receita, é obtido pela média de duas variáveis: a Receita Corrente Líquida per capita, onde o município apresentou o valor de R$ 2.119,06, sendo classificado com índice 0.352; e a Receita própria sobre a receita corrente líquida, que representou apenas 31.01%, representando o índice de 0.753. De acordo com a classificação do próprio estudo (níveis), o município tem muitos desafios no incremento de receitas.

O Estímulo ao Investimento, que tem relação com investimento público, apresenta um valor de R$ 196,11 de investimento per capita, muito menos que os R$ 518,30 investidos em média pelos municípios catarinenses. Este investimento representa apenas 8,99% da receita corrente líquida. Em face desses dados, este indicador é classificado como baixo, com índice 0.370.

Na Saúde Financeira (0.650) o município obteve os melhores índices, com 0.901 para endividamento municipal, 1.000 pela variável suficiência de caixa. Entretanto, foi atribuído o índice 0.047 para receita comprometida com folha de pessoal (58,89%), o que indica necessidade de melhorias nesse processo.

Quanto ao indicador Gestão Pública, verifica-se índice 0.000 pela não participação em consórcios intermunicipais.

Na capacidade de Planejamento, obteve-se o índice de 0.969 em razão da existência de 5 Planos Setoriais, embora alguns desses Planos já demandem atualização, o que poderia reduzir ainda mais os índices dessa Dimensão.

2.1.7.4 Empregabilidade

Conforme os dados do último Censo Demográfico do IBGE, em 2010, o município possuía 24.479 pessoas economicamente ativas, com 23.009 (94%) ocupadas e 1.470 desocupadas. A taxa de participação, que representa o número de pessoas economicamente ativas era de 54,4% e a taxa de desocupação municipal, era 6,0%. O gráfico abaixo expressa o número de pessoas ocupadas, em 2010, distribuídas por posição:

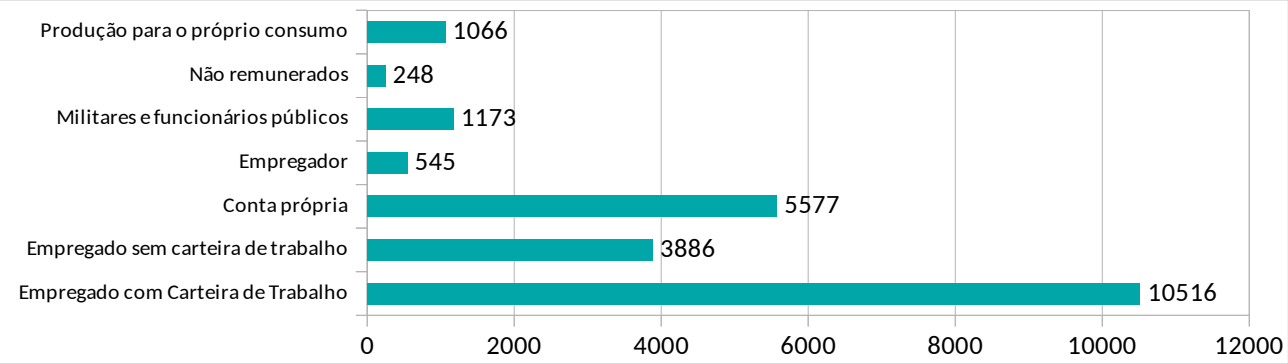


Gráfico 4 – Pessoas com 10 anos ou mais ocupadas por posição
Fonte: MDS 2013. Censo IBGE 2010

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 10.516 pessoas (45,7%) trabalhavam como empregados com carteira assinada, enquanto (3.886) 16,9% não possuía carteira assinada.

Outras 5.577 pessoas, perfazendo 24,2% da população economicamente ativa (PEM) atuam por conta própria e 545 pessoas (2,4%), são empregadores. Militares e servidores públicos representavam 5,1% do total ocupado, e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 5,7% dos ocupados.

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social e Comabte à Fome - MDS (2013), em 2010, entre as pessoas ocupadas, 5,9% não tinham rendimentos e 35,0% dos trabalhadores ganhavam até um salário mínimo por mês. Entre os anos de 2010 e 2021 (atual), é natural que tenha havido muita movimentação de pessoal, com admissões e demissões, abertura e fechamento de empresas ou mesmo mudança de posição dos trabalhadores.

Além disso, em 2013, houve a efetivação da emancipação do Distrito de Pescaria Brava, o que provocou uma redução populacional de aproximadamente 9.500 pessoas.

Considerando a Taxa de participação à época (54,4%) e aplicando essa taxa à população de 9.500 pessoas, tem-se um quantitativo aroximado de 5.000 trabalhadores cujos registros passaram a integrar o novo município de Pescaria Brava. Além dessa redução populacional, o município registrou grande movimentação de pessoal no período compreendido entre janeiro de 2010 e dezembro de 2019.

Nesse sentido, os próximos dois quadros, elaborado com base em informações coletadas do CAGED, expressam a movimentação de pessoal (admissões e demissões) entre os anos de 2010 e 2019. Serão apresentados dois quadros, um com os dados tradicionais e outro com os ajustes, acompanhadas das devidas considerações:

Quadro 11 – CAGED - Admissões e demissões – jan 2010 a dez 2019

Posição	Município	Admissões	Demissões	Saldo	População	Saldo / População
1º	Joinville	1.013.908	974.279	39.629	597.658	6,63%
2º	São José	587.295	561.239	26.056	250.181	10,41%
3º	Florianópolis	983.668	958.295	25.373	508.826	4,99%
4º	Chapecó	396.757	375.851	20.906	224.013	9,33%
5º	Itajaí	489.163	473.579	15.584	223.112	6,98%
6º	Criciúma	317.964	306.936	11.028	217.311	5,07%
20º	Braco do Norte	51.030	47.204	3.826	33.876	11,29%
24º	Tubarão	199.040	195.458	3.582	106.422	3,37%
41º	Imbituba	43.538	41.411	2.127	45.286	4,70%
51º	Garopaba	27.105	25.344	1.761	23.759	7,41%
260º	Laguna	38.385	38.357	-28	46.122	-0,06%

Fonte: CAGED. https://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi. Acesso em 08.07.2021

Considerando que muitas empresas encaminham as informações fora do prazo, comprometendo assim a fidedignidade dos dados, o Ministério do Trabalho e Emprego criou uma tabela de ajustes do CAGED:

> Com vistas a complementar as informações contidas na Nota Técnica n.º 082/2011, de 18 de janeiro de 2011, e diante do objetivo de retratar com maior fidedignidade a realidade do mercado de trabalho formal celetista, passa, a partir da competência de janeiro de 2011, a divulgar duas séries de emprego com base no CAGED. Uma série contemplará os ajustes e considera as declarações entregues fora do prazo e outra sem os ajustes, buscando não interromper a série histórica, amplamente utilizada pelos pesquisadores da área do trabalho.[11]

Nesse sentido, segue abaixo o quadro com os ajustes do CAGED, entre o período de janeiro de 2011 à novembro de 2010:

Quadro 12 – CAGED - Admissões e demissões – ajustes - jan 2011 a nov 2019

Posição	Município	Admissões	Demissões	Saldo	População	Saldo / População
1º	Florianópolis	40.969	33.828	7.141	508.826	1,40%
2º	Joinville	24.539	20.716	3.823	597.658	0,64%
3º	Itajaí	17.401	14.121	3.280	145.796	2,25%
4º	São José	17.841	14.850	2.991	250.181	1,20%
5º	Balneario Camboriú	11.627	8.853	2.774	145.796	1,90%
6º	Criciúma	11.252	8.710	2.542	224.013	1,13%
9º	Tubarão	5.974	4.787	1.187	106.422	1,12%
13º	Chapecó	6.645	5.850	795	224.013	0,35%
15º	Imbituba	2.447	1.756	691	45.286	1,53%
39º	Garopaba	641	388	253	23.759	1,06%
49º	Laguna	1.877	1.688	189	46.122	0,41%

Fonte: CAGED. https://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi. Acesso em 11.08.2021

11 http://pdet.mte.gov.br/caged-ajustes.

Somando-se as duas tabelas acima, verifica-se que Laguna obteve um saldo positivo de 161 empregos formais no período de 10 anos, o que equivale apenas à 0,35% da população, o que representa menos de 1% da população economicamente ativa.

O município de Tubarão (limítrofe e pólo da microrregião) obteve um saldo de 4.769 empregos, o que equivale à 4,5% de sua população. Imbituba, outro município limítrofe, registrou um saldo de 2.818 empregos formais, o que representa cerca de 6,2% de sua população. Destaca-se a atuação dos municípios de São José, Chapecó e Braço do Norte, que registraram saldos positivos equivalentes à aproximadamente 10% de sua população.

Com um crescimento aproximado de 4.000 pessoas no município de Laguna entre 2010 e 2020, pode ter ocorrido aumento na taxa de desemprego no município de Laguna, a migração para o mercado informal, para o setor público ou para microempreendimentos.

O quadro abaixo apresenta as 20 ocupações que mais admitiram entre janeiro de 2010 e dezembro de 2019:

Quadro 13 – Ocupações que mais adimitiram – jan 2010 a nov 2019

CBO:Atividade	Salário Médio	Admissões	Demissões	Saldo
Lavador de Peças	1.055,97	911	697	214
Faxineiro	970,97	1.278	1.070	208
Embalador, a Mão	909,17	327	232	95
Frentista	1.063,30	657	564	93
Repositor de Mercadorias	1.000,20	1.108	1.024	84
Assistente Administrativo	1.186,66	461	410	51
Pescador Industrial	1.346,36	2.386	2.340	46
Motorista de Ônibus Urbano	1.302,96	168	129	39
Ajudante de Confecção	825,27	335	296	39
Atendente de Lojas e Mercados	1.205,28	143	108	35
Auxiliar de Lavanderia	927,58	365	337	28
Operador de Telemarketing Ativo	892,90	278	251	27
Atendente de Lanchonete	956,70	577	551	26
Auxiliar de Escritório, em Geral	1.020,09	869	843	26
Atendente Comercial (Agencia Postal)	1.026,90	70	45	25
Porteiro de Edifícios	1.121,28	60	37	23
Pescador Profissional	1.471,95	2.461	2.443	18
Operador de Laminador	884,62	100	83	17
Lavadeiro, em Geral	1.112,33	33	16	17
Coletor de Lixo Domiciliar	1.134,42	86	70	16

Fonte: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php

Observa-se grande quantidade de admissões nas ocupações de lavador de peças e faxineiro, com saldo positivo superior à 200 vagas. Embalador à mão, frentista e repositor de mercadorias possuem saldo aproximado de 100 vagas de trabalho formal.

Por outro lado, outras ocupações demitiram em maior número, conforme pode-se observar no quadro abaixo:

Quadro 14 – Ocupações que mais demitiram – jan 2010 a nov 2019

CBO:Atividade	Salário Médio	Admissões	Demissões	Saldo
Armador de Estrutura de Concreto Armado	1.271,19	378	453	-75
Lavador de Roupas a Maquina	1.196,13	15	88	-73
Mestre (Construção Civil)	3.408,99	140	210	-70
Costureiro na Confeccao em Serie	840,40	272	342	-70
Trabalhador de Preparacao de Pescados (Limpeza)	927,62	1.461	1.520	-59
Motorista de Caminhao	1.277,23	742	798	-56
Patrao de Pesca de Alto-Mar	2.391,88	155	201	-46
Carpinteiro	1.286,44	587	632	-45
Gerente Administrativo	1.683,65	200	236	-36
Camareiro de Hotel	990,56	374	410	-36
Servente de Obras	983,73	1.050	1.084	-34
Costureiro, a Maquina na Confeccao em Serie	990,33	566	598	-32
Operador de Maquina de Costura de Acab.	870,56	61	89	-28
Vigia	1.063,46	148	176	-28
Vendedor em Comercio Atacadista	920,29	681	707	-26
Gerente Comercial	1.601,32	74	99	-25
Operador de Guindaste (Fixo)	2.277,07	15	38	-23
Pedreiro	1.472,82	802	825	-23
Tecnico de Obras Civis	2.446,72	43	66	-23
Gerente de Loja e Supermercado	3.015,13	72	94	-22

Fonte: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php

Verifica-se que as atividades que mais demitiram estão relacionadas principalmente à construção civil, transporte de cargas, pesca, turismo/hotelaria e indústria de confecção.

Com essas movimentações, o município de Laguna registrou, em dezembro de 2019, 6.377 pessoas com emprego formal.

O quadro abaixo empresa o número de empregos formais e a remuneração média, divididos por gênero e por setor de atividade:

Quadro 15 – Número de empregos formais e remuneração média – por setor de atividade

Faixa Etária	Masculino		Feminino		Total
	Quantidade	Média Salarial	Quantidade	Média Salarial	Quantidade
1 - EXTR MINERAL	1	1.333,42	1	1.333,42	1
2 - IND TRANSF	513	1.926,28	376	1.600,34	889
3 - SERV IND UP	87	5.236,89	13	3.038,54	100
4 - CONSTR CIVIL	112	2.068,58	8	1.940,93	120
5 - COMERCIO	1.050	1.844,45	997	1.705,26	2.047
6 - SERVICOS	955	2.266,85	1.032	2.171,12	1.987
7 - ADM PUBLICA	399	3.815,35	649	2.945,90	1.048
8 - AGROPECUARIA	169	2.173,35	16	1.610,60	185
Total	**3.286**	**2.583,15**	**3.092**	**2.043,26**	**6.377**

Fonte: RAIS/MTPS. Disponível em https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#. Acesso em 12.08.2021.

Observa-se grande predominância de empregos na área de comécio (32%) e serviços (31%), seguidos pela administração pública, que registrava 16,5% dos empregos formais do município.

Destaca-se a diferença de remuneração entre os gêneros, com as mulheres recebendo em média 80% dos salários dos homens.

Além dos empregos formais por setor de atividade, o quadro abaixo expressa o número de empregos formais dividios por gênero e faixa etária:

Quadro 16 – Número de empregos formais em dezembro de 2019 – por faixa etária

Faixa Etária	Masculino		Feminino		Total
	Quantidade	Média Salarial	Quantidade	Média Salarial	Quantidade
2 - 14 a 17 anos	34	864,99	24	1.048,25	58
3 - 18 a 24 anos	564	1.589,15	491	1.513,09	1.055
4 - 25 a 29 anos	451	1.998,29	413	1.861,85	864
5 - 30 a 39 anos	791	2.442,62	906	2.273,74	1.697
6 - 40 a 49 anos	705	2.683,26	736	2.359,53	1.441
7 - 50 a 64 anos	674	2.892,03	491	2.381,52	1.165
8 - Acima de 65 anos	67	2.888,08	30	2.664,49	97
Total	**3.286**	**2194,06**	**3.091**	**2014,64**	**6.377**

Fonte: RAIS/MTPS. Disponível em https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#. Acesso em 12.08.2021.

De acordo com a pirâmide etária apresentada no subcapítulo 2.1.5, há uma predominância de pessoas nas faixas etárias de 15 a 29 anos, entretanto, o quadro acima demonstra que há menos pessoas com emprego formal nessa faixa etária, em comparação à faixa etária de 30 a 64 anos.

Verifica-se ainda, que a remuneração tende a aumentar de acordo com a idade, tanto entre homens como entre mulheres. Todavia, novamente verifica-se que a remuneração média das mulheres é inferior à dos homens, em todas as faixas etárias.

Outra questão que pode ser relevante para a Política de Assistência social é a identificação das ocupações com mais vagas de emprego. O quadro abaixo apresenta as cinco ocupações com mais empregos em dezembro de 2019:

Quadro 17 – Ocupações com mais empregos – dezembro de 2019

CBO 2002 - Ocupação	Masculino	Feminino	Total
521110 - VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	128	294	422
421125 - OPERADOR DE CAIXA	98	221	319
411005 - AUXILIAR DE ESCRITORIO EM GERAL	73	193	266
514320 - FAXINEIRO	64	174	238
231205 - PROFESSOR DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (PRIMEIRA A QUARTA SERIE)	17	182	199

Fonte: RAIS/MTPS. Disponível em https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#. Acesso em 12.08.2021.

Observa-se que, dentre as cinco atividades com mais empregos, as duas principais são ligadas ao setor de comércio, enquanto as demais podem se enquadrar em outras áreas.

Além de todos os dados apresentados anteriormente, relativos principalmente à decada anterior, deve-se considerar os efeitos econômicos da pandemia de Covid-19 no ano de 2020. Neste sentido, o quadro abaixo representa um estudo realizado pelo IPEA, relativo aos impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho:

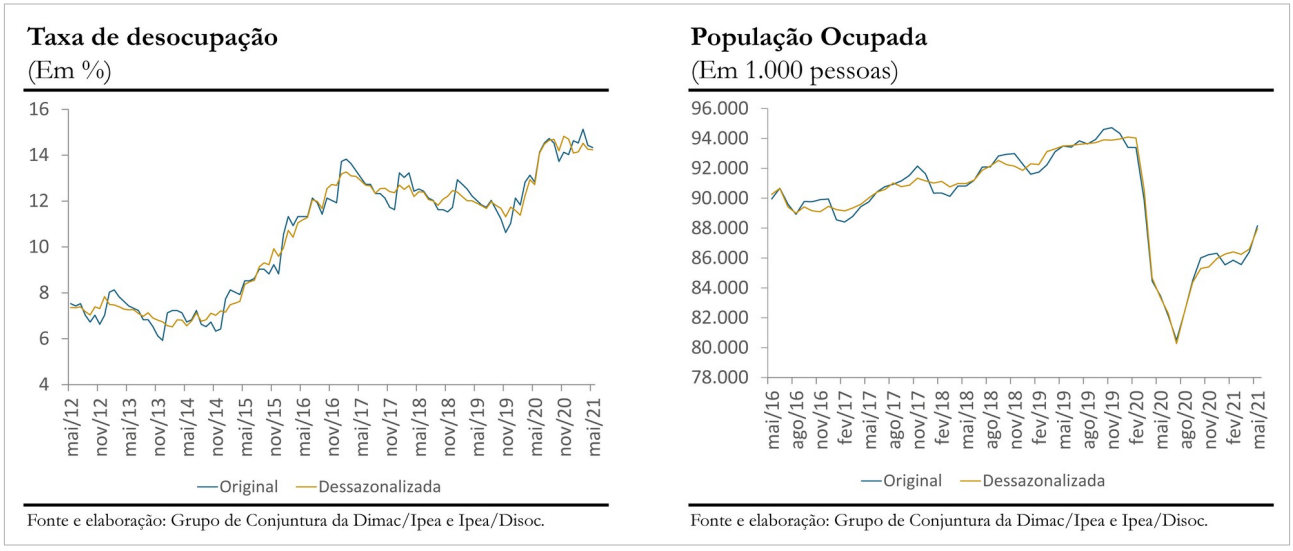


Gráfico 5 – Série histórica - Taxa de desocupação e população ocupada – Brasil
Fonte: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2021/08/. Acesso em 06.08/2021.

Pode-se observar que há um salto significativo na Taxa de desocupação, que passou de aproximadamente 6% em 2013 para 15% em 2021. Isso significa que, dentre a população economicamente ativa, cerca de 15% não está ocupada com nenhum tipo de atividade (desemprego), seja formal ou informal.

Com relação ao quantitativo da população ocupada, verifica-se que, entre 2016 e 2019 há uma leve crescente, alcançando cerca de 94 milhões de pessoas. Em 2020 há uma drástica redução, chegando-se ao patamar de 80 milhões de pessoas, ou seja, uma redução de quase 15% no número de pessoas ocupadas.

Em 2021, registrou-se um aumento significativo na população ocupada, de modo que, em maio de 2021, haviam cerca de 87 milhões de pessoas ocupadas. Entretanto, considerando-se o crescimento na população ocupada entre 2016 e 2020, o natural seria que houvessem, pelo menos, 96 milhões de pessoas ocupadas.

Ainda assim, haveriam cerca de 5 milhões de desempregados, considerando que, em junho de 2021, há aproximadamente 15 milhões de desempregados no país.

2.2 DEMANDA POTENCIAL

Este subcapítulo têm como objetivo apresentar dados quantitativos e qualitativos que evidenciem a demanda potencial dos serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social. Objetiva-se tanto um dimensionamento do público-alvo para os serviços e benefícios ofertados no município, quanto a evidenciação da necessidade de implantação de novos serviços, programas, projetos ou benefícios, se houver.

Nos subtítulos, foram contemplados elementos relativos à demanda potencial para a Proteção Social Básica, com informações centradas na vulnerabilidade socioeconômica e; demanda potencial para a Proteção Social Especial, abordando situações de violência e violações de direitos.

2.2.1 Demanda Potencial para a Proteção Social Básica

2.2.1.1 Pobreza e extrema pobreza segundo o IBGE

Para levantamento de informações acerca das situações de vulnerabilidade e desproteção social, foram utilizadas, principalmente, informações da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, do Ministério da Cidadania, extraídas a partir do Cadastro Único dos Programas Sociais - CadÚnico e de outros sistemas que compõem a Rede SUAS, além de consultas às bases de dados e metadados do IBGE, PNUD, CNM, Segurança em Números, IPEA, SipiaWeb, entre outros.

Inicialmente, com relação ao percentual de vulnerabilidade à pobreza, que inclui as famílias com renda per capta de até ½ salário-mínimo, apresenta-se o gráfico abaixo que compara o percentual de pessoas vulneráveis à pobreza em Laguna, na capital Florianópolis, a média estadual e a média nacional, relativo ao último Censo realizado pelo IBGE em 2010:

Quadro 18 – Percentual de pessoas vulneráveis à pobreza

Espacialidades	1991	2000	2010
Brasil	58,53%	48,39%	32,56%
Santa Catarina	49,34%	31,40%	12,36%
Florianópolis (SC)	26,62%	15,40%	6,42%
Laguna (SC)	67,61%	40,56%	20,01%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD, 2017.

Observa-se uma redução significativa no número de pessoas vulneráveis à pobreza entre os três Censos realizados, Tanto em âmbito nacional, quanto estadual e municipal. Todavia, em 2010, aproximadamente 20% da população de Laguna ainda era considerada como “vulnerável à pobreza”, enquanto que a média estadual era de 12,36%, e da capital, Florianópolis, pouco mais de 6%.

Cerca de 5,27% dos residentes no município foram considerados como pobres (renda per capita até 178,00), o que representa o quantitativo de aproximadamente 2.700 pessoas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

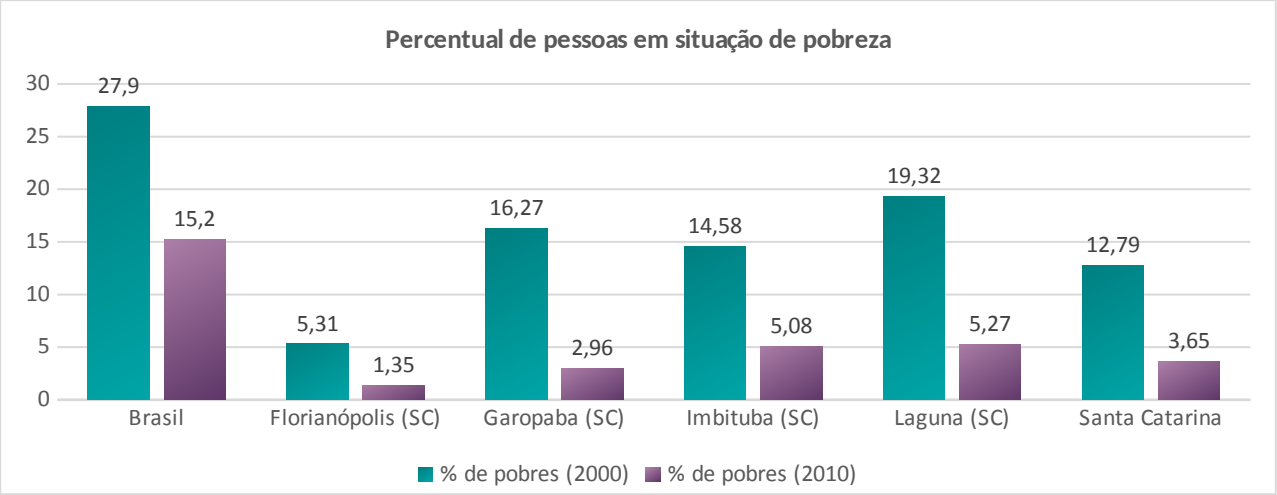


Gráfico 6 – Percentual de pessoas em situação de pobreza
Fonte: PNUD, 2013.

Observa-se que embora no país o percentual de "pobres" seja de 15,20%, em Santa Catarina este percentual é de 3,65%, ou seja, quatro vezes menor que a média nacional, com 11,55% à menor. Laguna, por sua vez, possui percentual de 5,27%, o que representa 1,43% acima da média estadual, o que representa um acréscimo de cerca de 45% à maior.

Entre os municípios vizinhos, verifica-se que Imbituba possui percentual pouco inferior à Laguna, enquanto que Garopaba encontra-se muito abaixo desta média. Destaque para a capital Florianópolis, com índice de apenas 1,35%, o que representa cerca de 8% da média nacional.

O gráfico abaixo expressa o quantitativo de pessoas em situação de extrema pobreza identificado pelo IBGE em 2000 e 2010:

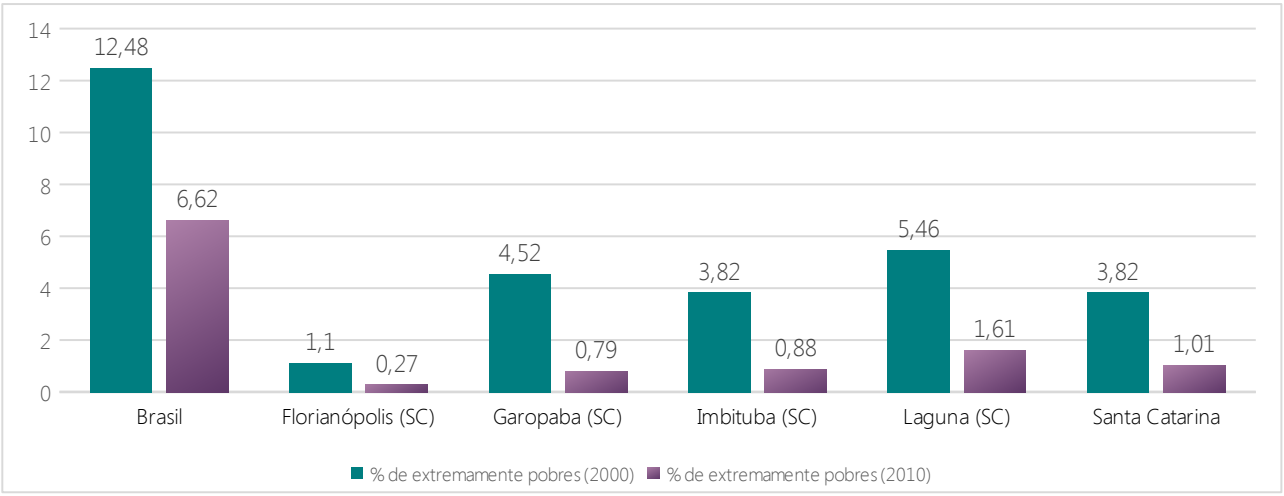


Gráfico 7 – Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza
Fonte: PNUD, 2017.

Embora tenha ocorrido, entre os anos de 2000 e 2010, uma redução considerável (3,85%) no percentual de pessoas em situação de "extrema pobreza", ou seja, aqueles que percebem renda per capta inferior a 89,00 (atualmente), Laguna ainda apresentava em 2010 um percentual

de 1,61%, que representa cerca de 820 pessoas. Novamente chama atenção a capital Florianópolis, com índice de 0,27%.

Verifica-se que Laguna apresenta índices superiores à média estadual, aos municípios vizinhos e à capital. É preocupante o fato de que o município tenha proporcionalmente o dobro de pessoas em situação de extrema pobreza de municípios como Garopaba e Imbituba, além de superar em cerca de 6 vezes os números de Florianópolis.

Entretanto, apesar de haver proporcionalmente grande quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade, de pobreza e de extrema pobreza, no município existe certo equilíbrio na distribuição da renda, em comparação ao estado e principalmente ao país. Nesse sentido, o Gráfico abaixo expressa a soma da renda dos 20% mais ricos em comparação à renda dos 80% mais pobres:

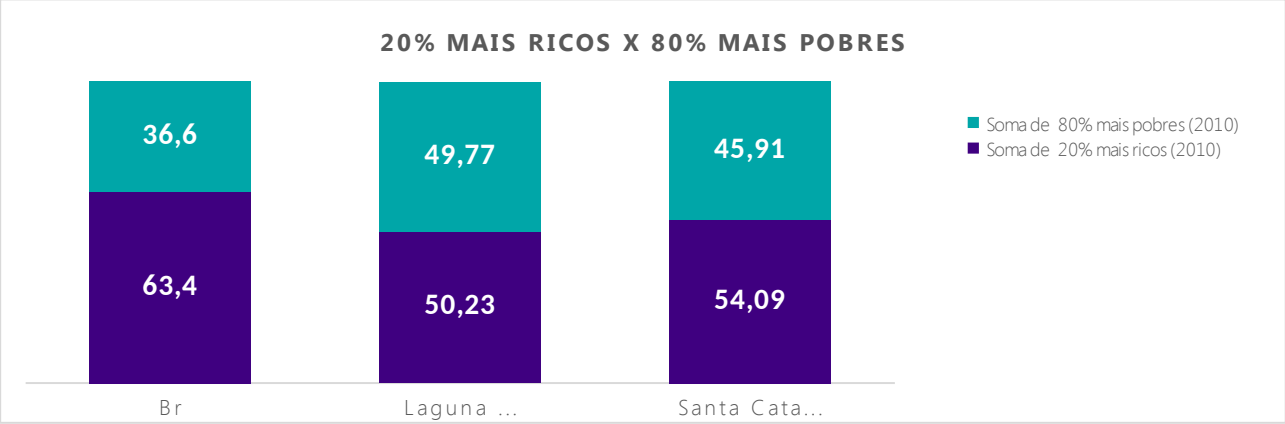


Gráfico 8 – Soma da renda dos 80% mais pobres x renda dos 20% mais ricos
Fonte: PNUD, 2013.

Observa-se que, no país, 20% dos mais ricos detêm 63,4% da renda, enquanto que no estado este percentual é de 54,09%. Laguna por sua vez, apresenta praticamente igualdade entre a renda dos 20% mais ricos e dos 80% mais pobres, este último, alcançando o percentual de 49,77%.

Outro dado que confirma haver relativa distribuição de renda no município, evidencia-se a partir da análise dos índices de Gini e Theil, apresentados no gráfico abaixo:

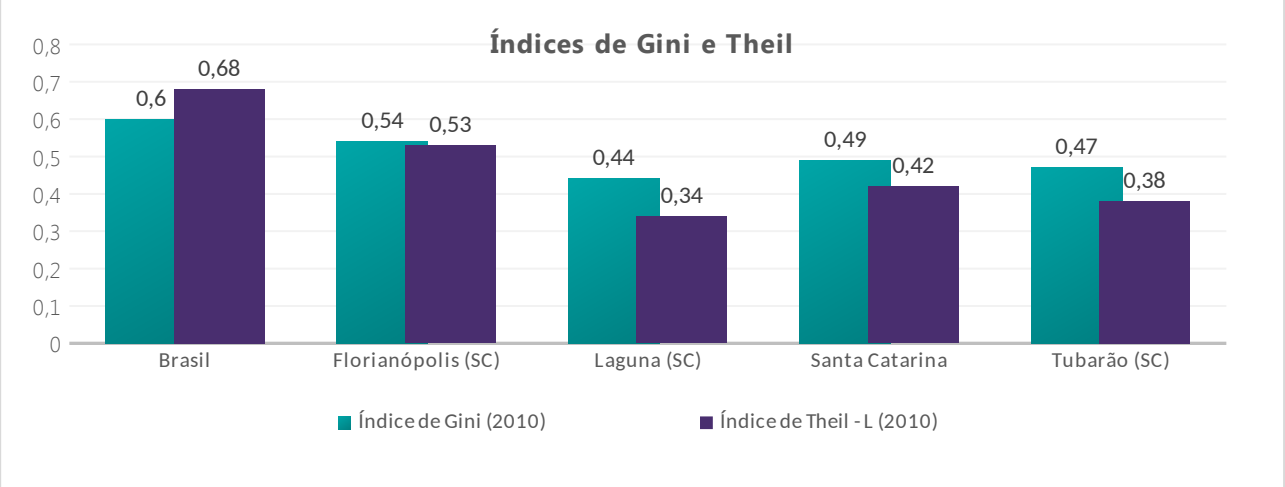


Gráfico 9 – Índice de Gini e Índice de Theil - L
Fonte: PNUD, 2013.

Laguna apresenta índices de desigualdade inferiores a todos os referenciais utilizados, aproximando-se do vizinho Tubarão, e com índice 0,34 abaixo da média nacional no índice de Theil - L, o que representa 50% desta média.

Correlacionado as informações de vulnerabilidade e desigualdade, verifica-se que o fato do município possuir altos percentuais de pessoas em situação de vulnerabilidade, pobreza e extrema pobreza e dos índices de desigualdade serem baixos, evidencia que os 20% mais ricos da população também não possui renda expressiva.

2.2.1.2 Pobreza e extrema pobreza de acordo com o CadÚnico

Especificamente com relação às pessoas em situação de vulnerabilidade, pobreza e extrema pobreza tem-se os dados demonstrados no quadro abaixo, obtidos a partir do Cadastro Único dos Programas Sociais, com referência em maio de 2021:

Quadro 19 – Famílias Cadastradas no CadÚnico

Descrição	Quantidade
Estimativa de famílias de baixa renda – Perfil Cadastro Único (Censo 2010)	4022
Estimativa de famílias pobres - Perfil Bolsa Família (CENSO 2010)	2224
Total de famílias cadastradas em 2021	3056
Total de Famílias Cadastradas em 2021 (com perfil CadÚnico)	1836
Percentual de cobertura cadastral (considerando dados IBGE 2010)	46%
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R$ 0,00 até R$ 89,00	393
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R$ 89,01 e R$ 178,00	418
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R$ 178,01 e ½ salário mínimo	1025
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo (S.M.)	1220

Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: maio de 2021.

De acordo com Censo realizado pelo IBGE em 2010, haviam 4022 famílias com perfil CadÚnico, ou seja, com renda per capta até meio salário-mínimo no município. Deste total, 1836 estão cadastradas, o que representa cerca de 46% da estimativa.

Com relação à estimativa de famílias com Perfil Bolsa Família, ou seja, com renda até R$ 178,00, foram estimadas 2224 famílias, contudo, foram identificados 811 cadastros, o que representa cerca de 36% do total.

Quanto às faixas de renda, tem-se um quantitativo mais expressivo de pessoas com perfil Cadúnico, contudo, chama atenção o grande número de famílias em situação de extrema pobreza cadastradas no CadÚnico, ou seja, em situação prioritária para o atendimento pelos serviços de proteção social básica.

Com relação ao número e perfil das pessoas cadastradas no CadÚnico, atualmente tem-se 8443, conforme detalhado abaixo:

Quadro 20 - Quantitativo de Pessoas Cadastradas no CadÚnico

Descrição	Qtde
Total de pessoas cadastradas	7401
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R$ 0,00 até R$ 89,00	931
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R$ 89,01 e 178,00	1359
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R$ 178,01 e ½ S.M.	3022
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário-mínimo	2089

Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: maio de 2021.

Correlacionado os dados apresentados no quadro acima com a população do município, tem-se que 16% da população está cadastrada no CadÚnico, sendo 2% em situação de extrema pobreza, 3% em situação de pobreza e cerca de 6,5% em situação de baixa renda (vulneráveis à pobreza). Tem-se, portanto, cerca de 12% da população em situação de renda que demanda a atuação da Política de Assistência Social e outras políticas do campo social.

Outro aspecto relevante diz respeito as famílias pertencentes a grupos tradicionais, o que pode demandar atuações mais específicas. Nesse sentido, o quadro abaixo expressa o quantitativo de famílias cadastradas no CadÚnico como pertencentes aos grupos tradicionais específicos:

Quadro 21 - Grupos Tradicionais Específicos

Famílias de Pescadores Artesanais	
Total de famílias de pescadores artesanais cadastradas	279
Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família	75
Famílias em situação de rua	
Total de famílias em situação de rua cadastradas	38
Famílias em situação de rua, beneficiárias do Programa Bolsa Família	27
Famílias de Catadores de Material Reciclável	
Total de famílias de catadores de material reciclável cadastradas	12
Famílias de catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família	7
Famílias ciganas	
Total de famílias cadastradas	1
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	0
Famílias com membro no sistema carcerário	**1**
Total de famílias cadastradas	1
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	0

Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: maio de 2021.

Com relação às famílias e pessoas em situação de rua e às famílias de catadores de material reciclável, foram registradas, respectivamente, 38 e 12 famílias. Já entre os pescadores

artesanais, 279 famílias estão cadastradas, distribuídas entre diversas localidades do município, entretanto, apenas 75 são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

De acordo com informações coletadas nas unidades de Assistência Social e a partir da observação empírica, fica evidenciado que o número de pessoas em situação de rua e catadores de material reciclável é muito superior, assim como o número de famílias com pessoas no sistema carcerário, que sabe-se ser superior à 100 famílias. Tratam-se portanto, de dados subdimensionados que devem ser alvo de levantamentos, pesquisas, diagnósticos e mapas com recortes mais específicos, visando com isso estimar com mais fidedignidade a demanda potencial por serviços e benefícios socioassistenciais à estes públicos.

Dentre todas as famílias e pessoas cadastradas no CadÚnico, tem-se aqueles que recebem Bolsa Família. O quadro abaixo expressa os quantitativos:

Quadro 22 – Famílias Cadastradas no CadÚnico - Faixa de Renda x Recebe Bolsa Família

Recebe PBF família	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Sim	316	317	71	3	0	707
Não	77	101	954	1217	0	2349
Total	**393**	**418**	**1025**	**1220**	**0**	**3056**

Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: maio de 2021.

Observa-se que, há 178 famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, que embora se enquadrem nos critérios de renda, não recebem o benefício. Tal fato deve ser objeto de análise minuciosa da equipe do Programa, visando identificar as causas e os meios para sua resolução ou esclarecimento.

Nesse processo, devem também ser consideradas as estimativas do IBGE com relação às famílias em situação de extrema pobreza, pobreza e baixa renda.

Destaca-se que, além da renda das famílias, pode ser realizado um recorte etário no público da Política de Asssitência Social, visando com isso o desenvolvimento de ações mais específicas. Neste sentido, O quadro abaixo apresenta, a relação entre a faixa etária das pessoas cadastradas e a respectiva faixa de renda:

Quadro 23 – Faixa de renda e Faixa etária

Faixa etaria	Faixa da renda familiar per capita				Total
	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de 1/2 S.M.	
Entre 0 e 4	128	170	183	20	501
Entre 5 a 6	58	90	115	8	271
Entre 7 a 15	207	372	572	101	1252
Entre 16 a 17	30	58	143	33	264
Entre 18 a 24	93	149	371	122	735
Entre 25 a 34	134	190	407	170	901
Entre 35 a 39	54	103	213	73	443
Entre 40 a 44	65	74	206	81	426
Entre 45 a 49	32	54	209	80	375
Entre 50 a 54	32	51	162	130	375
Entre 55 a 59	46	27	154	132	359
Entre 60 a 64	31	10	129	222	392
Maior que 65	21	11	158	917	1107
Total	**931**	**1359**	**3022**	**2089**	**7401**

Fonte: CECAD, MDS. Referência: Agosto de 2017.

A distribuição acima apresenta o quantitativo de pessoas em cada faixa etária, com vistas ao desenvolvimento de ações específicas para estes públicos.

Em primeiro lugar, verifica-se que há pelo menos 2.290 pessoas pertencentes ao público prioritário (extrema pobreza e pobreza), distribuídas em 811 famílias. Tais famílias, constituem o público prioritário para inclusão no PAIF.

Quanto à demanda de crianças e adolescentes para o SCFV, verifica-se que dentro do público prioritário, há pelo menos 446 crianças entre 0 e 6 anos, 579 crianças entre 7 a 15 anos e 88 adolescentes com 16 ou 17 anos de idade.

Quanto a demanda para o SCFV para idosos, observa-se que dentro do total de 1.499 idosos cadastrados, 73 encontram-se em situação de pobreza ou extrema pobreza, constituindo portanto, público prioritário para o serviço.

Além dos quantitativos apresentados no quadro acima, entende-se ser importante realizar uma breve análise da concentração de pobreza por faixa etária. Neste sentido, o quadro abaixo expressa os percentuais de pessoas dentro de cada faixa de renda:

Quadro 24 – Percentual de pessoas por faixa etária distribuídas por faixa de renda

Faixa etária	Faixa da renda familiar per capita				Percentual com relação ao total de pessoas cadastradas
	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de 1/2 S.M.	
Entre 0 e 4	13,75%	12,51%	6,06%	0,96%	6,77%
Entre 5 a 6	6,23%	6,62%	3,81%	0,38%	3,66%
Entre 7 a 15	22,23%	27,37%	18,93%	4,83%	16,92%
Entre 16 a 17	3,22%	4,27%	4,73%	1,58%	3,57%
Entre 18 a 24	9,99%	10,96%	12,28%	5,84%	9,93%
Entre 25 a 34	14,39%	13,98%	13,47%	8,14%	12,17%
Entre 35 a 39	5,80%	7,58%	7,05%	3,49%	5,99%
Entre 40 a 44	6,98%	5,45%	6,82%	3,88%	5,76%
Entre 45 a 49	3,44%	3,97%	6,92%	3,83%	5,07%
Entre 50 a 54	3,44%	3,75%	5,36%	6,22%	5,07%
Entre 55 a 59	4,94%	1,99%	5,10%	6,32%	4,85%
Entre 60 a 64	3,33%	0,74%	4,27%	10,63%	5,30%
Maior que 65	2,26%	0,81%	5,23%	43,90%	14,96%

Fonte: CECAD, MDS. Referência: maio de 2021.

É possível observar, que há maior concentração de pessoas com idades entre 7 a 15 anos e entre 25 a 34 anos cadastradas no CadÚnico, representando, respectivamente, 16,92% e 12,17%. Nessas faixas etárias, há também grande concentração de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, conforme pode-se observar na tabela acima.

Há também grande concentração de crianças até 4 anos em extrema pobreza (13,75%) e pobreza (12,51%), embora esta faixa etária represente um percentual reduzido (6,77%) com relação ao total de pessoas cadastradas no CadÚnico.

Tais dados evidenciam que, crianças até 15 anos e jovens entre 24 e 34 anos são os que mais sofrem com a pobreza, pois embora representem uma quantidade reduzida com relação ao total, representam uma quantidade significativa dentre as pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza.

Entre os idosos, há um alto percentual de pessoas com renda superior a 1/2 salário-mínimo, cadastradas no CadÚnico, com baixos percentuais de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza.

Além da renda, outro aspecto observado é a presença de membro da família que exerceu de trabalho remunerado nos últimos 12 meses. O quadro abaixo expressa a situação do município:

Quadro 25 – Trabalho remunerado nos últimos 12 meses

Trabalho remunerado nos últimos 12 meses	Faixa da renda familiar per capita					TOTAL
	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
Sim	130	364	826	399	0	1.719
Não	435	395	1.385	1.574	0	3.789
Sem Resposta	390	615	880	132	0	2.017
TOTAL	**955**	**1.374**	**3.091**	**2.105**	**0**	**7.525**

Fonte: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em 11.08.2021.

Observa-se que, dentre 7525 pessoas, 2017 não responderam à questão. Dentre essas pessoas há 1005 em situação de pobreza ou extrema pobreza, 880 em situação de baixa renda e outros 132 com renda superior à ½ salário mínimo.

Há, contudo, 3789 pessoas que não exerceram trabalho remunerado, representando mais de 50% do total de pessoas cadastradas. Deve-se ter atenção especial às 435 pessoas em situação de extrema pobreza e 395 em situação de pobreza, que totalizam 830 pessoas.

2.2.1.3 Pessoas com deficiência

Um dos públicos-alvo da assistência social são as pessoas com deficiência, em especial àquelas que vivenciam situações de vulnerabilidade social ou econômica. Nesse sentido, o quadro abaixo apresenta alguns dados quantitativos registrados no CadÚnico:

Quadro 26 – Pessoas Cadastradas no CadÚnico – Deficiência x Renda per capita

Pessoa com deficiência	Faixa da renda familiar per capita				Total
	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de 1/2 S.M.	
Sim	42	36	254	285	617
Não	889	1323	2768	1804	6784
Total	**931**	**1359**	**3022**	**2089**	**7401**

Fonte: CECAD, MDS. Referência: maio de 2021.

Em maio de 2021, haviam 78 pessoas com deficiência em situação de pobreza ou extrema pobreza, o que demanda atenção urgente. Além disso, 254 pessoas com deficiência em situação de baixa renda e outras 285 com renda per capita superior à ½ salário-mínimo, o que constitui um público potencial de 617 pessoas para oferta de ações específicas voltadas a este público.

Deve-se observar, contudo, que o Cadastro Único dos Programas Sociais possui apenas cerca de 16% da população do município cadastrada, sendo que há uma taxa de cobertura cadastral de cerca de 46%, de acordo com as estimativas do IBGE. Neste sentido, projeta-se números muito superiores de pessoas com deficiência, tanto em situações prioritárias em razão da renda, quando em situação de vulnerabilidade social devido a outros fatores.

2.2.1.4 Mulheres

O quadro abaixo apresenta o número de homens e mulheres cadastrados como Responsável Familiar no CadÚnico:

Quadro 27 – CadÚnico - Responsável Familiar

Gênero	Faixa da renda familiar per capita				Total
	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de 1/2 S.M.	
Masculino	116	21	171	365	673
Feminino	269	395	848	842	2354
Total	**385**	**416**	**1019**	**1207**	**3027**

Fonte: CECAD, MDS. Referência: maio de 2021.

Verifica-se que, entre 3027 Responsáveis familiares cadastrados, 2354 (78%) têm como responsável familiar a mulher, enquanto 673 (22%) tem os homens como responsável. Tem-se aí um número esperado, considerando as regras de inclusão das famílias no programa, onde a mulher é prioritariamente inscrita como responsável familiar no cadastro.

Visando identificar o número de mulheres chefes de família sem companheiro, apresenta-se o quadro abaixo, que expressa o gênero dos cônjuges ou companheiros:

Quadro 28 – CadÚnico - Cônjuge ou companheiro (a)

Gênero	Faixa da renda familiar per capita				Total
	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de 1/2 S.M.	
Masculino	57	120	389	288	854
Feminino	13	8	94	112	227
Total	**70**	**128**	**483**	**400**	**1081**

Fonte: CECAD, MDS. Referência: maio de 2021.

Este quadro acima expressa à quantidade de cônjuges ou companheiros(as) inscritos no CadÚnico. Considerando que, 2354 mulheres estão cadastradas como responsável familiar e que o total de cônjuges do sexo masculino é de 854, tem-se uma previsão inicial de 1500 mulheres sem cônjuge. No entanto, considerando que há um total de 227 mulheres como cônjuges, e que estas podem compor relações homoafetivas, chega-se a um número mínimo de cerca de 1300 mulheres sem cônjuge.

Considerando ambas as possibilidades (1300 ou 1500), tem-se que o total de mulheres chefes de família e sem cônjuge é de no mínimo 55% do total de mulheres chefes de família, podendo chegar até 65%. Tais informações demandam uma atenção especial às mulheres chefes de famílias, especialmente as que compõem o público prioritário.

Complementando as informações apresentadas acima, o gráfico abaixo, extraído da base de dados do IBGE, expressa o número estimado de mulheres chefes de família, sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos:

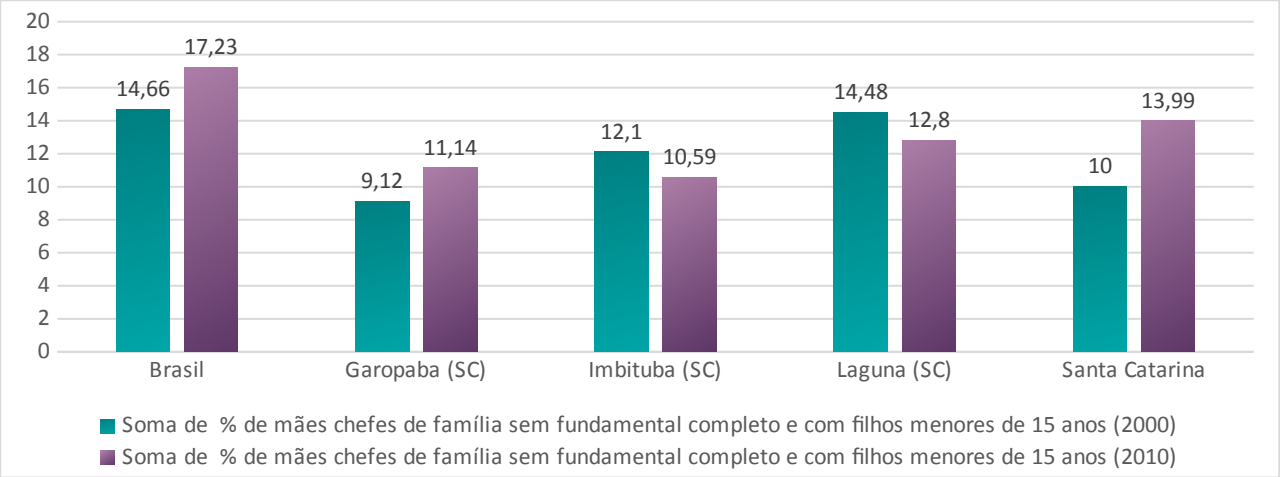


Gráfico 10 – Percentual de mães chefes de família

Fonte: PNUD, 2013.

Verifica-se, portanto, que em 2010, cerca de 13% das mulheres chefes de família do município não possuíam ensino fundamental completo, o que as projeta ainda mais à situações de vulnerabilidade e risco social, demandando atenções específicas voltadas principalmente ao acesso à renda e acesso à escolarização.

2.1.1.4 Jovens

Outro grupo onde identificam-se altos índices de vulnerabilidade são as pessoas jovens, entre 15 a 24 anos. Dois aspectos de extrema relevância na constituição da vulnerabilidade entre jovens diz respeito à escolaridade e acesso a trabalho, neste sentido, o gráfico abaixo indica o percentual de jovens que não estudam nem trabalham, de acordo com o Censo IBGE 2010:

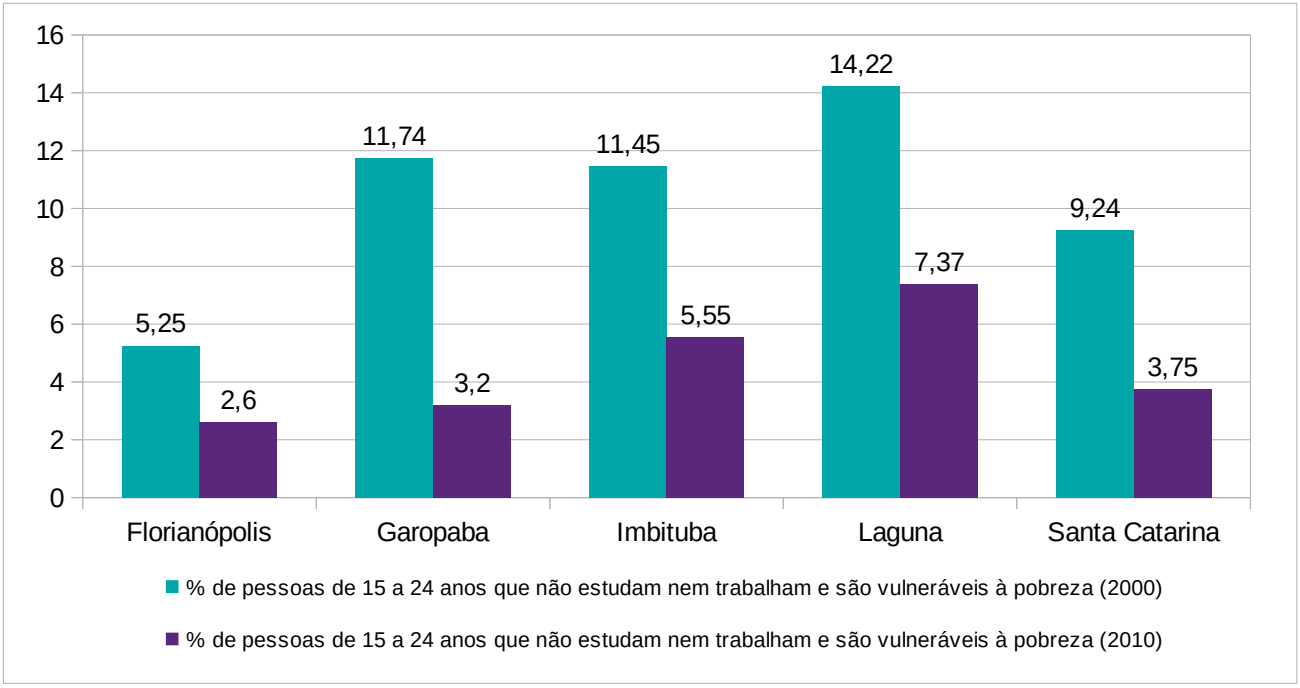


Gráfico 11 – População de 15 a 24 anos vulneráveis à pobreza – Não estuda nem trabalha

Fonte: PNUD, 2013.

Em 2010, haviam 8.289 pessoas entre 15 e 24 anos de idade no município, entre estas, 610 não estudam ou trabalham, o que representa 7,37% da população nesta faixa etária. Percebe-se tratar-se de um número elevado em comparação com municípios vizinhos, média estadual e nacional.

2.1.1.5 Pessoas Idosas

No contexto da Política de Assistência Social, reconhece-se que a própria condição de pessoa idosa suscita e favorece algumas vulnerabilidades específicas, o que demanda uma análise mais apurada sobre as condições que vivem os idosos do município e as possibilidades da Política de Assistência Social para atuar neste contexto.

A pirâmide etária apresentada abaixo, representa a população do município no ano de 2010, dividida por faixa etária:

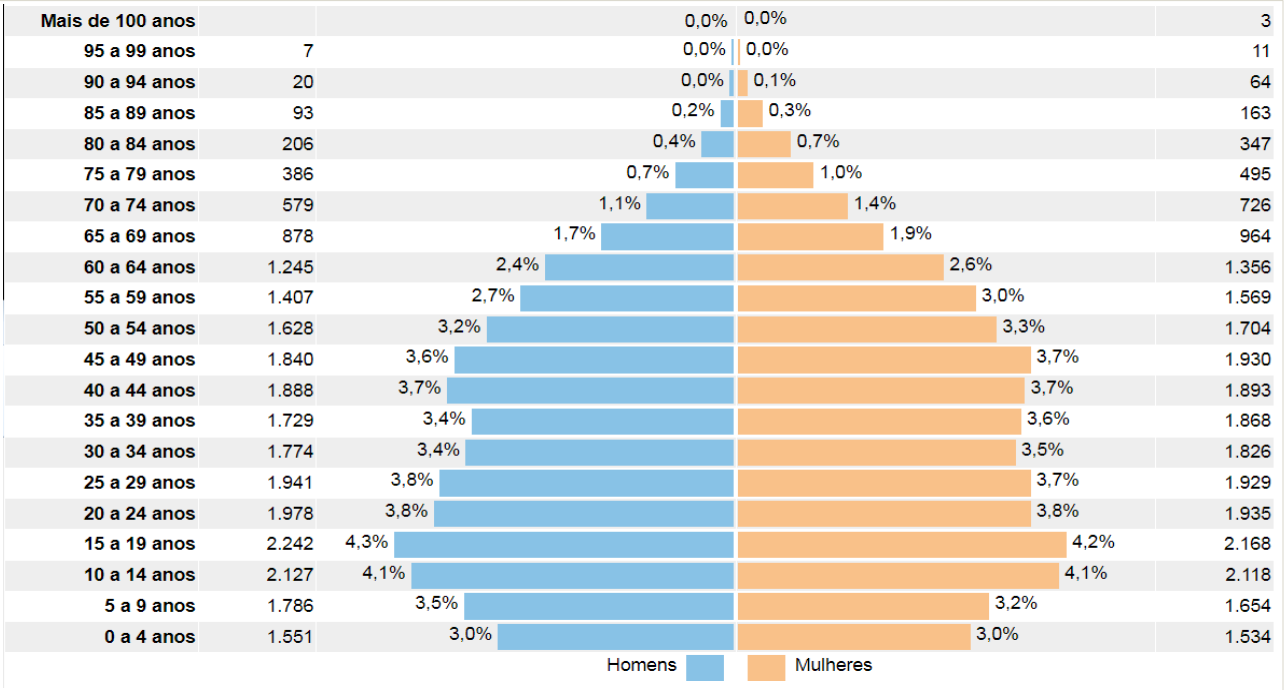


Figura 26 – Pirâmide etária do município de Laguna - 2010
Fonte: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html

Observa-se que os idosos homens cerca de 6,5% da população enquanto as mulheres, representam 8%. NA faixa etária acima dos 60 anos, haviam 3414 homens e 4129 mulheres, totalizando 7543 pessoas, cerca de 14% da população do município.

Com estes números, pode-se afirmar que Laguna possui um número de idosos superior às médias nacional e estadual, que giram em torno de 7%. Laguna possui, proporcionalmente, o dobro de idosos do Brasil e do Estado, motivo pelo qual, suas políticas públicas voltadas a esse público devem ser ainda mais eficientes e abrangentes que outros municípios.

Além disso, deve-se considerar o crescimento da população e alteração na pirâmide etária que ocorrerão nas próximas décadas. O gráfico abaixo representa as estimativas da população para o Brasil e para Santa Catarina, entre os anos de 2010 e 2060:

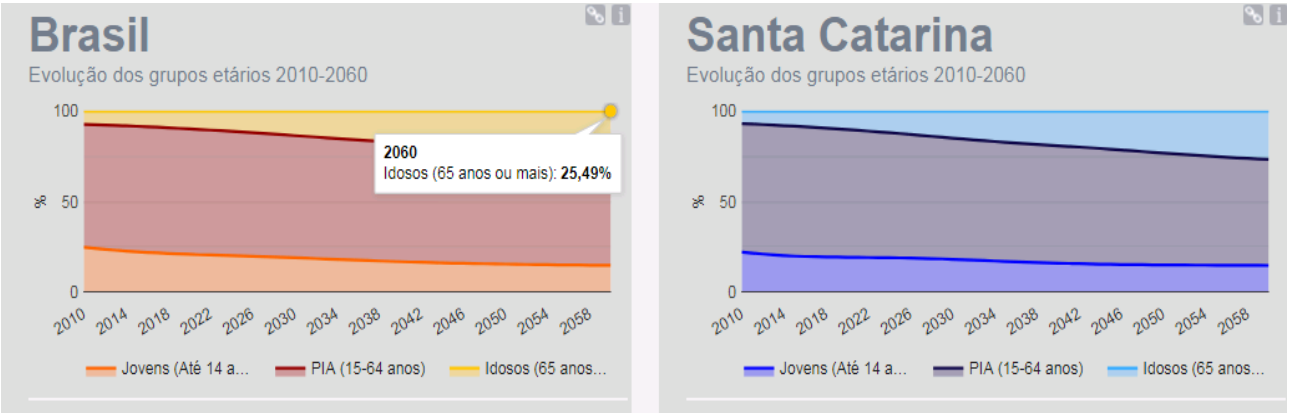


Gráfico 12 – Evolução dos grupos etários – Brasil e Santa Catarina
Fonte: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html

De acordo com o IBGE, em 2010, a população de idosos no Brasil representava 7,3% da população, porém, ela já aumentou para 9,8% em 2020, aumentará para 13,5% em 2030, para 17,4% em 2040, para 21,9% em 2050 e para 25,5% em 2060.

Embora no gráfico não estejam apresentados os números para todos os anos, pode-se observar claramente que haverá uma redução no número de crianças e adolescentes até 14 anos e no número de pessoas até 64 anos. Por outro lado, prevê-se grande crescimento no número de idosos, conforme já descrito acima. Recomenda-se acesso ao link abaixo do gráfico para verificação dos dados mencionados.

Um dos fatores relacionados à senilidade e expectativa de vida e que compõe o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano é a esperança de vida ao nascer, que encontra-se expressa no gráfico abaixo:

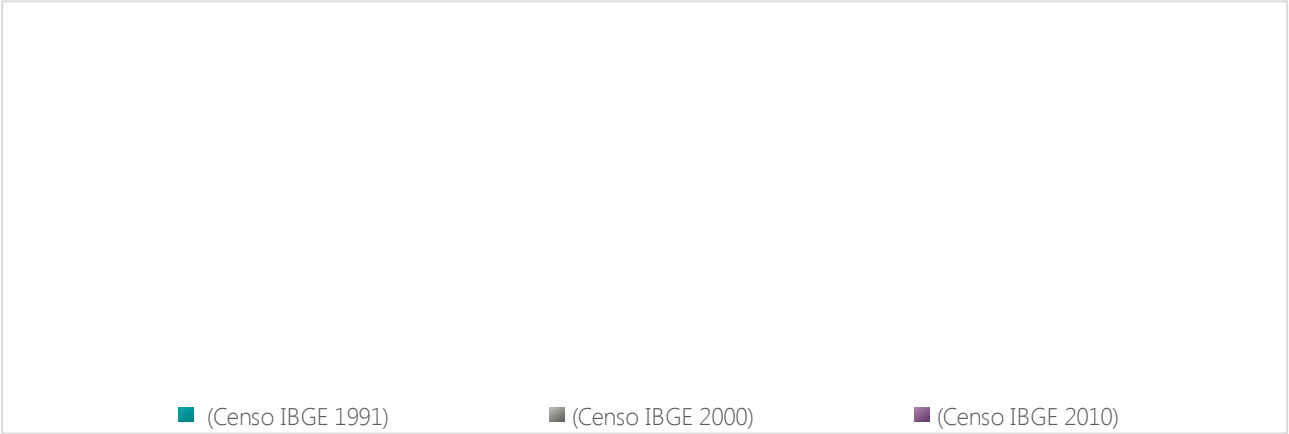


Gráfico 13 – Esperança de vida ao nascer
Fonte: Atlas PNUD, 2013.

Quanto à esperança de vida ao nascer, em 2010, o município apresentava índices superiores à média estadual e 3,33 pontos acima da média nacional, estando muito próximo da capital Florianópolis, que possui um dos melhores índices de qualidade de vida e desenvolvimento humano do país.

Corroborando a afirmação acima, o gráfico abaixo ilustra a longevidade no município, no qual Laguna permanece com índices elevados em relação aos demais.

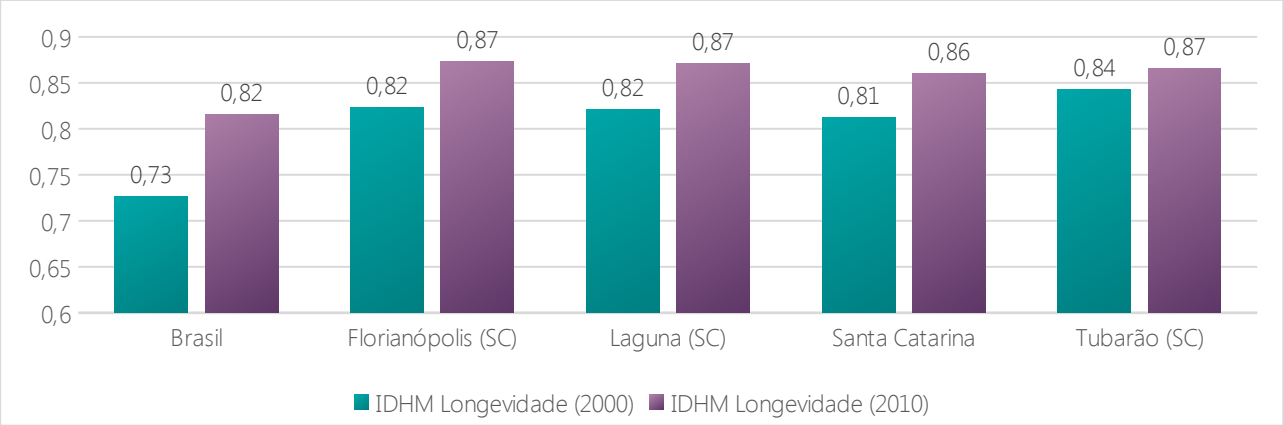


Gráfico 14 – IDHM Longevidade

Fonte: PNUD, 2013

Verifica-se novamente que o município possui índices de longevidade superiores à média estadual e 4 pontos acima da média nacional, igualando-se à Capital e à cidade polo da microrregião.

Entretanto, apesar de possuir índices elevado de longevidade e esperança de vida, a população idosa do município, está sujeita a diversas vulnerabilidades sociais e econômicas, em especial, ligadas à renda e ao acesso aos bens e serviços de habitação, saúde, transporte, o que não envolve somente o idoso mas também toda a sua família.

Expressa na dependência econômica dos demais membros familiares sobre sua aposentadoria. No ano de 2010, o IBGE estimava que cerca de 675 pessoas viviam em domicílios dependentes de idosos.

Para obter-se dados mais atualizados e fidedignos da realidade atual, utilizou-se a base de dados do CadÚnico - CECAD, onde foram identificados 1499 idosos cadastrados no CadÚnico, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 29 – Faixa de renda dos Idosos cadastrados no CadÚnico

Faixa etaria	Faixa da renda familiar per capita				Total
	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de 1/2 S.M.	
Entre 60 a 64	31	10	129	222	392
Maior que 65	21	11	158	917	1107
Total	52	21	287	1139	1499

Fonte: CECAD. Disponível em https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em 28.07.2021

Em um universo de 1499 idosos, foram identificados 52 em situação de extrema pobreza, 21 em situação de pobreza e outros 287 em situação de baixa renda, totalizando 36º idosos com renda per capita inferior à ½ salário mínimo, e portanto, público-alvo da Política de Assistência Social

Além disso, de acordo com o CadÚnico o município possui, em 2017, 993 cadastrados, sendo idosos em situação de vulnerabilidade, pobreza ou extrema pobreza.

2.2.2 Demanda para a Proteção Social Especial

2.2.2.1 Homicídios e lesão corporal dolosa

O quadro abaixo, expressa o número de dois crimes contra a vida, cometidos entre os anos de 2014 e 2018:

Quadro 30 – Homicídio e lesão corporal dolosa

Crime	Frequência Anual						
	2014	2015	2016	2017*	2018	2019	2020
Homicídio doloso	6	13	15	4	6	6	4
Lesão corporal dolosa	337	260	224	122	--	--	--

Fonte: Gerência de Estatística e Análise Criminal/Diretoria de Informação e Inteligência/SSP/SC. Acesso em outubro de 2017 e https://www.ssp.sc.gov.br/files/dinidocs2021/Boletim_Mensal_202107.pdf . Acesso em 18.08.2021.
* - Janeiro a junho de 2017

A partir da observação dos números, verifica-se que o número de homicídios, em 2017, houve uma relativa queda com relação aos anos de 2015 e 2016, onde foram registradas 13 e 15 homicídios, respectivamente. Entre os anos de 2018 e 2020 foi mantido o mesmo quantitativo de 6 homicídios.

Com relação ao número de lesões corporais dolosas, registra-se em 2017, um número proporcionalmente maior que em 2016, chegando-se a uma previsão de 244 lesões corporais dolosas. Deve-se nesse caso observar, que vem ocorrendo uma redução significativa a cada ano, o que pode projetar os números de 2017 para menos que 224.

Em razão de ter ocorrido mudança na forma de divulgação das estatísticas criminais, não há disponibilidade de informações municipais sobre lesões corporais a partir do ano de 2018.

2.2.2.1 Violência contra crianças e adolescentes

Para obter-se informações sobre o registro municipal de violências contra crianças e adolescentes, foi utilizado o módulo de estatística do sistema SIPIA-WEB.

Todavia, o sistema passou por modificações no início de 2020, desse modo, as estatísticas obtidas até dezembro de 2019 são oriundas do sistema SIPIA – Módulo CtWeb, enquanto que as estatísticas obtidas a partir de janeiro de 2020 estão contidas no sistema SIPIA – Conselho Tutelar.

Algumas variáveis foram excluídas ou modificadas, assim, nem sempre será possível realizar comparações entre os anos anteriores à 2020. O quadro abaixo apresenta as violações de direitos contra crianças e adolescentes registradas entre os anos de 2014 e 2021:

Quadro 31 – Violações por faixa etária

Ano	Crianças	Adolescentes	Número de Vítimas	Número de Violações	Média de violações por vítima
2014	59	71	130	281	2,16
2015	64	73	137	342	2,05
2016	76	94	170	346	2,04
2017	124	118	242	435	1,8
2018	123	113	236	358	1,52
2019	123	95	218	305	1,4
2020	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
2021 (01/jan-30/jun)	48	21	69	Sem dados	Sem dados

Fontes: https://www.sipia.gov.br e https://sipiaconselhotutelar.mdh.gov.br/relatorio/direito-violado-por-localidade

Com relação ao quantitativo de vítimas, verifica-se que houve um crescimento entre 2014 e 2017, com redução anual a partir desta data. Considerando que, entre janeiro e junho de 2021 foram atendidas 69 vítimas, a estimativa é que esse número não supere as 150 vítimas, voltando assim ao patamar de 2015 ou 2014, um fato considerado positivo do ponto de vista quantitativo.

Contudo, verifica-se que essa redução a partir de 2017 se deu em razão de menos violência contra adolescentes, pois o número de crianças vítimas foi crescente até 2017 se mantendo a partir desta data.

O número de violações teve o mesmo comportamento: crescimento até 2017 e decréscimo (pouco significativo) a partir desta data. Como não há mais disponibilidade deste dado no novo modelo, fica inviabilizada a comparação.

Verifica-se que entre 2014 e 2019, além do número de crianças e adolescentes vitimadas, tem-se o número de direitos violados, permitindo estima-se uma média de violações sofridas por criança e adolescente, o que pode indicar reincidência ou mais de um direito violado simultaneamente. Em 2014, por exemplo, foram registradas 281 violações de direitos contra 120 crianças ou adolescentes, perfazendo uma média de 2,16 violações por criança ou adolescente.

Analisando a média de violações por vítima, observa-se que vêm ocorrendo uma queda gradativa entre os anos e 2014 e 2019, passando de 2,16 para 1,4 violações por vítima, em média. Deduz-se que este número foi reduzido devido ao fato de ter ocorrido menos reincidência e violações de menos direitos, ou seja, maior resolutividade por parte dos órgãos do sistema de garantia de direitos.

Deve-se destacar que, além de constituírem público para os serviços de proteção social especial como Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI e Acolhimento Institucional, as famílias dessas crianças e adolescentes, na maioria das vezes, demandam também atenção da Proteção Social Básica, tanto por meio do Serviço de Proteção Integral à Família - PAIF quanto do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Além das violações por faixa etária, o quadro abaixo expressa o número de violação de direitos contra crianças e adolescentes, por agente violador:

Quadro 32 - Violações por agente violador I

Ano	Avós	Irmãos	Madastra	Mãe	Outro	Padrasto	Pai	Resp.	Tio/Tia
2014	13	6	2	163	45	9	109	2	10
2015	13	3	2	197	70	14	125	10	2
2016	22	3	4	274	6	24	119	9	3
2017	15	5	1	350	12	17	198	10	9
2018	28	8	3	528	38	18	220	13	7
2019	17	4	3	251	12	7	96	3	4
Soma	**108**	**29**	**15**	**1763**	**183**	**89**	**867**	**47**	**35**

Fonte: SipiaWeb. Disponível em https://www.sipia.gov.br/CT/?x=*d*BUYy8KAw6dvB4l3hBLA. Acesso em 13.08.2021;

Quanto ao agente violador, observa-se que há grande concentração na mãe e no pai. Verifica-se que os demais números se mantém constantes, com exceção do "outro", com expressiva redução entre os anos e o caso dos tios, com aumento significativo entre 2016 e 2017.

Há ainda os agentes violadores "institucionais", ou seja, estabelecimentos, órgãos ou instituições que, no âmbito de sua atuação, têm promovido violência e/ou violado o direito de crianças e adolescentes. O quadro abaixo expressa os principais agentes violadores institucionais:

Quadro 33 - Violações por agente violador II

Ano	Comércio	Polícia Civil	Polícia Militar	Ambulatório	Creche	Entidade Atendimento	Escola
2014	5	45	0	3	3	1	1
2015	4	70	1	1	2	1	1
2016	5	5	0	2	2	1	1
2017	8	12	0	0	0	0	0
2018	2	26	0	1	0	0	0
2019	0	12	0	0	0	0	0
Soma	**24**	**170**	**1**	**7**	**7**	**3**	**3**

Fonte: SipiaWeb. Acesso em outubro de 2017. * - Referência: jan/jun 2017.

Verifica-se redução em todos os casos, especialmente no comércio e na Polícia Civil. Salienta-se contudo, a ausência/baixa frequência de registros de violência praticadas por Policiais Militares, pois informalmente, sabe-se de diversos casos, contudo, estes não foram devidamente registrados.

Um fator que deve ser levado em consideração quanto às estatísticas de violência contra crianças e adolescentes registradas no sistema SIPIA, é que, segundo informações da equipe do Conselho Tutelar de Laguna, a violência registrada no sistema SIPIA é aquela que originou a denúncia, ou seja, à violência que demandou o atendimento.

Em grande parte dos casos, uma família passa a ser atendida em razão de denúncias por negligência ou violações à dignidade, no entanto, no decorrer do processo, verifica-se que outros

direitos foram violados. Este fato sugere uma subnotificação das violências, que ocorre quando mais de uma violência é verificada, mas apenas a "primeira" é registrada.

Uma outra violência que também merece destaque é o trabalho infantil. De acordo com o IBGE, no ano de 2000 foram identificadas 344 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil enquanto que em 2010, foram identificadas cerca de 241 crianças e adolescentes, embora-se informalmente projete-se um número maior.

Entretanto, no Cadastro Único dos Programas Sociais, não há nenhuma marcação de trabalho infantil, o que evidencia subnotificação desta situação.

Além disso, há uma fragilidade do sistema de pesquisa e coleta de dados sobre alguns setores econômicos, que possuem número elevado de trabalhadores informais, comumente não computados em razão das especificidades da atividade, que pode ser desenvolvida em ambientes alheios ao acesso e fiscalização das autoridades e órgãos competentes.

Como exemplo tem-se as atividades ligadas à caça e pesca, a coleta de material reciclável, exploração sexual, cuidados de crianças e idosos, transporte coletivo de crianças, o tráfico de drogas, entre outros, que na grande maioria das vezes vêm sendo subdimensionados pelos órgãos competentes.

2.2.2.3 Violência Contra a Mulher

O quadro abaixo ilustra alguns quantitativos extraídos da base de dados do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina - TJSC (Poder Judiciário):

Quadro 34 - Processos tramitação e Medidas protetivas ativas - Julho/2021

Município	Processos em andamento	Medidas Protetivas Ativas	Medidas Protetivas Distribuídas em 2021	Processos de Feminicídio em andamento
Laguna	318	218	146	1
Imbituba	243	333	118	0
Tubarão	494	175	163	1

Fonte: https://www.tjsc.jus.br/web/violencia-contra-a-mulher/relatorios. Acesso em setembro de 2021.

Em razão de não se dispor dos dados relativos aos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o quadro abaixo ilustra algumas violências cometidas contra a mulher enrte os anos de 2014 a 2017.

Quadro 35 - Violência contra as mulheres

Crime	Frequência Anual							
	2014	2015	2016	2017*	2018	2019	2020	2021
Estupro consumado	10	4	14	13	x	x	3	3
Estupro tentado	5	2	2	3	x	x	--	4
Homicídio doloso	1	2	1	1	x	x	--	--
Homicídio doloso tentado	1	2	2	1	x	x		
Lesão corporal dolosa	175	134	114	61	x	x	1	4

Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP . Acesso em outubro de 2017

Considerando as violências contra mulheres, verifica-se que, proporcionalmente, o ano de 2017 apresenta taxas superiores aos demais anos. No caso do estupro consumado, em apenas 6 meses tem-se praticamente o mesmo número do ano passado, muito superior aos anos de 2014 e 2015. Do mesmo modo, as projeções do estupro tentado, homicídio doloso e homicídio tentado igualam ou superam os anos anteriores. Quanto ao número de lesões corporais dolosas, verifica-se uma relativa constante entre os anos de 2015 e 2017.

Entre os anos de 2018 e 2019 não há dados disponíveis, enquanto que, entre os anos de 2020 e 2021 os dados são consideravelmente inferiores aos anos anteriores, o que indica ter havido uma subnotificação, especialmente devido à desagregação dos dados que anteriormente era realizada pela plataforma Segurança em números do Governo do Estado e está inativa desde 2018.

O quadro abaixo expressa o quantitativo de violência doméstica contra as mulheres:

Quadro 36 - Violência doméstica contra as mulheres

Crime	Frequência Anual							
	2014	2015	2016	2017*	2018	2019	2020	2021
Ameaça	153	144	149	90	x	x	192	146
Calúnia / Injúria / Difamação	36	42	31	48	x	x	62	54
Lesão Corporal Dolosa	92	86	62	38	x	x	81	67

Fonte: Gerência de Estatística e Análise Criminal/Diretoria de Informação e Inteligência/SSP/SC

Veficica-se que, diferentemente das violências listadas no quadro anterior, há um crescimento substancial entre os anos de 2020 e 2021. Deve-se salientar que os dados de 2017 são parciais, obtidos até o mês de junho deste ano.

2.2.2.6 Pessoas em situação de rua

Outra demanda potencial para a Proteção Social Especial é a população em situação de rua. Embora hajam 38 pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico e tenha-se registrado 94 atendimentos pelo CREAS no ano de 2020, estima-se que o número de pessoas em situação de rua é bem superior aos atendimentos.

Em razão de não ter-se realizado nenhuma pesquisa, mapa ou estudo que determine o quantitativo dessa população, não se tem uma estimativa aproximada desse público, embora o fato de haver pessoas nessa situação enseja organização do atendimento por parte da Assistência Social.

2.2.3 Cartogramas

Neste subcapítulo serão apresentados alguns mapas de valor-por-área (cartogramas) extraídos do MOPS – Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania, disponibilizado pelo Ministério da Cidadania. Para permitir uma visualização útil, especialmente aos trabalhadores, cada mapa possui 5 cores, que variam conforme a quantidade/gravidade da situação, sendo o azul, verde, amarelo, laranja e vermelho. O quantitativo/gravidade de cada cor é indicado em cada cartograma.

De forma geral, o cartograma é autoexplicativo, pois indica o quantitativo de pessoas em cada setor censitário.

> Um **setor censitário** é uma unidade territorial demarcada pelo IBGE para fins de organizar a coleta de dados de suas pesquisas domiciliares. Basicamente, consiste de uma área contínua, que pode estar localizada numa região urbana ou rural, com certa dimensão e número de domicílios que permitam que um único entrevistador funcionário do IBGE aplique ali todos os questionários necessários. [...] O número de domicílios num setor censitário pode variar -- a depender da distância entre construções, densidade demográfica etc. Em geral, no entanto, contém, aproximadamente, **de 250 a 350 domicílios**.[12]

Nesse sentido, segue abaixo, os cartogramas do município com as respectivas identificações, para que possam ser objeto de análise por parte dos gestores e trabalhadores da assistência social e outras políticas públicas quando do planejamento mais específico por área.

Destaca-se que, em todos os mapas, haverá um círculo branco, que representa o município de Pescaria Brava, pois no MOPS, o município de Pescaria Brava ainda aparece como distrito do município de Laguna.

12 http://200.144.244.241/foruns/index.php/pt/wiki/16-conceitos/31-setor-censitario

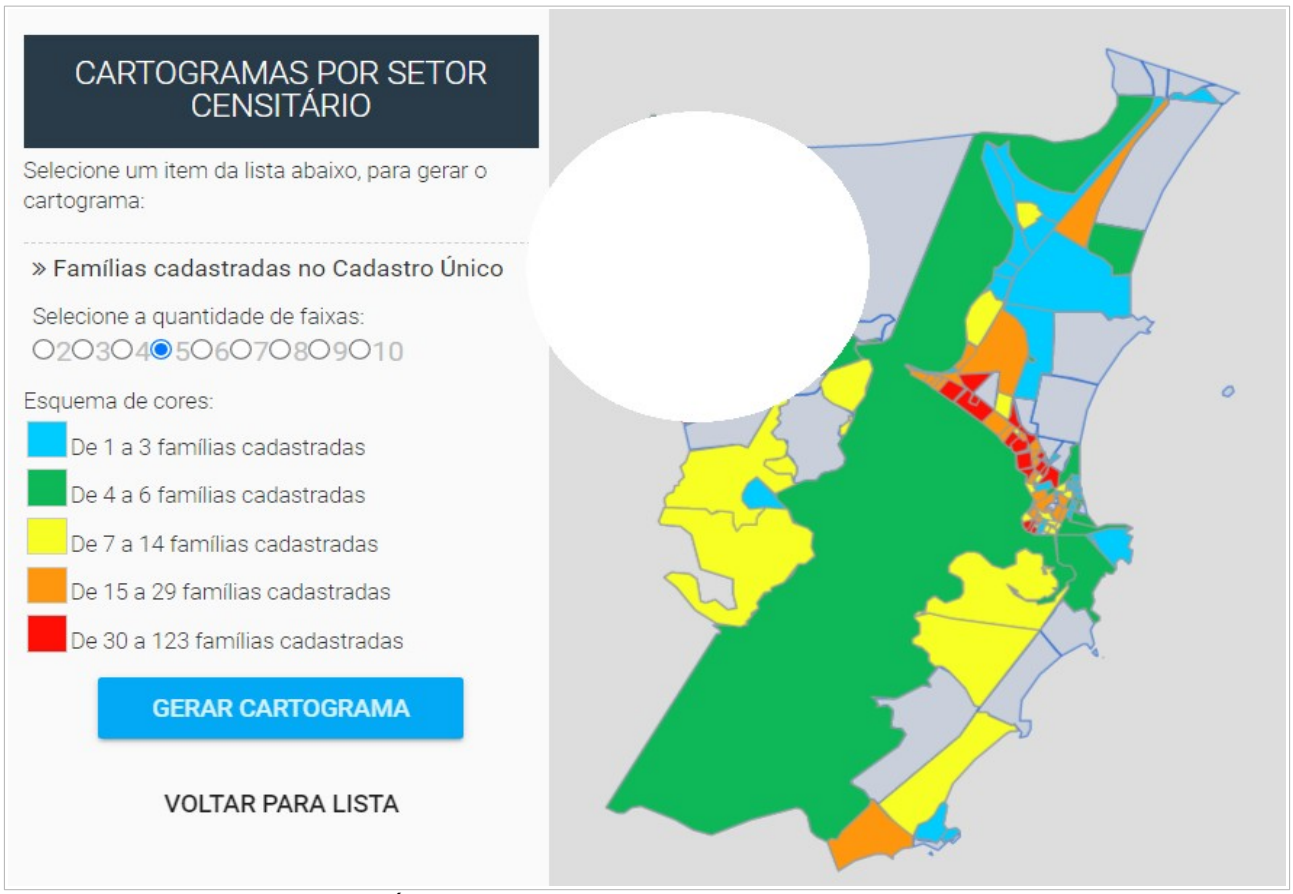


Figura 27 – Famílias cadastradas no CadÚnico por setor censitário.
Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=420940

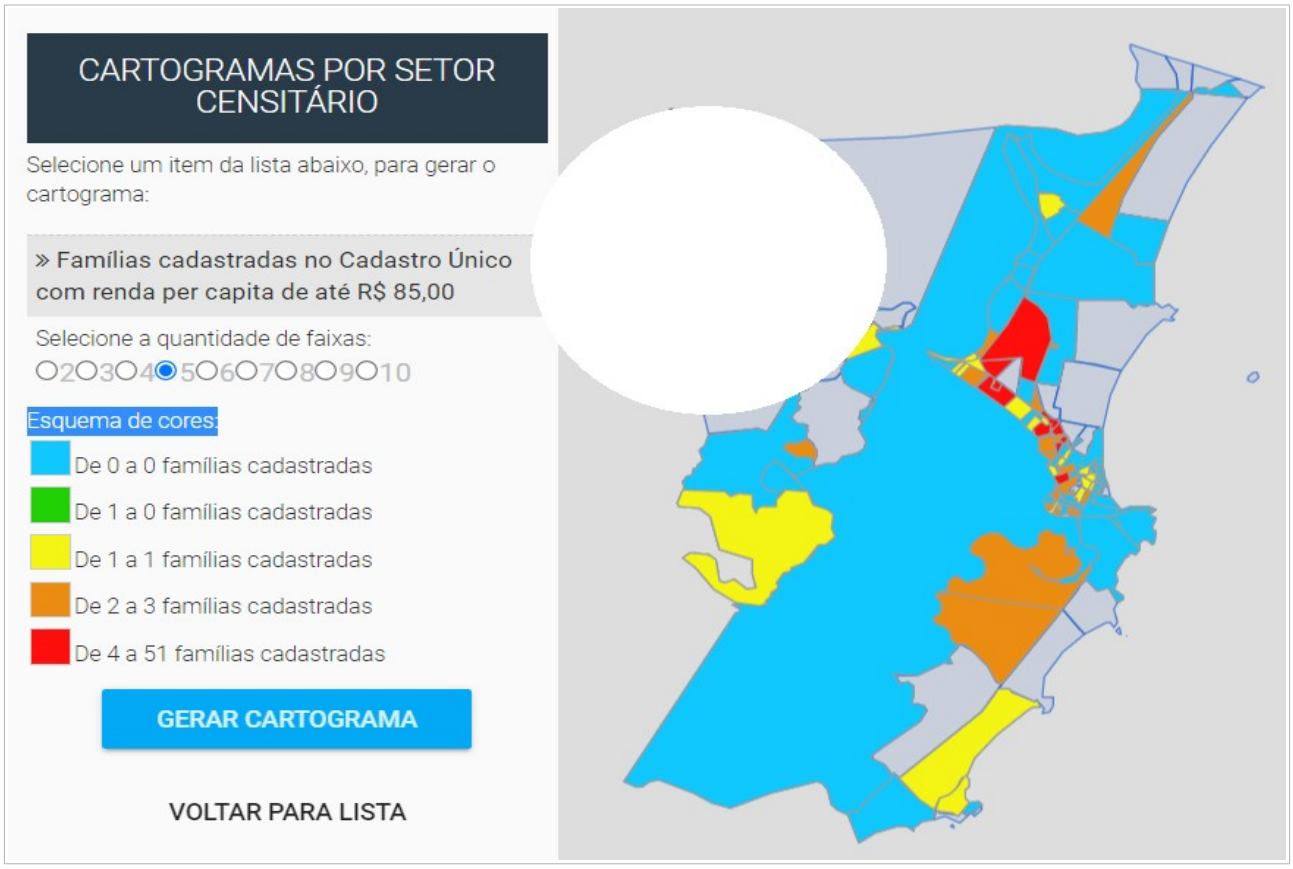


Figura 28 – Famílias cadastadas no CadÚnico com renda per capita de até R$ 85,00
Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=420940

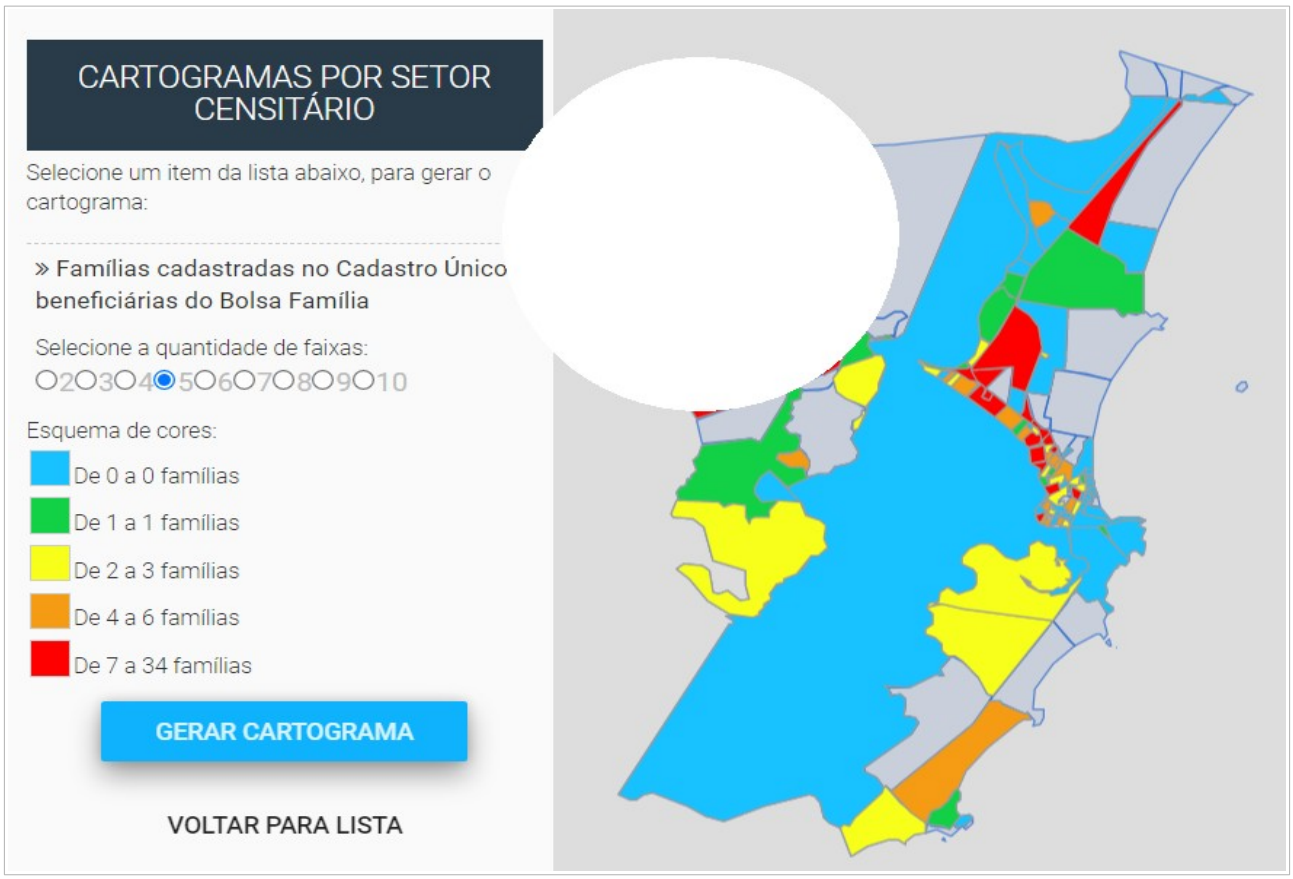


Figura 29 – Famílias cadastradas no CadÚnico beneficiárias do Programa Bolsa Família
Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=420940

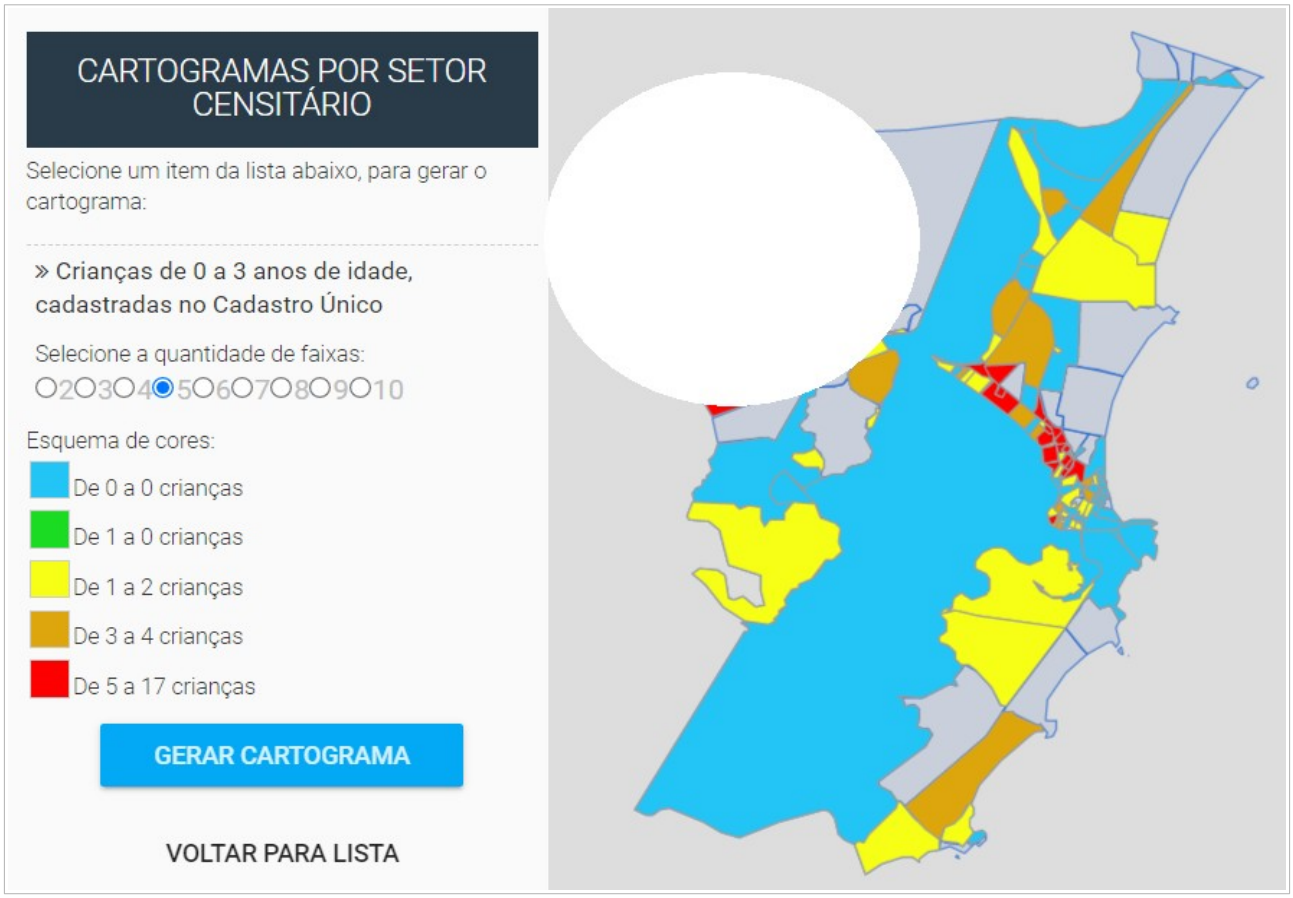


Figura 30 – Famílias cadastradas no CadÚnico com crianças de 0 a 3 anos de idade
Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=420940

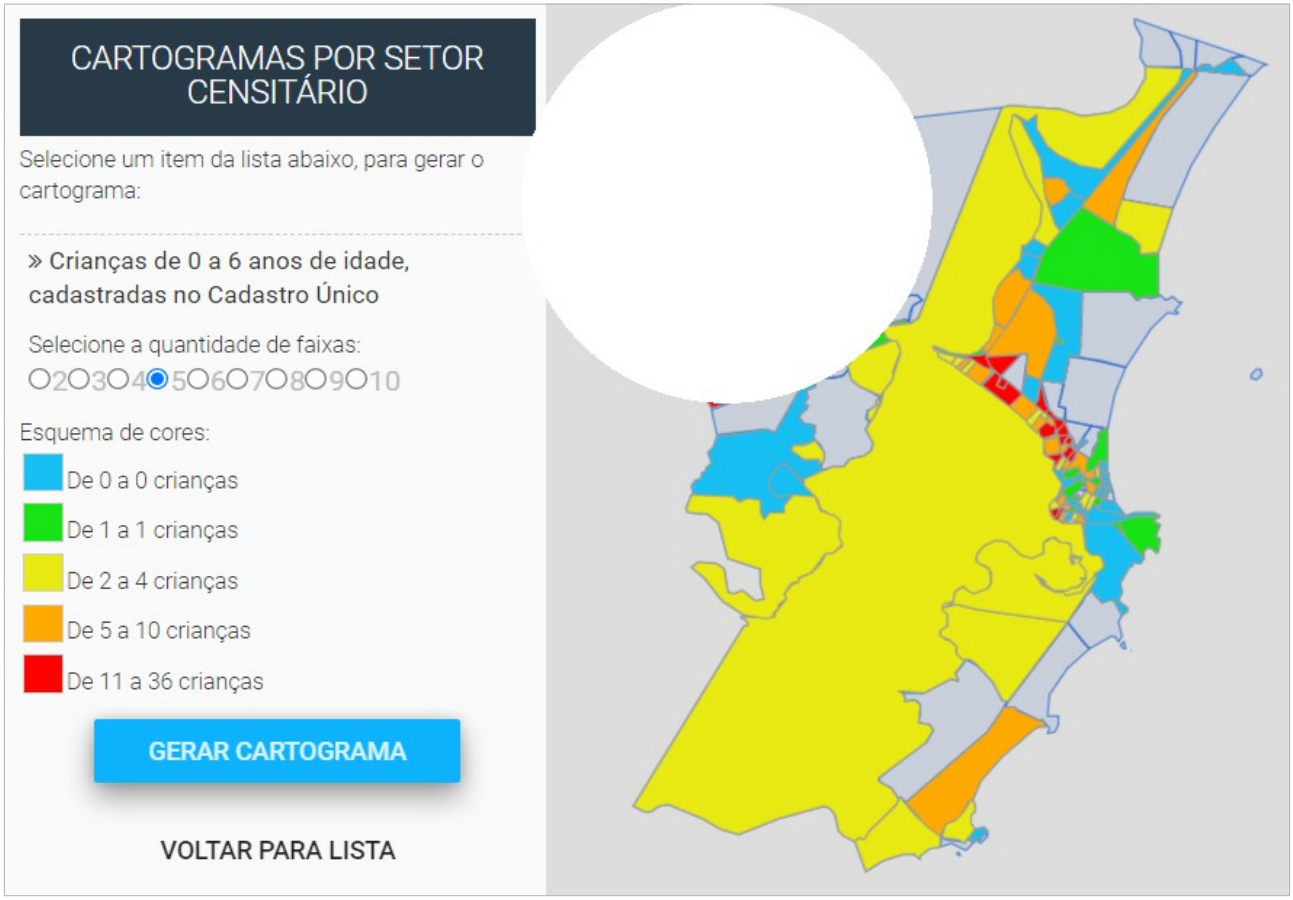


Figura 31 – Famílias cadastradas no CadÚnico com crianças de 0 a 6 anos de idade
Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=420940

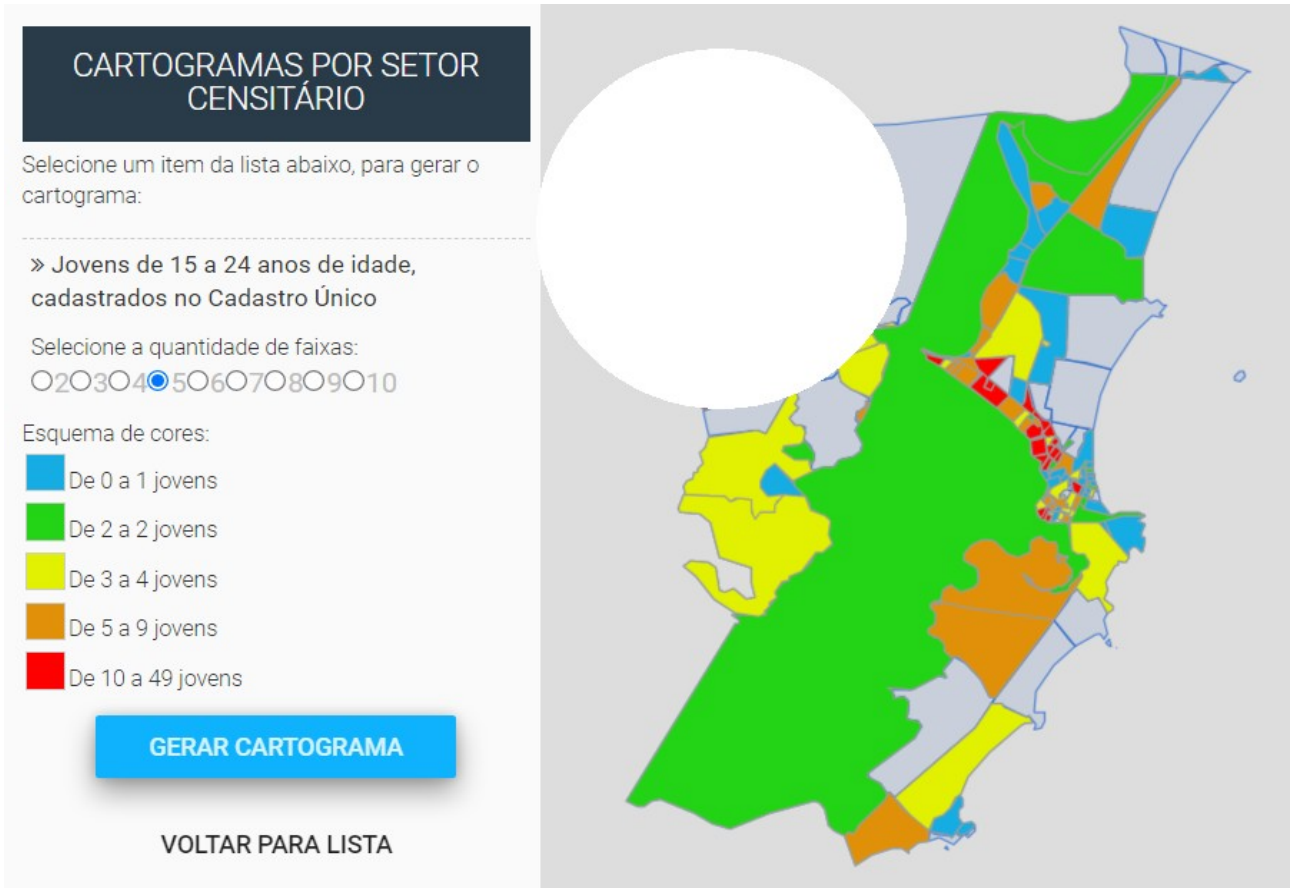


Figura 32 – Famílias cadastradas no CadÚnico com jovens de 15 a 24 anos de idade
Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=420940

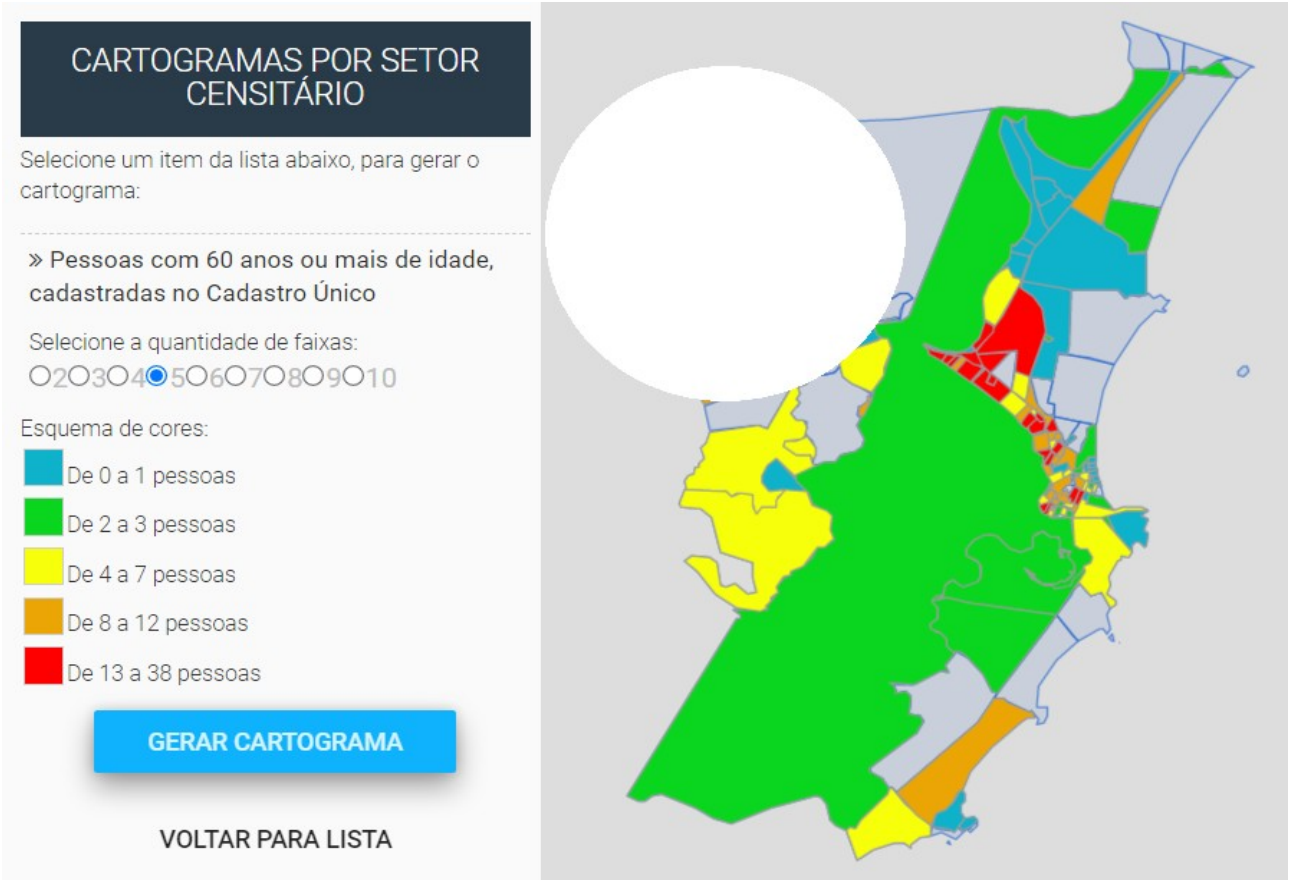


Figura 33 – Famílias cadastradas no CadÚnico com pessoas de 60 anos ou mais
Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=420940

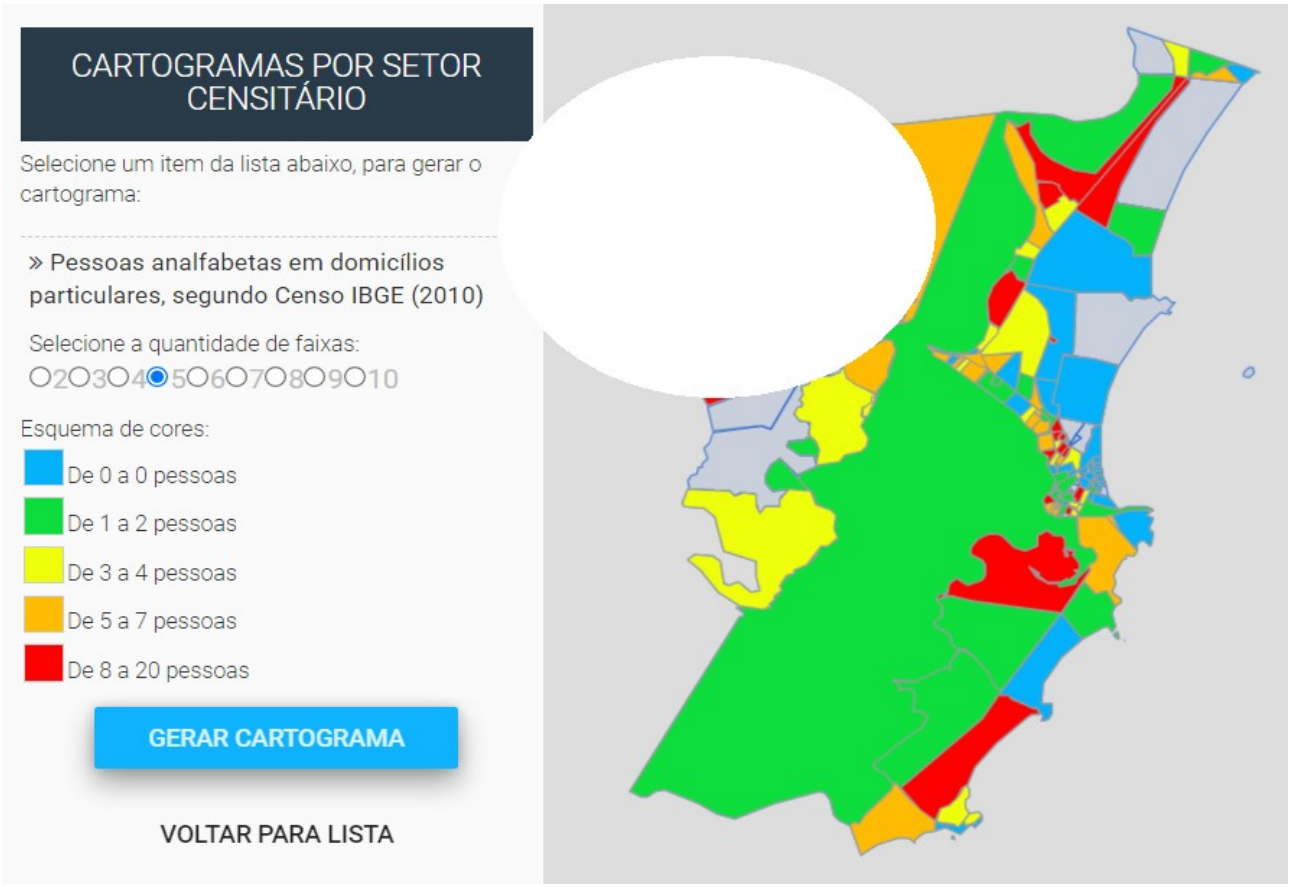


Figura 34 – Pessoas analfabetas, segundo o IBGE
Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=420940

2.3 OFERTAS SOCIOASSISTENCIAIS

Este subcapítulo foi destinado às "variáveis e indicadores relativos à estrutura de oferta dos Serviços e Benefícios da Assistência Social", que:

> [...] Objetivam apresentar, por meio de dados quantitativos, informações sobre a existência, ou não, de oferta de cada um dos serviços tipificados e benefícios do SUAS em um dado território, bem como a caracterização do volume de oferta e/ou da capacidade instalada, devendo ainda, quando possível, incluir indicadores relativos à qualidade da oferta instalada e à existência e volume de financiamento federal para os referidos serviços e benefícios.[13]

Neste documento, serão apresentadas informações relativas aos serviços, programas e benefícios existentes ou inexistentes no município, por nível de proteção. Não serão apresentadas informações relativas ao financiamento.

Na sequência dos subcapítulos, serão apresentados os serviços e programas de Proteção Social Básica, de Proteção Social Especial de Média Complexidade, de Proteção Social Especial de Alta Complexiade e Benefícios, composto por Benefícios Eventuais e BPC.

2.3.2 Proteção Social Básica

O município possui quatro unidades que ofertam serviços e programas de proteção social básica, sendo dois CRAS e duas organizações da sociedade civil. Até o ano de 2015, os CRAS ofertavam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Contudo, a partir de janeiro de 2016 os CRAS deixaram de ofertar o SCFV.

Atualmente, ambos os CRAS executam apenas o PAIF. O SCFV vem sendo executado apenas por uma entidade, a Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da AMUREL – ACUSTRA que atende cerca de 70 usuários na faixa etária de 7 a 15 anos e suas famílias.

2.3.2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

O município possui duas unidades de CRAS que ofertam o PAIF, cada um com capacidade de referência de até 5.000 famílias e portanto, meta de atendimento de 1.000 famílias/ano.

Para avaliarmos a oferta de serviços do PAIF, utilizados dados do Registro Mensal de Atendimento – RMA, preenchido mensalmente pelas unidades, onde estão elencados algumas variáveis e indicadores relativos às ações do PAIF.

Um fator importante sobre a oferta do PAIF é o número de famílias inseridas em acompanhamento, pois, além de compor o Registro Mensal de Atendimento este número têm relação direta com metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS.

Assim, o gráfico abaixo expressa o número de famílias inseridas em acompanhamento, por ano:

13 https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf.

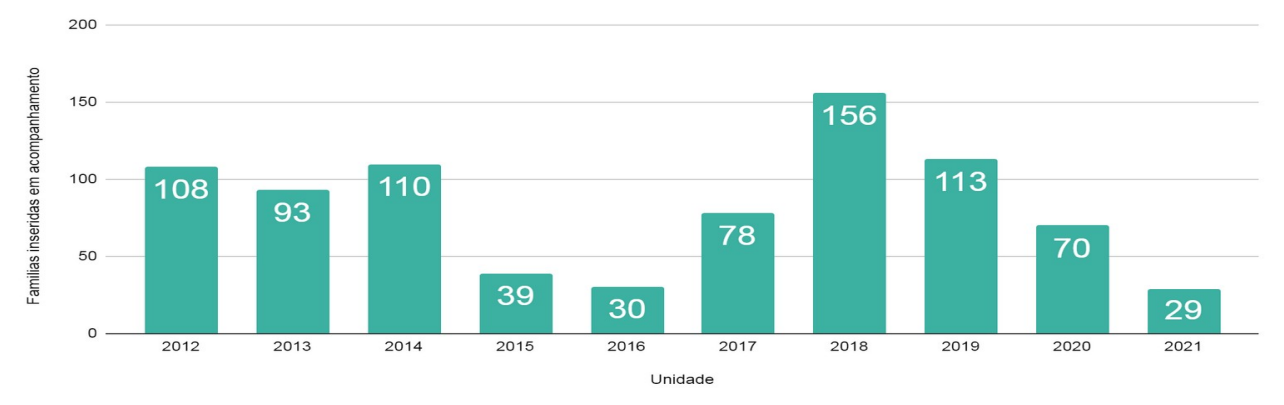


Gráfico 15 – Famílias inseridas no acompanhamento pelo CRAS - Anual
Fonte: RMA/SAGI/MDS. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi. Acesso em 18.08.2021

Observa-se que entre os anos de 2012 e 2014 o número de famílias inseridas aproximava-se de 100 famílias, com uma queda brusca em 2015, redução em 2016, recuperação parcial em 2017 e aumento significativo em 2018.

A partir de 2018, tem-se registrando queda gradativa no número de famílias inseridas em acompanhamento. Em 2021, foram analisados apenas os meses de janeiro a junho, onde tem-se apenas 29 famílias inseridas no acompanhamento, o que permite a projeção de aproximadamente 60 famílias inseridas até o final do ano.

Além do quantitativo de famílias, deve-se observar os aspectos qualitativos do acompanhamento, e nesse sentido, deve-se destacar que, dentre os servidores das unidades socioassistenciais, não é comum a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar no GESUAS ou mesmo em outro meio.

Considera-se esse instrumento como indispensável para a realização de ações planejadas que possibilitem o monitoramento e a avaliação do trabalho realizado, e nesse sentido, entende-se como necessária sua utilização por todos os servidores habilitados para tal.

Com relação aos atendimentos, o gráfico abaixo apresenta os números de atendimentos individualizados realizados pelos CRAS:

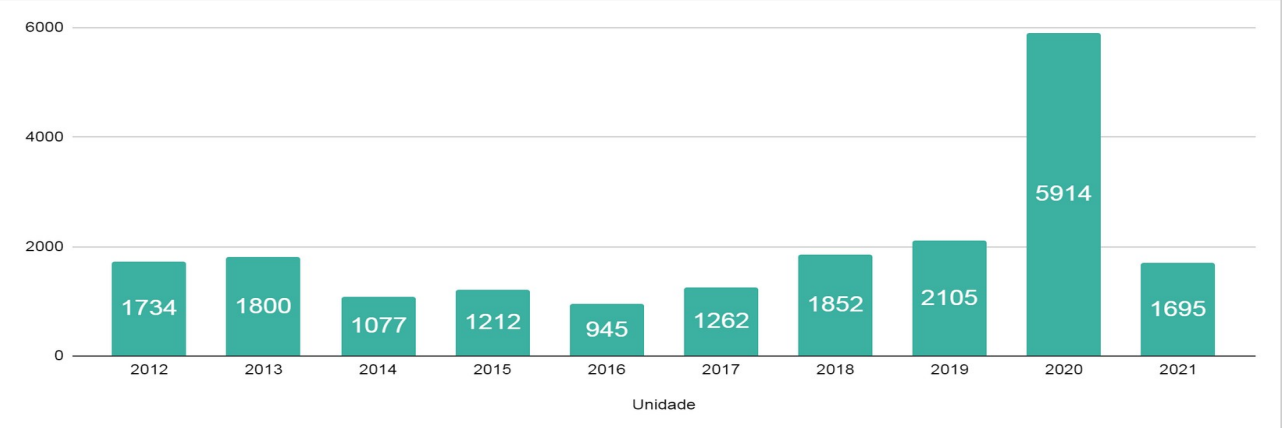


Gráfico 16 – Atendimentos individualizados nos CRAS - Anual
Fonte: RMA/SAGI/MDS. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi. Acesso em 18.08.2021

Observa-se que após uma queda em 2014 e outra em 2016, o número de atendimentos vinha sendo aumentado a cada ano, chegando à 5914 famílias em 2020, especialmente em razão

da concessão de benefícios e doações em razão da pandemia de Covid-19. Em 2021, foram analisados apenas os primeiros seis meses do ano tem-se novamente um grande número de atendimentos, projetando-se, pelo menos, 3400 atendimentos até o final do ano.

Outro aspecto relevante com relação ao PAIF é o número de famílias que participam dos Grupos de Família do PAIF, atividades coletivas integram o acompanhamento coletivo das famílias.

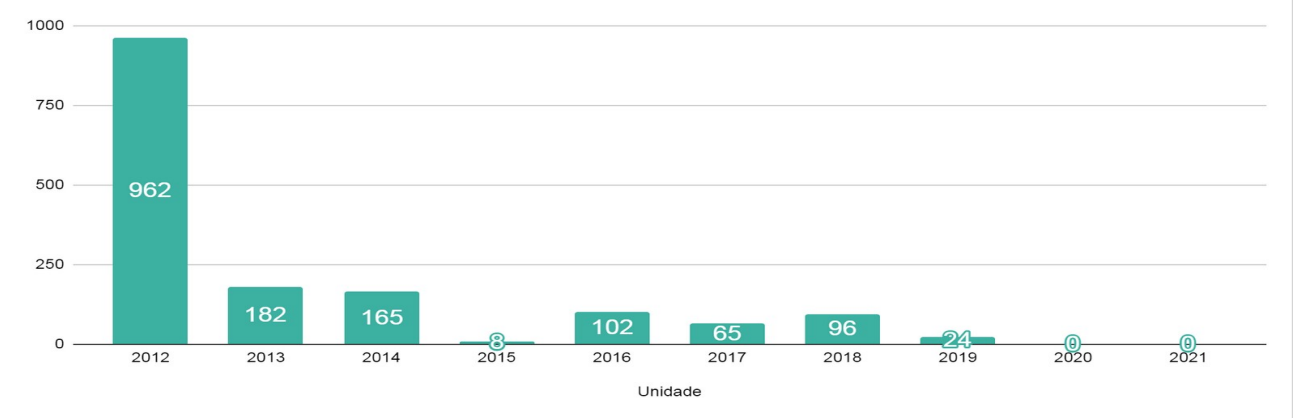


Gráfico 17 – Famílias em Grupos de Famílias do PAIF - Anual
Fonte: RMA/SAGI/MDS. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi. Acesso em 18.08.2021

Observa-se que, em 2012 haviam 962 famílias inseridas em Grupos do PAIF. Em 2013, esse número foi extremamente reduzido, mantendo-se em 2014 e sendo praticamente zerado em 2015. Houve uma pequena retomada em 2016, com nova redução 2017 e ampliação em 2018, chegando-se a apenas 96 famílias em grupos do PAIF.

Em 2019, apenas 24 famílias participaram de grupos de famílias do PAIF e no início do ano de 2020, não foi formado nenhum grupo de famílias do PAIF. A partir de março de 2020, foram impostas restrições devido à pandemia de Covid-19, dentre elas a suspensão de atividades coletivas.

Para finalizar essa análise temporal de algumas atividades do PAIF, seré analisado o volume de pessoas em atividades coletivas de caráter não continuado. São entendidas como atividades coletivas de caráter não continuado, as palestras, oficinas e outras atividades que têm começo e fim definidos, em geral de curta duração. O gráfico abaixo apresenta a série histórica do número de pessoas que participaram de atividades coletivas de caráter não continuado:

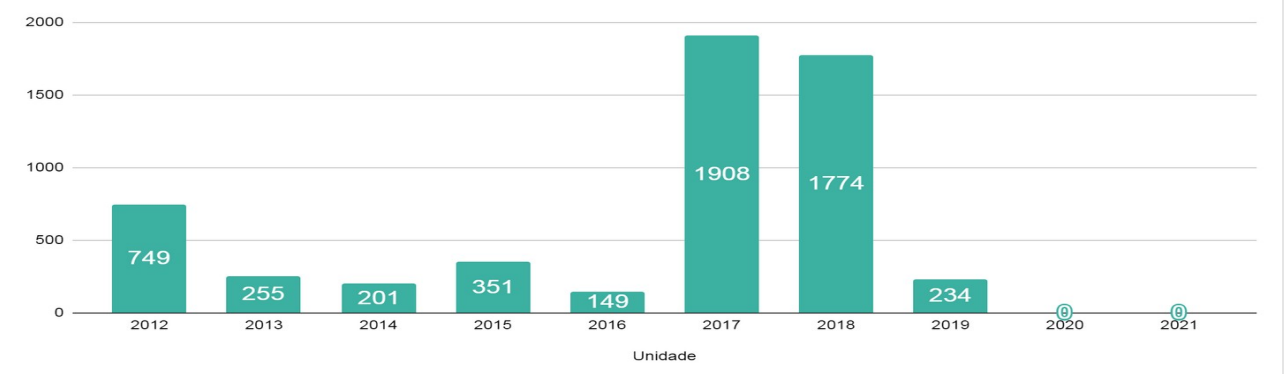


Gráfico 18 – Pessoas em atividades coletivas de caráter não continuado - Anual
Fonte: RMA/SAGI/MDS. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi. Acesso em 18.08.2021

Com relação a esse gráfico, destaca-se a queda ocorrida no ano de 2019 e o fato de não haver nenhuma participação no início de 2020, quando ainda não haviam restrições devido à pandemia.

Quadro 41 – Relatório Anual de atendimento dos CRAS I - 2020

Bloco 1 - Famílias em Acompanhamento pelo PAIF		
A.	Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF	Total
A.1.	Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	93
A.2.	Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF, durante o período referenciado	79
B.	Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no período referenciado	Total
B.1.	Famílias em situação de extrema pobreza	44
B.2.	Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	4
B.3.	Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em situação de descumprimento das condicionalidades	0
B.4.	Quantidade de famílias com membros beneficiários do BPC	2
B.5.	Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	0
B.6.	Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	4

Bloco 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS		
C.	Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS, no período referenciado	Quantidade
C.1.	Total de atendimentos individualizados realizados, no período referenciado	5857
C.2.	Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	128
C.3.	Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	94
C.4.	Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	3
C.5.	Famílias encaminhadas para o CREAS	24
C.6.	Visitas domiciliares realizadas	306
C.7.	Total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o período de referência	10
C.8.	Total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o período de referência	21
C.9.	Outros benefícios eventuais concedidos/entregues durante o período de referência	4229

Bloco 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS		
D.	Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, no período referenciado	Quantidade
D.1.	Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	0
D.2.	Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	0
D.3.	Crianças/ adolescentes de 7 a 14 anos em Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	0
D.4.	Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	0
D.8.	Adultos entre 18 a 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	0
D.5.	Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos	0
D.6.	Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado	0
D.7.	Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	0

Fonte: Sistema GESUAS. Acesso em 18.08.2021.

O quadro indica que a unidade iniciou o ano com 14 famílias em acompanhamento, tendo inserido outras 79 famílias ao longo do ano. Dentre as 79 famílias inseridas no acompanhamento, 44 vivenciavam situação de extrema pobreza, ou seja, aproximadamente 55% das famílias inseridas.

Foram realizados 5827 atendimentos, com a média de 485 atendimentos ao mês.

No RMA, foram registrados 249 encaminhamentos para as situações mencionadas, entretanto, a partir do GESUAS, identifica-se que foram realizados 632 encaminhamentos, sendo 203 encaminhamentos realizados pelo CRAS I e 429 encaminhamentos realizados pelo CRAS II.

O quadro abaixo detalha os destinos dos encaminhamentos realizados:

Quadro 42 – Encaminhamentos realizados

Encaminhamento	Total
05 - Para Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltados a crianças e adolescentes	2
07 - Para atualização cadastral no CadÚnico (inclusive quando realizada nesta própria Unidade)	101
08 - Para inclusão no CadÚnico (inclusive quando realizada nesta própria Unidade)	132
09 - Para o INSS, visando acesso ao BPC	3
10 - Para o INSS, visando acesso a outros direitos, que não o BPC	2
11 - Para acesso a Benefícios Eventuais	3
12 - Para acesso a Documentação Civil (Certidão de Nascimento, RG, Carteira de Trabalho, etc)	179
13 - Encaminhamento do CRAS para o CREAS (marcação exclusiva para o CRAS)	26
14 - Encaminhamento do CREAS para o CRAS (marcação exclusiva para o CREAS)	3
15 - Encaminhamento para outras unidades/serviços de Proteção Social Especial	3
31 - Para Serviços de Saúde Mental	7
33 - Para Unidades de Saúde da Família	85
34 - Para outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde	5
40 - Para Educação – Creche e Pré-escola (ensino infantil)	2
50 - Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à capacitação profissional	3
51 - Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à geração de trabalho e renda	5
52 - Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à intermediação de mão-de-obra	12
60 - Para programa da área de habitação	11
61 - Para acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica	1
70 - Para Conselho Tutelar	9
71 - Para Poder Judiciário	2
72 - Para Ministério Público	1
73 - Para Defensoria Pública	2
74 - Para Delegacias (especializadas ou não)	2
85 - Para o CRAS	11
86 - Para o CREAS	2
87 - Para recebimento de benefícios eventuais	4
88 - Para a Defesa Civil	6
89 - Para o Programa Frente de Trabalho	8

Fonte: Sistema GESUAS. Acesso em 18.08.2021.

Verifica-se uma predominância nos encaminhamentos para inclusão ou atualização cadastral no CadÚnico, com 233 encaminhamentos.

Foram também registrados 85 encaminhamentos para unidades de saúde da família, 28 para o CREAS, 2 para intermediação de mão de obra, 11 para a Habitação e 11 para o outro CRAS. Para a Frente de Trabalho, foram realizados apenas 8 encaminhamentos, embora tenha-se acompanhado 44 famílias em situação de extrema pobreza.

Retornando ao quadro anterior, verifica-se que foram realizadas 306 visitas domiciliares. Foram também concedidos 4250 benefícios eventuais, auxílios ou doações, que serão detalhados no subtítulo 2.3.5.1 Benefícios Eventuais.

Retornando ao quadro anterior, verifica-se que não foram realizados atendimentos coletivos em 2020. A partir de março de 2020, foram aplicadas uma série de medidas de prevenção à pandemia de Covid-19, entre elas, a suspensão de atividades coletivas, todavia, entre janeiro e março não houve atividades coletivas por opção do poder público municipal.

As informações relativas ao ano de 2020 que foram apresentadas acima, servem como base para comparação com as informações que serão apresentadas no quadro abaixo, relativas ao ano de 2021.

Dando continuidade à análise, além das informações sobre 2020, segue abaixo quadro com informações sobre atuação dos CRAS nos 8 primeiros meses de 2021:

Quadro 44 – Relatório Anual de Atendimentos dos CRAS - 2021

Bloco 1 - Famílias em Acompanhamento pelo PAIF		
A.	Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF	Total
A.1.	Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	79
A.2.	Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF, durante o período referenciado	43
B.	Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no período referenciado	Total
B.1.	Famílias em situação de extrema pobreza	30
B.2.	Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	3
B.3.	Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em situação de descumprimento das condicionalidades	0
B.4.	Quantidade de famílias com membros beneficiários do BPC	1
B.5.	Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	0
B.6.	Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	0

Bloco 2 - Atendimentos individualizados realizados no CRAS		
C.	Volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS, no período referenciado	Quantidade
C.1.	Total de atendimentos individualizados realizados, no período referenciado	2405
C.2.	Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	95
C.3.	Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	94
C.4.	Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	0
C.5.	Famílias encaminhadas para o CREAS	24
C.6.	Visitas domiciliares realizadas	271
C.7.	Total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o período de referência	28
C.8.	Total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o período de referência	28
C.9.	Outros benefícios eventuais concedidos/entregues durante o período de referência	420

Bloco 3 - Atendimentos coletivos realizados no CRAS		
D.	Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, no período referenciado	Quantidade
D.1.	Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	0
D.2.	Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	0
D.3.	Crianças/ adolescentes de 7 a 14 anos em Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	0
D.4.	Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	0
D.8.	Adultos entre 18 a 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	0
D.5.	Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos	0
D.6.	Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado	1
D.7.	Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	1

Fonte: Sistema GESUAS. Acesso em 18.08.2021.

Em 2021, devido à forma de emissão do Relatório no GESUAS, foram aferidas informações referentes ao período compreendido entre 01.01.2021 e 18.08.2021 (data atual), totalizando 229 dias, o que representa cerca de 63% do ano.

Com relação ao quadro, verifica-se que a unidade iniciou o ano com 11 famílias em acompanhamento e inseriu outras 20 entre os meses de janeiro e agosto, sendo 15 famílias em situação de extrema pobreza, 1 beneficiária do Programa Bolsa Família e uma família de beneficiário do Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Em comparação com o ano de 2021 (considerando os dias transcorridos), houve uma leve redução no número de famílias inseridas, pois, caso os números se mantenham, o município encerrará o ano com 76 famílias inseridas no acompanhamento. Com relação ao percentual de famílias em situação de extrema pobreza houve um leve aumento, passando de 50% em 2020, para 55% em 2021. Foram realizados 213 encaminhamentos, o que permite uma projeção de 338 encaminhamentos no ano, o que equivale a um aumento cerca de 40% com relação aos 249 realizados em 2020.

Tem-se portanto o registro de 213 encaminhamentos para as situações previstas no RMA, entretanto, de acordo com o GESUAS, foram realizados 475 encaminhamentos no total, sendo 243 realizados pelo CRAS I e 232 realizados pelo CRAS II. Caso essa média se mantenha, serão realizados cerca de 755 encaminhamentos no ano de 2021, superando em aproximadamente 20% os 632 encaminhamentos realizados em 2020.

O quadro abaixo expressa os destinos dos encaminhamentos realizados em 2021:

Quadro 45 – Encaminhamentos 2021 - CRAS

Encaminhamento	Total
07 - Para atualização cadastral no CadÚnico (inclusive quando realizada nesta própria Unidade)	73
08 - Para inclusão no CadÚnico (inclusive quando realizada nesta própria Unidade)	73
11 - Para acesso a Benefícios Eventuais	1
12 - Para acesso a Documentação Civil (Certidão de Nascimento, RG, Carteira de Trabalho, etc)	106
13 - Encaminhamento do CRAS para o CREAS (marcação exclusiva para o CRAS)	20
15 - Encaminhamento para outras unidades/serviços de Proteção Social Especial	5
30 - Para Serviços de Saúde Bucal (por exemplo: Brasil Sorridente)	1
31 - Para Serviços de Saúde Mental	4
33 - Para Unidades de Saúde da Família	47
34 - Para outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde	27
40 - Para Educação – Creche e Pré-escola (ensino infantil)	2
51 - Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à geração de trabalho e renda	6
52 - Para Serviços, Programas ou Projetos voltados à intermediação de mão-de-obra	43
60 - Para programa da área de habitação	13
61 - Para acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica	4
70 - Para Conselho Tutelar	3
85 - Para o CRAS	14
86 - Para o CREAS	1
87 - Para recebimento de benefícios eventuais	7
88 - Para a Defesa Civil	6
89 - Para o Programa Frente de Trabalho	13
91 - Para a Procuradoria Geral	1
94 - Para a Secretaria de Saúde	1
101 - Para a Fundação Irmã Vera - FIV (Exceto Frente de Trabalho)	4

Fonte: Sistema GESUAS, Acesso em 18.08.2021

Assim como em 2020, verifica-se uma predominância nos encaminhamentos para o CadÚnico, para acesso à documentos e para unidades de saúde da família. Verifica-se um

aumento no número de encaminhamentos para intermediação de mão-de-obra e para o Programa frente de trabalho, aumentando de 8 em 2020 para 13 em 2021 (até agosto). Houve também ampliação nos encaminhamentos para outros serviços do sistema Único de Saúde.

Quanto aos benefícios eventuais, foram concedidos 476, entre benefícios, auxílios e doações, que serão melhor detalhados no item 2.3.5.1.

2.3.2.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV pode ser ofertado tanto pelos CRAS quanto pelas entidades referenciadas aos CRAS. Atualmente, não há oferta do serviço nos CRAS do município, e portanto, não há oferta desse serviço pelo ente público, havendo apenas a oferta desse serviço pela Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da AMUREL – ACUSTRA, uma entidade socioassistencial privada, referenciada ao CRAS I.

Embora hoje não haja oferta do SCFV nos CRAS, esta já ocorreu até o ano de 2015, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 46 – Crianças e Adolescentes frequentando o SCFV nos CRAS

Faixa etária	2012	2013	2014	2015
Crianças de 0 a 6 anos	17	4	0	0
Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos	1170	1.055	710	195
Adolescentes de 15 a 17	147	65	55	22
Adultos entre 18 e 59	0	0	0	0
Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos	152	69	79	112
Pessoas com deficiência, participando dos SCFV ou PAIF	16	12	3	0

Fonte: RMA/SAGI/MDS. https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi. Acesso em 18.08.2021

A frequência do SCFV é registrada mensalmente no Registro Mensal de Atendimento, assim, é possível que uma mesma pessoa seja registrada até 12 vezes ao ano, caso tenha participado do SCFV durante todos os meses. Quanto ao SCFV para crianças 0 a 6 anos, observa-se apenas 17 usuários em 2012 e 4 usuários em 2013. É provável que o serviço tenha sido ofertado por poucos meses em 2012 e apenas um mês em 2013, com quantidade reduzida.

O SCFV para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos apresenta números mais expressivos. Em 2012, tem-se uma média mensal de 98 usuários, assim como em 2013, com uma média de 88 usuários. Em 2014 registra-se uma queda de aproximadamente 33% com relação ao ano anerior, com uma média mensal de 60 usuários/mês. Em 2015 já percebe-se uma redução que projeta o serviço à média de 16 usuários/mês.

O SCFV para adolescentes de 15 a 17 anos e para idosos, apresenta números semelhantes entre 2012 e 2014, com uma média não superior à 13 usuários/mês. Em 2015 há uma redução

ainda maior no serviço para adolescentes e uma “ampliação” no SCFV para idosos. Verifica-se ainda uma redução na presença de pessoas com deficiência, tanto nas atividades coletivas do PAIF quanto participando do SCFV.

A partir de 2016, SCFV para crianças e adolescentes passou a ser executado por duas entidades privadas, a ACUSTRA e o Centro de Ensino Hermon. Conforme dados do Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC. Em 2017, haviam 51 crianças e adolescentes inscritos no SCFV ofertado pela ACUSTRA. Deste total, apenas 4 constituiam o público prioritário do serviço, sendo 2 devido à violência/negligência, 1 fora da escola e 1 com medidas de proteção do ECA.

Quanto aos demais usuários (47), estes eram oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, muitos beneficiários do Programa Bolsa Família e em situação de extrema pobreza.

Apesar de haver apenas registro do SCFV ofertado pela ACUSTRA, em 2017, duas entidades de Assistência Social vinham oferecendo o serviço para a faixa etária de 7 a 15 anos, sendo elas: ACUSTRA e o Centro de Ensino Hermon, que desde 2014 aderiu a esta oferta e vinha adequando-se ao reordenamento do SCFV instituídas pelo CNAS, por meio da resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013. De acordo com registros das entidades, no ano de 2017, ambas somadas atendiam cerca de 170 usuários/mês, perfazendo aí um total aproximado de 2040 atendimentos/ano.

Entretanto, de acordo com a Resolução CNAS 01/2013 as informações dos usuários do SCFV deveriam ser trimestralmente inseridas no Sistema de Informações do Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC, o que não ocorreu de forma integral, repercutindo assim em um número de registros inferior ao número real de atendimentos e consequentemente, na suspensão do repasse de recurso relativo à oferta desse serviço.

Devido a inúmeros fatores dentre eles o pouco incentivo e apoio da gestão municipal, a Fundação Hermon não vêm executando o SCFV entre os anos de 2017 e 2020, restando somente a ACUSTRA, que hoje atende cerca de 70 crianças e adolescentes por meio do SCFV.

2.3.2.5 Programas

Além do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vìnculos, a ACUSTRA, entidade socioassistencial do município, oferta o Programa Oásis do Bem, um programa Socioeducativo que se materializa pela execução de oficinas lúdicas, culturais, esportivas e de lazer. ofertado no contraturno escolar para crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, de ambos os sexos, residentes em todo o município, especialmente no entorno da entidade, localizada próximo ao aglomerado subnormal (favela) denominado como Casqueiro.

De acordo com o Relatório de Atividades apresentado pela entidade ao CMAS, em 2020, o Programa Oásis do Bem ofertava atendimento à 94 usuários, sendo 62 crianças e 32 adolescentes, nos períodos matutino e vespertino, ofertando as atividades de artesanato, dança, culinária, inclusão digital e reforço escolar, além de prestar orientação e apoio às suas famílias.

2.3.3 Proteção Social Especial de Média Complexidade

No município são ofertados três serviços/programas de Proteção Social Especial de Média Complexidade, sendo: o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos Vítimas de Violência (PAEFI); o Serviço de proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de prestação de Serviços à Comunidade (MSE); e a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência, executado pela APAE.

2.3.3.1 PAEFI

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos Vítimas de Violência (PAEFI) atende pessoas e indivíduos vítimas de violência e/o violação de direitos.

> É um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais. É destinado para [...] Pessoas e famílias que sofrem algum tipo de violação de direito, como violência física e/ou psicológica, negligência, violência sexual (abuso e/ou exploração sexual), adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou sob medidas de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, trabalho infantil, discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia, entre outras.[14]

O quadro abaixo expressa o número de famílias/indivíduos inseridos em acompanhamento, entre os anos de 2013 e 2021:

Quadro 47 – Famílias inseridas em acompanhamentos pelo PAEFI - 2013 a 2020

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021*
Novos casos inseridos em acompanhamento PAEFI	258	138	164	82	72	126	169	128	89	58
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	130	68	40	13	7	27	37	20	6	0
Famílias com membros beneficiários do BPC	21	9	17	2	1	7	4	7	2	0
Famílias com situação de trabalho infantil	13	0	1	1	0	0	1	2	1	1
Famílias com crianças ou adolescentes acolhidos	5	11	0	0	1	4	4	5	3	1
Famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas	0	0	69	26	18	56	72	34	30	16
Famílias com adolescente em cumprimento de MSE	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. * - Referência: Jan/jul 2017.
* - Janeiro a Junho de 2021

Observa-se que o número de famílias inseridas em acompanhamento têm variado entre 72 e 169 famílias, uma diferença de cerca de 130%. Houveram dois momentos de maior atendimento, os anos de 2014 e 2018. Após 2018, verifica-se duas quedas sucessivas (2019 e 2020). Em 2021, tem-se 58 famílias inseridas até junho, projetando-se portanto cerca de 116 famílias até o final do ano.

14 Site MDS. http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paefi. Acesso em 25.08.2021

Verifica-se, ainda, que têm havido uma redução no número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada, com nenhuma ocorrência no ano de 2021. Da mesma forma têm ocorrido com as famílias de usuários de substâncias psicoativas, cuja redução tem acompanhado o número de famílias inseridas no acompanhamento desde 2018.

Além das famílias inseridas em acompanhamento, duas informações O quadro abaixo traz o quantitativo de atendimentos no CREAS entre os meses de janeiro e junho de 2017:

Quadro 48 – Atendimentos pelo PAEFI - 2013 a 2020

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 *
Atendimentos individualizados realizados no mês	0	0	0	0	0	873	1545	2062	3214	764
Atendimentos em grupo	0	0	0	0	0	3	4	8	0	0
Famílias encaminhadas para o CRAS	0	0	0	0	0	25	11	13	15	22
Visitas domiciliares	0	0	0	0	0	334	362	590	155	108

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. * - Referência: Jan/jul 2017.
* - Janeiro a Junho de 2021

Embora o RMA – Registro Mensal de Atendimento venha sendo preenchido desde 2012, até o ano de 2016 não eram registrados dados relativos aos atendimentos, motivos pelo qual não há nenhum registro nesse período.

A partir de 2017, verifica-se uma ampliação de cerca de 700 atendimentos em 2018, mais 500 atendimentos em 2019 e outros 1200 atendimentos em 2020, onde teve-se um total de 3214 atendimentos. Em 2021, até o mês de junho registrou-se 764 atendimentos, o que projeta uma expectativa de cerca de 1530 atendimentos no ano, ou seja, menos de 50% do que foi registrado em 2020.

Cabe salientar que, em 2020, a unidade CREAS participou da concessão de benefícios e doações em razão da Pandemia de Covid-19, motivo pelo qual teve tão elevado número de atendimentos, contudo, em 2019, foram registrados 2062 atendimentos antes da pandemia de Covid-19.

2.3.3.2 Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – MSE - LA/PSC

O serviço de acompanhamento à Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto é ofertado pelo CREAS, e tem como única porta de entrada os encaminhamentos realizados pelo Poder Judiciário. O quadro abaixo expressa o número de atendimentos à adolescentes entre os anos de 2013 e 2021:

Quadro 49 – Atendimentos pelo MSE - LA/PSC- 2013 a 2020

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021*
Atendimentos à adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas	316	223	200	165	123	84	130	160	79	24
Atendimentos à adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida - LA	75	68	118	68	56	39	68	55	43	10
Atendimentos à adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	238	188	46	49	3	47	90	137	41	14

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. * - Referência: Jan/jul 2017.
* - Janeiro a Junho de 2021

Deve-se salientar que os números apresentados acima referem-se aos atendimentos, ou seja, um mesmo adolescente pode ser atendido por diversas vezes durante o ano, e cada atendimento foi computado no quadro acima.

Quanto aos resultados, verifica-se que o número de atendimentos foi sendo reduzido entre 2013 e 2017, indo de 316 para 84 atendimentos. Em 2018 houve o início de uma retomada, com 130 atendimentos e em 2019, uma ampliação para 160. Em 2020, já em época de pandemia, foram registrados 79 atendimentos enquanto que, entre janeiro e junho de 2021, foram registrados 2021.

Considerando que o número de atendimentos tem relação direta com o número de adolescentes inseridos no serviço, o quadro abaixo expressa o número de adolescentes inseridos no serviço, por gênero, entre os anos de 2012 e 2021:

Quadro 50 – Adolescentes inseridos no serviços de MSE - LA/PSC - 2013 a 2020

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021*
Novos adolescentes inseridos no serviço	132	0	16	12	27	11	34	25	7	0
Novos adolescentes em cumprimento de LA	52	0	6	3	14	5	11	9	4	0
Novos adolescentes em cumprimento de PSC	101	0	13	10	20	7	29	19	3	0

Fonte: Registro Mensal de Atendimento - RMA, Sagi/MDS, setembro de 2017. * - Referência: Jan/jul 2017.
* - Janeiro a Junho de 2021

Tem-se em 2012 um número muito elevado de adolescentes encaminhados pelo Poder Judiciário (132), sendo 52 para cumprimento de Liberdade Assistida e 101 para cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade.

Deve-se observar que a soma das duas modalidades excede o número total de jovens, isto ocorre por que alguns adolescentes cumprem mais de uma medida.

Observa-se que, em 2013 não houve nenhum adolescente inserido. Em 2020 e 2021, foram inseridos apenas 3, enquanto que nos demais meses foram inseridos entre 7 e 29 adolescentes.

2.3.4 Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Em Laguna, são ofertados os seguintes serviços de Proteção Social Especial de Alta Compelxidade, sendo o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, executado diretamente pelo órgão gestor no Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio e; o Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, executado pela Sociedade da Divida Providência no Asilo Santa Isabel (privada);

2.3.4.1 Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

Este Serviço, no município, destinado a crianças e adolescente de ambos os sexos, que se encontram com seus vínculos familiares rompidos, fragilizados, ou que tenham tido seus direitos ameaçados ou violados, tendo a capacidade de atender até 16 crianças/adolescentes, em acolhimento integral. A porta de entrada para o serviço é via Poder Judiciário, com exceção do Conselho Tutelar, que pode acolher provisoriamente, comunicando a autoridade judiciária no primeiro dia útil subsequente.

Na unidade são ofertados os seguintes serviços: Elaboração do P.I.A., visita da equipe técnica nas escolas e as famílias dos acolhidos; acompanhamento àss famílias que adotaram; orientações técnicas aos monitores; suporte a confecção de documentos pessoais; acompanhamento escolar e médico; representação em audiências; socialização; entre outras atribuições pertinentes ao serviço.

De acordo com dados extraídos do Sistema Municipal GESUAS, entre 2020 e 2021, 24 crianças ou adolescentes foram inseridos no serviço de acolhimento. Em 24 de agosto de 2021, há 6 crianças/adolescentes acolhidos, oriundos de 4 famílias que vêm sendo acompanhadas pela equipe do serviço.

2.3.4.2 Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

Em Laguna, o Serviço de Acolhimento Institucional de Idosos é ofertado pelo Asilo Santa Isabel, com capacidade de atendimento de até 45 idosos.

De acordo com dados do Censo SUAS, em novembro de 2020 haviam 30 acolhidos, distribuídos conforme o quadro abaixo:

Quadro 51 – Idosos acolhidos no Asilo Santa isabel

Descrição	Faixa Etária			Total
	22 a 59 anos	60 a 79 anos	80 anos ou mais	
Homens	3	12	1	16
Mulheres	2	7	5	14
Total de Idosos	5	19	6	30

Fonte: Aquivos SMASH. Censo SUAS 2017 - Acolhimento Municipal.

Verifica-se que, embora o serviço seja destinado somente a pessoas idosas, tem-se a presença de 5 pessoas com idades entre 22 e 59 anos. Conforme informações obtidas junto à equipe da instituição, são pessoas com deficiência intelectual que foram acolhidas há mais de 24 meses e cujas famílias não foram identificadas ou não se vislumbrou a possibilidade de reintegração familiar.

Ainda de acordo com informações fornecidas pela equipe do Asilo Santa Isabel, 17 dos 30 usuários possuem algum tipo de transtorno mental.

Quanto ao tempo de acolhimento, o quadro abaixo expressa os quantitativos:

Quadro 52 – Tempo de acolhimento dos idosos acolhidos no Asilo Santa isabel

Descrição	Tempo de Acolhimento					
	7 a 12 meses	13 a 18 meses	19 a 24 meses	25 a 48 meses	49 a 72 meses	Mais de 72 meses
Quantidade	1	2	20	3	0	22

Fonte: Aquivos SMASH. Censo SUAS 2017 - Acolhimento Municipal.

Verifica-se que cerca de 73% dos idosos residem na unidade há mais de 72 meses. Verifica-se que, nos últimos dois anos, houve o ingresso de apenas 6 idosos, embora a unidade disponha de vagas disponíveis.

2.3.5 Benefícios

2.3.5.1 Benefícios Eventuais

No município, os benefícios eventuais estão regulamentados pela Lei 1824/2015, que prevê a concessão de 08 tipos de benefícios, sendo eles: auxílio-natalidade, auxílio por morte, auxílio documentos, auxílio-alimentação, auxílio aluguel, auxílio hospedagem, auxílio passagem e auxílio em situação de calamidade pública.

Em 2020, devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19 e os consequentes impactos na renda da população, foram realizadas duas ações pontuais: arrecadação de alimentos e concessão na forma de doação e; aquisição de cestas básicas com recursos desvinculados do FIA e concedidas como Auxílio Emergencial Covid-FIA.

O quadro abaixo expressa o quantitativo de benefícios eventuais concedidos nos anos de 2020 e 2021:

Quadro 53 – Benefícios e doações concedidas

Volume de Benefícios / Auxílios / Doações Concedidos	2021	2022
Auxílio natalidade	10	30
Auxílio funeral	21	29
Item/Kit específico para enfrentamento de situações de Emergência ou Calamidade Pública	921	0
Cesta Básica	188	316
Calamidade Pública	10	0
Passagem/Viagem	61	64
Documentação	5	50
Auxílio Emergencial COVID FIA	4035	1
Kit Higiene COVID-19	770	99
Total Doações	**931**	**0**
Total Auxílios Emergenciais	**4805**	**100**
Total Benefícios eventuais	**285**	**489**

Fonte: Sistema GESUAS. Acesso em 18.08.2021.

Observa-se uma grande ampliação (200%) na concessão do auxílio natalidade, especialmente considerando-se estar-se ainda em agosto, o que em dias, representa 65% do ano. Assim, caso o ritmo seja mantido, pode-se projetar que serão concedidos cerca de 46 auxílios até o fim do ano. Houve também ampliação na concessão de auxílio funeral, projetando-se cerca de 45 benefícios até o fim do ano.

Os itens/kit específicos para calamidade pública, o auxílio calamidade pública e o auxílio emergencial Covid-FIA não foram concedidos em 2021, pois se tratam de doações e auxílios específicos concedidos em 2020 devidos às medidas relacionadas à Covid-FIA.

Assim como os auxílios natalidade e funeral, houve ampliação na concessão de cestas básicas, onde projeta-se cerca de 483 até o final do ano, caso mantenha-se o mesmo ritmo de concessão.

O auxílio transporte (passagenm/viagem) também teve ampliação, passando de 61 em 2020 para 64 até agosto de 2021, projetando-se cerca de 97 auxílios até o fim do ano. O auxílio documentos (documentação) registrou a maior ampliação (900%), passando de 5 para 50, com projeção de 76 auxílios até o fim do ano.

Ao fim do quadro, verifica-se que, embora tenham havido mais concessões no ano de 2020, estas eram em sua maioria devido à doações e auxílios com recursos do FIA. Em 2021, projeta-se a concessão de cerca de 750 benefícios eventuais até o fim do ano, o que representa cerca de 165% de ampliação.

2.3.5.1 Benefício de Prestação Continuada - BPC

Outro benefício da Assistência Social previsto na Lei Orgânica da Assistência Social é o benefício de prestação continuada – BPC/LOAS, é um benefício de renda mensal concedido a idosos e pessoas com deficiência que comprovadamente não possuam meios para sua subsistência. A figura abaixo traz algumas informações acerca da concessão desse benefício aos moradores do município:



BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

BPC — TOTAL DE BENEFICIÁRIOS PELA FONTE PAGADORA
JUNHO/2021
587

BPC — TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DO BPC INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO
JUNHO/2021
532

90% — PERCENTUAL DE BENEFICIÁRIOS DO BPC INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO
JUNHO/2021

	Beneficiários	Repassado em Junho/2021	Repassado em 2021*	Repassado em 2020
Pessoas com Deficiência	429	R$ 473.000,79	R$ 2.855.600,79	R$ 5.492.065,22
Idosos	158	R$ 173.800,00	R$ 1.025.200,00	R$ 1.966.840,05
Total	587	R$ 646.800,79	R$ 3.880.800,79	R$ 7.458.905,27

* Referente aos meses de jan/2021, fev/2021, mar/2021, abr/2021, mai/2021 e jun/2021.

RENDA MENSAL VITALÍCIA

RMV — TOTAL DE BENEFICIÁRIOS PELA FONTE PAGADORA
JUNHO/2021
28

	Repassado em Junho/2021	Repassado em 2021*	Repassado em 2020
Total	R$ 30.800,00	R$ 188.100,00	R$ 370.802,48

* Referente aos meses de jan/2021, fev/2021, mar/2021, abr/2021, mai/2021 e jun/2021.
Fonte: Ministério da Cidadania

Figura 35 – Beneficiários do BPC e RMV – Janeiro a junho de 2021
Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/. Acesso em 19.08.2021.

Verifica-se que, no município, há 587 beneficiários do BPC ou RMV, desses, 429 são pessoas com deficiência e 158 idosos.

Dentre os beneficiários, 90% estão inscritos no CadÚnico, enquanto 55 beneficiários ainda não estão cadastrados. Deve-se salientar, que a inclusão dos beneficiários é importante para a identificação das condições de vida e planejamento de ações voltadas às famílias desses beneficiários.

O gráfico abaixo, expressa a série histórica do número de beneficiários no município de Laguna:

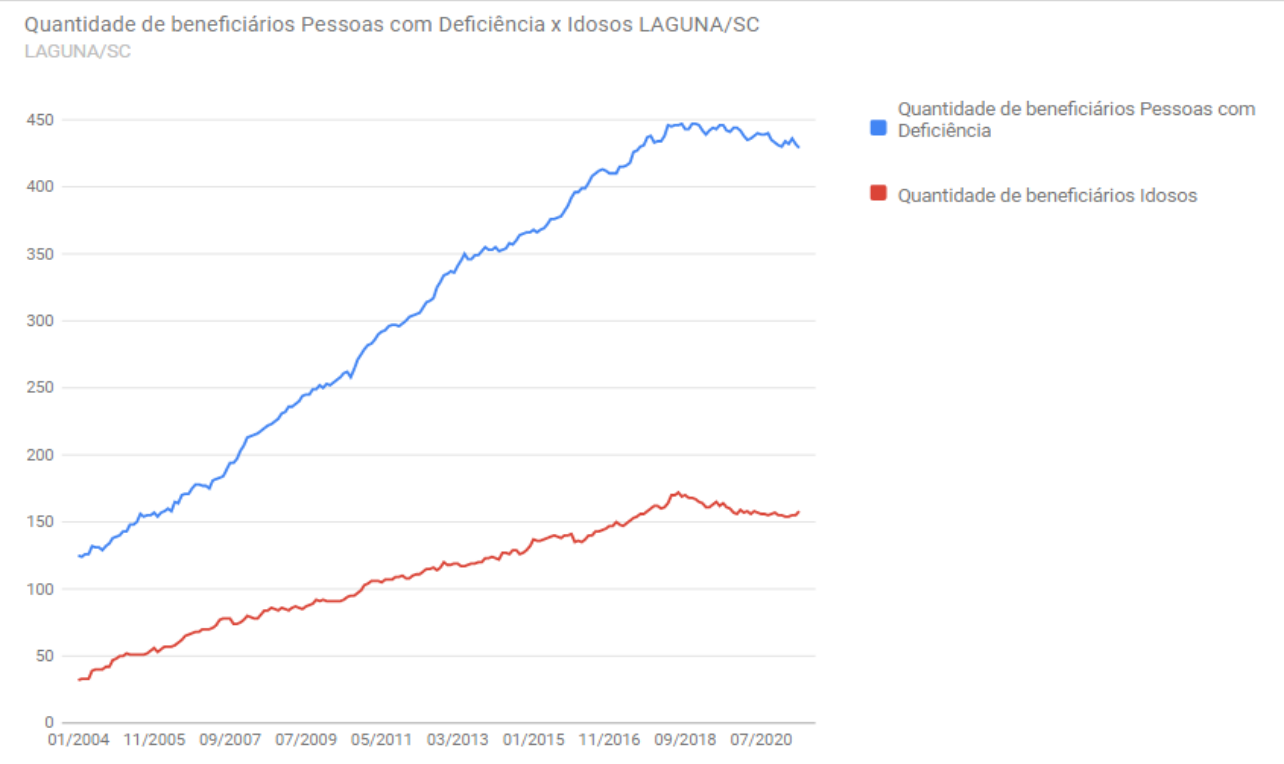


Gráfico 20 – BPC – Série histórica – 2004 a 2020
Fonte: https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavel_3a.php?uf_ibge=42&nome_estado=SC+-+Santa+Catarina&p_ibge=4209409&nome_municipio=Laguna&cabeca=140&id%5B%5D=34&id%5B%5D=135

Observa-se que houve um crescimento gradativo no número de beneficiários do município até o ano de 2018, chegando-se à 447 pessoas com deficiência e idosos 170 idosos, totalizando 617 beneficiários.

A partir de 2018 iniciu-se uma queda no número de beneficiários. Em 2021 tem-se 30 beneficiários à menor do que em 2018, embora todos os índices apontem para uma ampliação da pobreza.

2.4 OFERTAS DAS DEMAIS POLÍTICAS

Este subcapítulo tem-se como objetivo apresentar, por meio de dados quantitativos e qualitativos, informações sobre a existência, ou não, de outras ofertas que, embora não integrem as ações de assistência social, constituem "retaguardas" ou pontos de apoio indispensáveis à dimensão intersetorial da atenção aos usuários da política de assistência social.

2.3.1 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda direta às famílias, instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, composto por diferentes tipos e valores de benefícios, calculados em razão das especificidades da família, e obtidos por meio do CadÚnico – Cadastro Único dos Programas Sociais.

O Quadro abaixo, traz informações disponíveis no site do Ministério da Cidadania sobre os tipos e valores de benefícios:

Quadro 54 – Tipos e valores de benefícios do Programa Bolsa Família

Tipo	Valor	Descrição do benefício
Benefício Básico	R$ 89,00	Concedido apenas a famílias extremamente pobres, ou seja, com renda mensal por pessoa menor ou igual a R$ 89,00;
Benefício Variável de 0 a 15 anos	R$ 41,00	Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade;
Benefício Variável à Gestante (BVG)	R$ 41,00	Concedido às famílias do PBF que tenham gestantes em sua composição; Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês;
Benefício Variável à Nutriz (BVN):	R$ 41,00	Concedido às famílias do PBF que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição;
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente	R$ 48,00	Concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos – limitado a dois benefícios por família.
Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP):	Caso a caso	Transferido às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que continuem em situação de extrema pobreza (renda mensal per capita menor ou igual a R$ 70,00), mesmo após o recebimento dos outros benefícios do PBF. O BSP independe da composição familiar.
Auxílio Natalino	Caso a caso	Pagamento adicional, em dezembro, a todos os beneficiários do Programa Bolsa Família que possuem benefício disponível para recebimento nesse mês. O valor do benefício é o mesmo da parcela do Programa Bolsa Família de dezembro.

Fonte: https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/paginas/default.aspx. Acesso em 05.07.2021.

De acordo com o perfil familiar identificado por meio do CadÚnico, cada família poderá receber um ou mais dos benefícios listados acima.

A figura abaixo, expressa alguns quantitativos relativos à gestão e execução do Programa Bolsa Família no Município, tendo como referência o mês de junho de ano de 2021:



Figura 36 – Programa Bolsa Família – Informações Gerais do Município.
Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/painel.html

Entre os meses de janeiro e junho, a soma total de valores recebidos pelos beneficiários do município é de R$ 377.273,00. Observa-se que, em 2020, a soma de valores recebidos pelos beneficiários do município foi de R$ 3.813.784,00, ou seja, cerca de 1000% acima dos valores repassados nos seis primeiros meses de 2021.

Levando em consideração que em 2021 foram aferidos apenas 6 meses, e projetando-se o dobro deste valor para o ano de 2021 (R$ 754.746,00), estima-se uma redução de cerca de 80% no valor recebido em 2021 com relação ao valor recebido em 2020.

Quanto ao número de famílias, verifica-se que 706 famílias são beneficiárias do programa, recebendo a média de R$ 62,44 reais por mês. Deve-se salientar, contudo, que este número têm variado ao longo dos últimos 17 anos, conforme pode-se observar na figura abaixo:

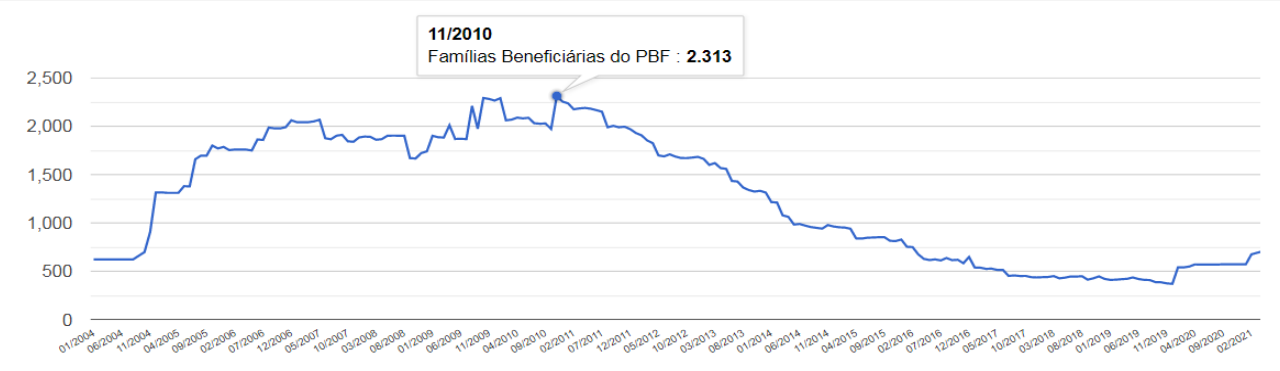


Figura 37 – Programa Bolsa Família – Informações Gerais do Município.
Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/painel.html

Primeiramente observa-se que, em 2004 (início do cadastramento), haviam aproximadamente 600 famílias cadastradas.

Entre 2004 a 2010, observa-se um crescimento gradativo com alguns períodos de pequenas reduções, chegando-se até 2.313 famílias beneficiárias em 11/2010, maior valor quantitativo de famílias beneficiárias alcançadas pelo município em toda a série histórica.

A partir de 2010 verifica-se uma queda gradativa, chegando-se, em 11/2017 a quantitativos inferiores à 500 famílias, valor este superado apenas em 2020.

Considerando o número atual de 706 famílias, e considerando a estimativa do IBGE de famílias do município elegíveis para o Programa Bolsa Família, atualmente tem-se uma taxa de cobertura de aproximadamente 31%.

2.4.2 Segurança Alimentar

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional se ocupa da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

> O DHAA é um direito de todos os cidadãos, e é também obrigação do Estado – tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal. O Estado tem a obrigação de respeitar, proteger, promover e prover esse direito, que está no artigo 6° da Constituição Federal do Brasil (CF/1988, art. 6°).[15]

No Brasil, esta política é coordenada pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

> O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN é um sistema público legalmente instituído pela Lei n° 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional- LOSAN. O SISAN reúne diversos setores de governo e da sociedade civil com o propósito de promover, em todo o Território Nacional, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).[16]

Dentre os programas e projetos de segurança alimentar à nível nacional, destaca-se o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003:

> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei n° 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. [17]

O PAA pode ser ofertado nas seguintes modalidades: Compra com doação simultânea; Compra direta; Apoio à Formação de Estoques; Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite; Compra Institucional.

Em Laguna, a Secretaria Municipal de Educação realiza à aquisição de 30% dos itens alimentícios de cooperativas e produtores rurais locais, conforme regulamentado pela Resolução n° 6/2020 do Ministério da Educação, que Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. No âmbito do PAA, essa ação pode ser classificada como Compra Institucional.

A Secretaria de Assistência Social aderiu, em 2021, à modalidade compra com doação simultânea, entretanto, esse processo ainda está em fase de planejamento e organização.

Com relação à insegurança alimentar no país, um estudo da Universidade Livre de Berlim aponta que, em razão da pandemia, houve um agravamento das situações de insegurança alimentar, conforme pode-se observar no gráfico abaixo:

15 https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/cartilha_caisan.pdf
16 Idem.
17 http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa

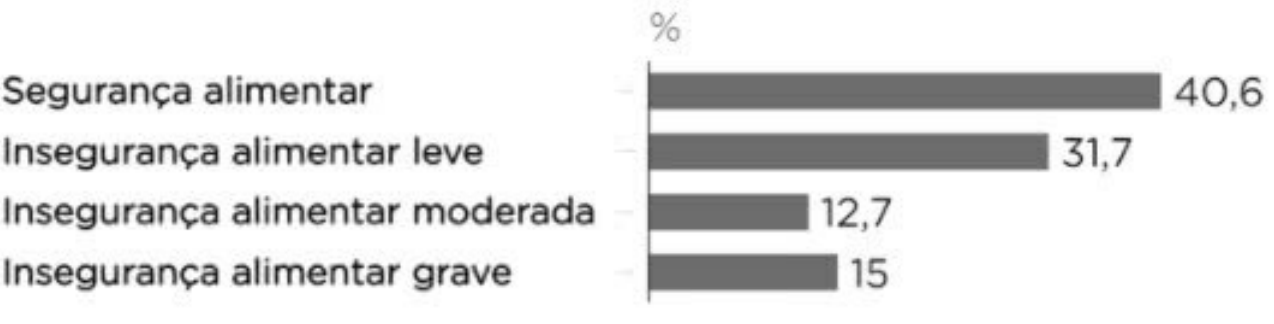


Gráfico 21 – Percentual de domicílios por situação de segurança alimentar
Fonte: Universidade Livre de Berlim. Acesso em https://cee.fiocruz.br/?q=a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda.

Em primeiro lugar, é importante definir-se o conceito o que é insegurança alimentar:

> Em relação à insegurança alimentar, os domicílios podem ser classificados em três níveis: leve, moderado e grave. Um domicílio é classificado com insegurança leve quando aparece preocupação com acesso aos alimentos no futuro e a qualidade da alimentação já está comprometida. Nesse contexto, os moradores já assumem estratégias para manter uma quantidade mínima de alimentos disponíveis. Trocar um alimento por outro que esteja mais barato, por exemplo. No segundo nível, de insegurança moderada, os moradores já têm uma quantidade restrita de alimentos. A insegurança grave aparece quando os moradores passaram por privação severa no consumo de alimentos, podendo chegar à fome.[18]

Observando o quadro, verifica-se que 59,4% da população do país vivenciam situação de insegurança alimentar nos vários níveis, o que demanda ação governamentais efetivas, tanto com relação ao incremento da renda quanto à disponibilidade de alimentos.

Todavia, há um percentual de 15% da população, que vivencia situação de insegurança alimentar grave, para essa população, é imperativo que sejam realizadas, com urgência, ações de diretas de acesso aos alimentos, como a compra direta e compra com doação simultânea, por exemplo. Para mapear os municípios com maior ou menor vulnerabilidade à desnutrição, foi elaborado o Mapa InSAN:

> O Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa InSAN) é um estudo desenvolvido e publicado pela CAISAN nos anos de 2016 (ano referência 2014) e 2018 (ano referência 2016) com o objetivo de identificar as famílias e indivíduos que se encontram em insegurança alimentar e nutricional, a partir de dados do Cadastro Único e do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN.[19]

Para elaboração do Mapa Insan:

> Foram selecionados apenas os municípios com média igual ou superior a 10,1% de déficit de altura para idade e agrupados em três níveis de vulnerabilidade (muito alta, alta e média). Em seguida, a segunda parte do estudo consistiu na análise, para cada grupo de municípios, do perfil socioeconômico das famílias.[20]

O mapa abaixo traz os níveis de vulnerabilidade à desnutrição em municípios brasileiros:

18 https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20inseguran%C3%A7a%20alimentar,da%20alimenta%C3%A7%C3%A3o%20j%C3%A1%20est%C3%A1%20comprometida.
19 https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/portal-san/artigo.php?link=15
20 http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/noticias/arquivos/files/Estudo_T%C3%A9cnico_MAPAINSAN_2014.pdf

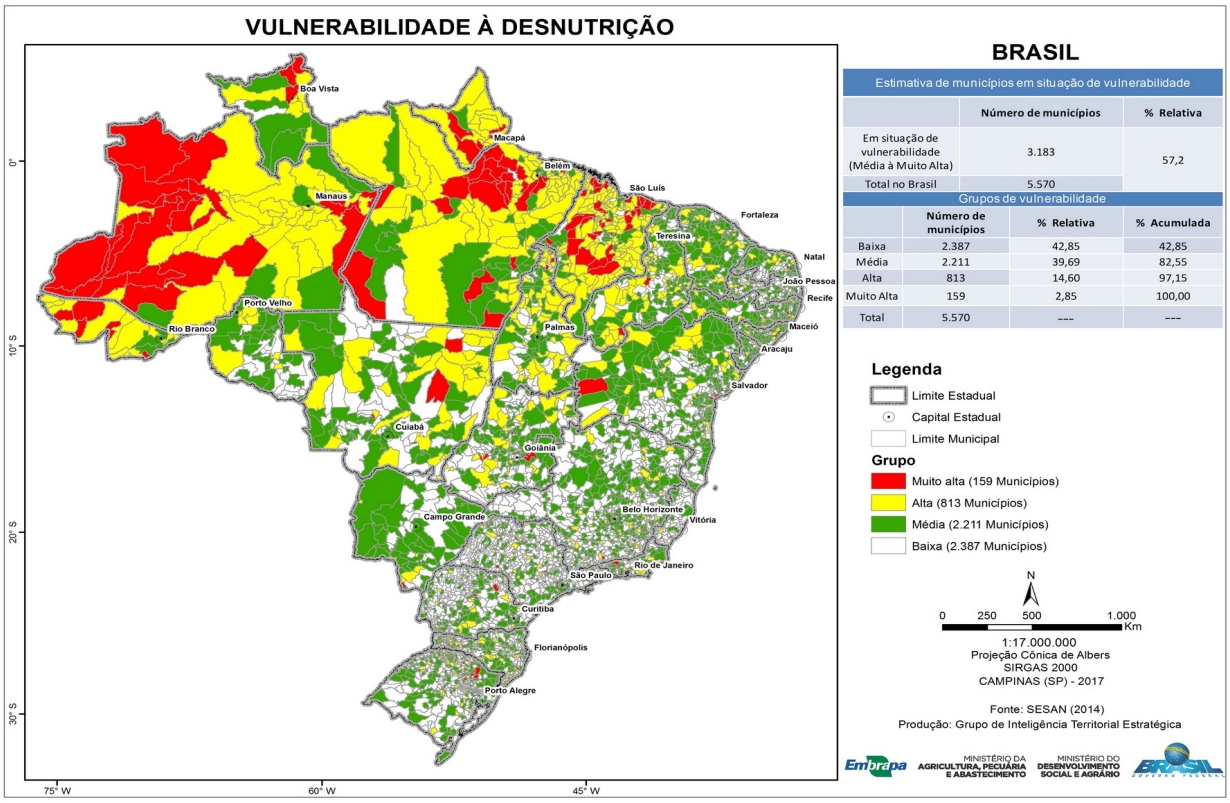


Figura 38 – Mapa de vulnerabilidade à desnutrição – Brasil
Fonte: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/portal-san/img/mapas/cadunico/ESTIMATVA_DO_GRUPO_DE_VULNERABILIDADE_CADUnico_BRASIL.jpg

O mapa abaixo, expressa a vulnerabilidade à desnutrição dos municípios catarinenses:

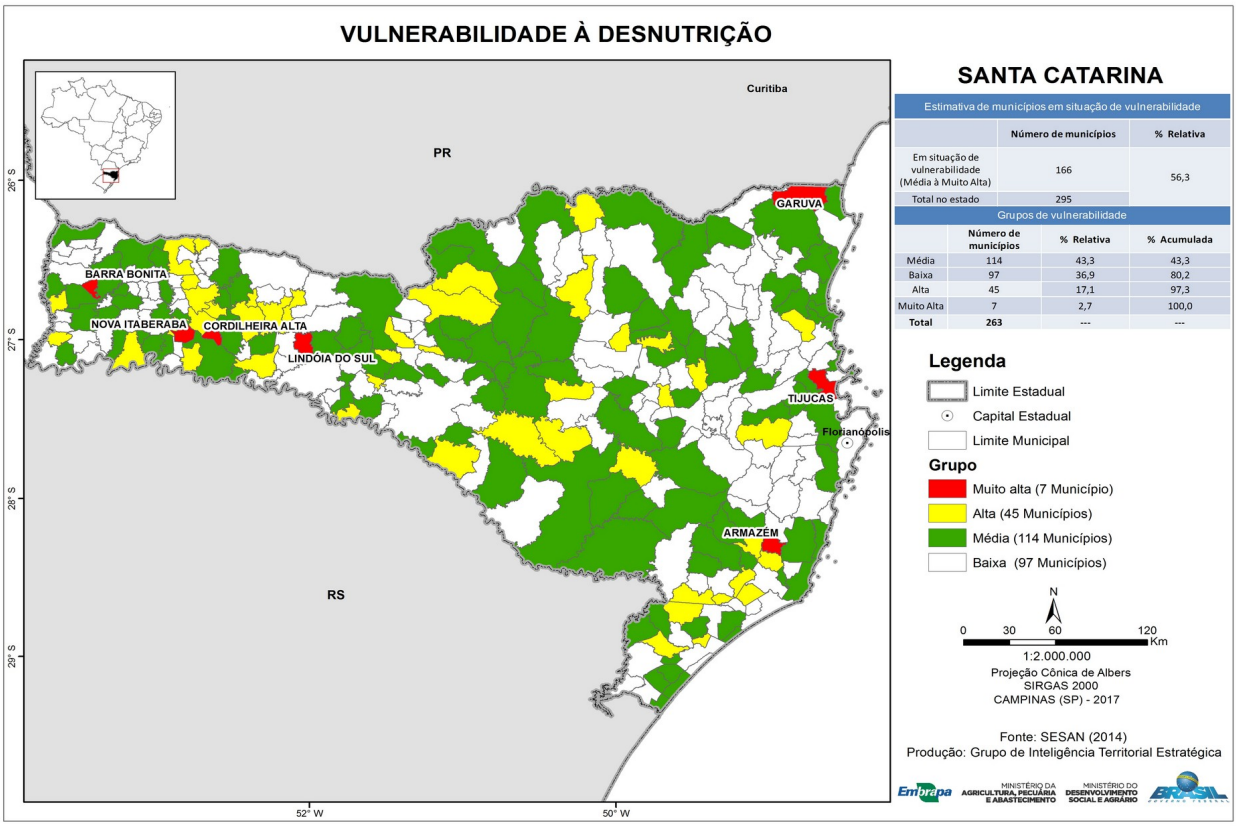


Figura 39 – Mapa de vulnerabilidade à desnutrição – Brasil
Fonte: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/portal-san/img/mapas/gpte/ESTIMATVA_DO_GRUPO_DE_VULNERABILIDADE

No Mapa brasileiro , bserva-se que há maior predominância de municípios em situação de vulnerabilidade à desnutrição alta (amarelo) e muito alta (vermelho) na região norte e no interior do nordeste. Nos municípios do Sul, sudeste e centro-oeste, há municípios isolados em situação muito alta, com predominância para vulnerabilidade moderada (verde) ou vulnerabilidade baixa (branco).

Já no Mapa catarinense, observa-se que, de um total de 295 municípios, 7 municípios apresentam vulnerabilidade muito alta, 45 municípios vulnerabilidade alta, 114 municípios apresentam vulnerabilidade média e 97 municípios apresentam vulnerabilidade baixa.

Laguna está enquadrada em situação de vulnerabilidade média, o que evidencia a necessidade de ações no sentido da promoção à alimentação em quantidade e qualidade suficiente.

2.4.3 Habitação

Com relação à habitação, foram analisados dois elementos principais: em primeiro lugar foram analisados os aglomerados subnormais e suas características.

Em seguida, foram discutidos elementos relativos à estrutura habitacional existente, compreendendo o acesso à energia elétrica, coleta de lixo, banheiro e água encanada. Entende-se que esses elementos têm relação direta com as condições de higiene e salubridade em que vivem as pessoas, deste modo, entende-se que a garantia mínima dos elementos mencionados é fator precípuo para o sucesso do trabalho socioassistencial.

Conhecidos como favelas, guetos e comunidades, os aglomerados subnormais são áreas de ocupação irregular e desordenada, em geral carentes de infraestrutura básica e oferta de serviços públicos. De acordo com o IBGE:

> Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros. Enquanto referência básica para o conhecimento da condição de vida da população brasileira em todos os municípios e nos recortes territoriais intramunicipais – distritos, subdistritos, bairros e localidades –, o Censo Demográfico aprimora a identificação dos aglomerados subnormais. Assim, permite mapear a sua distribuição no País e nas cidades e identificar como se caracterizam os serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica nestas áreas, oferecendo à sociedade um quadro nacional atualizado sobre esta parte das cidades que demandam políticas públicas especiais. [21]

A figura abaixo ilustra os aglomerados subnormais existentes nas regiões sul e sudeste:

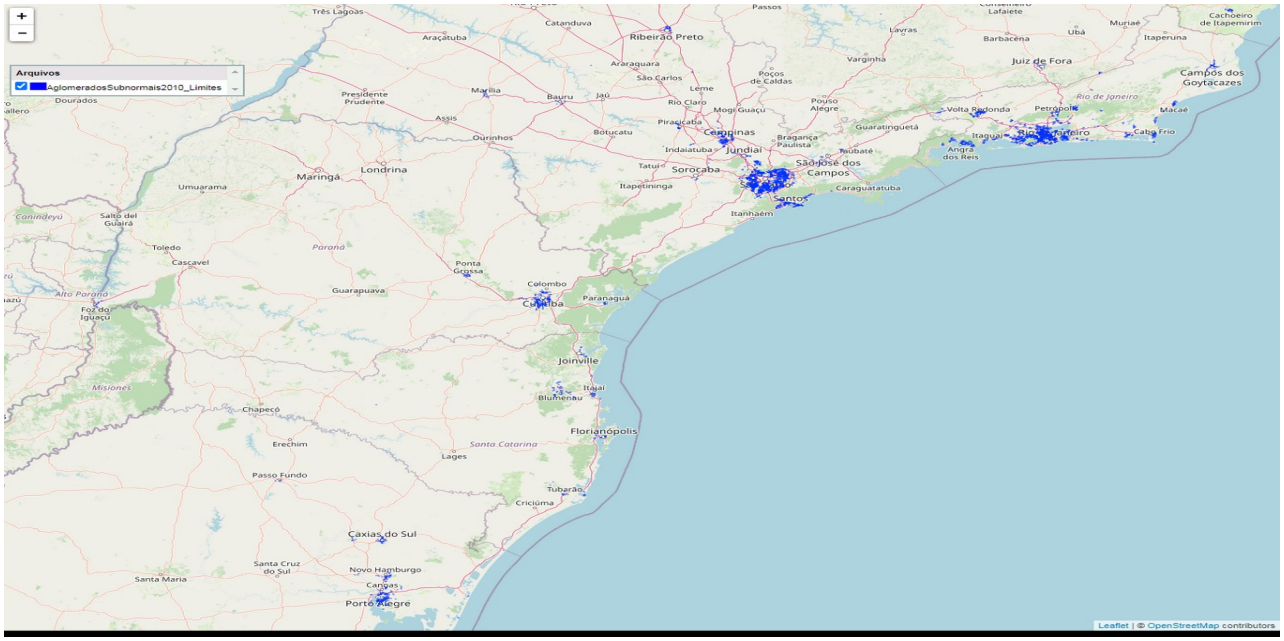


Figura 40 – Aglomerados subnormais – Região Sul e Sudeste
Fonte: https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa222613

21 https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html

Verifica-se que há maiores concentrações de aglomerados subnormais no estado do Rio de Janeiro e São Paulo, com vários pontos nas regiões metropolitanas de Cutritiba e Porto Alegre.

Em Santa Catarina, há pontos isolados na região de Joinville, Blumenau, Itajaí e Florianópolis e Tubarão, todos próximos ao litoral. Não foi registrada a presença destes aglomerados nas demais regiões do estado.

O IBGE identificou 5 aglomerados subnormais no município de Laguna, sendo: Loteamento Vila Vitória, Ponta das Pedras, Casqueiro, Morro da Glória e Loteamento São Judas Tadeu. O mapa abaixo indicar a localização dos aglomerados subnormais no município, indicados pela marcação em cinza/roxo e vermelho/rosa:

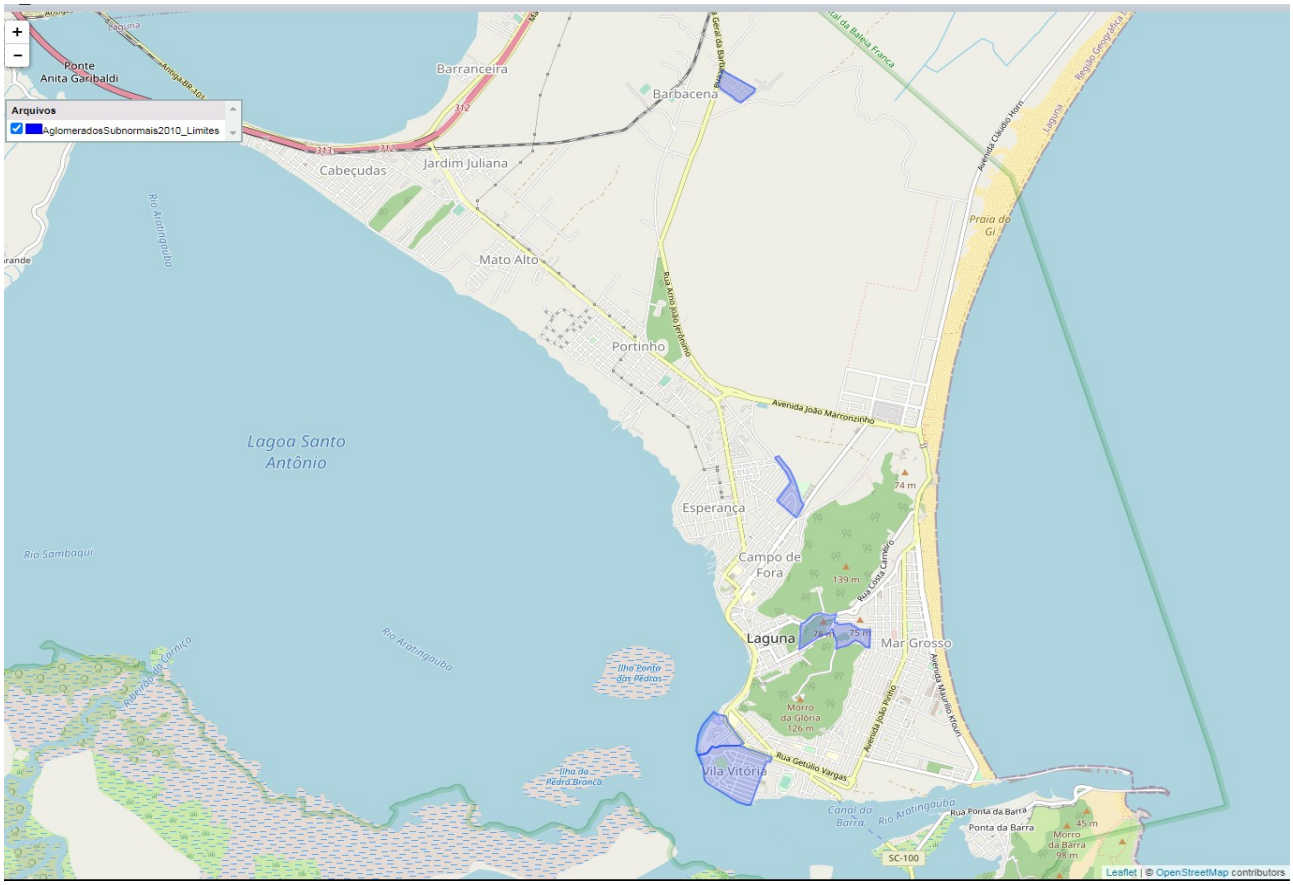


Figura 41 – Aglomerados subnormais – município de Laguna
Fonte: https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa222613

Na parte de baixo do mapa, identifica-se quatro aglomerados subnormais, sendo: Vila Vitória, Ponta das Pedras, Morro da Glória e Casqueiro. Já na parte de cima, com marcação em vermelho/rosa está localizado o Loteamento São Judas Tadeu.

A diferenciação de cor entre as áreas tem relação com a distância do aglomerado subnormal até uma unidade de saúde, sendo que os quatro primeiros estão à menos de 500 metros de unidades básicas de saúde enquanto o Loteamento São Judas Tadeu está localizado à mais de 2km da unidade mais próxima.

Os quantitativos de domicílios em cada área destacada está disposto no quadro abaixo:

Quadro 55 – Domicílios localizados em aglomerados subnormais

Bairro	Área/Localidade	Quantidade de domicílios
Magalhães	Loteamento Vila Vitória	725
Magalhães	Ponta das Pedras	252
Centro	Morro da Glória	101
Progresso	Casqueiro	182
Barbacena	Loteamento São Judas Tadeu	98
Total de domicílios em Aglomerados subnormais		**1358**
Total de domicílios no município		**14604**
Percentual de domicílios em aglomerados subnormais com relação ao total		**9,3%**

Fonte: https://dadosgeociencias.ibge.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?

Tem-se portanto 9,3% de domicílios localizados em áreas denominadas como aglomerados subnormais. Sabe-se que além de padrão construtivo desordenado, estas áreas possuem maior dificuldade no acesso aos serviços públicos, motivo pelo qual, devem ser alvo de atenção especial do poder público, especialmente da Política de Assistência Social.

Importante destacar, que o município limítrofe e polo da Região (Tubarão), com cerca de 105.000 habitantes possui 1231 domicílios localizados em aglomerados subnormais, perfazendo um percentual de 3,9%. Os demais municípios limítrofes (Imbituba, Imaruí, Pescaria Brava, Capivari de Baixo e Jaguaruna não possuem nenhum aglomerado subnormal.

Estas informações, somadas a outras informações sobre essas populações residentes nestes territórios devem ser utilizadas para uma atuação conjunta entre a Política de Habitação e a Política de Assistência Social.

Além da existência de aglomerados subnormais, acesso (ou não) a serviços como energia elétrica, coleta de lixo e existência de banheiro com água encanada são condições que projetam às famílias e domicílios a maiores índices de vulnerabilidade. O gráfico abaixo, expressa os percentuais de pessoas que vivem em domicílios no município, segundo os critérios mencionados no parágrafo anterior, conforme dados do Censo IBGE 2010:

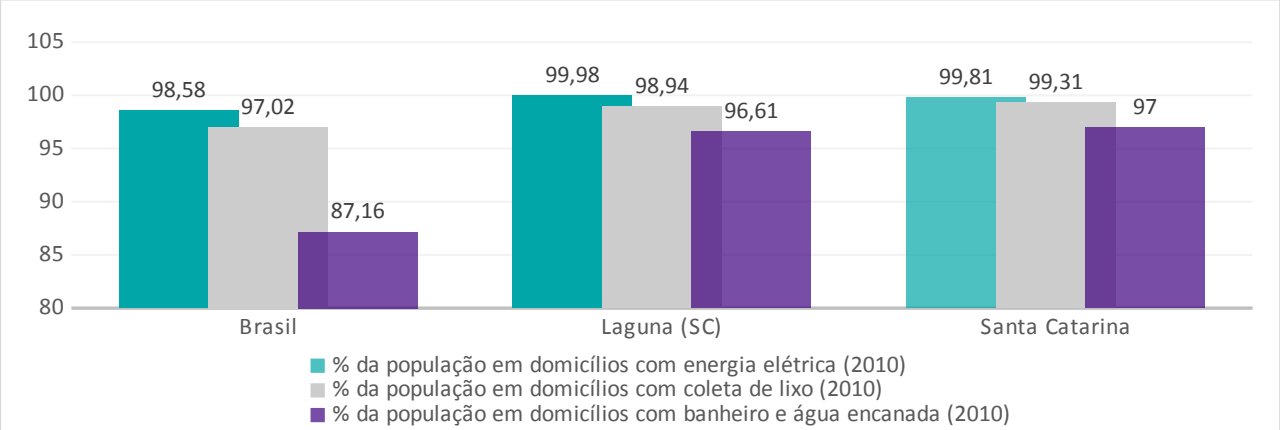


Gráfico 22 – Energia Elétrica, coleta de lixo, banheiro e água encanada
Fonte: IBGE 2010 e PNUD, 2013.

Com relação à habitação, o município encontra-se em situação "menos pior" que as médias estaduais e nacionais, superando em 10% a média nacional no que se refere ao acesso a banheiro adequado e água encanada.

Entretanto, deve-se observar que, apesar de apresentar médias superiores ao estado e município, há um quantitativo expressivo de famílias vivendo em situação de precaridade, sendo cerca de 1% sem coleta de lixo e 3,4% sem banheiro e água encanada. Multiplicando esses dados pela população atual do município, chega-se respectivamente, ao número aproximado de 460 pessoas sem coleta de lixo e 1570 pessoas sem banheiro e água encanada.

Considerando que, desde 2010 o Poder público não têm realizado ações efetivas com vistas à redução destes índices, projeta-se que, em 2021, este número seja igual ou superior, fato que também demanda uma integração da Política de Habitação e Política de Assistência Social, tanto na identificação quanto no atendimento a essas demandas.

Além dos dados obtidos junto ao IBGE, realizou-se um levantamento entre as pessoas e famílias cadastradas no Cadastro Único, visando obter-se dados mais atualizados e fidedignos.

O quadro abaixo expressa a existência de banheiro nos domicílios das famílias cadastradas no CadÚnico, divididos por faixa de renda:

Quadro 56 – Existência de banheiro

Existência de banheiro	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Extrema pobreza	Pobreza	Baixa renda	Acima de ½ S.M.	Sem Resposta	
Sim	343	422	1.045	1.219	0	3.029
Não	4	0	1	3	0	8
Sem Resposta	57	2	4	8	0	71
TOTAL	**404**	**424**	**1.050**	**1.230**	**0**	**3.108**

Fonte: CECAD/MDS, 2021.

Dentre as famílias cadastradas no CadÚnico, identifica-se apenas 8 famílias que não possuem banheiro.

Todavia, há 71 famílias sem resposta para a questão, dentre estas 57 famílias situação de em extrema pobreza, ou seja, com renda per capita familiar até R$ 89,00, sendo que 35 destas famílias são monoparentais, compostas por uma pessoa em situação de rua.

Com relação às demais 35 famílias. Há duas hipóteses principais para a ocorrência desse resultado "sem resposta", as principais são: 1. No processo de migração de dados entre as bases de dados do CadÚnico, algumas informações podem ter se perdido; 2. A informação não foi registrada (sim ou não), resultando na resposta "sem resposta".

Recomenda-se um levantamento mais apurado dessa questão, em parceria entre a Política de Assistência Social e Política de Habitação de Interesse Social.

Outro fator habitacional e urbanístico importante diz respeito à forma de coleta de lixo. O Quadro abaixo expressa os números obtidos a partir do CECAD:

Quadro 57 – Forma de coleta de lixo

Coletado diretamente	Coletado indiretamente	Queimado/ enterrado na propriedade	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio ou mar	Tem outro destino	Sem Resposta	Total
2.898	24	20	1	0	1	70	**3.014**

Fonte: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em 06.07.2021.

Observa-se que cerca de 97% do lixo é coletado diretamente ou indiretamente, enquanto que 92 famílias dão outra destinação para seu lixo. Em razão de tratar-se de um número reduzido, deve-se analisar as causas e promover ações que "eliminem" tais destinações, em conjunto com o órg~]ao responsável pela Política Municipal de Resíduos Sólidos.

Outro fator relevante na qualidade de vida é a forma de escoamento sanitário, em razão da estética e da própria salubridade do ambiente. O quadro abaixo expressa os dados obtidos no CECAD:

Quadro 58 – Forma de escoamento sanitário

Rede coletora	Fossa Séptica	Fossa rudimentar	Vala a céu aberto	Direto para o rio, lado ou mar	Outra forma	Sem Resposta	Total
1.239	462	1.204	2	23	6	78	**3.014**

Fonte: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em 06.07.2021.

Verifica-se que apenas 41% das famílias utiliza a rede coletora, enquanto cerca de 15% utilizam fossa séptica e outros 40% utilizam fossa rudimentar.

Os 4% restantes utilizam meios "mais poluentes e prejudiciais a saúde" ou estão sem resposta, o que novamente indica a necessidade de uma avaliação mais apurada em conjunto com os órgãos ambientais e/ou órgãos responsáveis pela gestão de tais resíduos.

Por fim, além da análise dos aglomerados subnormais e do acesso aos serviços de energia, coleta de lixo, banheiro e água encanada, foram analisados também alguns elementos construtivos ou características dos domicílios que impactem diretamente na qualidade de vida e consequentemente no nível de vulnerabilidade social à que estão expostas as famílias:

Foram elencados três critérios, sendo dois presentes no CECAD: 1. Material predominante nas paredes externas e; 2. Material predominante do piso; e um presente no Censo IBGE 2010: Domicílios com paredes internas inadequadas ou inexistentes.

Quanto ao material das paredes externas, foram obtidas as seguintes informações:

Quadro 59 – Material predominante das paredes externas do domicílio

Existência de banheiro	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Extrema pobreza	Pobreza	Baixa renda	Acima de ½ S.M.	Sem Resposta	
Alvenaria/tijolo com revestimento	489	761	1.951	1.500	0	4701
Alvenaria/tijolo sem revestimento	79	204	328	109	0	720
Madeira aparelhada	281	347	650	434	0	1712
Madeira aproveitada	6	23	24	31	0	84
Outro Material	0	4	0	0	0	4
Sem Resposta	57	2	4	8	0	71
Total	**849**	**1312**	**2929**	**2043**	**0**	**7133**

Fonte: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em 06.07.2021.

Cerca de 65% das famílias possuam residência em alvenaria com revestimento e outras 23% com madeira aparelhada, totalizando assim 90% das famílias com paredes supostamente adequadas.

Por outro lado, mais de 10% das famílias residem em moradias em alvenaria sem revestimento, enquanto outros 2% residem em domicílios com madeira aproveitada, outro material ou não há a informação de qual material predominante.

Quadro 60 – Material predominamente no piso do domicílio

Existência de banheiro	Faixa da renda familiar per capita					Total
	Extrema pobreza	Pobreza	Baixa renda	Acima de ½ S.M.	Sem Resposta	
Terra	0	0	0	1	0	1
Cimento	14	24	40	23	0	101
Madeira aproveitada	4	2	11	21	0	38
Madeira aparelhada	78	92	183	234	0	587
Cerâmica, lajota ou pedra	231	292	764	928	0	2215
Carpete	0	0	0	0	0	0
Outro material	1	0	1	0	0	2
Sem resposta	56	2	4	8	0	70
Total	**384**	**412**	**1003**	**1215**	**0**	**3014**

Fonte: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em 06.07.2021.

Diante dos números dispostos no quadro acima, verifica-se que aproximadamente cerca de 96% das famílias utilizam cimento, madeira aparelhada, cerâmica, lajota ou pedra como material predominante no piso. Os demais 4% utilizam materiais aproveitados, inadequados ou estão sem resposta.

Além das consições já mencionadas anteiormente, há no município um percentual de domicílios com paredes inadequadas que revela à necessidade de uma atuação dos órgãos responsáveis pela política de habitação.

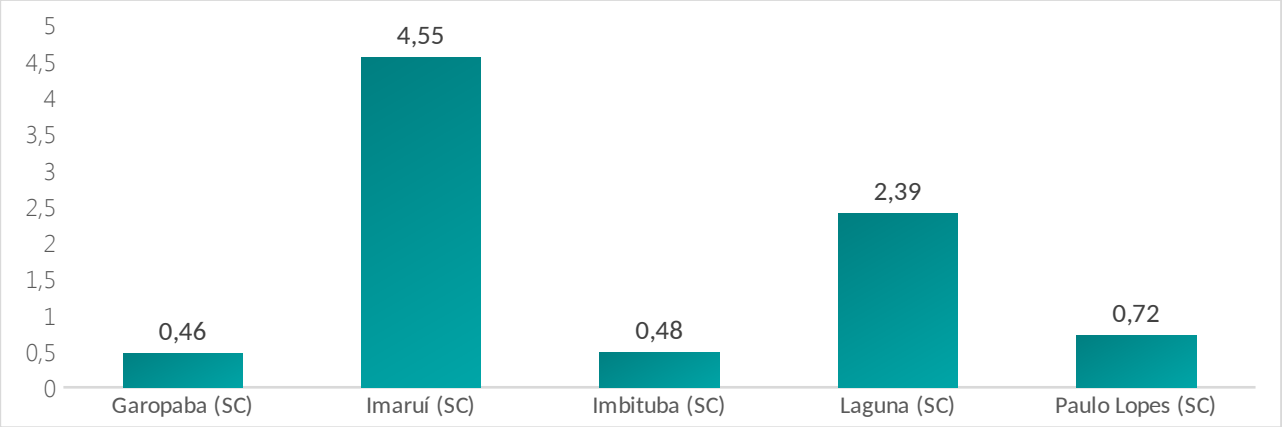


Gráfico 23 – Percentual de pessoas que vivem em domicílios com paredes inadequadas
Fonte: Censo IBGE 2010. PNUD, 2013. Acesso em agosto de 2017.

Cerca de 2,39% da população vivem em tais domicílios, onde o material de constituição das paredes é inadequado ou mesmo inexistente. Entre inúmeras outras vulnerabilidades, tal situação favorece a elevação dos índices de violência intrafamiliar, especialmente abuso sexual contra crianças e adolescentes.

2.4.4 Educação

Entre as vulnerabilidades e riscos aos quais estão expostas as famílias, a educação (ou a falta dela) aparece como elemento estruturante, sendo importante tanto na prevenção de vulnerabilidades quanto na sua superação.

> [...] Na área da educação é importante caracterizar a escolaridade da população jovem e adulta, dos chefes de família; levantar índices de analfabetismo, crianças fora da escola ou com distorção idade-série; índices de evasão e reprovação e outros. Na saúde, os índices de morbidade, mortalidade infantil, materna, e de jovens; e de problemas como desnutrição infantil, gravidez precoce e outros.[22]

O gráfico abaixo ilustra o percentual de pessoas residentes no município com 18 anos ou mais e fundamental completo:

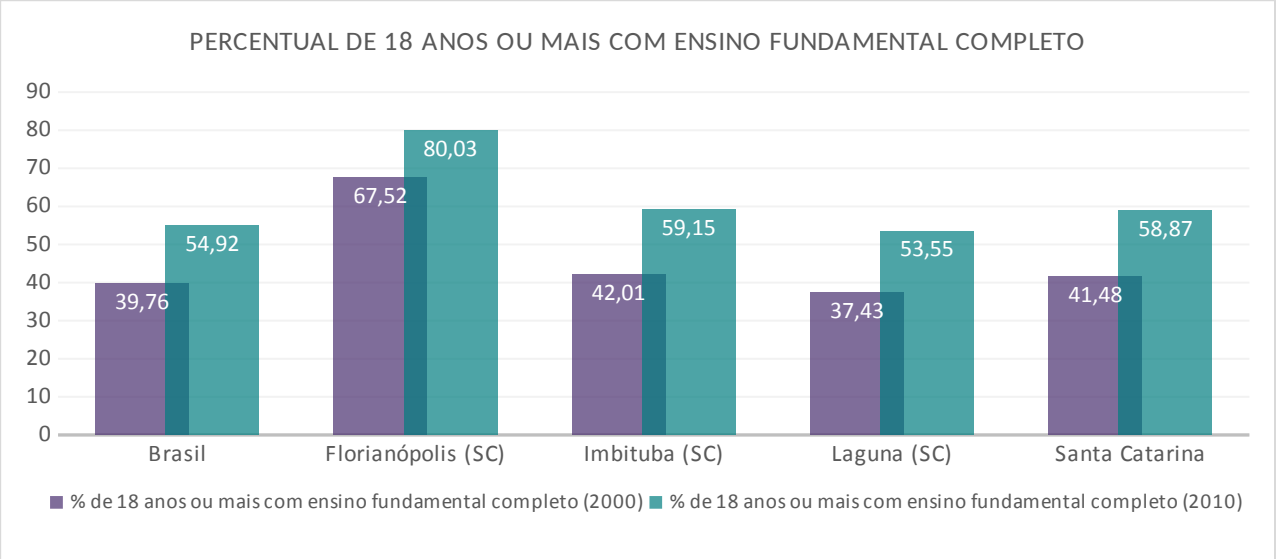


Gráfico 24 – Percentual de pessoas com 18 anos ou mais e ensino fundamental completo
Fonte: IBGE 2010 e PNUD, 2013.

De acordo com o Censo 2010 do IBGE, em Laguna, 38.077 pessoas possuíam mais de 18 anos, assim, constata-se que, no município, cerca de 53,55% (20.180 pessoas) possuem ensino fundamental completo, o que significa que 17.897 não possuem tal formação.

Percebe-se que o percentual de pessoas com nível fundamental é reduzido com relação à Imbituba e Santa Catarina, estando muito abaixo de Florianópolis, com diferença de 27%. Preocupante é o fato de o município estar abaixo da média nacional.

Neste sentido, estratégias de parceria com a Política de Educação na mobilização pra escolarização via EJA, CEJA ou outra espécie de supletivo tornam-se viáveis em razão da demanda, que potencialmente é de quase 18.000 pessoas. Entre outros fatores positivos, um aumento da escolarização permite a ampliação e qualificação da oferta de cursos profissionalizantes, aproximando ainda mais à oferta de mão de obra qualificada à demanda apresentada pelo município.

Outra informação relevante diz respeito às pessoas sem ensino fundamental e em ocupação informal, as quais, no município, totalizam cerca de 35% em 2010.

22 Capacita SUAS Vol. 3, 2009, p. 51

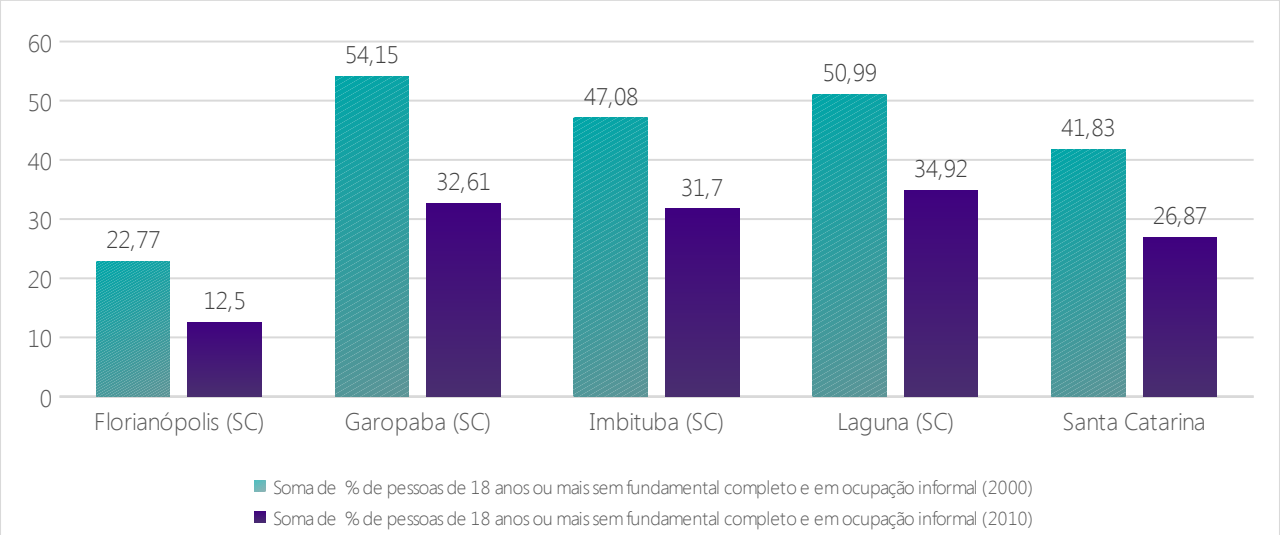


Gráfico 25 – Pessoas com 18 anos ou mais sem ensino fundamental e em ocupação informal
Fonte: PNUD, 2013.

Percebe-se ainda, que baixos índices se mantêm em se falando de pessoas estudando na fase adulta, conforme observado no gráfico abaixo:

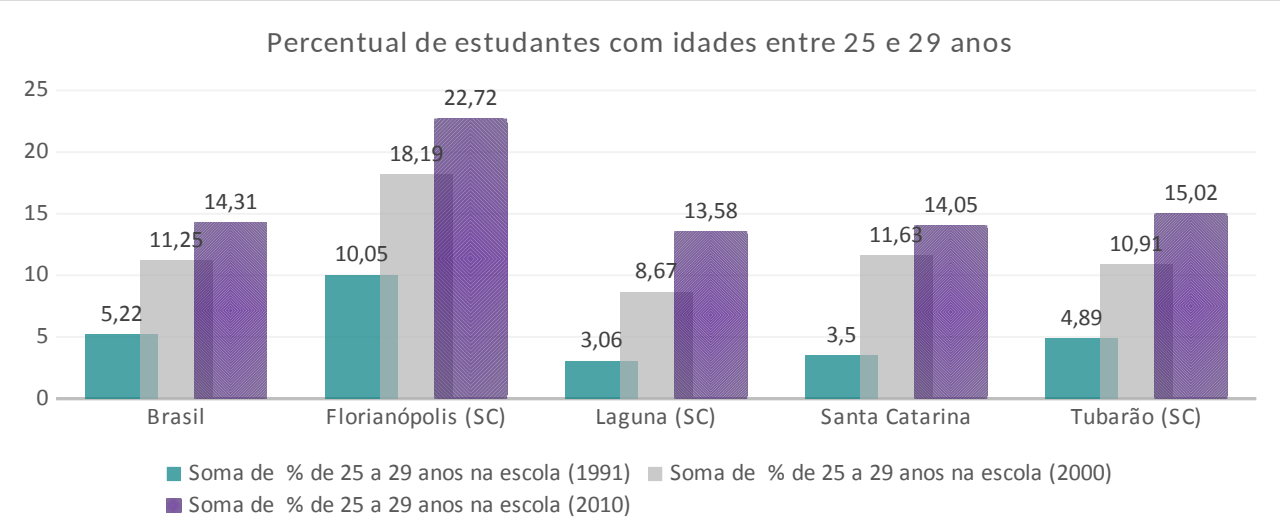


Gráfico 26 – Percentual de estudantes com idade entre 25 e 29 anos.
Fonte: PNUD, 2013.

Outro aspecto importante relativo a escolaridade, tem-se no baixo percentual de estudantes com idades entre 25 e 29 anos, onde Laguna, com cerca de 3%, encontra-se 2,2% abaixo da média nacional e 7% abaixo dos índices da capital Florianópolis.

Deve-se salientar que os três gráficos acima referem-se à população total do município, onde verifica-se que Laguna possui índices pouco favoráveis.

Complementado essa informação, apresenta-se o quadro abaixo, que expressa a escolaridade, por faixa etária, das pessoas cadastradas no CadÚnico:

Quadro 61 – Grau de escolaridade das pessoas inscritas no Cadúnico

Grau de instrução	Faixa etária													TOTAL
	0 a 4	5 a 6	7 a 15	16 a 17	18 a 24	25 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	Maior que 65	
Sem instrução	0	280	490	13	22	35	19	21	26	33	34	22	112	1.107
Fundamental incompleto	0	0	760	181	178	191	149	191	205	207	195	210	772	3.239
Fundamental completo	0	0	9	43	119	143	61	60	47	50	59	64	77	732
Médio incompleto	0	0	1	31	178	145	45	32	16	19	13	21	29	530
Médio completo	0	0	0	0	196	312	156	114	80	66	52	74	111	1.161
Superior incompleto ou mais	0	0	0	0	56	84	22	23	6	7	11	8	21	238
Sem Resposta	518	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	518
TOTAL	**444**	**266**	**1.076**	**262**	**715**	**852**	**436**	**423**	**362**	**372**	**349**	**379**	**978**	**7.525**

Fonte: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em 18.08.2021

Observa-se que, dentre 7525 pessoas, 4346 (58%) não possuem instrução ou possuem Fundamental incompleto, enquanto que outros 518 (7%) não responderam à questão. Há portanto a possibilidade de que 65% das pessoas cadastradas estejam enquadradas nas duas situações mencionadas no início desse parágrafo.

2.5 DEMANDA E OFERTA

Neste subcapítulo são apresentados dados quantitativos e indicadores que permitem analisar a cobertura dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, a partir da identificação e análise de informações que expressem a demanda e a cobertura da Rede de Proteção Socioasssitencial, bem como o atendimento às metas e normativas vigentes.

> Indicadores que correlacionem demanda e oferta, segundo os Serviços Socioassistenciais Tipificados e, eventualmente, públicos específicos. Objetiva apresentar indicadores que permitam analisar, direta ou indiretamente, a cobertura dos serviços e benefícios em um determinado território. A análise da cobertura ocorrerá de forma direta quando for possível estimar com razoável precisão o volume da demanda efetiva e da oferta existente, podendo então a relação ser expressa em um percentual de cobertura. A análise da cobertura ocorrerá de forma indireta nas situações em que se tem apenas o dimensionamento genérico do público alvo de um serviço, mas não é possível obter dados mais precisos sobre o volume efetivo da demanda e, por conseqüência, do nível ótimo da oferta. Neste caso, pode-se trabalhar com taxas ou razões que permitam analisar um território comparativamente a outros territórios ou à média do estado, ainda que não seja possível aferir o percentual de cobertura do serviço. Como exemplo desse tipo de indicador podemos citar uma taxa que descreva o número de vagas existentes em abrigos para crianças e adolescentes em um determinado território para cada grupo de 100 mil crianças e adolescentes. Tal indicador permitiria aferir que em uma microrregião existem 60 vagas para cada 100 mil crianças, ao passo que em outra região existem apenas 15 vagas para cada 100 mil crianças. No caso em questão, adota-se uma proxi genérica da demanda, ou seja, assume-se que todas as crianças de 0 a 17 anos constituem potencialmente o público alvo dos serviços de acolhimento, uma vez que não é possível estimar com precisão razoável a demanda efetiva, que seria dada pelo número de crianças e adolescentes que necessitam ser acolhidas em função de situações de abandono ou violência.[23]

Como fundamento para análise, serão utilizadas as informações dispostas nos capítulos anteriores, correlacionadas às metas e objetivos dispostos na regulamentação de cada serviço e programa, com ênfase nas metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS.

Para organização, o subcapítulo está dividido em quatro partes: 1. Cobertura do Cadastro Único e Programa Bolsa Família; 2. Cobertura da Proteção Social Básica; 3. Cobertura da Proteção Social Especial e; 4. Cobertura de Benefícios.

2.5.1 Cobertura do Cadastro Único

O Cadastro Único dos Prorgamas Sociais – CadÚnico e o Programa Bolsa Família, embora não sejam vinculados diretamente à Política Nacional de Assistência Social, possuem interface com esta política e, em geral, atuam em articulação com os serviços, programas e projetos de assistência social, especialmente àqueles vinculados à Proteção Social Básica.

2.5.1.1 Quantidade de famílias cadastradas

A figura abaixo expressa algumas informações relevantes sobre as famílias e pessoas cadastradas no CadÚnico:

23 https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf.



Figura 42 – Cadastro Único – Informações Gerais
Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: abril de 2021.

Considerando que, o quantitativo de pessoas e famílias cadastradas e as respectivas faixas de renda já foram apresentados e discutidos em capítulos anteriores, em especial no subcapítulo 2.2.1, a apresentação desta figura tem como objetivo destacar a taxa de cobertura cadastral, que é obtida pela divisão entre o número de pessoas cadastradas no CadÚnico e a estimativa do IBGE, considerando as pessoas e famílias com renda per capita até ½ salário mínimo.

Observa-se que o município atinge um percentual de 45%, ou seja, dentre 4022 famílias estimadas pelo IBGE, apenas 1799 famílias estão cadastradas dentro dos perfis de renda mencionados. A princípio tem-se, portanto, 2223 famílias que foram identificadas pelo IBGE mas não estão incluídas no CadÚnico nos perfis de renda já mencionados.

Todavia, com a emancipação do Distrito de Pescaria Brava, com cerca de 10.000 pessoas, estima-se uma redução na estimativa. De acordo com informações obtidas nos Relatórios de Informações Sociais do Ministério da Cidadania, o município de Pescaria Brava possuía, em abril de 2021, 582 famílias em situação de baixa renda, pobreza ou extrema pobreza.

Assim, deduzindo-se o número de famílias inscritas no município de Pescaria Brava (582), do número de famílias não cadastradas no município de Laguna (2223), obtém-se o número de 1641 famílias que se enquadravam nos perfis de renda mencionados, porém não estão cadastradas.

Levando-se em consideração que houve um crescimento populacional no município de Laguna entre 2010 e 2020 de aproximadamente 3900 pessoas, e considerando os efeitos econômicos da pandemia de Covid-19, projeta-se números superiores à 2000 famílias que se enquadram nos perfis de renda, porém, ainda não estão cadastradas no Cadastro Único para os Programas Sociais.

Corroborando as conclusões acima, o gráfico abaixo expressa o número total de famílias cadastradas no CadÚnico, incluindo todas as faixas de renda:

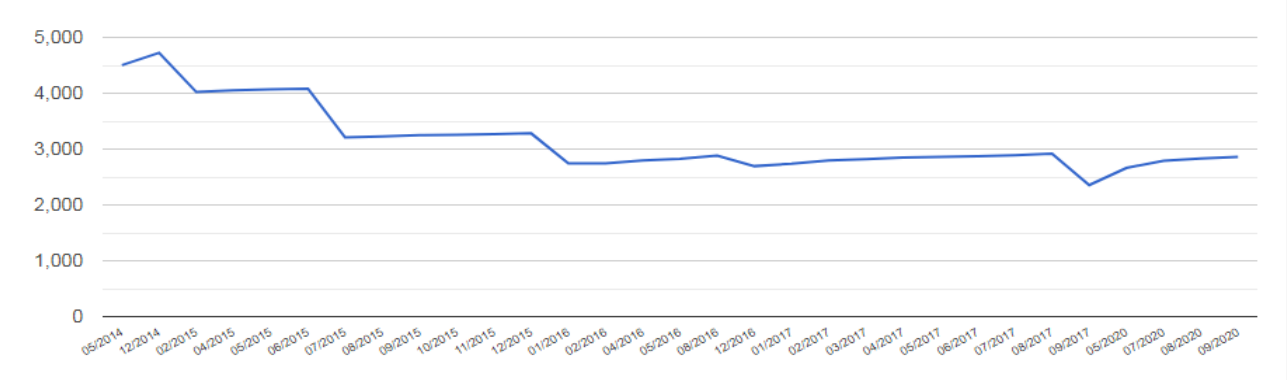


Gráfico 27 – Série histórica - Famílias cadastradas no CadÚnico – Série Histórica
Fonte: RI Social – SAGI/MDS. Referência: abril de 2021.

Verifica-se que, em 2014 haviam mais de 4600 famílias cadastradas. A partir desta data, foram ocorrendo drásticas reduções anuais, chegando-se a um número inferior a 2500 famílias cadastradas em 2017.

Em 2020 houve uma ampliação no número de famílias cadastradas, chegando-se ao número aproximado de 3000 famílias, sendo que, destas, cerca de 1800 enquadram-se atualmente nos perfis de baixa renda, pobreza e extrema pobreza.

Observa-se portanto, duas questões: 1. O número de pessoas cadastradas no CadÚnico é muito inferior aos dados e estimativas fornecidas pelo IBGE e; 2. O número de famílias cadastradas no CadÚnico já foi muito superior aos números atuais, apesar de ter havido crescimento populacional e ampliação da pobreza em todos os níveis.

2.5.1.2 Atualização cadastral

Outro fator relevante relativo à gestão do CadÚnico é a taxa de atualização cadastral, que é representada pelo número de famílias com cadastro atualizado há menos de 2 anos, com relação ao total de famílias cadastradas.

O gráfico abaixo expressa uma linha temporal referente à atualização cadastral do CadÚnico no município de Laguna, entre os anos 2014 e 2020:

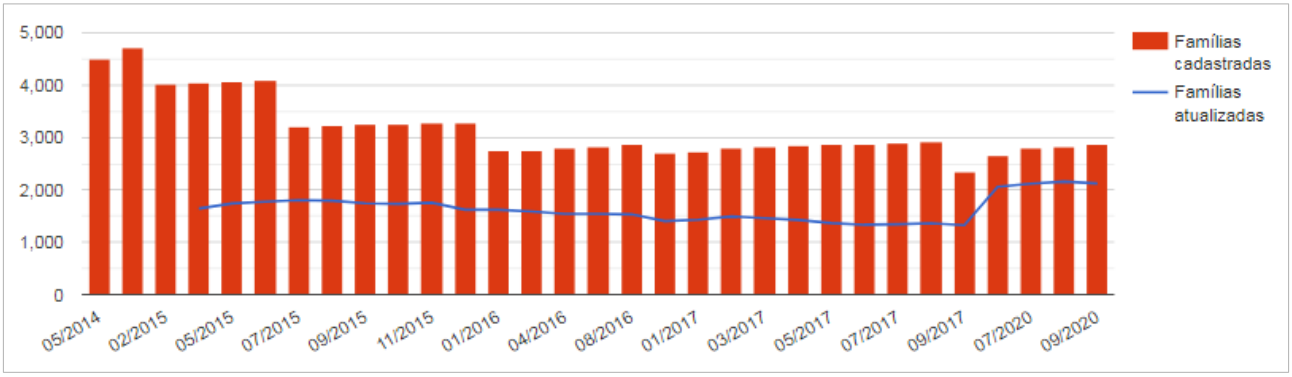


Gráfico 28 – Atualização Cadastral no CadÚnico – Série Histórica
Fonte: RI Social – SAGI/MDS.

Em primeiro lugar, é importante observar a linha que representa o número de famílias com cadastro atualizado (vermelho), diante das barras que representam o total de famílias (azul), onde fica evidenciada uma queda permanente entre 2015 e 2017 com uma significativa "retomada" em 2020.

Em 2015, embora o número de cadastrados fosse de superior à 4000 famílias, menos de 2000 famílias estavam com cadastro atualizado, representando menos de 50%. Em 2020, em um universo inferior à 3000 famílias, mais de 2000 famílias estavam com cadastro atualizado, representando um número superior à 70%.

Verifica-se que, embora nos anos anteriores houvesse maior número de famílias cadastradas, havia também menor taxa de atualização, o que pode ter implicado em bloqueios, suspensões e cancelamentos, projetando assim números cadas vez menores de famílias cadastradas.

Atualmente, a taxa de atualização é de 68%, conforme pode-se observar na figura abaixo:



Figura 43 – Atualização Cadastral no CadÚnico

Fonte: RI Social – SAGI/MDS.

Em munho de 2021, em um universo de 3108 famílias cadastradas, 2026 estão com cadastro atualizado, o que representa 65% de todo o cadastro. Dentre as famílias cadastradas com até ½ salário mínimo per capita (baixa renda, pobreza e extrema pobreza), a taxa de atualização é de 69%.

Há, portanto, uma taxa de atualização próxima de 70%, ou seja, cerca de 30% das famílias cadastradas não estão com cadastro atualizado há mais de 2 anos, o que (em tese) pode acarretar prejuízos e sanções tanto aos beneficiários quanto ao próprio poder público, na medida em que tais informações são a base do cálculo do IGD-M (Índice de Gestão Descentralizada do Municipal do Programa Bolsa Família).

Todavia, estes números podem ser parcialmente justificados pelas Portarias MC nº 335/2020, 443/2020, 483/2020, 591/2020, 624/2021 e 649/2021, que dispõem sobre a suspensão de procedimentos operacionais e de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional."

Tais portarias estabelecem, dentre outras providências, que não haverá nenhuma espécie de sanção ou restrição aos beneficiários em razão da "desatualização" do cadastro, cabendo aos órgãos gestores atenderem apenas a demanda espontânea e encaminhamentos, não priorizando ações de sensibilização, mobilização ou busca ativa para cadastramento. A última portaria publicada (649/2021) tem vigência até o final de janeiro de 2022.

Entretanto, com o avanço da vacinação e a suspensão dos efeitos das portarias supramencionadas, o município deve estar preparado para a demanda de cadastramento e atualização cadastral que emergirá.

Para tanto, será necessário planejamento, financiamento e execução de ações mais eficientes e eficazes, tanto para alcançar aquelas famílias identificadas pelo IBGE e ainda não cadastradas, quanto para estimular a atualização cadastral, especialmente daquelas famílias em situação de baixa renda, pobreza e extrema pobreza.

2.5.1.3 Perfis de renda das famílias

No capítulo 2.1 foram apresentadas informações gerais do município sobre trabalho e renda, onde fica evidenciado que o município de Laguna possui PIB e renda per capita inferior aos 15 maiores municípios do estado.

Todavia, apesar de haver menor renda e maior concentração de pobreza, o município possui quantitativos inferiores de pessoas cadastradas no CadÚnico em situação de baixa renda, pobreza ou extrema pobreza.

O gráfico abaixo expressa, em termos relativos, a proporção de famílias cadastradas no CadÚnico do município, por perfil de renda:

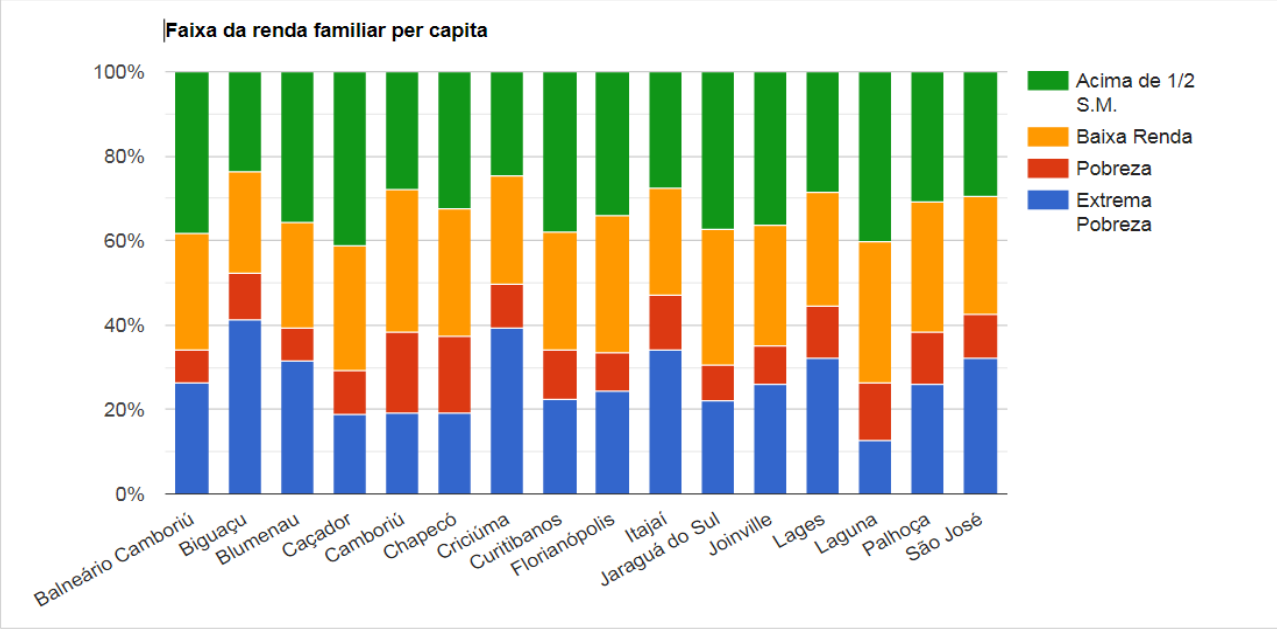


Gráfico 29 - Famílias inscritas no CadÚnico por faixa de renda per capita
Fonte: https://cecad.cidadania.gov.br/analitico/lista_agregada_variavel_2.php?p_id=6#. Acesso em 06.07.2021.

De acordo com a figura acima e com dados obtidos do CECAD, do total de pessoas cadastradas no CadÚnico no município de Laguna, cerca de 13% estão em extrema pobreza, 14% em situação de pobreza, 34% pertencem ao grupo de baixa renda e outros 40% possuem renda per capita acima de ½ salário-mínimo.

Na figura, pode-se observar que Laguna possui o menor percentual de pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza, apresentando quantitativos menores aos de outros municípios com renda per capita, PIB e IDH superior.

Este fato evidencia que, em outros municípios, há uma maior foco no cadastramento de pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza enquanto que, em Laguna, há maior foco nas demais faixas de renda.

Há, portanto, a necessidade de ações eficientes e eficazes que priorizem as famílias em situação de maior vulnerabilidade econômica e social, especialmente em situação de pobreza e extrema pobreza.

2.5.2 Cobertura do Programa Bolsa Família

Assim como o Cadastro Único, o Programa Bolsa Família não pertence ao escopo da Secretaria Nacional de Assistência Social, estando vinculado à SENARC – Secretaria Nacional de Renda e Cidadania.

Entretanto, dada a interface com a Política de Assistência Social, bem como o fato da Gestão do Programa ser executada pelo órgão gestor da Assistência Social, a relação entre demanda e oferta do Programa é crucial para o sucesso de outras ações da Política de Assistência Social e outras políticas do campo social.

Visando abordar o quantitativo de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, é importante primeiramente destacar os resultados do Censo IBGE 2010, bem como as estimativas posteriores. De acordo com o Censo IBGE 2010, Laguna possuía 2224 famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Entretanto, dois fatos relevantes ocorreram entre os anos de 2010 e 2021, que podem alterar significativamente os dados aferidos em 2010. Por um lado, houve a diminuição de 10.000 pessoas com a emancipação do Distrito de Pescaria Brava. Por outro lado, houve aumento populacional estimado para o período (4.000 pessoas), sendo assim, em 2021, o município de Laguna possui dados diferentes daqueles aferidos em 2010.

Quanto à Pescaria Brava, De acordo com o CECAD há 379 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Deduzindo-se 379 famílias de Pescaria Brava das 2.224 famílias estimadas para Laguna em 2010, chega-se ao número de 1845 famílias.

Como houve um crescimento populacional de aproximadamente 4000 pessoas em Laguna, e considerando que, de acordo com o IBGE, cerca de 4,5% da população do município se enquadra nos perfis de renda de extrema pobreza e pobreza, projeta-se um contingente de 720 pessoas, em aproximadamente 200 famílias.

Somando estes números, estima-se que há uma demanda potencial de cerca 2000 famílias elegíveis para a inclusão no Programa Bolsa Família.

Além disso, devem ser considerados os efeitos econômicos da pandemia de Covid-19, onde estima-se um aumento no percentual de pobreza e extrema pobreza. O Gráfico abaixo expressa os dados obtidos pela CEPAL sobre a pobreza na América Latina.

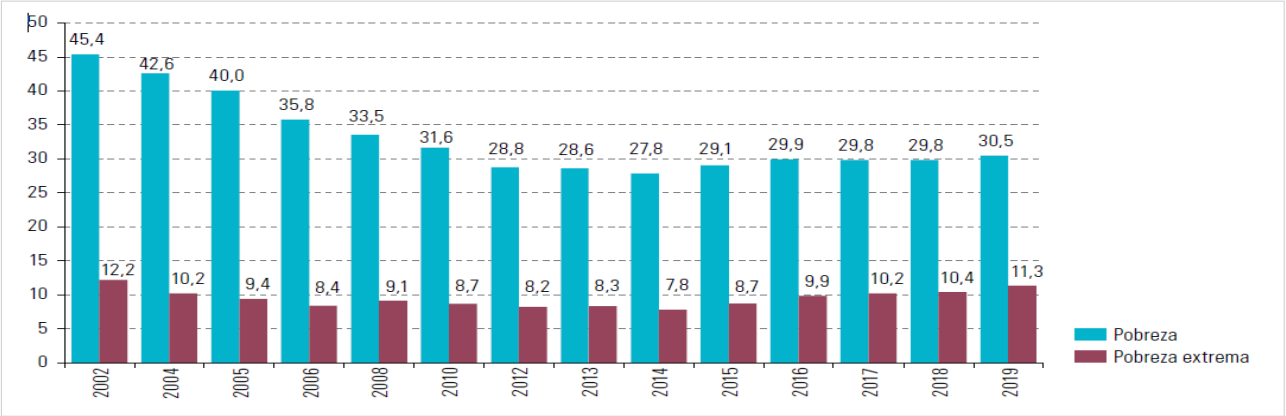


Gráfico 30 – Taxas de pobreza e extrema pobreza
Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), *Panorama Social de América Latina*, *2020*.

A partir do gráfico, verifica-se que, entre 2010 e 2019, houve uma ampliação de 35% no percentual de pessoas em situação de extrema pobreza, com uma redução de cerca de 5% no percentual de pessoas pobres. O fato é que, somando as duas taxas, em 2010 possuía-se uma taxa de 40,3% de pessoas pobres ou extremamente pobres, enquanto que, em 2019, esse percentual foi ampliado para 41,8%, ou seja, um crescimento de 1,5%.

Considerando o número aproximado de 2000 famílias, somados aos 1,5% de aumento da pobreza, tem-se uma estimativa final de cerca de 2030 famílias elegíveis para o Programa Bolsa Família em Laguna, número este inferior ao aferido pelo Censo IBGE 2010, porém, muito acima da realidade atual, conforme pode-se observar abaixo:

A figura abaixo expressa algumas informações sobre o recebimento de benefícios por meio do Programa Bolsa Família no município de Laguna, com referência em junho de 2021:



Figura 44 – Programa Bolsa Família – Informações Gerais
Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/localizaDivisao=Nordeste&codigo=420940&aM

Diante de um levantamento de 2.224 famílias realizado pelo 2010, e da estimativa de 2030 famílias, tem-se apenas 706 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no mês de junho de 2021, o que representa cerca de 35% da estimativa. Há portanto, um grande

contingente de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza não identificadas, e portanto, não-beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que acarreta prejuízos às famílias, à economia local e ao poder público.

Para corroborar estes dados, segue abaixo um gráfico, extraído do CECAD, com a série histórica de beneficiários do Programa Bolsa Família, onde fica evidenciado que as metas de cadastramento e inclusão do público prioritário, propostas neste documento, além de urgentes e necessárias, são viáveis:

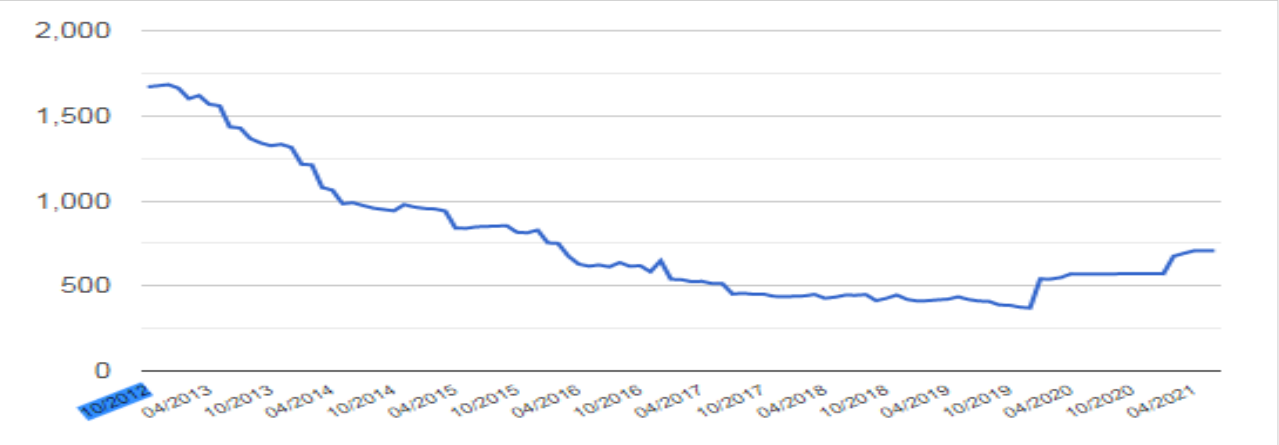


Gráfico 31 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – Série histórica
Fonte: https://cecad.cidadania.gov.br/painel04.php?p_ibge=42&mu_ibge=4209409#. Acesso em 27.07.2021.

Analisando a série histórica acima, pode-se claramente visualizar uma queda permanente entre os anos de 2012 e 2020. Em 2012, haviam aproximadamente 1700 famílias beneficiárias enquanto que, em 2020, esse número era inferior à 400 famílias.

Uma parte da diferença entre 2013 e 2014 pode ser atribuída e emancipação do Distrito de Pescaria Brava com seus 10.000 habitantes, todavia, nos anos seguintes continuou-se registrando quedas sem nenhuma justificativa, especialmente se considerar-se que não houve aumento significativo na renda média da população, conforme já podemos observar neste documento.

Observa-se contudo, que a partir de 2020, há uma ampliação no número de famílias beneficiárias, chegando-se, em 2021, a mais de 700 famílias, número que, embora represente uma melhoria com relação aos 5 anos anteriores, ainda está muito abaixo das estimativas do IBGE para o município. Considerando as projeções realizadas neste documento a partir de dados do IBGE, há um contingente de, pelo menos, 1300 famílias em situação de extrema pobreza ou pobreza que atualmente não estão incluídas no Cadastro Único e portanto, não são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Para alcançar essas famílias e incluí-las no Programa, cabe ao município ampliar e qualificar as ações de cadastramento do CadÚnico já mencionadas no capítulo anterior. Com ampliação e atualização das pessoas cadastradas, ter-se-á dados mais atualizados e fidedignos da realidade atual das famílias em situação de vulnerabilidade econômica no município.

2.5.2 Cobertura da Proteção Social Básica

2.5.2.1 Cobertura do PAIF

O município de Laguna possui 2 CRAS com capacidade de referenciamento de até 5.000 famílias cada, totalizando assim uma capacidade de referenciamento de até 10.000 famílias.

No Cadastro Único, há apenas 1799 famílias com renda até ½ salário mínimo. Embora possa haver diferença entre o número de famílias referenciadas em cada CRAS, devido aos recortes territoriais, a média de famílias referenciadas é de aproximadamente 900 famílias por CRAS.

De acordo com o Pacto de Aprimoramento do SUAS (Resolução CNAS nº 18, de 15 de julho de 2013), os CRAS do município devem incluir no acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, no mínimo, 10% das famílias cadastradas no CadÚnico com até ½ salário mínimo.

O quadro abaixo expressa os resultados obtidos pelo município entre 2013 e 2021:

Quadro 62 - Acompanhar pelo PAIF as famílias registradas no CadÚnico

Especificação	
Detalhamento	Acompanhar pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), as famílias com até ½ salário mínimo registradas no CadÚnico
Meta	Alcançar taxa de acompanhamento do PAIF (das famílias com até ½ salário mínimo cadastradas no CadÚnico) igual a 15 % para municípios de Peq. I e 10% para os demais portes.
Indicador	Taxa de acompanhamento do PAIF
Cálculo do indicador	Taxa de acompanhamento do PAIF = total de novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF/Total de famílias cadastradas no CadÚnico com renda per capita mensal de até 1/2 salário mínimo
Fonte	RMA e dados do Cadúnico obtidos a partir da Matriz de informações da SAGI

Apuração (acompanhamento da meta)					
Ano	Famílias Cadastradas	Meta - 10%	Famílias inseridas no Acompanhamento	Percentual de Acompanhamento	Meta alcançada
2014	3896	390	110	2,82%	NÃO
2015	2489	249	39	1,56%	NÃO
2016	1844	184	30	1,62%	NÃO
2017	1680	168	78	4,64%	NÃO
2018	1680	168	156	9,28%	NÃO
2019	1680	168	113	6,72%	NÃO
2020	1646	164	70	4,25%	NÃO
2021	1878*	188	29	1,54%	---

Fonte: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em 26.08.2021

* Dados referentes aos meses de janeiro à junho de 2021

Considerando o número atual de famílias cadastradas no CadÚnico com até ½ salário-mínimo (1799 famílias), a meta atual de acompanhamento dos CRAS é de 180 famílias.

Entretanto, verificou-se que essa meta de inclusão deste público prioritário no acompanhamento pelo PAIF não foi alcançadas em 2020 e não vêm sendo alcançada desde 2014, conforme pode-se observar na tabela abaixo:

Observa-se que, em nenhum dos anos pesquisados, o município atingiu a meta de 10% de famílias inseridas no acompanhamento familiar pelo PAIF, tendo como percentual máximo os 9,28% atingidos em 2018. Embora este percentual parece aproximar-se da meta mínima estabelecida, deve-se observar que o quantitativo de pessoas cadastradas no Cadastro Único é divergente das estimativas do IBGE e de outras projeções realizadas neste documento, o que pode reduzir ainda mais esse percentual.

Tomando como base a estimativa realizada no capítulo 2.5.1.1, há cerca de 3900 famílias com renda até ½ salário-mínimo no município, sendo assim, a meta de acompanhamento deveria ser de 390 famílias/ano. Diante de 3900 famílias, as 156 famílias acompanhadas em 2017 representariam apenas 4%. Os 70 acompanhamentos realizados em 2020 representariam apenas 1,79% da estimativa. Com pode-se observar, tais percentuais são extremamente reduzidos, tanto com relação à realidade atual quanto com relação às estimativas realizadas.

Caso mantenha-se o ritmo atual de inserção de famílias, em 2021, serão inseridas cerca de 45 famílias, o que corresponde à 2,4% do público e 24% da meta estipulada. Deve-se considerar que, em 2020 e 2021, o município vem trabalhando sob as restrições impostas pela pandemia de Covid-19, em especial a realização de atividades coletivas, que poderiam resultar em quantitativos maiores de pessoas inseridas.

Entretanto, a partir de 2022 deve-se considerar como meta mínima de acompanhamento pelos CRAS, pelo menos 195 famílias por CRAS, totalizando assim 390 famílias inseridas no acompanhamento pelo município, número este que deve ser mantido ou majorado nos anos subsequentes.

Além do acompanhamento das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, o Pacto de Aprimoramento do SUAS estabelece um percentual mínimo de acompanhamento de famílias com membros que recebem o Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – BPC/LOAS.

O quadro abaixo expressa os quantitativos alcançados pelo município entre os anos de 2013 e 2020:

Quadro 63 – Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros integrantes do BPC

Especificação	
Detalhamento	Acompanhar pelo PAIF as famílias com membros integrantes do BPC
Meta	Municípios de pequeno porte I - taxa de acompanhamento do BPC igual ou maior que 25%. Demais portes - taxa de acompanhamento do BPC igual ou maior que 10%
Indicador	Taxa de acompanhamento BPC
Cálculo do indicador	Taxa do BPC = Total de novas famílias com membros beneficiários do BPC inseridas em acompanhamento no PAIF/ Total de beneficiários do BPC
Fonte	RMA e DBA obtidos a partir da Matriz de informações da SAGI

Apuração (acompanhamento) da Meta					
Ano	Total de Beneficiários	Meta de Acompanhamento	Beneficiários Acompanhados	Taxa de Acompanhamento	Meta alcançada
2013	534	53	7	1,31%	NÃO
2014	546	55	31	5,67%	NÃO
2015	533	53	5	0,86%	NÃO
2016	529	53	4	0,75%	NÃO
2017	595	59	11	1,84%	NÃO
2018	614	61	12	1,95%	NÃO
2019	600	60	7	1,17%	NÃO
2020	586	59	1	0,17%	NÃO
2021	615*	61	1*	0,16%	---

Fonte: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em 26.08.2021

* Dados referentes aos meses de janeiro à junho de 2021

Verifica-se que, em todos os anos pesquisados, o município não alcançou a meta de acompanhamento deste público prioritário.

Diferentemente do Cadastro Único, o número de pessoas beneficiárias do BPC/LOAS não parece estar subestimado, considerando que tem-se a relação de todas as pessoas que recebem o benefício no município.

Há a possibilidade de haver muitas outras pessoas com direito ao benefício e que hoje não estão recebendo devido à falta de informação ou acesso, contudo, essa identificação caberá, também, aos CRAS e demais unidades socioassistenciais, e na medida em que ocorrerem, poderão ampliar os números de beneficiários.

De qualquer forma, recomenda-se trabalhar com os dados atuais. Sendo assim, a meta de acompanhamento de famílias com membros beneficiários do BPC é de, no mínimo, 61 famílias para o ano de 2021 para o ano de 2022, considerando que há pouca variação na série histórica.

Outra meta do Pacto de Aprimoramento do SUAS diz respeito à quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF acompanhadas pelo PAIF, onde também foi estabelecido o percentual de 10% como meta mínima.

A tabela abaixo expressa os números de acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF:

Quadro 64 - Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do PBF

Especificação	
Detalhamento	Acompanhar pelo PAIF as famílias beneficiárias do PBF que apresentem outras vulnerabilidades sociais, para além da insuficiência de renda
Meta	Municípios de pequeno porte I - taxa de acompanhamento do PBF igual ou maior que 15%. Demais portes - taxa de acompanhamento do PAIF igual ou maior que 10%
Indicador	Taxa de acompanhamento PBF
Cálculo do indicador	Taxa do PBF = Total de novas famílias beneficiárias do PBF inseridas em acompanhamento no PAIF / Total de famílias beneficiárias do PBF
Fonte	RMA e CadÚnico obtidos a partir da Matriz de informações da SAGI

Apuração (acompanhamento) da Meta					
Ano	Total de famílias Beneficiárias	Meta de acompanhamento	Famílias do PBF inseridas no acompanhamento	Taxa de acompanhamento	Meta alcançada
2013	1314	131	29	2,20%	NÃO
2014	963	96	45	4,67%	NÃO
2015	828	82	21	2,53%	NÃO
2016	648	65	9	1,38%	NÃO
2017	514	51	26	1,17%	NÃO
2018	446	45	36	8,07%	NÃO
2019	436	44	23	5,27%	NÃO
2020	569	57	7	1,23%	NÃO
2021	706	70	1	0,14%	---

Fontes: https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=42&nome_estado=SC+-+Santa+Catarina&p_ibge=4209409&nome_municipio=Laguna&id=79 e https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/adm/rel_preenchidos_cras_agregado_mun.php?&menu=cras&ibge=420940. Acesso em 26.08.2021

* Dados referentes aos meses de janeiro à junho de 2021

Assim como as metas anteriores, verifica-se que essa meta nunca foi alcançada pelo município, apresentando o maior índice em 2018.

Novamente destaca-se que os números atuais de beneficiários estão muito aquém dos resultados apresentados pelo IBGE, onde estimava-se cerca de 2200 famílias como potenciais beneficiárias do Programa, ou seja, cerca de 3 vezes os números atuais. Diante desse número, a meta de inclusão desse público seria de 220 famílias.

Dando contunidade, apresenta-se o gráfico abaixo, com um resumo das três metas do Pacto do Aprimoramento do SUAS apresentadas acima:

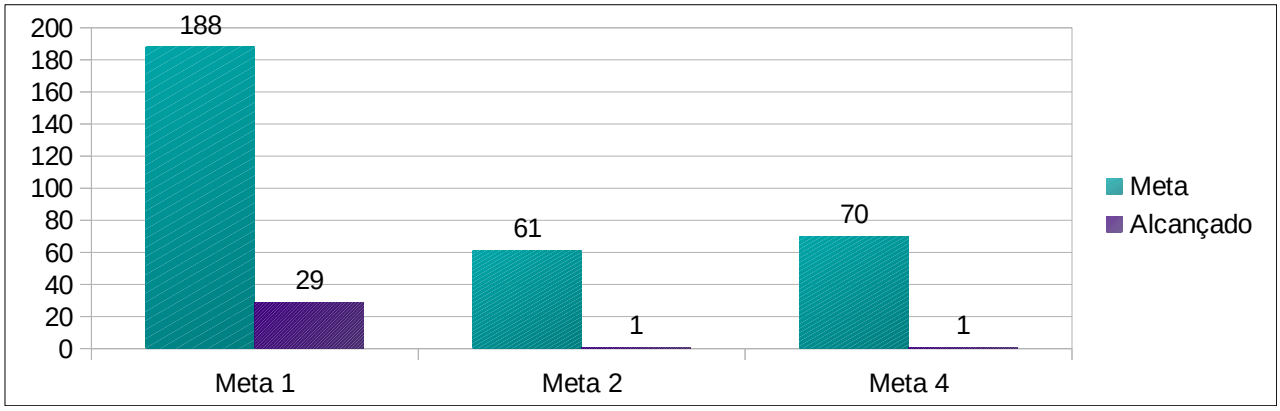


Gráfico 32 – Metas da Proteção Social Básica relacionadas ao Acompanhamento familiar
Fonte: Elaborado pelo autor. Agosto de 2021.

A partir da observação do gráfico acima, fica evidenciado que o desempenho quantitativo município está muito aquém das metas pactuadas, pois tem-se atingindo um número de atendimento ínfimo dos públicos prioritários, considerando-se que as metas estabelecidas já são relativamente baixas, ou seja, equivalentes a apenas 10% do público-alvo e que parte das informações sobre o público-alvo parece estar subestimada.

Outro fator relevante a ser analisado com relação ao desempenho da Proteção Social Básica diz respeito aos atendimentos, que guardam relação direta com os acompanhamentos, além de serem também passíveis de monitoramento e possuírem metas estabelecidas em outras legislações e orientações. De acordo com a NOB/SUAS, "Art. 64. §3º Os CRAS serão organizados conforme o número de famílias a ele referenciadas, observando-se a seguinte divisão: I - até 2.500 famílias; II - de 2.501 a 3.500 famílias; III - de 3.501 até 5.000 famílias."[24]

Laguna possui 2 CRAS e ambos possuem a capacidade de referenciamento de 5.000 famílias cada. Conforme o Caderno de Orientações Técnicas do CRAS[25], os CRAS com capacidade de referenciamento de até 5.000 famílias, devem possuir uma capacidade de atendimento anual próxima de 1.000 famílias.

De acordo com relatório obtido no sistema GESUAS, relativo aos meses de janeiro a junho de 2021, os dois CRAS do município realizaram, ao todo, 1.905 atendimentos individualizados. O gráfico abaixo expressa os resultados por CRAS:

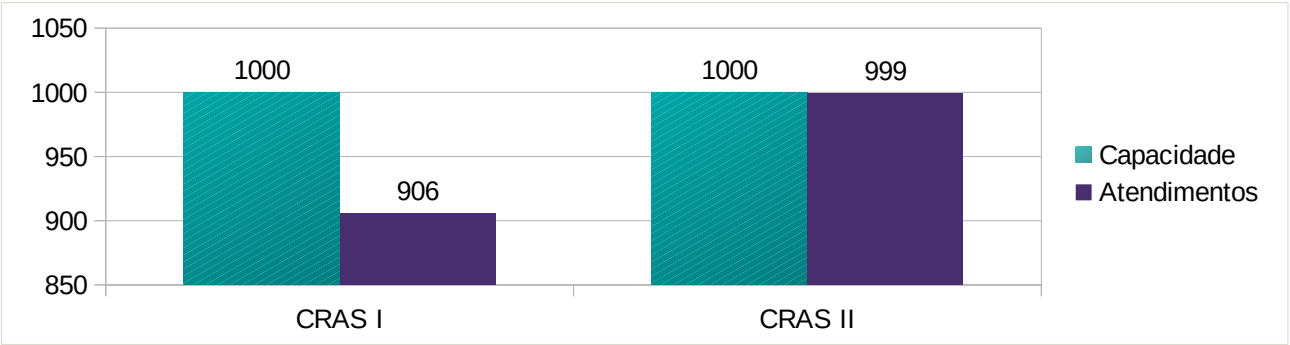


Gráfico 33 – Atendimentos individualizados nos CRAS – Jan/Jun 2021
Fonte: GESUAS. Acesso em 26.08.2021

24 Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
25 Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações técnicas do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. Brasília, 2009.

A partir do gráfico, verifica-se que o município praticamente já alcançou as metas anuais de atendimento em apenas seis meses, ou seja, projeta-se cerca de 1800 atendimentos no CRAS I e 2000 atendimentos no CRAS II.

Esta informação traz um contraponto aos baixos índices de acompanhamento familiar dos públicos prioritários, pois os dois CRAS do município possuem índices de atendimento altos, muito superiores à meta, podend-se chegar à cerca de 190% da meta até o fim do ano

Constata-se, portanto, que o município realiza muitos atendimentos em suas unidades de CRAS, inclui poucas famílias do público prioritário em acompanhamento. Deve-se portanto, organizar a oferta de serviços, as articulações intersetoriais e ações de busca ativa, visando alcançar um quantitativo maior do público prioritário

Para que possamos analisar alguns dos fatores que determinam os índices de acompanhamento e atendimento nos CRAS, será utilizado o Índice de Desenvolvimento dos CRAS - IDCRAS.

A estrutura de cada CRAS é aferida pelo Índice de Desenvolvimento dos CRAS – IDCRAS, um indicador sintético que retrata o grau de desenvolvimento dos CRAS, segundo as informações coletadas nos Censo SUAS. Com base nas informações compiladas pelo MDSA a partir do Censo CRAS 2016, pode-se verificar qual o nível de desenvolvimento dos CRAS do município.

A Nota Técnica N.º 27/2015/ DGSUAS/SNAS/MDS, traz a metodologia de cálculo relativa aos novos indicadores de desenvolvimento das unidades CRAS e CREAS – IDCRAS e IDCREAS. Basicamente, foram estabelecidas três dimensões: estrutura física, serviços e recursos humanos. Para cada dimensão foram estabelecidos cinco níveis, sendo 1 o menos desejável e 5 o mais aproximado do ideal.

Conforme dados obtidos do Censo SUAS – CRAS de 2019, a média do desempenho dos CRAS I e CRAS II de Laguna é 2.17, pouco abaixo do limite mínimo estabelecido, que é 1. Segue abaixo, quadro com o detalhamento dos índices dos dois CRAS do município:

Quadro 65 – IDCRAS – Município de Laguna - 2019

Unidade	Estrutura Física	Recursos Humanos	Serviços e Benefícios	IDCRAS Sintético
CRAS I	2,00	4,00	2,00	2,67
CRAS II	1,00	3,00	1,00	1,67
Média	1,50	2,50	1,50	2,17

Fonte: http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php

A partir da observação do quadro, verifica-se que os baixos índices de acompanhamento e atendimento nos CRAS vêm acompanhados de um baixo índice nos IDCRAS.

Em 2021 não houve alteração nos índices relativos à estrutura física. Contudo, houve uma redução no quadro de Recursos Humanos que pode projetar os índices à números ainda mais baixos para 2021.

O CRAS I atualmente possui 01 coordenador de nível superior, 04 técnicos de nível superior e 02 técnicos de nível médio (Educadores Sociais), que embora possuam nível superior, ocupam funções que, no SUAS, são consideradas como de nível médio, com a respectiva complexidade e responsabilidade. No CRAS II, tem-se 01 coordenador de nível superior, 03 profissionais de nível superior e 02 profissionais de nível médio.

Com esse número de profissionais, os CRAS passam a enquadra-se no nível 2 com relação aos recursos humanos, pois não possuem 7 profissionais.

No que tange aos serviços, verifica-se que, atualmente, ambos os CRAS enquadram-se no nível 1 pois, além de não estarem realizando grupos/oficinas com famílias, possuem articulação frágil com o CREAS, serviços de saúde e de educação.

Com esses dados, projeta-se que, o IDCRAS do município de Laguna passou de 2,17 em 2019 para 1,66 em 2021, ou seja, o nível mais baixo da série histórica.

A partir da verificação dos quantitativos de atendimento e acompanhamentos, bem como do IDCRAS do município, tem-se a percepção de que grandes dificuldades vêm sendo enfrentadas na implementação do PAIF e de outros serviços de Proteção Social Básica, resultando assim em baixíssimos níveis de desempenho, sob pelo menos, dois pontos de análise que são, o Pacto de Aprimorameno do SUAS e o IDCRAS.

Além dos fatores quantitativos mencionados, deve-se ter especial atenção aos fatores qualitativos, em especial àqueles relativos ao planejamento e avaliação do acompanhamento Familiar, à articulação com a rede de proteção socioassitencial e social e à delimitação das atividades e responsabilidades de cada categoria profissional.

2.5.2.2 Cobertura do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Outro serviço onde há grande demanda na Proteção Social Básica é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que pode ser ofertado tanto pelo poder público quanto por entidades privadas.

De acordo com a Resolução CNAS 01/2013[26], Art. 2° “O SCFV é um serviço de proteção social básica realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social.” É um serviço ofertado prioritariamente a crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade ou risco social, em complementaridade e profunda articulação com o PAIF.

A Resolução CNAS 01/2013 estabelece aos municípios, uma capacidade de atendimento que será cofinanciada pelo governo federal, calculada com base nas informações do CadÚnico. Tal capacidade, deve ser aceita pelo município e aprovada pelo CMAS, o que ocorreu em 2013. De acordo com a Reslução CNAS 01/2013:

26 Resolução CNAS n° 01, de 21 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências.

> Art. 7º A capacidade de atendimento do SCFV será calculada tendo como base: I - as informações do CadÚnico sobre o quantitativo de pessoas na faixa etária de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos e maiores de 60 (sessenta) anos, de famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, observados os seguintes parâmetros: a) até 3.000 (três mil) pessoas aplica-se o percentual de 6 % (seis por cento) de atendimento que corresponde a 180 (cento e oitenta) usuários; **b) de 3.001 (três mil e um) a 10.000 (dez mil) pessoas aplica-se o percentual de 4% (quatro por cento) de atendimento**; c) acima de 10.000 (dez mil) pessoas aplica-se o percentual de 2% (dois por cento) de atendimento. (grifo nosso).

Para Laguna, foi ofertada a possibilidade de co-financimento desse serviço para até 290 usuários nos SCFV, ofertados pelo órgão gestor e pelas entidades. Desses, 145 deveriam pertencer ao público prioritário. De acordo com a Resolução CNAS 01/2013:

> Art. 3º Considera-se em situação prioritária para inclusão no SCFV, as crianças, adolescentes e pessoas idosas: I - em situação de isolamento; II - trabalho infantil; III - vivência de violência e, ou negligência; IV - fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; V - em situação de acolhimento; VI - em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; VII - egressos de medidas socioeducativas; VIII - situação de abuso e/ ou exploração sexual; IX - com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; X - crianças e adolescentes em situação de rua; XI - vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência;

Visando o acompanhamento do processo de reordenamento instituído pela Resolução CNAS 01/2013, o Pacto de Aprimoramento, em sua meta 6 busca aferir se o município incluiu 50% do público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ou seja, 145 usuários.

Primeiramente é importante salientar que, desde o ano de 2016 o órgão gestor não oferta este serviço, em razão de diversos fatores, especialmente a insuficiência de recursos humanos, a indisponibilidade de espaços físicos e dificuldades nos processos de aquisição, onde estão incluídos materiais e serviços.

Desde 2013, duas entidades executam o SCFV no município, o Centro de Ensino Hermon, ligado à Fundação Hermon e a Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da AMUREL – ACUSTRA. Ambas ofertam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos à Crianças e Adolescentes, para as idades entre 6 e 15 anos. Tem-se o registro informal de que as referidas entidades atendiam cerca de 170 crianças e adolescentes no ano de 2017, embora nem todos estejam registrados no SISC.

Entretanto, a Resolução CNAS 01/2013[27], estabelece que "Art. 14. O processo de reordenamento do SCFV, da Proteção Social Básica, consistirá em: I - aceite formal pelo gestor do município e do Distrito Federal; II - adequação e qualificação da oferta do SCFV, com a unificação da lógica de cofinanciamento e a inclusão do público prioritário, de acordo com o disposto nesta Resolução; e **III - registro dos usuários em sistema próprio, a ser disponibilizado pelo MDS."** (grifo nosso)

Neste sentido, utilizou-se o SISC como fonte de dados para levantamento do número de usuários atendimentos pelo SCFV no ano de 2021. O gráfico abaixo expressa as metas e o

27 Resolução CNAS n° 01, de 21 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências.

número de usuários registrados atualmente, que como supramencionado, representa um número inferior ao real:

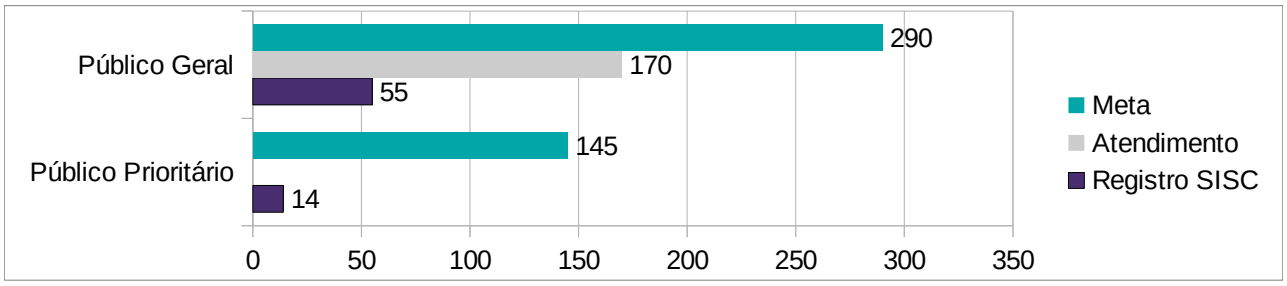


Gráfico 34 – Taxa de inclusão do público prioritário no SISC em 2017
Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

A partir da análise do gráfico constata-se que: o município pactuou junto ao MDSA uma meta de atendimento de 290 usuários no SCFV, sendo 145 usuários do público prioritário. Desde 2016 o órgão gestor não executa o serviço, que vem sendo executado desde 2013 por duas entidades, que atendiam ao todo, cerca de 170 usuários. Entretanto, haviam apenas 55 usuários registrados no SISC.

Há contudo, informações informais recebidas das entidades que ofertavam o serviço sobre o atendimento de cerca de 170 crianças e adolescentes nas faixas etárias entre 7 e 15 anos. Com esse número, chegava-se a aproximadamente 60% da meta estabelecida para o município e a cerca de 3,5% do público total, o que ainda pode ser considerado baixo.

Em razão de não haver oferta em quantidade suficiente em 2017, com 290 usuários e 145 em situação prioritária, o município deixou de receber os recursos federais para o cofinanciamento desse serviço. A partir de então, o município não têm mais executado o serviço.

Como o Centro de Ensino Hermon deixou de ofertar o serviço em 2017, o município têm repassado à ACUSTRA parte dos recursos estaduais destinados ao cofinanciamento da Proteção Social Básica, entretanto, de acordo com dados do SISC a entidade atende, atualmente (2021), 51 crianças e adolescentes no serviço, sendo que apenas 4 compoem o público prioritário, número muito inferior à meta e capacidade de atendimento municipal.

É importante salientar, que a capacidade de atendimento do município é calculada a partir de um percentual sobre o total de pessoas que compõem o público-alvo do serviço, ou seja, assim como as metas de acompanhamento familiar, as metas pactuadas para a oferta do SISC levam em conta um percentual reduzido, sendo 6%, 4% ou 2% do público-alvo.

Em Laguna, tem-se uma meta de 6%, percentual relativamente reduzido considerando a totalidade do público-alvo deste serviço. Somando-se o número de crianças, adolescentes e idosos atualmente cadastrados no CadÚnico, em 2021, tem-se 2539 crianças, adolescentes e idosos com renda per capita inferior à meio salário mínimo (baixa renda)

O quadro abaixo expressa a distribuição desse público, com a respectiva meta de vagas nos SCFV para cada faixa etária, considerando a Resolução CNAS 01/2013:

Quadro 66 – Público potencial para o SCFV

Faixa etária	Faixa da renda familiar per capita			Total	Vagas mínimas– 6%
	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda		
Entre 0 e 4	129	173	197	499	30
Entre 5 a 6	64	93	116	273	17
Entre 7 a 15	213	368	577	1.158	70
Entre 16 a 17	30	63	143	236	14
Entre 60 a 64	32	11	134	177	11
Maior que 65	21	11	164	196	12
TOTAL	**489**	**719**	**1.331**	**2.539**	**154**

Fonte: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Aceso em 26.08.2021

Verifica-se, portanto, que mesmo que a meta de atendimetno seja ínfima (6%) comparada ao público para o serviço (2539 pessoas), o município, por meio da ACUSTRA, alcança apenas 30% da meta, o que indica necessidade de estruturação de novos serviços, seja pelo poder público ou pelas entidades que compõem a rede socioassistencial, em especial a ACUSTRA

Outro aspecto relativo à implantação do SCFV, a adequação dos serviços, nos remete novamente à Resolução CNAS 01/2013, onde está expresso: "Art.14. O processo de reordenamento do SCFV, da Proteção Social Básica, consistirá em: [...] II - adequação e qualificação da oferta do SCFV, com a unificação da lógica de cofinanciamento e a inclusão do público prioritário, de acordo com o disposto nesta Resolução [...].

Neste sentido, observa-se que o processo de referenciamento ao CRAS da área de abrangência vêm ocorrendo de forma incompleta, tendo sido iniciado por uma assistente social que atua como técnica de referência da Gestão Territorial no CRAS I, e contando com pouco envolvimento da coordenação e dos demais técnicos do CRAS e da equipe do CadÚnico.

Atualmente, não se tem a informação de qual o quantitativo de famílias dos usuários dos SCFV nas entidades estão sendo acompanhadas pela equipe do PAIF nos CRAS. Sabe-se contudo, que nunca houve uma ação direcionada especificamente para inserção destas famílias no acompanhamento do PAIF e, considerando os acompanhamentos realizados pelas unidades, sabe-se que esse número é extremamente reduzido.

Além disso, representantes das entidades têm repetidamente relatado a necessidade de maior apoio por parte do município, pois não percebem articulação nem tampouco que estão " adequadamente referenciados" a um CRAS, conforme determina a legislação.

2.5.2 Cobertura da Proteção Social Especial de Média Complexidade

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade devem oferecer atendimento e acompanhamento a famílias em situação de risco pessoal e social. Em geral, o público-alvo desse nível de proteção são as pessoas e grupos vítimas de violência e violação de direitos, especialmente as crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, assim como a população em situação de rua, os idosos e pessoas com deficiência dependentes.

No decorrer do presente Diagnóstico, especialmente no subcapítulo 4.2, pôde-se observar que o município registra violações de direitos relativas aos vários públicos mencionados no parágrafo anterior, com registros de violência contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência, com a presença de população em situação de rua e com a ocorrência velada de trabalho infantil.

Dentre 5 serviços previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o município vem oferecendo 3 serviços de média complexidade, sendo: 1. Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 2. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos – PAEFI, ambos ofertados pelo CREAS.

Em terceiro, tem-se o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, executado pela APAE, contudo, essa unidade atende apenas pessoas com deficiência intelectual e múltipla (crianças e adultos), Transtorno do Espectro Autista e Atraso no Desenvolvimento Psicomotor, atendendo cerca de 140 usuários.

Não há no município à oferta desse serviço para os idosos e as pessoas com outras deficiências. O município não executa o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, embora haja público para tal.

2.5.2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos – PAEFI

O PAEFI de Laguna é ofertado no CREAS, e atualmente, atende e acompanha crianças, adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com deficiência vítimas de violência. Além disso, por meio do PAEFI são atendidos e acompanhadas pessoas famílias com violação de direitos devido ao uso de substâncias psicoativas.

Quanto à população em situação de rua, seguindo as orientações e normativas, diante da ausência do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, o CREAS vem também atendendo a este público pelo PAEFI, comumente oriundo de demanda espontânea ou indicações da rede de proteção social.

Com relação ao percentual de atendimento a este público, o município não dispõe de informações suficientes uma vez que não há estudo específico que dimensione este público.

Em 2021, tem-se no CadÚnico o registro de 37 famílias/pessoas em situação de rua, porém, sabe-se que esse número é inferior à realidade, pois somente no Sistema GESUAS, há 92 pessoas/famílias cadastradas, que foram atendidas entre 2020 e 2021. Embora haja o registro de

92 pessoas/famílias que estão atualmente em situação de rua, há o registro de 60 pessoas com trajetória de rua[28], ou seja, pessoas que em geral, embora tenham saído das ruas, são vulneráveis ao retorno. Além das pessoas em situação de rua, tem-se a situação de trabalho infantil. Embora o Censo IBGE 2010 estime que há cerca de 241 crianças e adolescentes em situação de rua, nos anos de 2020 e 2021, o CREAS confirmou no GESUAS apenas 2 famílias em situação de trabalho infantil.

Quadro 67 – Famílias em Acompanhamento pelo PAEFI – 2020 e 2021

A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAEFI	2020	2021
A.1. Total de casos (famílias ou indivíduos) em acompanhamento pelo PAEFI	701	269
A.2. Novos casos (famílias ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do PAEFI	89	58
B. Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI, no mês de referência		
B.1. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	6	0
B.2. Famílias com membros beneficiários do BPC	2	0
B.3. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	1	1
B.4. Famílias com crianças ou adolescentes em Serviços de Acolhimento	3	1
B.5. Famílias com violência/violação associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas	30	16
B.7. Famílias com adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto	0	0

Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/adm/rel_preenchidos_creas_agregado_mun.php?&menu=creas&ibge=420940#

Dando continuidade, propõe-se verificar, se a implantação e o funcionamento do CREAS vêm ocorrendo de acordo com os parâmetros estabelecidos para a unidade e para os serviços nela ofertados, especialmente no que se refere as dimensões espaço físico, recursos humanos e serviços ofertados.

Neste sentido, tem-se o IDCREAS, também contemplado na Nota Técnica N.º 27/2015/DGSUAS/SNAS/MDS, que traz a metodologia de cálculo relativa aos novos indicadores de desenvolvimento das unidades CRAS e CREAS – IDCRAS e IDCREAS. Basicamente, foram estabelecidas três dimensões: estrutura física, serviços e recursos humanos. Para cada dimensão foram estabelecidos cinco níveis, sendo 1 o menos desejável e 5 o mais aproximado do ideal.

A partir das informações prestadas pelo município no preenchimento do Censo SUAS 2017 e da sua correlação com o formulário IDCREAS, o município obteve o índice de 2,67, em uma escala de varia de 1 a 5, onde 1 representa a situação mais distante do padrão almejado e 5 a situação que mais se aproxima do padrão almejado.

Com um cálculo realizado pelo autor em 2021, considerando as dimensões previstas na Nota Técnica supramencionada, o município alcançou o índice de 2,33.

O quadro abaixo expressa os índices alcançados pelo município em cada dimensão, nos anos de 2017 e 2021:

28 https://sistema.gesuas.com.br/relatorio/situacaoviolencia/SituacoesIdentificadasCidade.html/01_01_2020-31_12_2020

Quadro 68 – IDCREAS Municipal

Ano	Estrutura Física	Recursos Humanos	Serviços	IDCREAS
2017	2	3	3	2,67
2021	2	3	2	2,33

Fonte: 2017: http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php. 2021: Elaborado pelo autor. Agosto de 2021.

Verifica-se uma redução no índice serviços, em razão de não haver construção de Plano de Acompanhamento Familiar para todos os casos em acompanhamento, conforme verificado no GESUAS.

Como não foram publicados, pelo Ministério da Cidadania, os resultados do IDCREAS a partir de 2017, não há como comparar o resultado de 2021 com outros municípios. Todavia, pode-se apresentar o comparativo realizado em 2017.

Nesse sentido, o Gráfico abaixo expressa a "posição" do município de Laguna em relação aos níveis de IDCREAS no país:

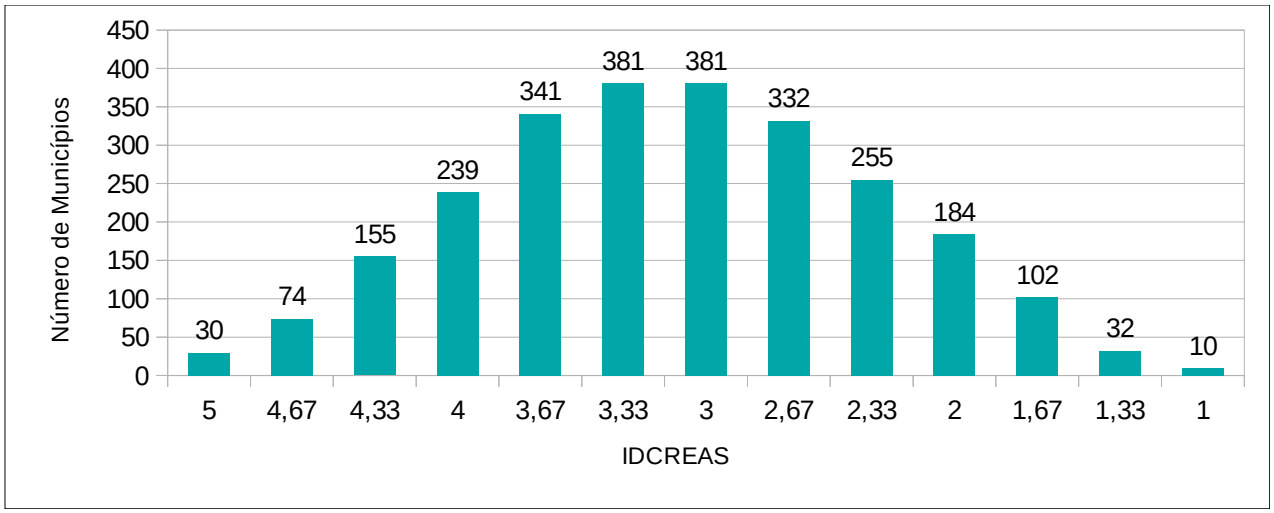


Gráfico 35 - IDCREAS 2017 – Municípios brasileiros com CREAS
Fonte: MDS/SAGI, 2017.

De um total de 2519 municípios analisados em 2017, Laguna, juntamente com outros 332 municípios com índice 2,67, ocupam as posições de nº 1603-1934, ou seja, o IDCREAS do município de Laguna é igual ao de outros 332 municípios, inferior à 1602 municípios e superior à apenas 585 municípios, dentre aqueles que possuem CREAS.

Quanto ao IDCREAS dos municípios catarinenses com CREAS, vejamos o gráfico abaixo:

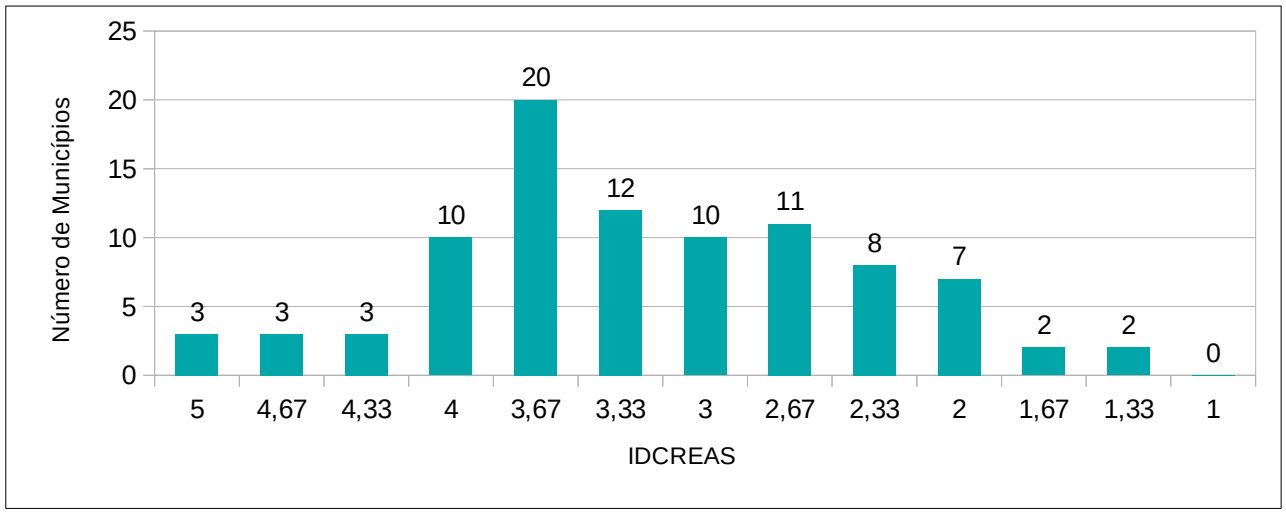


Gráfico 36 - IDCREAS 2017 – Municípios catarinenses com CREAS
Fonte: MDS/SAGI, 2017.

Dentre 291 municípios analisados, Laguna, juntamente com outros 11 municípios possui índice 2,67, inferior à 61 municípios e superior à 19 municípios.

Pode-se verificar que o IDCREAS 2017 do município, encontra-se abaixo da média nacional e estadual, e nesse sentido, recomenda-se que o órgão gestor promova a implementação das dimensões mencionadas.

Atualmente (2021) o CREAS possui 01 Coordenador de nível superior, 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 2 educadoras sociais, além da equipe de apoio. Considerando já se dispor de 5 profissionais de nível superior e 02 profissionais de nível médio (educador social), a alocação de um advogado poderá projetar o município ao nível 5, ou seja, o mais próximo ao desejado para este equipamento. Destaca-se contudo, que além da ampliação do quadro de RH, o município atente-se ao horário de funcionamento do CREAS e à presença da equipe mínima durante todo o período.

O imóvel é locado e embora esteja localizado em área central, de fácil acesso, não possui acessibilidade. Em razão do município ter sido contemplado com uma construção do CREAS pelo Governo do Estado, pode-se supor não ser necessária uma adequação no espaço atual considerando uma “eminente mudança”, contudo, sugere-se verificar qual o prazo previsto para entrega da obra, considerando que houveram problemas antes de sua entrega. Com a implantação do CREAS no novo espaço, projeta-se a elevação do nível “estrutura física” para 5.

Dando continuidade à análise, verificar-se-á o atendimento, pelo município, das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS relativas à média complexidade.

Em primeiro lugar, tem-se meta relacionada à identificação e cadastramento de famílias em situação de trabalho infantil, cujos detalhes estão descritos no quadro abaixo:

Quadro 69 – Identificação e Cadastramento de famílias em situação de do Trabalho Infantil

Especificação	
Detalhamento	Identificar e cadastrar famílias no CadÚnico com a presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil
Meta	Cadastrar 70% das famílias com presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nos municípios com alta incidência que aderiram ao cofinancimento das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
Indicador	Taxa de cadastramento
Cálculo do indicador	Taxa de cadastramento = Total de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil cadastradas no CadÚnico/Total de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil
Fonte	CadÚnico e Censo IBGE (2010)
Situação do município	
O município possui alta incidência de situações de trabalho infantil	Não
Estimativa de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil (IBGE 2010)	241
Qtde de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil cadastradas no CadÚnico	0
Quantidade de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil que precisam ser cadastrados para alcançar a meta	Não se aplica

Fonte: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em 26.08.2021.

Embora a meta não seja aplicável ao município, optou-se por abordá-la, uma vez que, de acordo com o Censo do IBGE, em 2010 o município possuía cerca de 241 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, ou seja, foi verificada presença de um grande número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil que não vêm recebendo atendimento e/ou sua situação não está sendo identificada nos serviços de assistência social.

De acordo com o disposto na Resolução CNAS nº 08/2013[29], que estabelece ações estratégicas do PETI, dispõe no artigo 15:

> **Art. 15.** Os Municípios e Distrito Federal serão considerados como alta incidência de trabalho infantil quando apresentarem: I – no exercício de 2013: a) Mais de 1000 (mil) casos de trabalho infantil identificados no Censo Demográfico 2010 - IBGE; ou b) Crescimento de 200 (duzentos) casos de trabalho infantil entre o Censo Demográfico IBGE de 2000 e de 2010, exceto os abrangidos no inciso II deste artigo; II – no exercício de 2014, mais de 500 (quinhentos) casos de trabalho infantil identificados no Censo Demográfico 2010 - IBGE;

Verifica-se portanto, que com 241 crianças e adolescentes identificados no Censo IBGE 2010, o município de Laguna não se enquadra nos critérios da referida resolução, pois o detalhamento da meta específica que o município deverá cadastrar 70% das famílias com presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nos municípios com alta incidência que aderiram ao cofinancimento das ações estratégicas do PETI, ou seja, uma vez que o município não

29 Resolução CNAS nº 08, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências.

aderiu por não possuir o quantitativo suficiente, também não está sujeito ao acompanhamento da meta no Pacto de Aprimoramento.

Entretanto, considerando todo o arcabouço legal e normativo da Assistência Social, especialmente aqueles relativos ao Trabalho Infantil, entende-se que ainda que não seja alvo de monitoramento e não tenha aderido ao cofinanciamento, o órgão gestor tem deve atuar ostensivamente na erradicação do trabalho infantil no município. De acordo com o documento Perguntas e Respostas: o Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil publicado pelo MDS em 2014, p. 13:

> Os municípios que não foram classificados como de alta incidência de trabalho infantil não são elegíveis ao repasse de recursos para impulsionar as Ações Estratégicas de erradicação do trabalho infantil, considerando o agravo das incidências em seus territórios. Aqueles municípios que não se incluem entre os de alta incidência, mas que identificaram situações de trabalho infantil em seu território também deverão desenvolver Ações Estratégicas, considerando o atual cenário do trabalho infantil.[30]

Verifica-se que, caso o município não seja elegível para o repasse de recursos mas possua incidência de trabalho infantil, ele deve desenvolver as ações estratégicas do PETI, visando a erradicação dessa situação no município. De acordo com a Resolução CNAS n° 08/2013:

> Art. 2° As ações estratégicas do PETI no âmbito do SUAS estruturam-se a partir de cinco eixos: I – informação e mobilização nos territórios de incidência do trabalho infantil para propiciar o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil; II – identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil; III – proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias; IV – apoio e acompanhamento das ações de defesa e responsabilização; e V – monitoramento das ações do PETI.[31]

A Resolução CNAS 08/2013 traz ainda, No Capítulo I – Das Ações Estratégicas do PETI, em seus artigos 5°, 6°, 7°, 8° e 9°, o detalhamento de cada eixo, com as ações estratégicas correspondentes. Além disso, tem-se o Caderno de Orientações Técnicas para Gestão do PETI[32] que orienta sobre diversos aspectos que norteiam a execução desta ação.

Neste sentido, recomenda-se ao órgão gestor que implemente as ações estratégicas do PETI, previstas na Resolução CNAS n° 08/2013.

Outra meta do Pacto de Apriomramento do SUAS está relacionada ào Cadastramento da População em Situação de Rua. O quadro abaixo expressa os resultados da análise dessa meta:

Quadro 70 – Cadastramento da População de Rua

Especificação	
Detalhamento	Cadastrar a população em situação de rua no Cadastro Único
Meta	Atingir o percentual de 70% (setenta por cento) de identificação e cadastramento no CadÚnico das pessoas em situação de rua em

30 BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Perguntas e Respostas: o Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. 2ª Versão.
31 Resolução CNAS n° 08, de 18 de abril de 2013.
32 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Brasília, 2010.

	acompanhamento pelo Serviço Especializado para População em Situação de Rua
Indicador	Taxa de cadastramento
Cálculo do indicador	Taxa de cadastramento = Total de pessoas em situação de rua/Total de pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico
Fonte	Censo SUAS, Pesquisa sobre População de Rua da SAGI e CadÚnico

Situação do Município	
Meta relacionada as pessoas em situação de rua em acompanhamento pelo Serviço Especializado para População em Situação de Rua	Atingir o percentual de 70% de identificação e cadastramento no CadÚnico
Estimativa da quantidade de pessoas vivendo em situação de rua no município	Cerca de 50 pessoas
Quantidade de pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico	37 pessoas
Quantidade de pessoas em situação de rua que precisam ser cadastradas no CadÚnico para atingir a meta	35 pessoas
Situação do município	Meta ainda não alcançada

Fonte: MDS/SAGI/MDS, 2017.

Em razão de não se dispor de um diagnóstico ou levantamento municipal sobre a população de rua existente no município, não tem-se a informação extata da quantidade de pessoas que atualmente vivem em situação de rua no município, porém, a partir de dados do GESUAS sobre atendimento à essas pessoas, estima-se um número superior à 50.

Verifica-se que 37 pessoas estão cadastradas no CadÚnico como estando em situação de rua, ou seja, 26 pessoas à menos que a meta de 70%. Recomenda-se, contudo, que o órgão gestor cadastre 100% das pessoas em situação de rua do município, com vistas ao planejamento de ações eficazes com relação à este público, incluindo-se aí a implantação de serviços de média e alta complexidade.

De acordo com o Guia de Cadastramento da População de Rua[33]:

> "O Cadastro Único objetiva ser uma ponte para o acesso das pessoas em situação de rua às políticas públicas. Assim, as pessoas em situação de rua têm o direito de serem identificadas corretamente no Cadastro Único. Essa ação permite que os Governos federal, estaduais e municipais conheçam as características das pessoas em situação de rua: onde há maior concentração, qual seu perfil e quais suas necessidades. Isso contribui para a implementação de políticas e programas específicos voltados à promoção da autonomia dessas pessoas. Ainda, possibilita ao Estado acompanhar a própria efetividade de suas ações. Identificar a população em situação de rua no Cadastro Único facilita o acesso a

33 BRASIL. MDS. Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua. Brasília, 2015.

> diversos programas sociais que utilizam as informações do Cadastro para seleção de beneficiários. Além disso, possibilita que a rede de proteção social do município realize acompanhamento mais detido e efetivo, para promover a superação das vulnerabilidades sociais que atingem as pessoas nessa condição.

Observa-se que o cadastramento dessa população Cadstro Único, além de possibilitar o recebimento de benefícios, favorece levantamentos e diagnósticos, assim como o acompanhamento mais efetivo por parte da rede socioassistencial. Com relação às atribuições relativas ao cadastramento dessa população, de acordo com o Guia de Cadastramento:

> O cadastramento da população em situação de rua deve ser feito de forma articulada com a área de Proteção Social Especial da Assistência Social do município. Isso é importante para garantir a coordenação das ações técnicas de mapeamento e abordagem adequada das pessoas em situação de rua que devem ser cadastradas, além do acompanhamento de seu cadastramento e a integração do segmento à rede de proteção social.[34]

Verifica-se portanto, que o processo de Cadastramento dessa população envolve a Proteção Social Especial, mais especificamente pela equipe do Serviço de Abordagem Social e/ou pela equipe do PAEFI, na ausência desse primeiro. Além disso:

> A atuação da Proteção Social Especial também deve garantir a mobilização da rede de proteção social e dos serviços que compõem o sistema de garantia de direitos a essa população para que haja o devido acompanhamento das pessoas cadastradas. Essa mobilização deve ser pautada na intersetorialidade para o encaminhamento das demandas apresentadas pela ação de cadastramento e acompanhamento social das pessoas em processo de autonomia e saída da rua.[35]

Percebe-se que há uma grande responsabilidade da Política de Assistência Social, mais especificamente da equipe do CREAS, no sentido de mobilizar a rede de proteção para o atendimento a essa população.

Ainda com relação à população de rua, a Resolução CNAS 09/2013[36], dentre outras determinações, dispõe sobre a expansão qualificada dos serviços direcionados à População em Situação de Rua. Em seu artigo 6ª, a referida Resolução estabelece que:

> Art. 4° O Serviço Especializado em Abordagem Social, ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outros [...] Art. 6° O Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua, ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ ou sobrevivência, possui a finalidade de assegurar atendimento a essa população com objetivo de estimular o desenvolvimento de sociabilidades, fortalecendo os vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Além dos dois serviços mencionados acima, há o "II – Serviço de Acolhimento em República para Jovens e Adultos em Processo de Saída das Ruas com capacidade de atendimento de até 10 pessoas."[37], que "complementa" os demais serviços ao oferecer uma oportunidade

34 Idem
35 Idem
36 Resolução CNAS n° 09, de 18 de abril de 2013.
37 Resolução CNAS nº 09, de 18 de abril de 2013.

material de saída das ruas e reconstituição da cidadania desta população a partir de uma residência provisória para as pessoas em processo de saída das ruas.

No ano de 2013, o município de Laguna foi habilitado pelo MDS para o recebimento de recurso financeiro para expansão deste serviço, optou pela adesão, comprometendo-se com a implantação dos três serviços. Ocorre que devido a diversos fatores, o município não implantou os serviços até a presente data, podendo-se então considerar que a meta não foi alcançada. Verifica-se que houve uma "tentativa de oferta do serviço" em 2014 por uma equipe composta por 1 psicólogo e 01 agente de proteção social do CREAS, porém, que não teve sua implementação concluída.

Atualmente, o município vem atendendo as pessoas em situação de rua por meio do PAEFI, conforme determinado pela legislação, contudo, verifica-se que os usuários, em sua maioria, chegam a unidade por meio de demanda espontânea ou encaminhamento de outros equipamentos e outras políticas, não havendo qualquer espécie de abordagem social ou busca ativa.

Quanto ao trabalho realizado pela equipe do PAEFI, compõe-se de acompanhamento, orientação, encaminhamentos e concessão de benefícios eventuais (auxílio passagem), para deslocamento destes a outros municípios e estados. Verifica-se que as equipes possuem poucas possibilidades de atendimento a esses usuários quando permanecem no município, tanto pela desarticulação da rede de proteção socioassistencial e social, quanto pela indisponibilidade de um serviço específico de acolhimento ou outra alternativa.

Para a população em situação de rua, vislumbra-se poucas possibilidades de reconstrução de vínculos e construção de novos projetos de vida, seja a partir da concessão do benefício de aluguel social, auxílio hospedagem ou mesmo um albergue para pernoite.

Há ainda as famílias onde ocorrem violação de direitos devido ao uso de substâncias psicoativas, inclusive, uma das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS é relativa ao acompanhamento dessas famílias. Nesse sentido, verifica-se que esta meta foi alcançada pelo município, pois de acordo com o RMA, entre os meses de janeiro e junho de 2017 o CREAS inseriu no acompanhamento 17 famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas. Deve-se contudo, reconhecer que a inserção de famílias no serviço não garante por si só o atendimento adequado a este tipo de situação, que comumente deve ser articulado com o CRAS, serviços de saúde e entidades de tratamento e internação do usuário.

Neste sentido, o MDS publicou o Caderno de Orientações Técnicas: Atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas vêm esclarecer as responsabilidades e diretrizes da Política de Saúde além de estabelecer Diretrizes para o atendimento no SUAS dessas pessoas e famílias. Tal documento traz conceitos e concepções sobre as vulnerabilidades associadas ao uso de substâncias psicoativas, destacando os aspectos históricos, políticos e sociais do consumo de álcool e outras drogas e o SUAS; os fundamentos legais do atendimento no SUAS às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco por violação de direitos

associada ao consumo de álcool e outras drogas e; a capilaridade da Rede SUAS nos territórios e o atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas.

De acordo com o caderno supramencionado, a atenção à este público deve ser compartilhada entre os sistemas de Saúde e Assistência Social, nos níveis de proteção social básica e especial.

> A atenção na Proteção Social Especial, de acordo com a PNAS, tem como objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos.[38]

Supõe-se que, no CREAS, tal trabalho venha sendo realizado junto às 17 famílias identificadas no RMA. Entretanto, tem-se pouca informação sobre a atuação do CRAS e dos serviços de saúde, bem como da articulação entre estes e o CREAS no atendimento a este público.

Além disso, há ainda a atuação da gestão do SUAS nesse processo, e de acordo com o MDS:

> Na perspectiva do cotidiano do SUAS, os gestores da política pública de assistência social devem construir diagnósticos das situações presentes no território para a estruturação dos serviços conforme tipificados, de forma qualificada e de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social: serviços descentralizados; ofertas integradas pelas unidades do SUAS e articuladas com as demais políticas; abrangência municipal, no Distrito Federal ou regional; primazia da responsabilidade do Estado na oferta, mesmo que em parceria com Entidades Sociais e a centralidade na família (original, ampliada, estendida). [39]

Nesse sentido, recomenda-se ao órgão gestor que:

- Aprimore os fluxos de informação e atendimento da rede socioassistencial e rede de proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas

- Produza um diagnóstico das situações de violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas presentes no território.

38 Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações Técnicas: Atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas. Brasília, 2016, p. 66.

39 Idem. p. 48.

2.5.3 Cobertura da Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

No município são ofertados dois serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, ambos destinados ao acolhimento. O poder público executa o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes enquanto que o Asilo Santa Isabel executa o Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos.

No ano de 2017 verificou-se que, das famílias de 12 crianças e adolescentes que ingressaram no Serviço de Acolhimento institucional do município, nenhuma foi incluída no atendimento do PAEFI, conforme dados recebidos da equipe do Abrigo Institucional e dados obtidos do RMA – Registro Mensal de Atendimento do CREAS.

Além de ser uma meta do Pacto de Aprimoramento, o atendimento às famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento está previsto no Caderno de Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento[40], no capítulo 3.4.1 Articulação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, p. 38:

> CREAS: Nos municípios que possuam CREAS e naqueles atendidos por CREAS regionais, quando o motivo do afastamento do convívio familiar envolver violência intra-familiar (física, psicológica, sexual, negligência grave), exploração sexual ou outras situações de violação de direitos que estejam sob o escopo de ação dos serviços desenvolvidos no CREAS, as crianças e adolescentes acolhidos e seus familiares devem ser inseridos em seus serviços. Nesse caso, é de suma importância que as equipes técnicas do serviço de acolhimento e do CREAS atuem de forma articulada – com planejamento conjunto de estratégias de ação e reuniões periódicas para o acompanhamento dos casos – de modo a garantir uma atuação complementar e sinérgica, evitando sobreposições e ações contraditórias.

Além disso, a Resolução CIT Nº 7/2009[41], em seus artigos 15 e 17 dispõe que:

> Art. 15 O atendimento das famílias será realizado por meio dos serviços ofertados pelo CRAS e pelo CREAS (local ou regional), nos territórios que possuem estas unidades. [...] § 2º O atendimento das famílias com beneficiários que estão em serviços de acolhimento da rede socioassistencial terá como foco a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a reintegração familiar e a garantia dos direitos socioassistenciais. Art. 17. Nos casos em que for identificada a necessidade de acompanhamento pelos serviços do CREAS ou equipe técnica da PSE, o atendimento terá como objetivo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a superação de padrões de relacionamento violadores de direitos, a potencialização da função protetiva da família e sua inserção em uma rede de proteção que favoreça a superação da situação vivenciada e a construção de novos projetos de vida.

Fica evidenciado portanto, que as famílias das crianças e adolescentes devem ser atendidas pelos CREAS assim como pelo CRAS, e que as três unidades devem possuir profunda articulação para evitar sobreposição e contradição nos atendimentos. Verifica-se que isso não vêm ocorrendo.

Neste sentido, recomenda-se ao órgão gestor que:

40 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. BRASIL/MDS, 2009. 168 p.

41 Resolução CIT Nº 7, de 10 de setembro de 2009. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

- Realize a implementação do Protocolo de Gestão Integrada envolvendo as unidades de Proteção Social Básica (CRAS), Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS), Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Abrigo Institucional), Bolsa Família e CadÚnico e Benefícios Eventuais no intuito de implementação do referido Protocolo.

- Aprimore os fluxos e informação e encaminhamento na rede socioassistencial, articulando os serviços para que as atividades desenvolvidas sejam complementares, não ocorrendo sobreposição ou mesmo contraposição das atividades de cada unidade/serviço.

Quanto ao Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, destacou-se a meta relativa ao reordenamento dos serviços do município.

Quadro 71 - Reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes

Especificação
De acordo com o MDSA, em razão da complexidade e multiplicidade de fatores envolvidos neste processo de reordenamento, o MDSA ainda está construindo parâmetros operacionais que viabilizem o cálculo da Meta 14. A forma de cálculo deve proporcionar uma avaliação coerente e realista dos esforços realizados pelos municípios. Para tal, precisam ser definidos quais elementos chave, em termos de condições necessárias e suficientes, para que se possa considerar o reordenamento "realizado" em dado município, onde não raro, existem múltiplos serviços de acolhimento. Tão logo seja definido o método a ser aplicado para o cálculo, divulgaremos o cenário observado em relação ao atingimento da meta. Entretanto, devido à importância do reordenamento no processo de qualificação dos serviços de acolhimento bem como sua competência de acompanhamento dos municípios, a SST/SC elaborou um instrumental de monitoramento em formato de excel, com 35 questões relacionadas as seguintes dimensões: porte e estrutura, recursos humanos, gestão do serviço, metodologias de atendimento, gestão da rede, reordenamento/implantação dos serviços, que foi respondido pelo município no ano de 2017. Assim, embora esse meta não seja aplicável no âmbito do Pacto de Aprimoramento, ela será discutida e analisada nesse documento, utilizando-se como parâmetro as respostas do município ao instrumento de monitoramento da SST/SC e a Resolução CNAS N° 23, de 27 de setembro de 2013, que aprova critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do Reordenamento de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos municípios e Distrito Federal.

Situação do Município	
Meta	Reordenar 100% dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
Número de unidades/serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes	1
Número de unidades/serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes reordenados	0
Situação do município	Não se aplica

Fonte: MDS/SAGI/MDS, 2017.

Conforme a Resolução CNAS nº 23/2013[42], Art. 1º, Parágrado Único: "[...] II - Reordenamento: o processo gradativo que envolve a gestão, as unidades de oferta do serviço e os usuários, visando à qualificação da rede de Serviços de Acolhimento existentes e a adequação desses às normativas vigentes."

> **Art. 7º O reordenamento dos serviços de acolhimento envolve as seguintes dimensões:**
> **I - porte e estrutura,** que compreende: a) adequação da capacidade de atendimento, observados os parâmetros de oferta para cada modalidade, com redução anual de no mínimo ¼ do número de crianças e adolescentes que ultrapasse o limite estabelecido em cada serviço; b) condições satisfatórias de habitabilidade, salubridade e privacidade; c) localização do imóvel em áreas residenciais, com fácil acesso ao transporte público, cuja fachada não deve conter identificação externa; e d) acessibilidade.
> **II - recursos humanos,** que compreende as equipes de referência, conforme previsão na NOB-RH/SUAS e Resolução CNAS nº 17/11;
> **III - gestão do serviço,** que compreende: a) elaborar o projeto político-pedagógico do serviço; b) elaborar, sob a coordenação do órgão gestor, e implementar as ações de reordenamento propostas no Plano de Acolhimento; e c) inscrever-se no conselho de direitos da criança e do adolescente e, no caso de serviço de acolhimento da rede socioassistencial privada, no respectivo conselho de assistência social.
> **IV - metodologias de atendimento**, que consiste em: a) elaborar o Plano Individual de Atendimento de cada criança e adolescente; b) elaborar e enviar ao Poder Judiciário relatórios semestrais de acompanhamento de cada criança e adolescente; c) atender os grupos de irmãos sempre que houver demanda; d) manter prontuários individualizados e atualizados de cada criança e adolescente; e) selecionar, capacitar de forma presencial e acompanhar no mínimo mensalmente as famílias acolhedoras para o serviço ofertado nessa modalidade. f) acompanhar as famílias de origem das crianças e adolescentes nos CRAS, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, e nos CREAS, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, conforme situações identificadas;
> **V – gestão da rede, que compreende**: a) elaborar diagnóstico socioterritorial e Plano de Acolhimento com previsão de estratégias de reordenamento ou implantação de novas unidades de oferta; b) gerir as capacidades de atendimento dos serviços e apoiá-los; c) estabelecer fluxos e protocolos de atenção, na aplicação da medida protetiva aplicada pelo poder judiciário, que fortaleçam o papel da gestão da Assistência Social na coordenação dos encaminhamentos para os serviços de acolhimento; d) gerir e capacitar os recursos humanos; e e) articular com os serviços da rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os órgãos de defesa de direitos.

Verifica-se, portanto, que o processo de reordenamento envolve uma série de dimensões, que por sua vez se desdobram em ações e atividades, e que devem ser cumpridas/realizadas pelo município para que esse possa ser considerado como "reordenado".

Em Laguna, há um Plano de Acolhimento, elaborado pela equipe do Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio e equipe do órgão gestor, e aprovado pela Resolução nº 12/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS. O referido Plano prevê ações para o reordenamento de aspectos ligados à: Gestão da Rede; Porte e Estrutura; Recursos Humanos; Gestão dos Serviços e; Metodologia de Atendimento, estabelecendo metas e responsáveis, tanto pela execução quanto por seu monitoramento.

Em maio de 2017, atendendo à solicitação de informações do Governo Estadual para fins de Monitoramento da Implantação do referido Plano, o órgão gestor recebeu e respondeu a um questionário com 35 questões sobre a implementação do Plano Municipal de Acolhimento.

42 Resolução CNAS Nº 23, de 27 de setembro de 2013. Aprovar critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do Reordenamento de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos municípios e Distrito Federal.

Foram apresentadas 5 alternativas para resposta: 1. Situação não informada; 2. Ação não prevista no Plano de Acolhimento; 3. Ação concluída conforme previsto no Plano de Acolhimento; 4. Ação em andamento com previsão de conclusão dentro do prazo acordado no Termo de Aceite (31 de dezembro de 2017).; 5. Ação com problema, apontando para a impossibilidade de conclusão dentro do prazo acordado no Termo de Aceite (31 de dezembro de 2017).

Entre 2017 e 2021, foram registradas poucas alterações com relação às dimensões previstas no Plano de Reordenamento, com exceção da adequação do quadro de RH e realização de formação continuada. O quadro abaixo, extraído do documento em excel encaminhado para a SST/SC, demonstra as respostas do município de Laguna às questões realizada em 2017:

Quadro 72 – Acompanhamento do Plano de Reordenamento do Acolhimento Institucional

EIXO	AÇÃO / META	STATUS
PORTE E ESTRUTURA	Adequação da capacidade de atendimento	Concluída
	Condições satisfatórias de habitabilidade, salubridade e privacidade	Concluída
	Localização do imóvel em áreas residenciais, sem identificação externa	Concluída
	Acessibilidade	Concluída
RECURSOS HUMANOS	Adequação do número de profissionais da equipe de cuidadores do serviço	Concluída
	Adequação do número de profissionais da equipe técnica do serviço	Concluída
	Equipe de supervisão e apoio aos serviços de acolhimento (órgão gestor)	Não concluída
	Capacitação e formação continuada	Não concluída
GESTÃO DOS SERVIÇOS	Elaboração/Aprimoramento do Projeto Político-Pedagógico	Concluída
	Inscrição no Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente	Concluída
METODOLOGIA DE ATENDIMENTO	Elaboração do PIA para crianças e adolescentes/Projeto de vida para jovens	Concluída
	Elaboração e envio de relatórios de acompanhamento ao Poder Judiciário	Concluída
	Atendimento de grupos de irmãos, sempre que houver demanda	Concluída
	Manutenção de prontuários individualizados e atualizados dos acolhidos	Concluída
	Acomp. das famílias de origem pelo PAIF/PAEFI durante período de acolhimento	Concluída
	Acomp. das famílias de origem pelos CREAS após desligamento dos acolhidos	Concluída
GESTÃO DA REDE	Gestão da(s) capacidade(s) de atendimento do(s) serviço(s)	Não concluída
	Apoio e supervisão às equipes dos serviços	Não concluída
	Estabelecimento de fluxos e protocolos com o sistema de justiça	Não concluída
	Capacitação dos recursos humanos	Não concluída
	Articulação com a rede local	Não concluída
REORDENAMENTO / IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS	Número de unidades Reordenadas/ Implantadas	1
	Número de vagas disponíveis nas Unidades Reordenadas/ Implantadas	16

Fonte: Elaborado pelo autor. Agosto de 2021.

Dentre 21 questões qualitativas, o município concluiu 14 e deixou de concluir 7.

Contudo, uma análise mais aprofundada revela inconsistências no preenchimento do referido Instrumental de Monitoramento, com ênfase às questões q24 e q25, relativas respectivamente ao acompanhamento das famílias dos acolhidos pelo CRAS e CREAS durante o acolhimento e acompanhamento das famílias dos acolhidos pelo CREAS após o acolhimento. Verificou-se que ambas as informações não possuem respaldo, uma vez que os relatórios do RMA do ano de 2017 não indicam o acompanhamento de nenhuma família de crianças ou adolescentes acolhidos, tanto nos dois CRAS quanto nos CREAS.

Verifica-se ainda que há questões que foram apontadas como em andamento, porém, em razão de sua complexidade e extensão, demandam vários meses, além de haverem metas que dependem de outras para serem efetivadas, o que estende ainda mais esse tempo. Em razão de estar-se no mês de agosto e não ter-se verificado um movimento no sentido de adequação, pressupõe-se que não serão concluídas, projetando o município a um “nível de reordenamento” ainda menor que o previsto.

A partir dessa data não houve mais aferição do cumprimento dessas metas, devendo ser realizado um novo levantamento para identificação e inclusão das ações faltantes no PMAS.

2.5.4 Cobertura de Benefícios Eventuais e BPC

2.5.4.1 Cobertura de Benefícios Eventuais

Os benefícios eventuais são regulamentados, no município, pela Lei Complementar 2014/2018 e são concedidos nas unidades socioassistenciais e, excepcionalmente, no órgão gestor. Até o ano de 2019 não havia um controle de todos os benefícios concedidos. Somente com a implantação do GESUAS passou-se a ter o quantitativo de benefícios eventuais concedidos. O quadro abaixo expressa o quantitativo de benefícios eventuais concedidos entre 2020 e 2021:

Quadro X – Volume de benefícios concedidos por tipo

Volume de benefícios concedidos por Tipo	2020	2021*
Auxílio natalidade	10	37
Auxílio funeral	21	32
Item/Kit específico para enfrentamento de situações de Emergência ou Calamidade Pública	921	0
Cesta Básica	188	433
Aluguel social/pagamento de aluguel	0	1
Calamidade Pública	10	0
Passagem/Viagem	61	75
Documentação	5	54
Auxílio Emergencial - COVID FIA	4035	1
Kit Higiene COVID-19	770	99

Fonte: GESUAS. Acesso em https://sistema.gesuas.com.br/relatorio/beneficio/BeneficiosConcedidosCidade.html
* Janeiro a setembro de 2021

Os “benefícios” identificados como: item/kit específico [...], do auxílio emergencial Covid-FIA e o Kit-Higiene Covid-19, não são considerados benefícios eventuais, pois sua aquisição e distribuição se deu fora do escopo da Política de Assistência Social, embora tenha sido executada pela equipe da SMASH.

Quanto aos benefícios eventuais, verifica-se um aumento de 270% no número de auxílios-natalidade, 50% no número de auxílio funeral e 140% no número de cestas básicas. Houve ainda uma ampliação modesta no número de auxílio-funeral e uma variação significativa com relação à passagem/viagem. Deve-se considerar ainda, que os dados obtidos relativos à 2021 são somente até o mês de setembro, assim, estima-se que haja, pelo menos, uma ampliação de 25% nos números apresentados.

Por outro lado, a grande demanda de auxílio emergencial – Covid fia (4035), item/kit específico (921) e Kit Higiene Covid-19 (770), apontam para a necessidade de incremento no quantitativo de benefícios eventuais, especialmente o auxílio-alimentação. Recomenda-se a realização de um levantamento específico sobre essa demanda, que leve em consideração os dados do CadÚnico, o Auxílio Emergencial do Governo Federal e o Auxílio Emergencial Covid-FIA.

2.5.4.1 Cobertura do BPC

Quadro 73 - Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico

Especificação	
Detalhamento	Inserir no CadÚnico os beneficiários do BPC
Meta	Cadastrar 70% das famílias no CadUnico com beneficiarios do BPC para municípios de pequeno porte I e II; 60% para municípios de médio e grande porte; 50% para metrópoles.
Indicador	Taxa de cadastramento BPC
Cálculo do indicador	Tx de cadastramento BPC = Total de beneficiarios do BPC cadastrados no CadUnico/ Total de beneficiarios do BPC
Fonte	CadÚnico e DBA obtidos a partir da Matriz de informações da SAGI

Situação do Município	
Meta do Município	60%
Total de beneficiários do BPC	588
Total de beneficiários do BPC que o município deve cadastrar no CadÚnico	353
Total de beneficiários do BPC cadastados no CadÚnico	
Percentual de cadastramento dos beneficiários do BPC no CadÚnico	
Situação do município	Meta não alcançada

Apuração (acompanhamento) da Meta					
Ano	Total de Beneficiários	Meta de Cadastramento (60%)	Beneficiários cadastrados	Taxa de Cadastramento	Meta alcançada
2013	465	279	177	33,14%	NÃO
2014	486	292	196	35,89%	NÃO
2015	516	310	--	--	--
2016	553	332	205	38,75%	NÃO
2017	587	352	579	98,6%	SIM
2018	618	371	616	99,6%	SIM
2019	608	364	608	100%	SIM
2020	595	357	595	100%	SIM
2021	588	353	587	99.8%	SIM

Fonte: MDS/SAGI/MDS, 2017. * - Consulta realizada em julho/2017

Considerando a meta de cadastrar 60% das famílias e a identificação de 588 beneficiários, tem-se como proposta o cadastramento de 353 famílias. Considerando que o município tem cadastradas famílias dos beneficiários do BPC, constata-se que a meta não foi alcançada, pois o município cadastrou cerca de 38% das famílias dos beneficiários do BPC, ou seja, 22% abaixo da meta.

O cadastramento do beneficiário no CadÚnico têm como propósito garantir a inclusão deste beneficiário do BPC nos serviços e benefícios do SUAS, e nesse sentido, a Proteção Social Básica, juntamente com a equipe de Gestão do Cadastro Único, tem a tarefa de localizar, cadastrar encaminhar para inserção nos serviços da rede socioassistencial e rede de proteção social, se necessário.

Além da abrir a possibilidade de recebimento de benefícios e favorecer a inclusão do usuário nos serviços das redes de proteção socioassistencial e social, a inclusão do beneficário do BPC no CadÚnico é condição para manutenção do benefício, conforme disposto no Decreto Federal n° 8805/2016:

> "Art. 12. São requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do benefício as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico. § 1º—O beneficiário que não realizar a inscrição ou a atualização no CadÚnico, no prazo estabelecido em convocação a ser realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, terá o seu beneficio suspenso, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário.[43]

Fica portanto evidenciada a importância do cadastramento não somente de 60%, mas de 100% das famílias que recebem o BPC, considerando que a ausência de cadastramento repercutirá na suspensão e cessação do benefício.

Com isso, pode-se verificar que a partir de 2017, o percentual de famílias com pessoas que recebem o BPC cadastradas no Cadúnico se aproxima de 100%.

43 Decreto Federal nº 8.805, de 7 de julho de 2016. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

2.5.5 Cobertura de Programas

2.5.5.1 Programa BPC na Escola

O Programa BPC na Escola, tambem está previsto no Pacto de Aprimoramento do SUAS. Verifica-se que o município cumpriu essa meta, pois aderiu ao Programa na data de 18/04/2008 e renovou sua adesão na data de 14/08/2013, estando até o presente momento em situação regular, conforme dados obtidos do Sistema BPC na Escola, do MDSA/SAGI. Entretanto, é importante analisar-se se a execução do Programa no município vêm ocorrendo conforme determina a legislação.

O Programa BPC na Escola foi criado pela Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, que traz em seu artigo 1º:

> Criar o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC/LOAS, com prioridade para aquelas na faixa etária de zero a dezoito anos. § 1º O Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC/LOAS compreende: **I - a identificação anual das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC/LOAS matriculadas e não matriculadas no sistema regular de ensino, com base nos dados do BPC/LOAS e do Censo Escolar;** II - a disponibilização dos dados referentes ao inciso I aos sistemas de ensino e às Secretarias Municipais de Assistência Social para uso destas no sistema de vigilância social local; III - o desenvolvimento de estudos intersetoriais que identifiquem as barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC/LOAS, indicando ações e políticas visando a superação dessas barreiras e que favoreçam a inclusão educacional e social; IV - a instituição e manutenção de banco de dados sobre as ações desenvolvidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a inclusão das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC/LOAS na escola; e V - a análise e estatísticas dos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência, com vistas aos indicadores de cidadania das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC/LOAS.

Aos municípios, foi atribuída a tarefa de compor um comitê gestor intersetorial e uma equipe técnica para o Programa, ambos compostos por servidores da Assistência Social, Saúde e Educação. Em Laguna, comitê gestor e equipe técnica são compostos pelos mesmos servidores. Esses servidores tem como responsabilidade a aplicação de um questionário para identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso das pessoas com deficiência ao ensino regular.

Após a adesão do Programa, o município obtém acesso ao Sistema BPC na Escola, onde constam informações relativas à adesão/renovação, ao grupo gestor e principalmente, emissão e registro dos questionários. A equipe responsável deve imprimir os questionários, localizar os beneficiários, aplicar os questionários e inserir os dados no sistema. Caso o beneficiário não seja localizado, ou tenha se mudado, ou mesmo por outros motivos, o questionário é concluído com a entrevista não realizada.

Nesse sentido, observemos o quadro abaixo que traze informações sobre relatórios gerenciais (2008, 2013 e 2016) emitido no referido sistema na data de 30/08/2017:

Quadro 74 – BPC na Escola – Relatórios Gerenciais – 2008, 2013 e 2016

Ano	Qtde Beneficiários	Meta de Questionários	Quest. Não Concluídos		Quest. Concluídos		Quest. Entrevista Realizada		Quest. Entrevista Não Realizada	
			Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
2008	56	56	2	3.57	54	96.43	41	73.21	13	23.21
2013	101	62	40	64.52	22	35.48	9	40.91	13	59.09
2016	107	66	25	37.88	41	62.12	12	29.27	29	70.73
2018	113	42	22	52.38	20	47.62	18	90.00	2	10.00

Fonte:https://aplicacoes.mds.gov.br/bpcnaescola/restrito/xhtml/relatorioquantitativoquestionarios/filtrorelatorioquantitativoquestionarios.jsf. Acesso em 31.08.2021.

Pode-se verificar uma grande discrepância nos percentuais apresentados entre os anos pesquisados. No ano de 2008 73% das entrevistas foram realizadas, em 2013 este percentual foi reduzido oara 40,91% e, em 2016, para 29,27%. Em 2018 houve uma significativa ampliação no número de questionários, onde foram concluídos 90% dos 22 questionários existentes

Entretanto, verifica-se no Relatório de 2016, que de 41 questionários concluídos apenas 12 entrevistas foram realizadas. Outros 29 beneficiários tiveram seus questionários concluídos sem a entrevista, pelos seguintes motivos: mudança do beneficiário para outra localidade ou município, endereço não encontrado, beneficiário não encontrado após 3 visitas ou outros, conforme consta nos relatórios do Sistema BPC na Escola.

Embora se desconheça detalhadamente quais os procedimentos adotados, fica evidenciado que a equipe vem tendo dificuldades na localização dos beneficiários, e desse modo, vêm concluindo um grande número de questionários sem realização de entrevista. Correlacionado o relatório do ano de 2016 com o ano de 2008, fica ainda mais evidente a existência de algum problema desconhecido na localização dos usuários, pois no ano de 2008, 73% foram localizados, enquanto que nos anos de 2016 e 2017, apenas 11%.

2.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico Socioterritorial de Laguna evidencia que o município possui um enorme potencial econômico, especialmente em razão do turismo, da pesca e da sua localização geográfica, que favorece o escoamento de produtos e serviços pelas vias rodoviária marítima a aérea.

Todavia, os índices econômicos e sociais do município são inferiores à média estadual e média regional, ou seja, o PIB – Produto Interno Bruto, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano e o IDMS – Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável estão abaixo da média estadual e dos municípios similares da região. Emprego e renda já apresentavam variação negativa antes da pandemia, contrapondo-se à municípios limítrofes e da mesma microrregião.

Em razão de índices de renda e desenvolvimento relativamente baixos, Laguna apresenta uma demanda expressiva para a Política de Assistência Social. De acordo com o Censo IBGE 2010 e outras informações complementares, mais de 30% da população é de baixa renda, ou seja, possui renda inferior à ½ salário-mínimo per capita.

Assim, verificou-se que há grande demanda para a Assistência Social, tanto para serviços, programas e projetos de Proteção Social Básica e Especial, quanto para benefícios. Há serviços ainda não implantados que possuem demanda, enquanto há serviços implantados que atendem uma parcela irrisória da demanda, devendo ser potencializados.

A tarefa agora é, com base no Diagnóstico e no Mapeamento da Rede de Proteção Socioassistencial e Intersetorial, buscar definir, no âmbito do PMAS, quais as estratégias e ações mais eficazes para o alcance desse público e quais as metodologias de trabalho mais eficientes na obtenção de resultados, tanto para a população usuária do SUAS quanto para o município como um todo.

3 MAPEAMENTO DA REDE

O Mapeamento da Rede Socioassistencial e Intersetorial, constitui-se como elemento integrante do PMAS - Plano Municipal de Assistência Social, um plano quadrienal, elaborado pelo município e obrigatório para o recebimento de recursos federais e estaduais.

O presente documento, denominado “Mapa da Rede Socioassistencial e Intersetorial”, apresenta a compilação das informações obtidas no processo de construção do “MapaLaguna”, uma aplicação online que vêm sendo construída desde o mês de agosto deste ano, com previsão de lançamento público ainda em 2021.

O MapaLaguna foi construído por meio do aplicativo Google My Maps, e contém a classificação, localização e caracterização dos diversos órgãos, unidades, serviços, programas e projetos de Assistência Social, bem como de outras políticas públicas que possuem interface com a Política de Assistência Social.

Tal aplicação, pode ser visualizada por meio do Google Maps, Google My Maps e Google Earth, permitindo o acesso por qualquer pessoa que possua um celular ou computador conectado à internet. A partir do acesso, é possível escolher a política pública de interesse (ou várias) visualizar os ícones, clicar nos ícones e obter informações detalhadas sobre cada órgão, unidade, serviços, programa ou projeto dentro da(s) política(a) pública(a) selecionada, além da distância, tempo e rota até o destino.

Além disso, a partir da seleção (clicando no ícone) de determinado órgão, unidade, serviço, programa ou projeto, são exibidas informações detalhadas de acordo com ao Lei 13.460/2017 (Carta de Serviços) e a Lei 14.129/2021 (Governo Digital).

Todo esse processo, que envolveu a criação do MapaLaguna e a elaboração deste documento (Mapeamento da Rede Socioassistencial e Intersetorial), tem como objetivos principais:

1 - Atender às normativas da Política de Assistência Social ao oferecer subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2022-2015;

2 - Oferecer uma ferramenta de informação e acesso rápido aos diversos órgãos, unidades, serviços, programas e projetos com finalidade pública;

3 – Disponibilizar um “Mapa de Serviços ao Cidadão”, visando atender ao disposto no artigo 7º da Lei 13.460/2017 (Carta de Serviços) e Lei 14.129/2021 (Governo Digital).

A proposta é que o Mapa seja amplamente utilizado pelos diversos agentes públicos e por toda a população, promovendo assim a transparência e o acesso qualificado aos serviços públicos, em consonância aos princípios da administração pública e a legislação pertinente.

O acesso à versão preliminar do MapaLaguna pode ser realizado por meio do link abaixo: https://www.google.com/maps/d/edit?mid=14FPfFaa73ESIaDpgaUJSpvue7iuuc7Rr&usp=sharing.

O Mapa da Rede de Proteção Socioassistencial e Intersetorial é um dos elementos constituintes do Plano Municipal de Assistência Social e complementa o Diagnóstico

Socioterritorial ao oferecer um "panorama" da capacidade instalada dos serviços públicos do município.

> A Vigilância Sociassistencial deve elaborar relatório com georeferenciamento das unidades 1) públicas e privadas da rede referenciada, isto é, a rede de proteção social de Assistência Social e 2) públicas e privadas de outras políticas públicas que possam auxiliar no desenvolvimento da capacidade protetiva das famílias, como escolas, saúde da família, núcleos de inclusão produtiva, conselhos tutelares, entre muitas outras. [44] (Grifo nosso)

Trata-se de um trabalho realizado pelo setor de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social, que contou com a colaboração de gestores e trabalhadores, da esfera pública e privada, representantes de diversos órgãos e políticas públicas mencionadas no Mapa.

Para tanto, foi estabelecida uma metodologia de coleta de informações, tanto junto à Rede Socioassistencial, quanto junto aos integrantes das outras políticas públicas, com vistas à obtenção de informações relevantes e fidedignas, que atendam ao objetivo principal, que é georeferenciar as unidades e serviços. Além disso, foram utilizadas algumas bases de dados e mapas já existentes em algumas políticas públicas, como é o caso da Saúde, Educação e Cultura, por exemplo.

Além da categorização, localização, identificação e caracterização, o Mapa da Rede possui a proposta de atuar como um "Mapa de Serviços", na medida que apresenta um "Cardápio de serviços" que pode ser acessado por qualquer cidadão.

> O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) reconhece os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) como equipamentos capazes de **organizar e listar um cardápio de serviços e apresentá-lo ao cidadão**, possibilitando a este caminhar livremente dentro da série de equipamentos, serviços, benefícios e políticas existentes em seu território. [45] (Grifo nosso)

Para que tal "cardápio" atenda as legislações pertinentes, bem como as (supostas) necessidades do cidadão, as informações estão dispostas em acordo com a Lei Federal nº 13.460/2017, que "dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública", em especial o art. 7º, que dispõe sobre a Carta de Serviços". Além de atender ao disposto no Art. 7º da Lei 13.460/2017, o Mapa vem ao encontro da Lei Federal nº 14.129/2021, que Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública [...].

Na sequência dos capítulos, será apresentado o Mapeamento da Rede Socioassistencial pública e privada, seguido do Mapeamento da Rede Intersetorial. Como apoio, serão apresentadas fotos extraídas do "MapaLaguna".

Recomenda-se, além da leitura deste documento, o acesso ao "MapaLaguna" por meio do link disponibilizado no fim da página 2 deste documento.

44 https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf.
45 Idem.

3.1 MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

3.1.1 Resumo das ofertas socioassistenciais

Os quadros abaixo expressa um resumo das ofertas socioassistenciais públicas e privadas do município de Laguna:

Quadro 75 - Rede Socioassistencial Pública

Órgão/ Unidade	Função / Programa / Serviço	Capacidade de atendimento
Secretaria Municipal de Assistência Social	Gestão Municipal do SUAS	Não se aplica
	Secretaria Executiva do CMAS	Não se aplica
	Programa Bolsa Família	3000 famílias cadastradas
	Cadastro Único dos Programas Sociais	700 famílias beneficiárias
CRAS I	PAIF – Serviço de Prot. e Atend. Integral à Família	1000 atendimentos/ano
CRAS II	PAIF – Serviço de Prot. e Atend. Integral à Família	1000 atendimentos/ano
CREAS	PAEFI – Serviço de Prot. e Atend. Especializado a Famílias e Indivíduos Vítimas de violência	100 novas famílias/ano
	MSE – LA/PSC – Serviço de proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade	20 adolescentes
Abrigo Institucional	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	20 crianças/adolescentes e famílias

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e Conselho Municipal de Assistência Social, 2021.

Quadro 76 - Rede Socioassistencial Privada

Entidade	Serviço / Programa / Projeto / Benefício	Capacidade instalada
ACUSTRA	SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças de 06 a 15 anos	70 usuários e famílias
APAE	Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência	130 usuários e famílias
Asilo Santa Isabel	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos	31 idosos e famílias
Crehe Casa da Gente		
Centro de Ensino Hermon	Programa Socioassistencial	100 usuários e famílias
Rede Feminina de Combate ao Câncer	Concessão de benefícios eventuais	Conforme demanda

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e Conselho Municipal de Assistência Social, 2021.

O Mapa abaixo, indica (por meio de cores) a localização dos bairros de Laguna, com indicação das unidades socioassistenciais públicas e privadas.

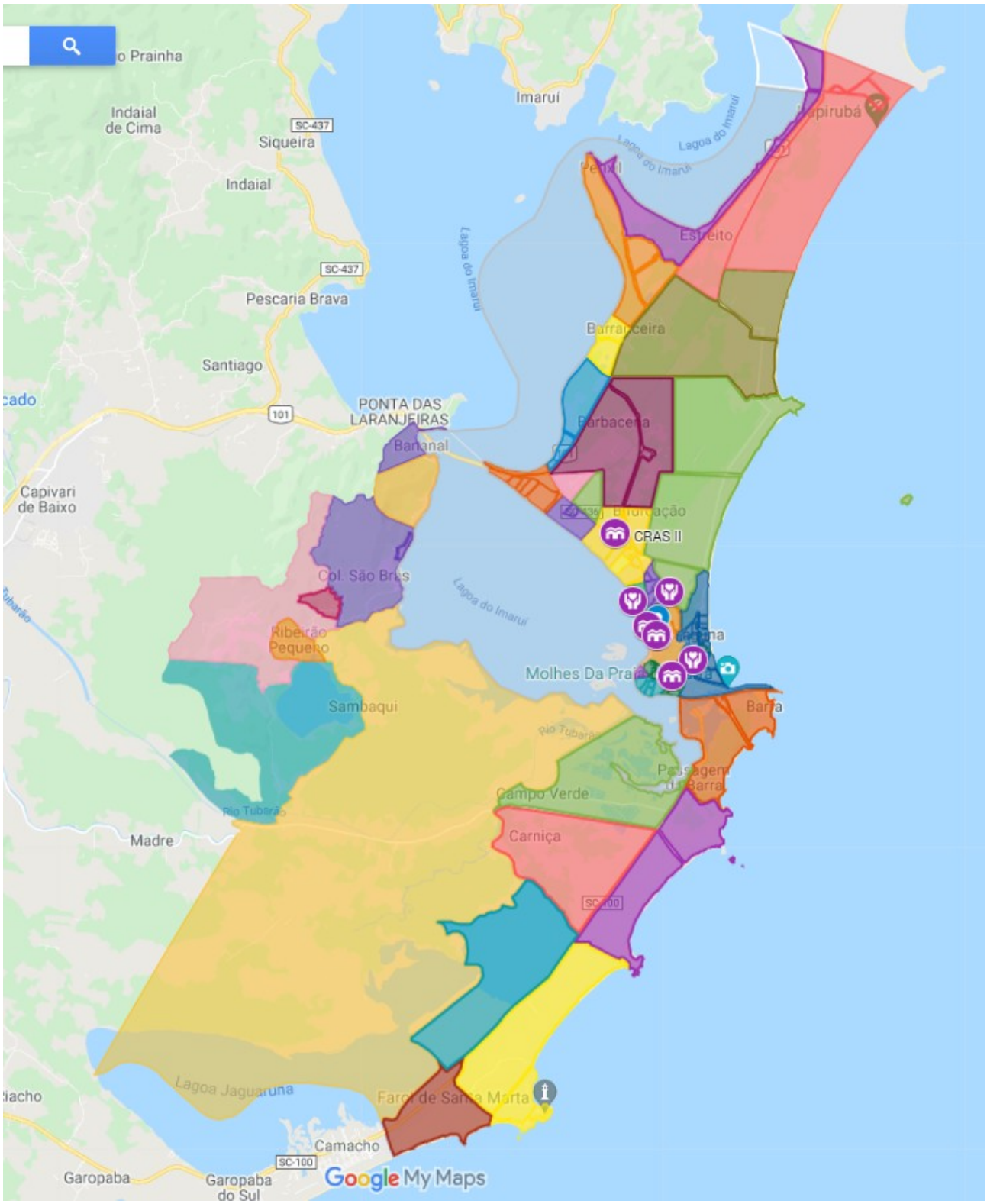


Figura 42 – Bairros do Município , unidades e entidades Socioasssitenciais
Fonte: Elaborado pelo autor. Disponível em https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer

Fica evidenciado que há uma concentração dos órgãos, unidades e entidades de Assistência Social na região central do município, todavia, é importante destacar que há unidades são de abrangência municipal, e outras atendem diversos bairros periféricos, embora estejam localizadas na zona Central.

Os dois mapas abaixo, nos formatos “mapa” e “satélite”, indicam a localização das unidades socioassistenciais em uma escala maior, com a possibilidade de visualização de algumas nomenclaturas.

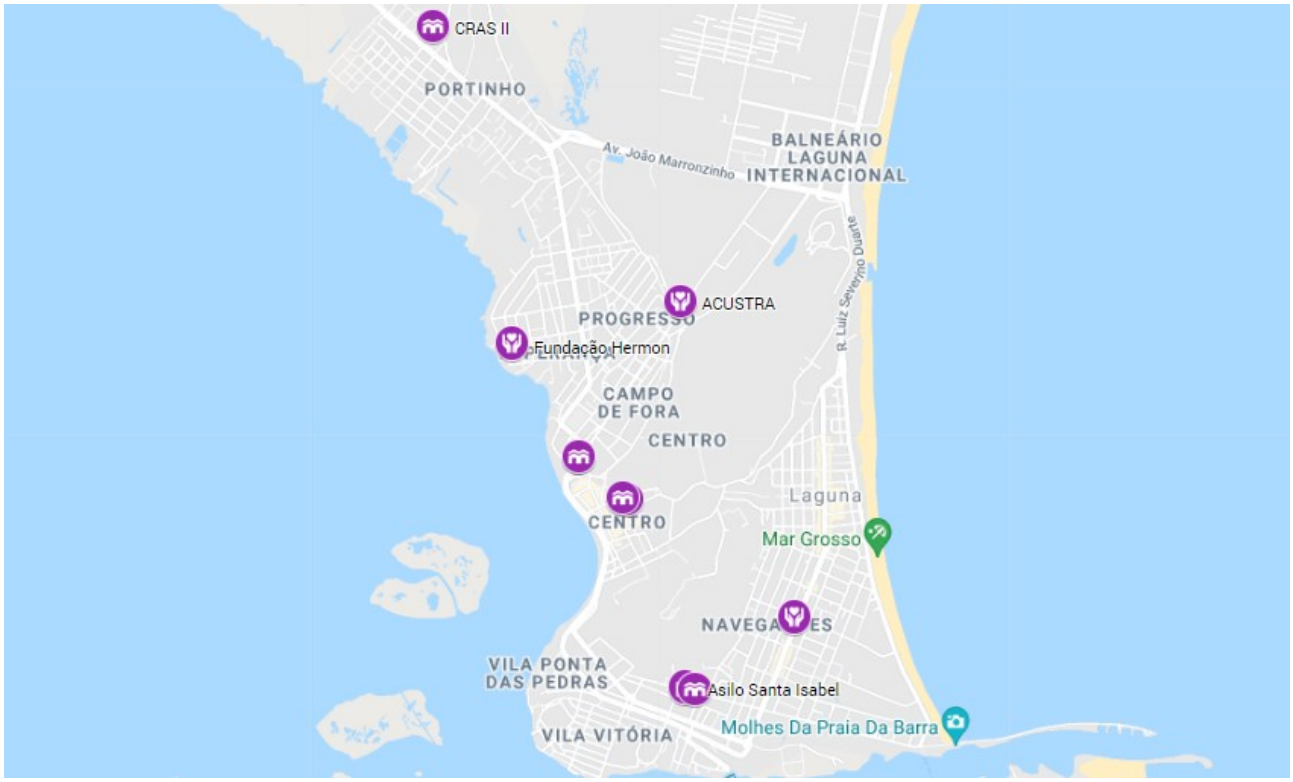


Figura 43 – Unidades e Entidades Socioasssitenciais – modo Mapa
Fonte: Elaborado pelo autor. Disponível em https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer

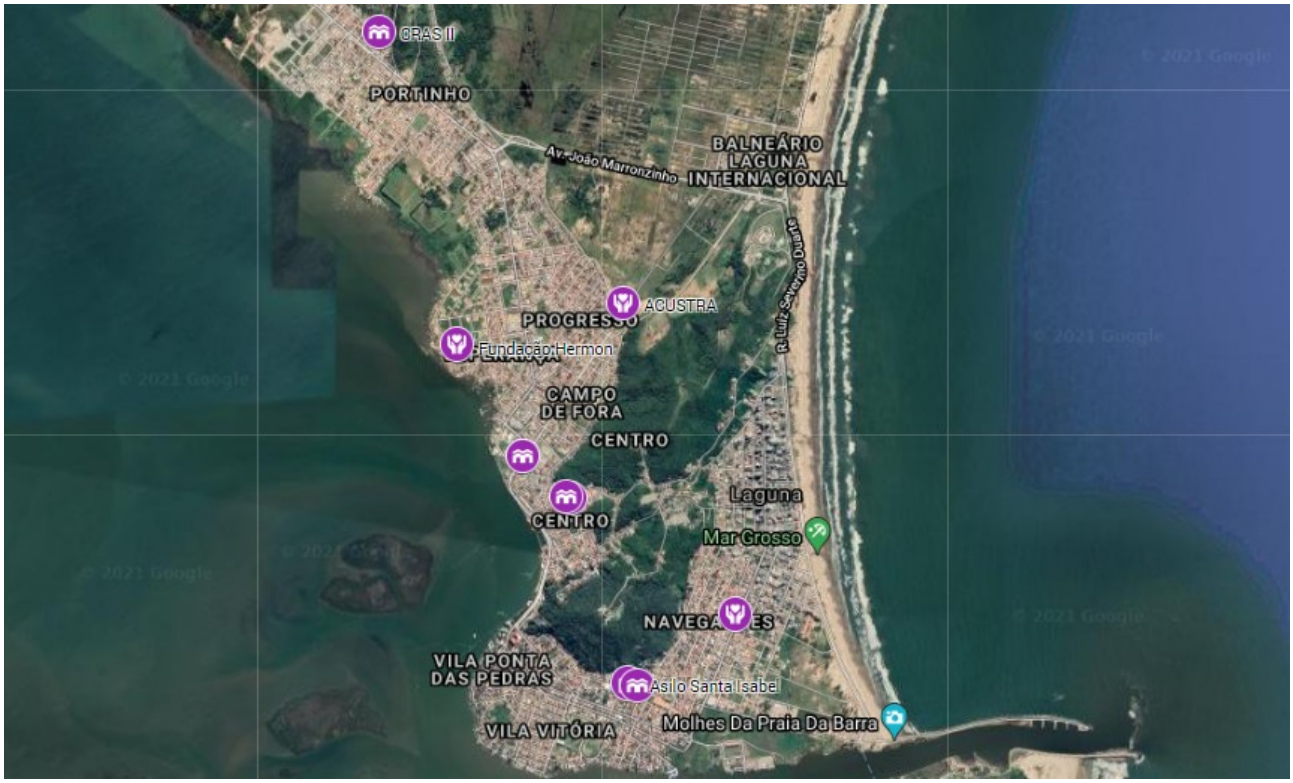


Figura 44 – Entidades Socioasssitenciais – modo satélite
Fonte: Elaborado pelo autor. Disponível em https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer

3.1.2 Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Em consonância à Política Nacional de Assistência Social, em um ato de compromisso e responsabilidade para com a Política Municipal de Assistência Social, o governo municipal implantou, no início de 2009, a Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, atribuindo-lhe função de órgão gestor desta política em âmbito Municipal.

Instituída pela Lei nº 190 de 17 de janeiro de 2009, a Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS de Laguna vem, desde então, atuando como órgão gestor da Política de Assistência Social no município, buscando atuar em consonância aos avanços nacionais, em termos de Gestão e execução da Política de Assistência Social, principalmente por interlocução do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e da SST/SC – Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Hoje, após onze anos de implantação, a Secretaria vem trabalhando no ordenamento e implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios circunscritos nos âmbitos da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Tem-se trabalhado ainda, no aprimoramento dos instrumentos e estratégias de Gestão, Monitoramento e Avaliação da Política, utilizado a informação como peça chave na sua formulação e execução.

Contudo, a lei de criação da SMAS, embora tenha representado um marco na história da Assistência Social em Laguna, estabelece uma estrutura administrativa inadequada e insuficiente para o atendimento das demandas (crescentes) em consonância às legislações que norteiam a área, além disso, em 09.10.2012, foi publicada a Lei Complementar nº 243/2012, que extingue os cargos de Assessor I e Assessor II criados pela Lei 190/2009, ou seja, retirando 6 cargos de Assessoria da SMAS.

Em 2015, por meio da Lei Complementar 329/2015, a SMAS passou a ser denominada Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH, com a seguinte estrutura:

> Art. 41 A Secretaria de Habitação e Assistência Social possui a seguinte estrutura:
> I - Departamento de Habitação: a) Coordenadoria de Programa Habitacional.
> II - Departamento de Assistência Social e Apoio Comunitário;
> III - Departamento Administrativo e Financeiro de Fundos;
> a) Coordenadoria de fundos e convênio;
> b) Coordenadoria de Assistência Comunitária;
> c) Coordenadoria do Serviço de Assistência ao Idoso;
> d) Coordenadoria do Serviço de Cadastro Social;
> e) Coordenadoria do Serviço de Assistência à Criança e ao Adolescente; e
> f) Divisão de apoio a Assistência Social.[46]

Uma breve análise da atual estrutura da Secretaria de Assistência Social revela que, além de ter assimilado a Política de Habitação, a SMAS, agora denominada SMASH, não possui uma estrutura de gestão adequada as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, na medida

46 Município de Laguna. Lei Complementar nº 329, de 18 de dezembro de 2015.

em que não prevê subdivisões administrativas para a gestão do SUAS, Vigilância Socioassistencial, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

Verifica-se ainda que a grande maioria das diretorias e coordenadorias existentes não atendem à Política de Assistência Social, pois hora direcionam-se a públicos específicos (idoso e criança), hora trazem nomenclaturas inadequadas (assistência comunitária, apoio a assistência social e apoio comunitário). Em ambos os casos, não estão sendo contempladas às estruturas de Gestão, previstas em diversas normativas da Política Nacional de Assistência Social.

Além disso, verifica-se que, na prática as pessoas ocupantes dos cargos acima mencionados, salvo algumas exceções, não atuam na área prevista, desenvolvendo atividades diversas no órgão gestor ou nas unidades socioassistenciais ou mesmo em outras secretarias de governo.

Sobre às competências da SMASH, segue abaixo trecho da LC Municipal 190/2009:

> Art. 40 À Secretaria de Habitação e Assistência Social compete:
> I - planejar, cadastrar e organizar o acesso à habitação; II - planejar e organizar as ações previstas na Lei Orgânica da Assistência Social em parceria com o Governo Federal, Estadual e Organizações Sociais reconhecidas nos Conselhos Municipais integrados à política de assistência social e do direito da criança e do adolescente; III - implantar planos, programas, projetos e atividades de assistência social e do desenvolvimento comunitário; IV - propor convênios e termos de parcerias com entidades públicas, privadas e filantrópicas para a implantação de planos, programas e projetos na área de assistência social e comunitária; V - promover a integração das pessoas portadoras de deficiência, à vida comunitária; VI - assistir técnica e material a associações de bairros e outras formas organizadas da sociedade que permitam a melhoria das condições de vida dos habitantes do Município; VII - realizar, em colaboração com entidades públicas, privadas e filantrópicas, programas de capacitação de mão-de-obra e sua integração ao mercado de trabalho local; VIII - organizar atividades ocupacionais dos diferentes grupos da comunidade visando sua integração à economia local; IX - promover atividades visando orientar o comportamento de grupos específicos em face de programas de saúde, higiene, educação e outros em colaboração com as demais Secretarias;
> X - formular e desenvolver projetos que visem organizar e dar continuidade às atividades econômicas alternativas, com o objetivo de minorar o problema do desemprego no Município;
> XI - coordenar as ações dos órgãos públicos e das entidades privadas que visem solucionar os problemas sociais da comunidade urbana e rural; XII - a assistência social às pessoas carentes, em atendimento às suas necessidades emergenciais e básicas; XIII - propor estratégia de ação, em face dos problemas sociais prioritários ao Município, com a participação da comunidade;
> XIV - desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais; XV - coordenar e supervisionar a realização de mutirões, convocando a cooperação e participação dos demais órgãos da municipalidade, para a consecução dos objetivos a serem alcançados; XVI - cadastrar e selecionar a população de baixa renda, visando incluí-los nos programas governamentais que visem o social e proceder à sua distribuição, obedecendo aos critérios ditados pela Assistência Social; XVII - avaliar através das diversas associações comunitárias as suas necessidades, carências e propor as medidas necessárias; XVIII - desenvolver trabalhos que visem à proteção e o respeito aos direitos da criança e do adolescente; XIX - amparar crianças e adolescentes em situação de risco social; XX - facilitar o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente;
> XXI - realizar ações que façam cumprir o Estatuto do Idoso; XXII - apoio à reeducação de pessoas apenadas; XXIII - estudar e propor alternativas de solução social e economicamente compatível com a realidade local. XIV - apoiar tecnicamente e financeiramente aos Conselhos Municipais da área social; XXV - divulgar amplamente os benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios de sua concessão. XXVI - formular e executar o Plano Municipal da Assistência Social; e XXVII - exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

A exemplo da estrutura administrativa, verifica-se que grande parte das competências estabelecidas para a SMASH, ou trazem um direcionamento para públicos específicos, ou trazem uma nomenclatura diversa daquela utilizada atualmente na Política de Assistência Social.

Ainda sobre a estrutura da SMASH, verifica-se que há órgãos vinculados administrativamente, que recebem apoio administrativo e técnico:

> Art. 41 Parágrafo único. Ficam vinculados administrativamente à Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social os seguintes órgãos e fundos:
> I - Fundação Irmã Vera;
> II - Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS;
> III - Fundo da Infância e para a Adolescência – FIA;
> IV - Conselho Municipal da Criança e Adolescência – CMDCA;
> V - Conselho Tutelar;
> VI - Conselho Municipal de Assistência Social;
> VII - Conselho Municipal da Juventude;
> VIII - Conselho Municipal do Idoso;
> IX - Centro de Referência da Assistência Social - CRAS; e
> X - Centro Especializado de Assistência Social – CREAS.

Deve-se salientar que, embora haja um vínculo administrativo, há órgãos, fundos e conselhos que não possuem relação direta com a Secretaria Municipal de Assistência Social, como é o caso da Fundação Irmã Vera, do FIA e Conselho Tutelar.

O CMDCA, Conselho da Juventude e Conselho Municipal do Idoso, recebem da Secretaria apoio administrativo por meio de estrutura física, recursos materiais e recursos humanos (Secretaria Executiva) mas a aplicação dos recursos está como responsabilidade direta do Prefeito Municipal, sob orientação dos respectivos conselhos.

Há uma relação direta com o CMAS e uma relação de subordinação entre a SMASH e o FMAS. Os CRAS e CREAS são unidades assistenciais públicas vinculadas à SMASH. Verifica-se ainda que o Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio não consta na referida lei.

Verifica-se, portanto, que a SMASH:

- Possui uma estrutura administrativa desatualizada e deficitária, o que compromete o pleno desenvolvimento da Política de Assistência Social;

- Parte dos ocupantes de parte dos cargos existentes (já precários) não executam as funções previstas, realizando outras funções ou mesmo atuando fora da SMASH;

- As responsabilidades da estrutura administrativa da SMASH não estão em acordo às legislações e normativas atuais do SUAS – Sistema Único de Assistência Social;

- Os vínculo administrativo deveria ser revisado, tanto para acrescentar termos ausentes, quanto para explicitar os vínculos que de fato existem, fazendo com que o texto da lei e a realidade sejam convergentes.

Nos subtítulos abaixo, segue o detalhamento dos setores, programas e serviços que hoje são ofertados no espaço físico ocupado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social em Laguna:

3.1.2.1 Gestão do SUAS

Há uma série de equívocos sobre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e as bases para sua organização. É comum que usuários, gestores e mesmo trabalhadores ainda percebem a Assistência de forma fragmentada, de modo que a necessidade de organização, profissionalização e planejamento não é priorizada.

O município avançou na implementação de unidades e serviços socioassistenciais (CRAS, CREAS, Abrigo), do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, dotando-os de espaço físico e equipe técnica, embora a estrutura de recursos humanos ainda seja insuficiente.

No caso da Gestão do SUAS, o processo foi diferente. Apesar de dezenas de orientações e debates, a criação de cargos e funções essenciais na Gestão do SUAS e sua ocupação por pessoal qualificado, não tem sido foco de atenção dos gestores. Entende-se que isso decorre, dentre outros fatores, da “simplificação” e “banalização” da Política de Assistência Social, entendida como algo “simples e fácil”, que pode ser realizada por “qualquer um”.

O campo de possibilidades de proteção, vigilância e defesa social, assim como os resultados decorrentes da atuação da Política ainda vêm sendo subestimados, fato que fica evidenciado pela ausência de instituição formal das áreas de Gestão Municipal do SUAS, Gerenciamento da Proteção Social Básica e Gerenciamento da Proteção Social Especial.

A Gestão Municipal do SUAS, tem a função organizar e coordenar Política Municipal de Assistência Social e sua relação com outras políticas, articulando-se na garantia de direitos e impondo-se como política pública. Na prática, o responsável por esta função deverá atuar no controle e na regulação municipal ao SUAS, representar o município nas instâncias de pactuação, deliberação e articulação regionais, estaduais e nacionais, além de coordenar, prestar assessoria e consultoria às demais funções de gestão. A Gestão do SUAS deve ser integrada pela Regulação, Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial.

No município, não há constituição formal da Gestão do SUAS, há apenas um servidor (psicólogo) que ocupa o cargo de Diretor de Vigilância Socioassistencial, atuando sozinho e restringindo-se apenas a esta função, não realizando as atividades de Regulação e Gestão do Trabalho, cuja implementação exige mais trabalhadores qualificados.

O Gerenciamento da Proteção Social Básica também é uma função essencial na implementação e consolidação do SUAS, pois traz um foco específico na promoção, prevenção e minimização das vulnerabilidades e para a articulação da PSB com outros níveis de proteção, assim como outras políticas públicas e outros sistemas de garantia de direitos. No município, esta área não possui profissional ou estrutura específica, nem mesmo de maneira informal.

Da mesma forma, o Gerenciamento da Proteção Social Especial – GPSE vem traçar estratégias e ampliar as condições de atuação das equipes no atendimento à situações de risco pessoal e social, atuando junto ao CREAS, Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio, bem como às entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade (APAE) e de Alta Complexidade (Asilo Santa Isabel). Assim como o Gerenciamento da PSB, o município não está previsto na estrutura administrativa e não possui departamento ou profissional específico.

3.1.2.2 Secretaria Executiva do CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social foi instituído pela Lei Municipal nº 478/96 e desde o início de seu funcionamento tem recebido do poder público suporte técnico e administrativo, por meio da disponibilização de profissional para o desempenho da função de Secretário-Executivo, bem como cessão de espaços físicos para reuniões, mobiliário, equipamentos e material de consumo necessários ao desempenho das atividades.

A função de Secretário-Executivo, inicialmente era preenchida por um servidor do quadro da Fundação Irmã Vera que acumulava estas funções com outras, posteriormente, a partir de 2009, a Secretaria-Executiva dos Conselhos passou a ser composta por profissional de nível superior.

Atualmente, a Secretaria-Executiva bem como o cargo de Secretário-Executivo do CMAS não estão regulamentados no conjunto de legislações municipais, entretanto, uma profissional graduada em Direito e ocupante do cargo de Agente de Proteção Social foi informalmente designada e vem desempenhando a função de Secretária Executiva do CMAS.

A Secretaria-Executiva dos Conselhos funciona em uma sala, dentro da SMASH, contando mobiliário, equipamentos e dispondo de material de consumo fornecido pela SMASH, parte deles custeados com recursos municipais e outra parte com recursos federais do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGD-SUAS) e Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD-PBF).

3.1.2.3 Cadastro Único dos Programas Sociais - Cadúnico

O CadÚnico “é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas que tem: 1) renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa, ou 2) renda mensal total de até três salários-mínimos”, e deve ser obrigatoriamente utilizado para selecionar beneficiários e integrar os programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público (BRASIL, 2007).

Conforme dispões o art. 4° da Lei N°. 10.836/2004 são objetivos básicos do PBF para com seus beneficiários:

> I - Promover o acesso das famílias mais pobres à rede de serviços públicos, em especial os de saúde, educação e assistência social;
>
> II - Combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional;
>
> III- Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
>
> IV- Combater a pobreza; e
>
> V- Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia as ações sociais do poder público (BRASIL, 2004).

Atualmente, uma servidora ocupante do cargo de Assistente Social atua como Coordenadora do CadÚnico, porém, sua designação ocorreu de maneira informal e a mesma n]ao recebe nenhuma espécie de gratificação para o exercício de tal função.

3.1.2.4 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família, instituído pela Lei Federal nº 10.836/2004, surgiu da unificação dos benefícios sociais do governo federal num único programa, exigindo neste processo ação articulada entre os diferentes Ministérios que antes operacionalizavam tais ações isoladamente, sendo essas: O Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação -"Bolsa Escola", o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA - "Cartão Alimentação", o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - "Bolsa Alimentação", o Programa "Auxílio-Gás".

Tendo por característica central a transferência de renda com condicionalidade, o Programa Bolsa Família foi criado em 2004, propondo o enfrentamento da fome e da miséria e a emancipação das famílias. Seus principais eixos são: transferência condicionada de renda, acompanhamento das condicionalidades e articulação de programas complementares.

No município de Laguna, a adesão ao Programa Bolsa Família aconteceu no ano de 2005, com a assinatura do Termo de Adesão.

O Programa Bolsa Família exige contrapartidas de seus beneficiários, contrapartidas estas que podem ser definidas como sendo condições assumidas pelas famílias beneficiárias perante o poder público e que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar, nas áreas de saúde, educação e assistência social, a fim de gerar melhoria na qualidade de vida das famílias e assegurar o recebimento do benefício mensal correspondente; o que caracteriza a condicionalidade.

Além dos benefícios pagos às famílias, o município recebe um repasse mensal do governo federal para aprimoramento e Gestão do programa, o IGD/PBF – Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. Tal valor, é calculado pelo MDS e representa a soma de fatores e incentivos. O quadro abaixo demonstra a composição do IGD/PBF Municipal, demonstrando cada um de seus componentes.

De acordo com os índices e o atendimento aos requisitos para recebimento de incentivos, o município recebe determinado montante de recursos financeiros. Tais recursos, deves ser utilizados no incremento à "[...] gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, em âmbito municipal, estadual e distrital, tendo por fundamento os resultados alcançados pelos respectivos entes federativos no caso do IGD PBF, conforme previsto na Lei nº 10.836 de 2004, e sua regulamentação." (NOB/SUAS, 2012).

Atualmente, uma servidora ocupante do cargo de Assistente Social atua como Coordenadora do Programa Bolsa Família, porém, sua designação ocorreu de maneira informal e a mesma n]ao recebe nenhuma espécie de gratificação para o exercício de tal função. Trata-se da mesma servidora que atua como Coordenadora do CadÚnico.

3.1.3 Unidades Públicas de Assistência Social

3.1.3.1 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS I e CRAS II

Os CRAS são unidades públicas de assistência social que centralizam a execução da proteção básica no municipio. Em Laguna há duas unidades, identificadas como CRAS I e CRAS II.

Seguindo as diretrizes nacionais para a prevenção e enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, e buscando normatizar as intervenções nas linhas traçadas pela Politica de Assistência Social na territorialização com foco nas relações familiares e comunitárias, foram identificadas no município duas localidades de nucleo populacional numerosos com maior concentração de situações de violação de direitos e violências urbanas – Loteamento Vila Vitória no bairro Magalhães e Loteamento São Judas Tadeu no bairro Barbacena.

O CRAS I, inicialmente localizado na Vila Vitória, teve sua implantação no segundo semestre do ano de 2005, tendo como seu território de abrangência as comunidades de Vila Vitória e Ponta das Pedras, legitimando o trabalho social voltado para a população que vive em seu território com aproximadamente 988 (novecentas e oitenta e oito) famílias num montante de 3.140 (três mil cento e quarenta) moradores. Desenvolve em seu equipamento o PAIF – Programa de Apoio Integral à Família; Serviço de PSB no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosos; O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos.

Ao longo dos anos, o CRAS passou por duas mudanças de endereço. Na primeira mudança, ele foi instalado nas imediações do loteamento Vila Vitória, cerca de 300 metros da entrada dessa comunidade. Desde 2017, em razão da necessidade de locação no novo espaço, o CRAS I foi instalado à cerca de 800 metros da entrada da Comunidade, e hoje oferta apenas o PAIF.

O CRAS II, localizado na Barabacena, foi implantado em 2011 em uma área que tem características de loteamento com aglomeração populacional desordenada, tendo como abrangência o bairro Barbacena e Rua da Granja, com atendimento inicial de 320 famílias. Neste equipamento atualmente desenvolve-se o PAIF – Programa de Apoio Integral à Família, com números de atendimento detalhados no Diagnóstico.

Assim como o CRAS I, o CRAS II passou por três mudanças de endereço. Inicialmente foi instalado a cerca de 600 metros do acesso ao loteamento, passando em 2013 para um imóvel localizado à 1200 metros. Em 2016, o município inaugurou um CRAS em imóvel próprio, construído com recursos do Governo Estadual, contudo, este imóvel localiza-se a cerca de 3,2km do acesso ao loteamento São Judas Tadeu, foco inicial de intervenção dessa unidade.

Quadro 77 – Carta de Serviços CRAS I

ÓRGÃO/UNIDADE:
Centro de Referência da Assistência Social
DESCRIÇÃO / CARACTERIZAÇÃO:
CRAS é o Centro de Referência da Assistência Social. É uma unidade pública da Assistência Social que oferece atendimentos individualizados (ou em grupos) a indivíduos e famílias. Nestes atendimentos, as pessoas podem compartilhar questões diversas relativas ao seu dia-a-dia em família e na comunidade, a exemplo das suas dificuldades de relacionamento, de sobrevivência, dos cuidados com os filhos e até situações mais delicadas como violência doméstica. Além disso, os CRAS atuam na concessão de benefícios eventuais e no encaminhamento para o acesso à outras políticas e serviços.
ENDEREÇO:
Rua Oscar Guimarães Cabral, nº 149 – bairro Magalhães - Laguna/SC
RESPONSÁVEL(IS):
Nome – Cargo ou função
DIAS E HORÁRIOS DE ATENDIMENTO:
Segunda à sexta – das 08:00 às 18:00hs
TELEFONE(S):
(48) 3646.2501
SITE(S):
www.laguna.sc.gov.br
EMAIL(S):
asssocial@laguna.sc.gov.br
SERVIÇO(S) OFERECIDO(S):
- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; - Concessão de benefícios eventuais; - Gestão territorial da área de abrangência; - Referenciamento do SCFV executado por entidade.
USUÁRIOS DO SERVIÇO E PRIORIDADES DE ATENDIMENTO:
- Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial: - Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; - Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; - Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; - Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. Além do público prioritário definido nas legislações da Assistência Social, a unidade prioriza o atendimento das pessoas com deficiência, idosos, gestantes, alactantes e pessoas com criança de colo, nos termos da Lei Federal 10.048/2000.

FORMAS DE ACESSO:
- Por procura espontânea; - Por busca ativa; - Por encaminhamento da rede socioassistencial; - Por encaminhamento das demais políticas públicas.
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO:
Atendimento de 1000 famílias/ano.
PREVISÃO DE TEMPO DE ESPERA PARA ATENDIMENTO:
Atendimento imediato.
PRINCIPAIS ETAPAS / ATIVIDADES DO SERVIÇO:
Acolhida; Estudo social; Visita domiciliar; Orientação e encaminhamentos; Grupos de famílias; Acompanhamento familiar; Atividades comunitárias; Campanhas socioeducativas; Informação, comunicação e defesa de direitos; Promoção ao acesso à documentação pessoal; Mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; Desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; Mobilização para a cidadania; Conhecimento do território; Cadastramento socioeconômico; Elaboração de relatórios e/ou prontuários; Notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; Busca ativa;Concessão de benefícios eventuais.
COMUNICAÇÃO COM OS USUÁRIOS:
- Comunicação direta com usuários no âmbito das ofertas de serviços e benefícios; - Materiais publicitários e de orientação social; - Site da Prefeitura e rede social (página do Facebook) da Prefeitura de Laguna;
MANIFESTAÇÕES DOS USUÁRIOS:
São recebidas manifestações (reclamações, críticas, sugestões e requerimentos) por meio verbal (presencial ou telefone) ou documental (e-mail ou documento físico), podendo ser entregues/realizadas nos seguintes locais: - Na própria unidade. - Na Secretaria de Assistência Social e Habitação. - Na Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Laguna. - No Protocolo da Prefeitura Municipal de Laguna (somente por meio documental).
SAIBA MAIS:
Carta de Serviços MDS: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/assistencia-social/cras-centro-de-referencia-em-assistencia-social-1

Fonte: Elaborado pela equipe da unidade/entidade. Acesso em novembro de 2021.

Quadro 78 – Carta de Serviços CRAS II

ÓRGÃO/UNIDADE:
Centro de Referência da Assistência Social - CRAS II
ENDEREÇO:
Rua Saul Ignácio Martins, s/nº, bairro Portinho - Laguna/SC
RESPONSÁVEL(IS):
Mauro Augusto da Rosa Passos - Coordenador do CRAS
DIAS E HORÁRIOS DE ATENDIMENTO:
Segunda à sexta-feira - das 08h00 às 18h00
TELEFONE(S):
(48) 3646-2642 - (48) 99999-4653
SITE(S):
www.laguna.sc.gov.br
EMAIL(S):
cras2@laguna.sc.gov.br
SERVIÇO(S) OFERECIDO(S):
- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; - Concessão de benefícios eventuais; - Gestão territorial da área de abrangência; - Referenciamento do SCFV executado por entidade.
USUÁRIOS DO SERVIÇO E PRIORIDADES DE ATENDIMENTO:
- Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial: - Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; - Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; - Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por seus membros; - Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.
FORMAS DE ACESSO:
- Procura espontânea; - Busca ativa; - Encaminhamento da rede socioassistencial; - Encaminhamento das demais políticas públicas.
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO:
Atendimento de 1000 famílias/ano.
PREVISÃO DE TEMPO DE ESPERA PARA ATENDIMENTO:
Atendimento imediato e por agendamento.

PRINCIPAIS ETAPAS / ATIVIDADES DO SERVIÇO:
Acolhida; Estudo social; Visita domiciliar; Orientação e encaminhamentos; Grupos de famílias; Acompanhamento familiar; Atividades comunitárias; Campanhas socioeducativas; Informação, comunicação e defesa de direitos; Promoção ao acesso à documentação pessoal; Mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; Desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; Mobilização para a cidadania; Conhecimento do território; Cadastramento socioeconômico; Elaboração de relatórios e/ou prontuários; Notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; Busca ativa;Concessão de benefícios eventuais.
COMUNICAÇÃO COM OS USUÁRIOS:
- Comunicação direta com usuários no âmbito das ofertas de serviços e benefícios - Materiais publicitários e de orientação social; - Site da Prefeitura e Rede social (Facebook e Instagram) da Prefeitura de Laguna;
MANIFESTAÇÕES DOS USUÁRIOS:
São recebidas manifestações (reclamações, críticas, sugestões e requerimentos) por meio verbal (presencial ou telefone) ou documental (e-mail ou documento físico), podendo ser entregues/realizadas nos seguintes locais: - Na própria unidade. - Na Secretaria de Assistência Social e Habitação. - Na Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Laguna. - No Protocolo da Prefeitura Municipal de Laguna (somente por meio documental).
SAIBA MAIS:
Carta de Serviços MDS: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/assistencia-social/cras-centro-de-referencia-em-assistencia-social-1

Fonte: Elaborado pela equipe da unidade/entidade. Acesso em novembro de 2021.

3.1.3.2 Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

Em Laguna o Centro de Referência Especializado Assistência Social – CREAS foi implantantado em 2009, inicialmente em um bairro periférico e em imóvel locado. No ano de 2011, o CREAS passa a ser localizado no centro da cidade, também em imóvel locado. O município é classificado como de pequeno porte II tendo a população aglomerada, em sua maioria, na região central, mas com uma área rural considerável. Nesse sentido, a localização deste equipamento torna-se acessível considerando as linhas de ônibus do município que convergem a àrea central.

A equipe do CREAS desenvolve o PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos; Serviço de Proteção Social a Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC.

Os técnicos mapeiam os seguintes eixos como prioritários no município: a defesa dos Direitos Humanos: Órgãos Públicos Judiciais, Ministério Público, Conselho Tutelar, Policias Civil e Militar; a Promoção dos Direitos: Serviços e Programas das Políticas Públicas (CRAS, CREAS); a Efetivação do Direito: CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente), CMAS (Conselho Municipal da Assistência Social).

Quadro 79 – Carta de Serviços CREAS

ÓRGÃO/UNIDADE:
Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DESCRIÇÃO / CARACTERIZAÇÃO:
O CREAS é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Em Laguna, são ofertados o com objetivo de trabalhar as fragilizações e rupturas que incidem no universo familiar, que se associam a situações que violam direitos, em especial, das crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos e pessoas com deficiência, observadas nas diferentes camadas da sociedade brasileira.
ENDEREÇO:
Rua Barão do Rio Branco, 25 – Centro, Laguna SC
RESPONSÁVEL(IS):
Guilherme Medeiros Martins
DIAS E HORÁRIOS DE ATENDIMENTO:
Segunda à sexta – das 08:00 às 18:00hs
TELEFONE(S):
(48) 3644-2049
SITE(S):
www.laguna.sc.gov.br
EMAIL(S):
creas@laguna.sc.gov.br
SERVIÇO(S) OFERECIDO(S):
- Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias e Indivíduos (PAEFI) - Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (LA e PSC),
USUÁRIOS DO SERVIÇO E PRIORIDADES DE ATENDIMENTO:
Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: - Violência física, psicológica e negligência; - Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; - Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; - Tráfico de pessoas; - Situação de rua e mendicância; - Abandono; - Vivência de trabalho infantil; - Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; - Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar;

- Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos; - Adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativa em Meio Aberto (LA e PSC).
FORMAS DE ACESSO:
- Por identificação e encaminhamento dos serviços de proteção e vigilância social; - Por encaminhamento de outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais, dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e do Sistema de Segurança Pública; - Demanda espontânea.
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO:
30 Casos / Famílias por Equipe de Referência;
PREVISÃO DE TEMPO DE ESPERA PARA ATENDIMENTO:
Atendimento imediato.
PRINCIPAIS ETAPAS / ATIVIDADES DO SERVIÇO:
Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contrarreferência; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização para o exercício da cidadania; trabalho interdisciplinar; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio.
COMUNICAÇÃO COM OS USUÁRIOS:
- Atendimentos presenciais; - Por telefone fixo; - Aplicativo Whatsapp; - Canais oficiais da Prefeitura de Laguna;
MANIFESTAÇÕES DOS USUÁRIOS:
São recebidas manifestações (reclamações, críticas, sugestões e requerimentos) por meio verbal (presencial ou telefone) ou documental (e-mail ou documento físico), podendo ser entregues/realizadas nos seguintes locais: - Na própria unidade. - Na Secretaria de Assistência Social e Habitação. - Na Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Laguna. - No Protocolo da Prefeitura Municipal de Laguna (somente por meio documental).
SAIBA MAIS:
Carta de Serviços MDS: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/assistencia-social/cras-centro-de-referencia-em-assistencia-social-1

Fonte: Elaborado pela equipe da unidade/entidade. Acesso em novembro de 2021.

3.1.3.3 Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio

Funcionando em imóvel próprio, esta unidade oferta o serviço destinado a crianças e adolescente de ambos os sexos, que se encontram com seus vínculos familiares rompidos, fragilizados, ou que tenham tido seus direitos ameaçados ou violados, tendo a capacidade de atender até 20 crianças/adolescentes, em acolhimento integral.

A equipe técnica da unidade realiza as seguintes atividades: elaboração do Plano Individual de Atendimento, visita da equipe técnica nas escolas e as famílias dos acolhidos; acompanhamento as famílias que adotaram; orientações técnicas aos monitores; suporte a confecção de documentos pessoais; acompanhamento escolar e médico; representação em audiências; socialização; entre outras atribuições pertinentes ao serviço.

Quadro 80 – Carta de Serviços Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio

ÓRGÃO/UNIDADE:
Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio
ENDEREÇO:
Rua Victor Meirelles, nº 131 – Bairro Esperança - Laguna/SC
RESPONSÁVEL(IS):
Roberta Fernandes Barreto – Coordenadora do Abrigo Institucional
DIAS E HORÁRIOS DE ATENDIMENTO:
Atendimento ininterrupto
TELEFONE(S):
(48) 3644-6866
SITE(S):
www.laguna.sc.gov.br
EMAIL(S):
abrigoinstitucionaldelaguna@gmail.com
SERVIÇO(S) OFERECIDO(S):
- Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade, na modalidade Abrigo Institucional; - Ação receptiva e acolhedora no momento da chegada da criança/adolescente e durante o período de acolhimento; - Estudo Diagnóstico Prévio;- Estudo Diagnóstico Pós Acolhimento; - Plano de Atendimento Individual e Familiar; - Acompanhamento da Família de Origem; - Articulação Intersetorial; - Articulação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; - Articulação com o Sistema Único de Saúde – SUS; - Articulação com o Sistema Educacional; - Articulação com outras políticas públicas e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; - Elaboração do Projeto Político-Pedagógico; - Não-desmembramento de grupos de crianças/adolescentes com vínculos de parentesco e fortalecimento de sua vinculação afetiva; - Organização de registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente; - Preservação e fortalecimento da convivência comunitária; - Fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem; - Desligamento gradativo.
USUÁRIOS DO SERVIÇO E PRIORIDADES DE ATENDIMENTO:
O Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes é estruturado de acordo com os seguintes princípios: Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar;

Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar; Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários; Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade e não discriminação; Oferta de Atendimento Personalizado e Individualizado; Garantia de Liberdade de Crença e Religião; Respeito à Autonomia da Criança, do Adolescente e do Jovem.
FORMAS DE ACESSO:
- Por encaminhamento do Conselho Tutelar; - Por encaminhamento do Juizado da Infância e Juventude; - Por encaminhamento do Ministério Público.
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO:
16 crianças/adolescentes
PREVISÃO DE TEMPO DE ESPERA PARA ATENDIMENTO:
Atendimento imediato.
PRINCIPAIS ETAPAS / ATIVIDADES DO SERVIÇO:
Acolhida em ambiente residencial; Estudo social; Visita domiciliar; Orientação e encaminhamentos; Grupos de famílias; Acompanhamento familiar; Informação, comunicação e defesa de direitos; Desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; Elaboração de relatórios e/ou prontuários; Notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; Visitas domiciliares da equipe técnica da Unidade à família do acolhido; Reuniões com grupos de famílias dos acolhidos; Atendimento psicossocial individualizado; Atendimento psicossocial em grupos; Atendimento psicossocial das famílias das pessoas acolhidas (orientação familiar); Palestras / oficinas; Elaboração de relatórios técnicos sobre casos em acompanhamento; Discussão de casos com outras(os) profissionais da rede; Encaminhamento para retirada de documentos; Passeios com acolhidos; Promove contato e a participação da família na vida do acolhido; Promover atividades com participação da Comunidade; Promover a participação das pessoas acolhidas em serviços, projetos ou atividades existentes na comunidade; Confecionar do Plano Individual de Atendimento (PIA) de cada pessoa acolhida; Enviar de relatório semestral para o Judiciário (exclusivo para acolhimento de criança/adolescente); Acompanhamento escolar dos acolhidos; Organização e discussão das rotinas das Unidades com as(os) acolhidas(os)
COMUNICAÇÃO COM OS USUÁRIOS:
- Comunicação direta com usuários no âmbito das ofertas de serviços e benefícios - Materiais publicitários e de orientação social; - Site da Prefeitura e Rede social (Facebook) da Prefeitura de Laguna;
MANIFESTAÇÕES DOS USUÁRIOS:
São recebidas manifestações (reclamações, críticas, sugestões e solicitações) por meio verbal (presencial ou telefone) ou documental (e-mail ou documento físico), podendo ser entregues/realizadas nos seguintes locais: - Na própria unidade. - Na Secretaria de Assistência Social e Habitação. - Na Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Laguna.
SAIBA MAIS:
Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas**: **Serviços de Acolhimento** para Crianças e Adolescentes. Brasília-DF: CNAS, 2009. BRASIL.

3.1.4 Unidades privadas de Assistência Social

De acordo com o IPEA[47], o município de Laguna possui 439 organizações da sociedade civil. Destas, 207 têm como atividade principal o desenvolvimento de ações de Assistência Social, sendo 5 associações que prestam "Serviços de assistência social sem alojamento", 3 associações ofertam "Atividades de assistência a idosos e deficientes físicos [...] " e outras 199 organizações realizam "Atividades de associações de defesa de direitos sociais".

Todavia, a Rede de Proteção Socioassistencial Privada hoje é composta apenas por 6 entidades devidamente inscritas no CMAS, conforme disposto no quadro 2 deste documento.

Nas próximas páginas, será realizado um detalhamento das atividades desenvolvidas por cada uma das 6 entidades inscritas no CMAS.

3.1.4.1 ACUSTRA – Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da AMUREL

A Associação Cultural Social e Terapêutica da Região da AMUREL, é uma organização da sociedade civil fundada em 2007, inscrita no CMAS, que atua na área de Segurança Pública e Assistência Social, a partir do atendimento de apenados, egressos e suas famílias, bem como a comunidade do entorno onde a instituição está instalada.

O funcionamento dessa OSC é de segunda a quinta-feira, sendo: segunda das 09:00 às 19:00hs, terça-feira das 13:00 às 22:00h sendo que quarta e quinta das 13:00 às 19:00h. Sua sede está localizada a rua: Colombo Machado Salles, anexo Sambódromo, sala 10, em um espaço cedido pelo Governo do Estado/SC. Com atuação preponderante na área de Assistência Social atualmente oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, executa o Programa Oásis do Bem, com atividades coletivas (oficinas socioculturais de lazer e educativas), e concede benefícios eventuais (auxílio-natalidade e auxílio-alimentação).

Atualmente, a entidade atende cerca de 70 crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos nos turnos vespertino e noturno, desenvolvendo atividades como: visitas domiciliares da equipe técnica da Unidade à família do usuário; Reuniões com grupos de famílias dos usuários; Palestras; Oficinas; Reforço Escolar; Atividades recreativas; Discussão de casos com outros profissionais da rede; Atividades com participação da Comunidade.

Com profissionais contratados e voluntários, a instituição conta com 07 profissionais ligados diretamente à oferta do SCFV, desenvolve junto às crianças e adolescentes atividades como: Oficinas sobre temas transversais (saúde, meio ambiente, cultura, esporte, etc.); Oficinas sobre direitos e programas sociais; Atividades intergeracionais; Atividades com participação da comunidade; Atividades de arte e cultura (dança, teatro, música e etc); Artesanato (bijuterias, pintura em tecido, bordado, crochê, etc.); Atividades recreativas e/ou lúdicas; Atividades de inclusão digital; Exibição de filmes ou documentários; Orientações sobre higiene e cuidados pessoais; Passeios; Reforço escolar

Para manutenção de suas atividades, a entidade pode conta com parcerias público-privadas, trabalho voluntário, eventos e campanhas para captação de recursos.

47 https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa-busca-avancada

3.1.4.2 Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, é uma instituição não governamental de abrangência nacional, que mantém em Laguna a Escola Especial Solar da Ternura desde 1972, atendendo crianças e adultos com deficiência mental e algum grau de dependência, tendo entre suas finalidades estatutárias "prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;"

A instituição presta serviços nas áreas de saúde, educação especial e assistência social. Na Assistência social, a Escola Solar da Ternura atua na área de habilitação e reailitação da pessoa com deficiência, atendendo simultaneamente cerca de 120 pessoas, sendo 60 beneficiários do BPC.

O horário de funcionamento é 5 dias por semana, 8 horas por dia, de segunda a sexta, das 8 às 12h e das 13. às 17:30h, sendo que a maioria dos usuários frequenta o serviço todos os dias disponíveis. A equipe que atende os usuários conta com assistente social, pedagogos, fonoaudióloga, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, outros profissionais de nível superior, nível médio e fundamental, totalizando cerca de 20 profissionais.

A unidade é própria, tendo sido reformada em 2017, possuindo acessibilidade e espaços adequados às diversas atividades desenvolvidas. A entidade 10 banheiros e 21 salas, muitas delas adaptadas as atividades específicas como: Fonoaudiologia, Psicologia, Medicina, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Assistência Social; Arte, Produção de Estopa, Sala Informatizada, Atendimento Pedagógico, Oficina Protegida Terapêutica – Marcenaria, Oficina Protegida Terapêutica – Vassoura, Salão Nobre, Cozinha e Refeitório

No âmbito da Assistência social, a instituição oferta o Serviço de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência, um serviço de média complexidade que pode ser executado tanto por entidades privadas quanto no Centro-Dia.

Além disso, no âmbito de outras políticas públicas, a entidade oferece: Atendimentos Médicos; Atendimento Odontológico; Terapia Ocupacional. Fisioterapia; Fonoaudiologia; Atendimento Clínico em Psicologia; Atividades Esportivas; Atividades Artísticas e Culturais (musicalização, dança, teatro, entre outros); Artesanato; Provisão de Órtese e Prótese.

Para sua manutenção, a instituição mantém parcerias com órgãos e entidades como: Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, Fundo Municipal de Assistência Social – Programa Apoio à Pessoa com Deficiência; Fundo Municipal de Saúde; Fundo Municipal de Assistência Social; Secretaria de Estado, Educação e Desporto – Fundo Social, Poder Judiciário (Setor de Serviço Social Forense) – Comarca de Laguna, Prefeitura Municipal de Laguna – Educação e Saúde (professores, Neurologista e Dentista).

Quadro 81 – Carta de Serviços APAE Laguna

ÓRGÃO/UNIDADE:
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Laguna
ENDEREÇO:
Avenida João Pinho, 785 – bairro Mar Grosso - Laguna/SC
RESPONSÁVEL(IS):
Antônio Luís da Silva Coelho - Presidente
DIAS E HORÁRIOS DE ATENDIMENTO:
Segunda à sexta – das 08:00 às 12:00hs das 13:30 ás 17:30
TELEFONE(S):
(48) 36470446
SITE(S):
https://www.facebook.com/apaelaguna.laguna
EMAIL(S):
apaelaguna@yahoo.com.br
SERVIÇO(S) OFERECIDO(S):
• Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania; • Prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias; • Prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla; • Oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;
USUÁRIOS DO SERVIÇO E PRIORIDADES DE ATENDIMENTO:
Pessoas com deficiência intelectual e famílias
FORMAS DE ACESSO:
- Por procura espontânea orientação para acesso pelo SISREG; - Por encaminhamento da rede socioassistencial; - Por encaminhamento das demais políticas públicas.
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO:
Atendimento de 150 famílias/ano.
PREVISÃO DE TEMPO DE ESPERA PARA ATENDIMENTO:
Atendimento imediato.
PRINCIPAIS ETAPAS / ATIVIDADES DO SERVIÇO:

Acolhida; Estudo social; Visita domiciliar; Orientação e encaminhamentos; Grupos de famílias; Acompanhamento familiar; Atividades comunitárias; Campanhas socioeducativas; Informação, comunicação e defesa de direitos; Promoção ao acesso à documentação pessoal; Mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; Desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; Elaboração de relatórios e/ou prontuários; Notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; Concessão de benefícios eventuais.
COMUNICAÇÃO COM OS USUÁRIOS:
- Comunicação direta com usuários no âmbito das ofertas de serviços e benefícios - Materiais publicitários e de orientação social; - Rede social (Facebook e Instagran);
MANIFESTAÇÕES DOS USUÁRIOS:
São recebidas manifestações (reclamações, críticas, sugestões e requerimentos) por meio verbal (presencial ou telefone) ou documental (documento físico), podendo ser entregues/realizadas no seguinte local: - Na própria unidade.

3.1.4.3 Asilo Santa Isabel

Fundado em 1949, o Asilo Santa Isabel é uma instituição filantrópica vinculada à Ordem das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, instituição religiosa, que oferta o Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos em Instituição de Longa Permanência. Entre seus objetivos estatutários, destaca-se o "Amparo a idosos carentes, que se encontram em situação de abandono, de modo gratuito, com alojamento, alimentação, vestuário, assistência e saúde e espiritual, bem como outras atividades apropriadas, proporcionando-lhes o melhor bem-estar possível."

Funcionado em imóvel próprio, a instituição atende atualmente à 32 pessoas, entre idosos e pessoas com deficiência, oferecendo atendimento e atenção integral nas áreas de saúde e assistência social. No âmbito da Assistência Social, o Asilo desenvolve seguintes atividades: Palestras / oficinas; Elaboração de relatórios técnicos sobre casos em acompanhamento; Passeios com usuários; Promove contato e a participação da família na vida do usuário; Promove atividades com participação da Comunidade; Promove a participação das pessoas acolhidas em serviços, projetos ou atividades existentes na comunidade.

A estrutura da unidade é composta por 01 sala de administração, 01 sala para reuniões, 01 sala para atendimento técnico especializado, 01 sala de estar e convivência grupal, 20 dormitórios para os acolhidos, 10 banheiros para acolhidos, 5 banheiros para funcionários, área de recreação interna e externa, refeitório, cozinha, dispensa, lavanderia e enfermaria.

Toda a unidade possui acessibilidade, sendo grande parte dentro das normas da ABNT. Quanto ao quadro de recursos humanos, a instituição conta com coordenador, 11 auxiliares de serviços gerais, 01 apoio administrativo, 01 nutricionista, 01 enfermeira e 11 cuidadores.

3.1.4.4 Centro de Ensino Hermon

Implantando em 2004, o Centro de Ensino Hermon é uma unidade da Fundação Hermon que atua nas áreas de Educação, Esporte e Assistência Social.

Entre suas finalidades estatutárias, destacam-se: "V- Instalar e manter centros de desenvolvimento esportivo, social e cultural que ensejem plena interação aos corpos discentes e docentes, funcionários, familiares e comunidade em geral; III- O implemento de condições que garantam ao educando o pleno exercício de seus dieitos como sujeito ativo e em processo de desenvolvimento através: a) da expressão e da formação de sua identidade sócial política e cultural; b) da elaboração e apropriação de sua autonomia; c) da garantia de seu bem estar e de sua saúde; d) da garantia de livre expressão, manifestação de sua criação e de seu imaginário; e) do movimento, do contato com a natureza e da expressão corporal em espaços amplos; f) da brincadeira, da teatralidade, da musicalidade, da poesia, da historicidade e das artes plásticas; g) da atenção individual enquanto ser social; H) da aplicação de suas experiências e de seus conhecimentos da realidade local e global, especialmente no campo sócio-econômico, mormente nas áreas: de turismo, de pesca, avícola, agrícola e cultural.

Atualmente, a instituição atende cerca de 100 crianças e adolescentes nos turnos matutino e vespertino, realizando Palestras; Oficinas; Reforço Escolar; Discussão de casos com outros profissionais da rede; Atividades com participação da Comunidade. Junto às crianças e adolescentes a instituição oferta: Oficina de Música, Oficina de Dança, Oficina de Informática Básica, Oficina de Artes, Oficina de Capoeira e Oficina de Esportes, além dos Projetos "Comemorar e Aprender", "Ler, Escrever, Imaginar e Criar" e projetos interdisciplinares trimestrais.

O quadro de profissionais do Centro de Ensino Hermon é composto por 01 coordenadora pedagógica, 2 professoras, 1 auxiliar administrativo, 1 cozinheira e 2 auxiliares de serviços gerais.

Quadro 82 – Carta de Serviços Centro de Ensino Hermon

ÓRGÃO/UNIDADE:
Fundação Hermon – Centro de Ensino Hermon
ENDEREÇO:
Rua José Paulo Arantes, nº 463 – bairro Esperança - Laguna/SC
RESPONSÁVEL(IS):
Carlota Gabriela Tavares – Coordenadora
DIAS E HORÁRIOS DE ATENDIMENTO:
Segunda à sexta – das 08:00 às 17:00hs
TELEFONE(S):
(48) 3644-0557 (whatsapp)
SITE(S):

www.fh.org.br
EMAIL(S):
laguna@ fh.org.br / coped.laguna@ fh.org.br
SERVIÇO(S) OFERECIDO(S):
– Orientação e apoio sociofamiliar; – Apoio sócio-educativo em meio aberto; – Concessão de benefícios eventuais (cestas básicas).
USUÁRIOS DO SERVIÇO E PRIORIDADES DE ATENDIMENTO:
– Crianças e adolescentes que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.
FORMAS DE ACESSO:
– Demanda Espontânea –Por encaminhamento das Escolas Municipais e Estaduais; – Por encaminhamento da rede socioassistencial (Centros de Referência de Assistência Social - CRAS; Conselho Tutelar – CT; Centro de Referência Especializado de Assistência Social– CREAS; Abrigo Institucional); –Por encaminhamento das demais políticas públicas (UBS, etc).
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO:
Atendimento de 100 educandos/usuários.
PREVISÃO DE TEMPO DE ESPERA PARA ATENDIMENTO:
Atendimento imediato.
PRINCIPAIS ETAPAS / ATIVIDADES DO SERVIÇO:
Acolhida; Orientação e encaminhamentos; Serviço de contraturno escolar; Acompanhamento familiar; Informação, comunicação e defesa de direitos; Mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; Elaboração de relatórios e/ou prontuários; Concessão de benefícios eventuais (cestas básicas).
COMUNICAÇÃO COM OS USUÁRIOS:
- Comunicação direta com usuários no âmbito das ofertas de serviços; - Materiais publicitários; - Site da Fundação Hermon.
MANIFESTAÇÕES DOS USUÁRIOS:
São recebidas manifestações (reclamações, críticas, sugestões e matrículas/inscrições) documental (e-mail ou documento físico), podendo ser realizadas nos seguintes locais: - Na própria unidade. - No e-mail da Fundação Hermon (matriz).

3.1.4.5 Rede Feminina de Combate ao Câncer

Fundada em 1981, a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Laguna é uma associação sem fins lucrativos, de caráter socioassistencial e beneficente, inscrita desde 2021 no Conselho Municipal de Assistência Social.

A entidade está localizada na Rua Santo Antônio, 133 – Centro Histórico e funciona de segunda a sexta, das 14h às 17h. Os telefones para contato são (48) 3644-2306 / 99618-0650 / 98423-5137.

Atualmente, conta com cerca de 20 voluntárias e atende em média 100 pessoas. Presidida pela Sra. Andreia Cascaes, a entidade mantém-se com doações, campanhas e eventos beneficentes.

De forma geral, a entidade atende pacientes com câncer e seus familiares, a partir de orientação social, defesa de direitos e concessão de benefícios, sendo alguns relacionados à área da saúde e outros de Assistência Social.

3.1.4.6 Centro Sócioeducacional e Cultural São Judas Tadeu

O Centro Socioeducacional e Cultural São Judas Tadeu, mais conhecido como Creche Casa da Gente, é uma organização da sociedade civil, vinculada ao Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Esta localizada na Estrada Geral, S/N, bairro Barbacena, podendo ser contatada por meio do fone 48-984624466.

Atualmente, a entidade é representada pelo Sr. Joel Antônio Lorenzoni, presidente, que juntamente com a Diretoria, trabalhadores e voluntários, desenvolvem as atividades de: Atendimento às famílias que enfrentam dificuldades financeiras (20 a 65 anos); Programa de formação: Conversa de Sábado; rupo de Apoio à Mulher; Apoio sócioeducativo em meio aberto, Clube de Leitura (12 a 18 anos); Reforço Escolar (7 a 12 anos) e Creche “Casa da Gente” (2 a 4 anos).

3.2 MAPEAMENTO DA REDE INTERSETORIAL

3.2.1 Resumo das ofertas da Rede Intersetorial

O quadro abaixo expressa os órgãos, unidades, programas e projetos integrantes da Rede Intersetorial, cada um indicado por uma cor que é exibida no "Mapa da Rede":

Quadro 83 – Políticas públicas e exemplos de órgãos

COR	ÁREA / POLÍTICA PÚBLICA	EXEMPLOS DE ÓRGÃOS, UNIDADES E PROJETOS
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	Secretaria Municipal, Cadastro Único e Programa Bolsa Família, unidades públicas e organizações da sociedade civil de Assistência Social.
	DIREITOS HUMANOS	Programas e projetos governamentais e organizações da sociedade civil de atendimento à criança, adolescente, jovem, mulher, idoso, PCD, mulheres, combate à homofobia, etc.
	RENDA E CIDADANIA	Fundação Irmã Vera, Conselho Tutelar, SINE, INSS, Ministério do Trabalho, Sindicato dos Comerciários, etc.
	SAÚDE	Secretaria Municipal, Hospital, Policlínica, Farmácia Básica, CAPS, NASF, Unidades Básicas de Saúde – UBS, Comunidades Terapêuticas e outras organizações da sociedade civil.
	EDUCAÇÃO	Secretaria Municipal, CEI's, escolas e universidades privadas e públicas, de todos os níveis de ensino e esferas de governo.
	ESPORTE	Unidades públicas, organizações da sociedade civil, projetos, programas e equipamentos esportivos.
	CULTURA	Unidades públicas, organizações da sociedade civil, projetos, programas e equipamentos culturais.
	TURISMO E LAZER	Secretaria Municipal de Turismo e Lazer, unidades públicas, praças, praias, mirantes e outros pontos turísticos e de lazer.
	PESCA	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, Colônia de Pescadores, pontos de venda direta do pescador
	MEIO AMBIENTE	Fundação Lagunense de Meio Ambiente - FLAMA, FATMA, Polícia Ambiental, IBAMA, Organizações da Sociedade Civil, programas e projetos ambientais
	AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, EPAGRI, cooperativas agrícolas, agricultores familiares, etc.
	SISTEMA DE JUSTIÇA	Fórum da Comarca, TRE/SC, Subseção da OAB,
	SEGURANÇA PÚBLICA	Unidades da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Guarda Municipal.
	OBRAS, PLANEJAMENTO, MOBILIDADE URBANA E DEFESA CIVIL	Defesa Civil Municipal, Secretarias de Obras Secretaria de Planejamento, Rodoviária Municipal, pontos de ....

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

3.2.2 Direitos Humanos, Renda e Cidadania

A figura abaixo apresenta, além da estrutura da Política Assistência Social (rosa), os órgãos e unidades de Direitos Humanos (laranja), Renda e Cidadania (roxo) existentes no Município::

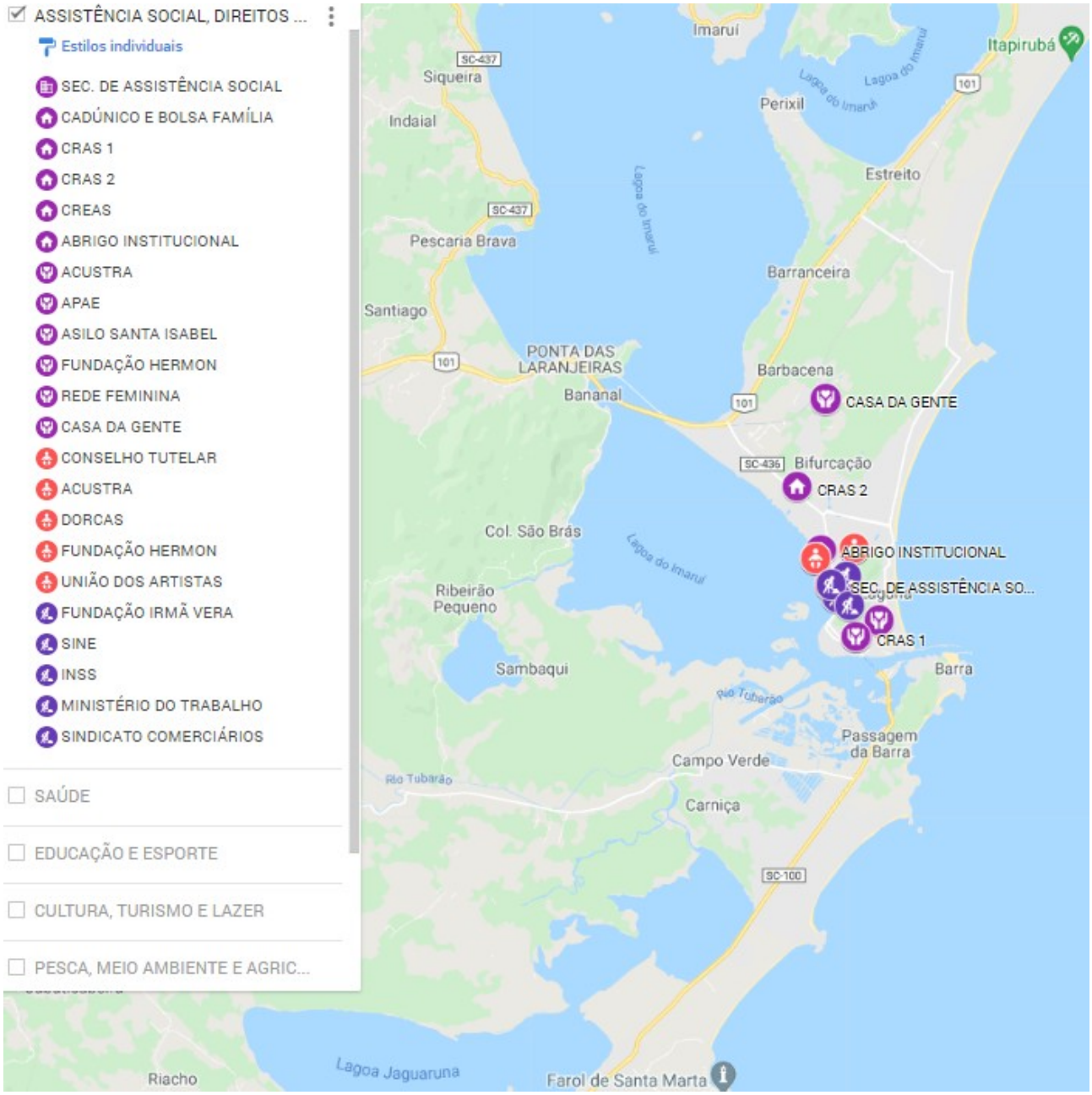


Figura 4 – Direitos Humanos, Renda e Cidadania
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Para obter informações mais detalhadas sobre cada um dos órgãos, unidades, programas e projetos, acesse o link abaixo:

https://www.google.com/maps/d/edit?mid=14FPfFaa73ESIaDpgaUJSpvue7iuuc7Rr&usp=sharing.

3.2.3 Rede de Saúde

A figura abaixo apresenta os órgãos e unidades de Saúde do Município:

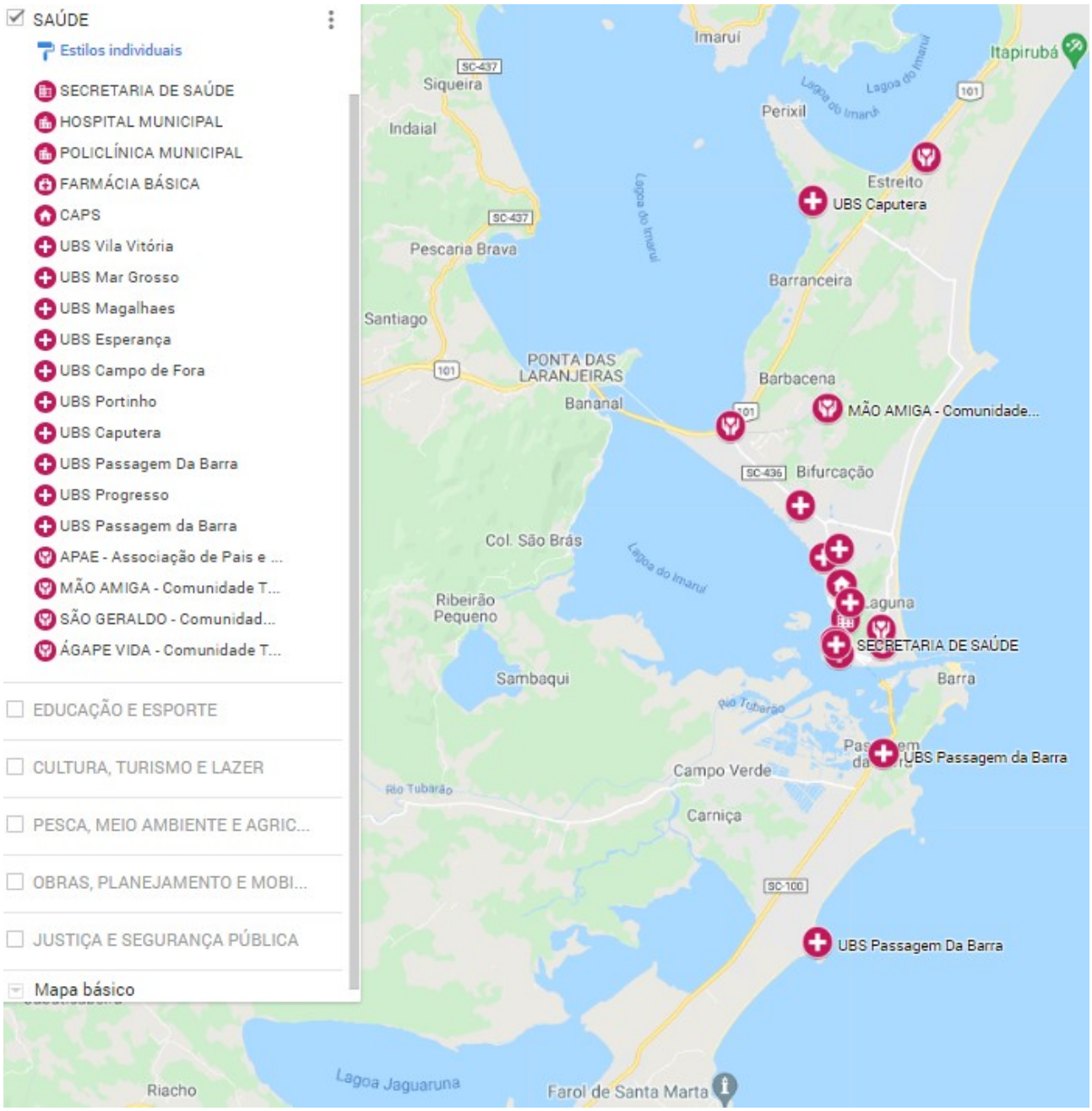


Figura 45 – Rede de Saúde

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Para obter informações mais detalhadas sobre cada um dos órgãos, unidades, programas e projetos, acesse o link abaixo:

https://www.google.com/maps/d/edit?mid=14FPfFaa73ESIaDpgaUJSpvue7iuuc7Rr&usp=sharing.

3.2.4 Rede de Educação

A figura abaixo apresenta os órgãos e unidades de Educação do Município:

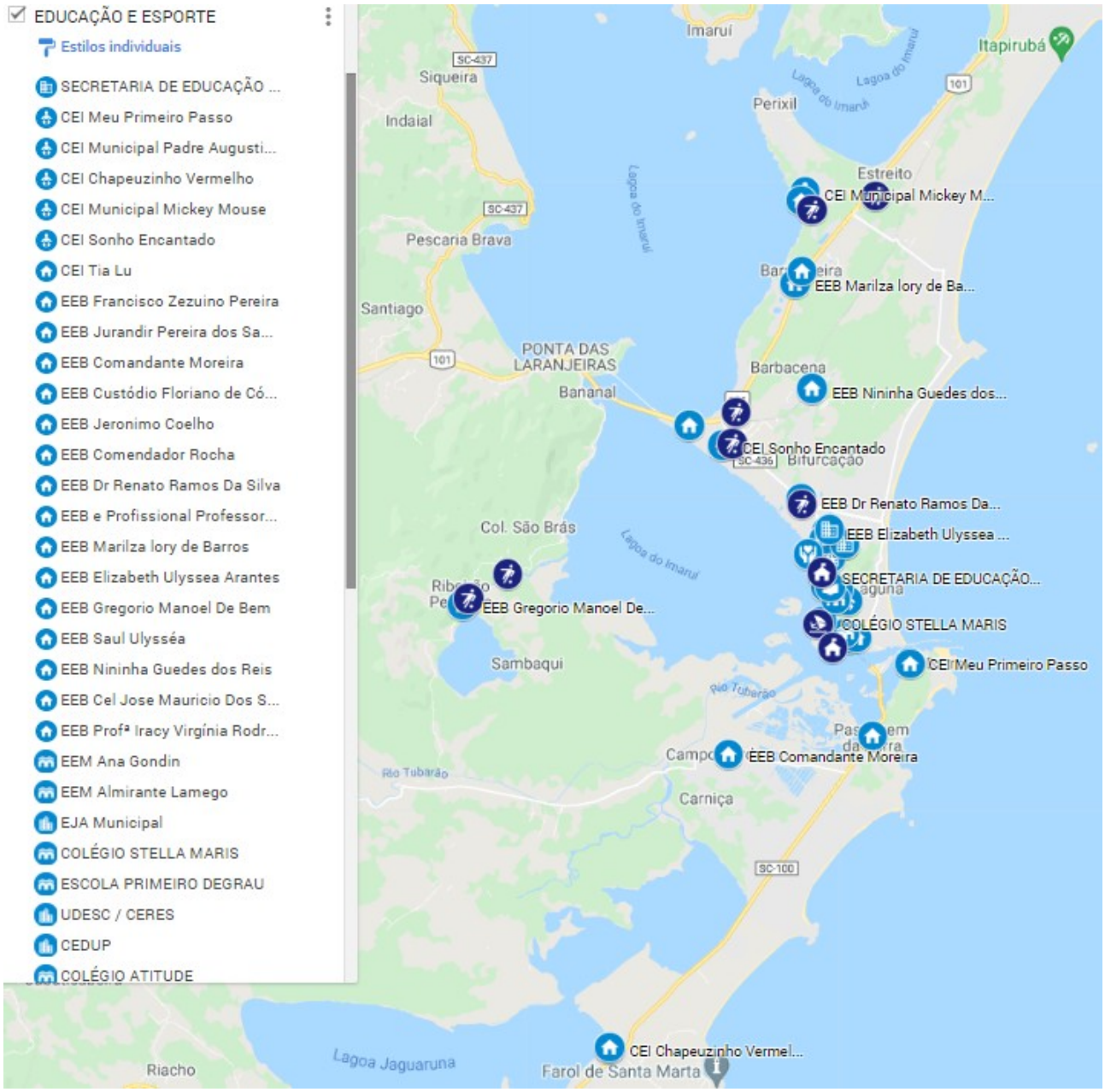


Figura 46 – Rede de Educação

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Para obter informações mais detalhadas sobre cada um dos órgãos, unidades, programas e projetos, acesse o link abaixo:

https://www.google.com/maps/d/edit?mid=14FPfFaa73ESIaDpgaUJSpvue7iuuc7Rr&usp=sharing.

3.2.5 Cultura, Turismo e Lazer

A figura abaixo apresenta os órgãos e unidades de Cultura, Turismo e Lazer do Município:

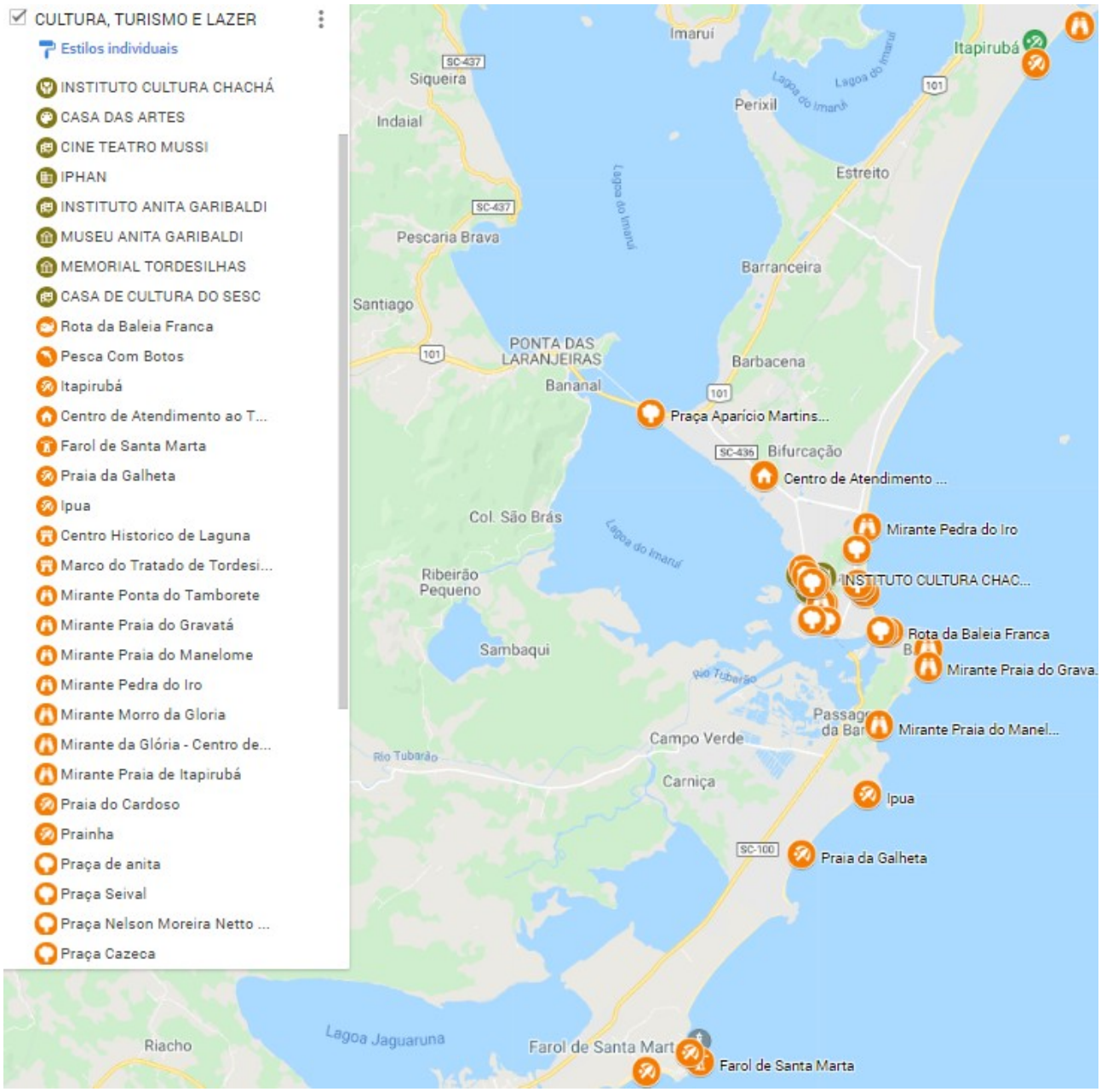


Figura 47 – Cultura, Turismo e Lazer

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Para obter informações mais detalhadas sobre cada um dos órgãos, unidades, programas e projetos, acesse o link abaixo:

https://www.google.com/maps/d/edit?mid=14FPfFaa73ESIaDpgaUJSpvue7iuuc7Rr&usp=sharing.

3.2.6 Pesca, Meio Ambiente e Agricultura

A figura abaixo apresenta os órgãos e unidades de Pesca, Meio Ambiente e Agricultura do Município:

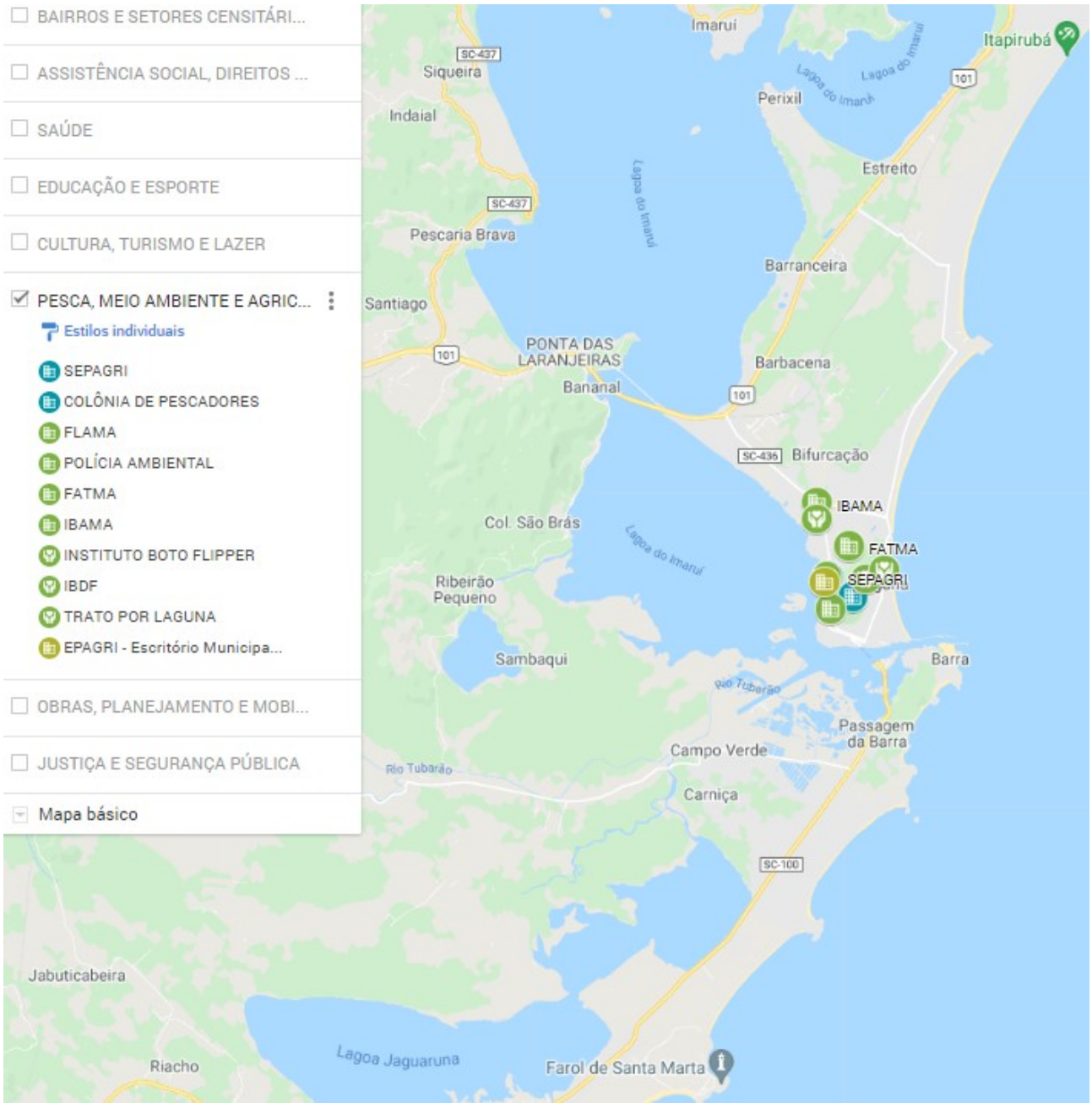


Figura 48 – Pesca, Meio Ambiente e Agricultura
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Para obter informações mais detalhadas sobre cada um dos órgãos, unidades, programas e projetos, acesse o link abaixo:

https://www.google.com/maps/d/edit?mid=14FPfFaa73ESIaDpgaUJSpvue7iuuc7Rr&usp=sharing.

3.2.7 Sistema de Justiça e Sistema de Segurança Pública

A figura abaixo apresenta os órgãos e unidades do Sistema de Justiça e Segurança pública localizados no Município:

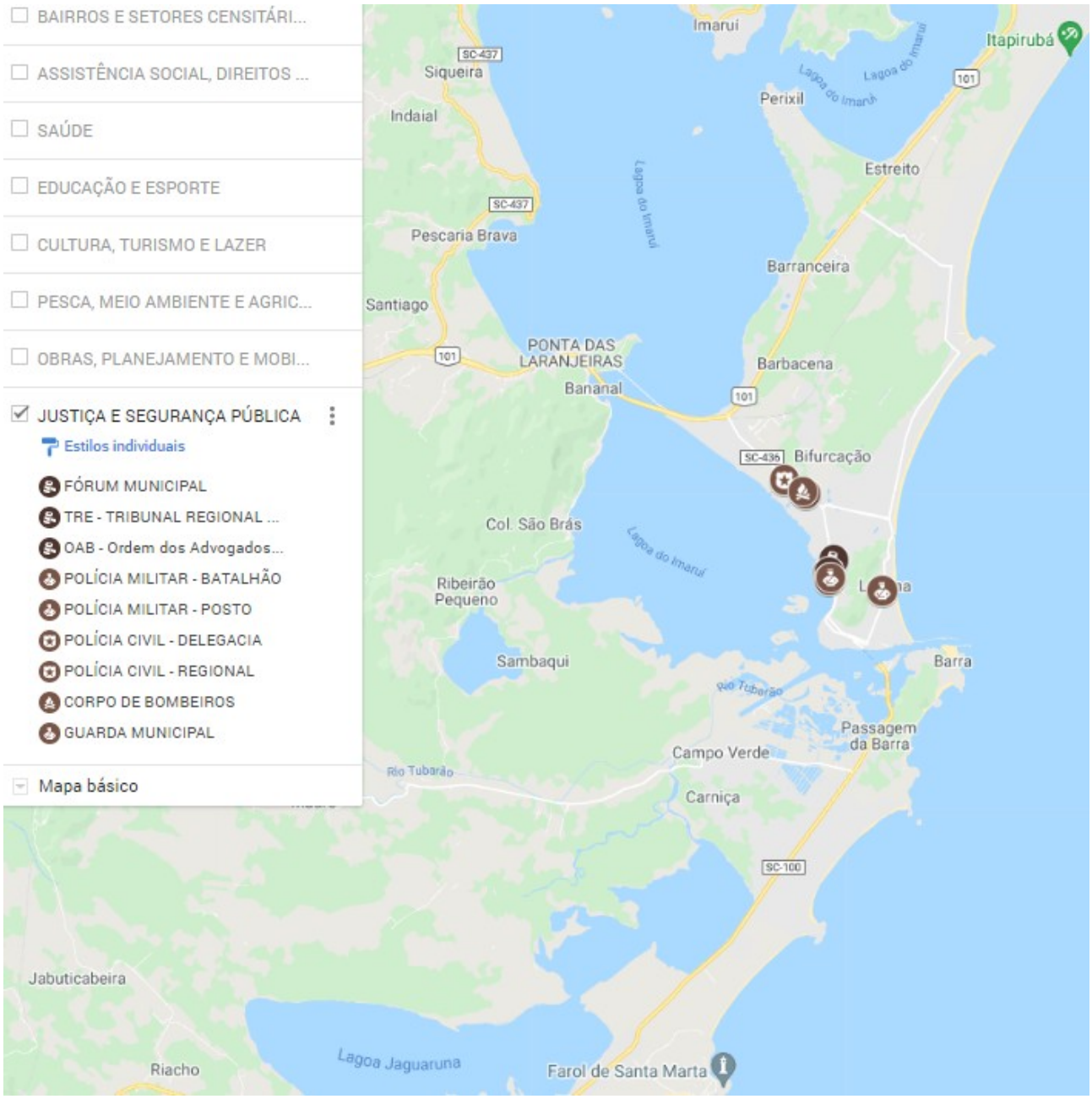


Figura 49 – Sistema de Justiça e Segurança Pública
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Para obter informações mais detalhadas sobre cada um dos órgãos, unidades, programas e projetos, acesse o link abaixo:

https://www.google.com/maps/d/edit?mid=14FPfFaa73ESIaDpgaUJSpvue7iuuc7Rr&usp=sharing.

3.2.8 Mapa Geral

Os mapas abaixo, apresentados no formato “mapa” e no formato “satélite”, representam os órgãos, unidades, serviços, programas e projetos das diversas áreas que compõem o Mapa da Rede,

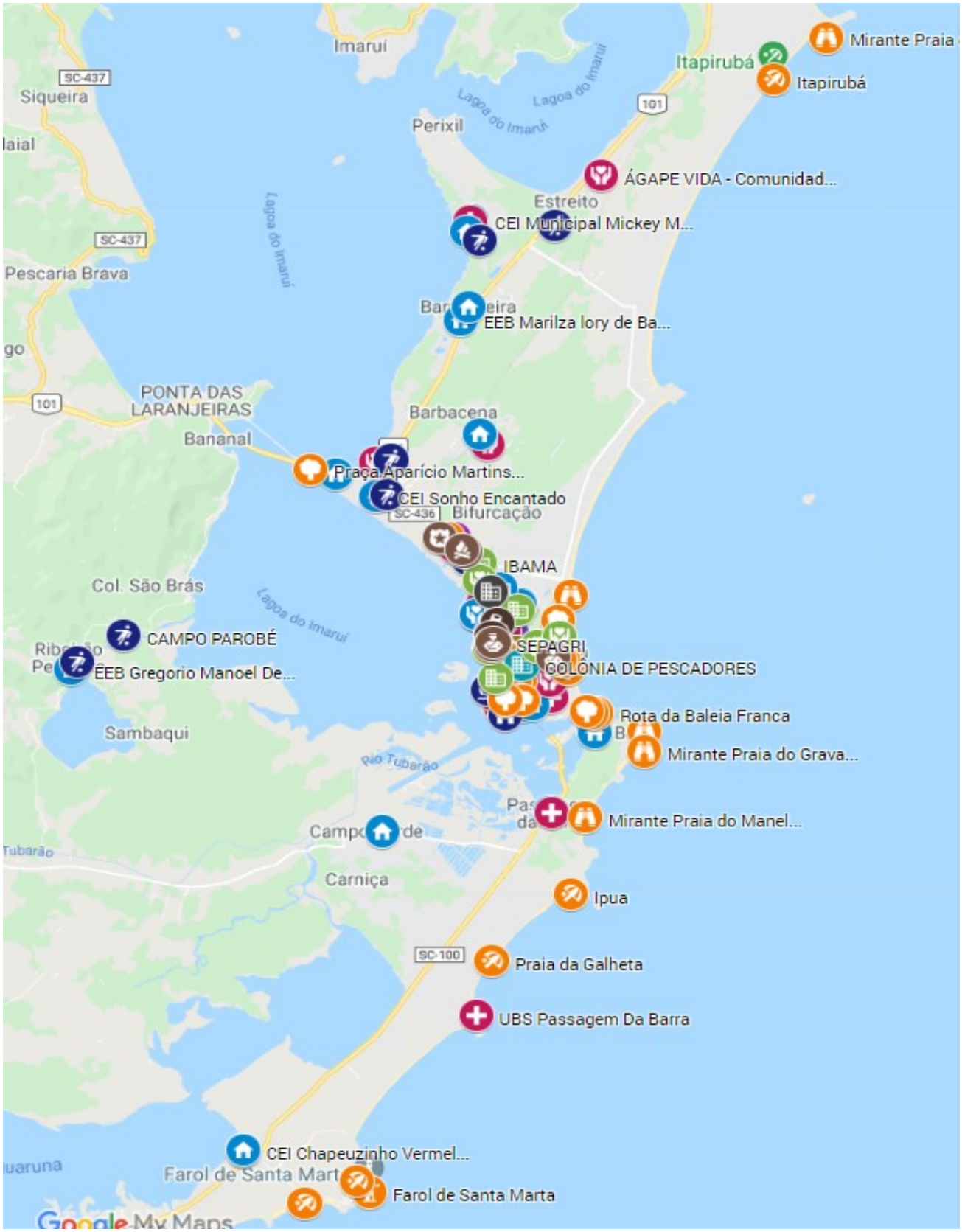


Figura 50 – Mapa Geral – Formato “mapa”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

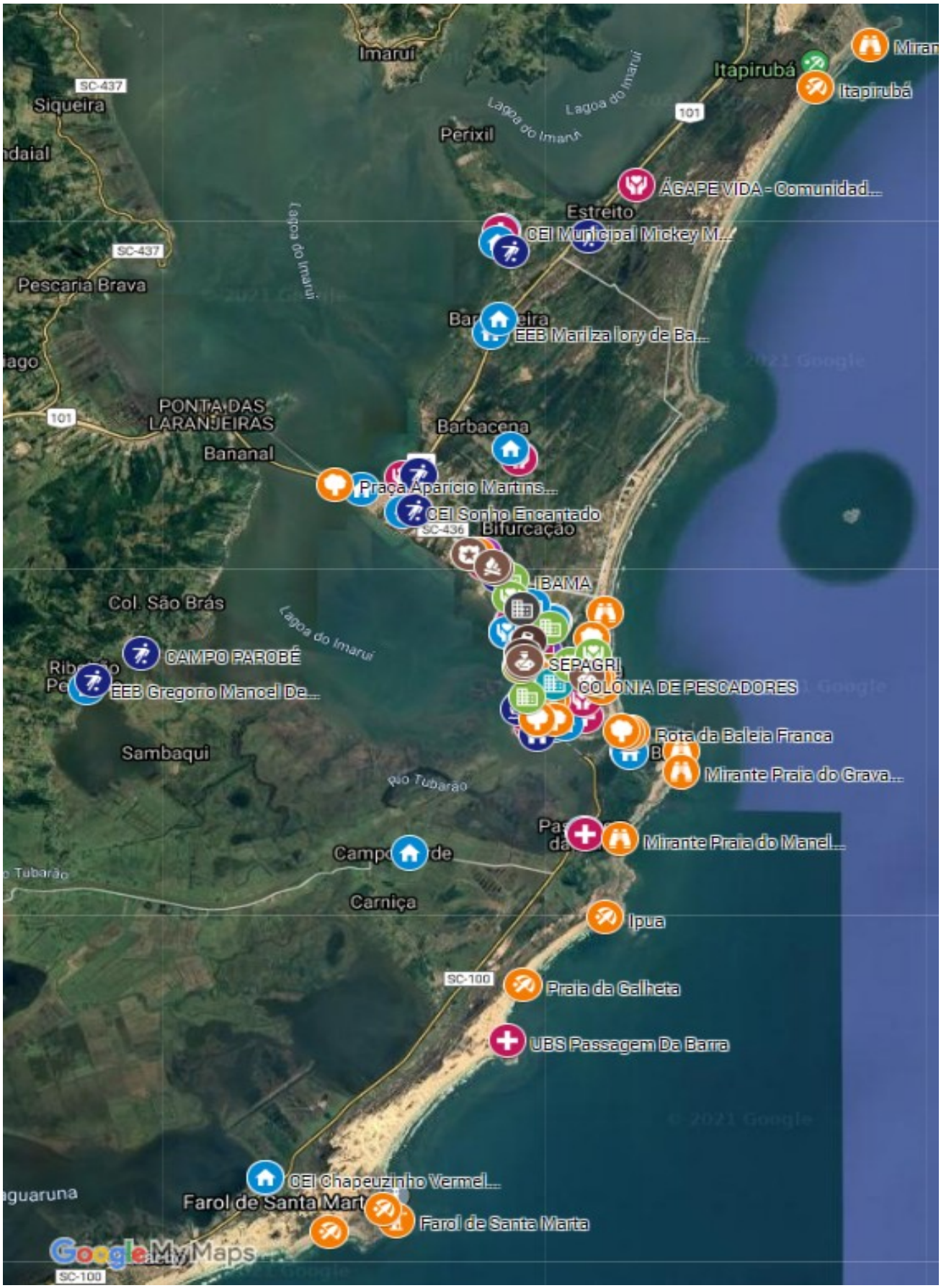


Figura 51 – Mapa Geral – Formato Satélite

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Para que ocorra a qualificação dos processos e a melhoria dos resultados com as famílias e usuários da Política de Assistência Social, é necessária que seja construída uma rede socioassistencial profundamente articulada, com fluxos de encaminhamento e atendimento entre os órgãos e unidades que compõem a Política de Assistência Social, conforme já previsto no Protocolo de Gestão Integrada.[48]

Além disso, para efetivação dos direitos do usuário e promoção do seu acesso às demais políticas sociais, é fundamental a articulação dos órgãos e unidades da Assistência Social com órgãos e unidades das outras políticas, com criação de canais de comunicação e fluxos de encaminhamento, devidamente pactuados.

Um primeiro passo para essa articulação é o conhecimento, o segundo, o acesso. Nesse sentido, entende-se que o presente documento cumpriu sua função, na medida que apresenta as unidades socioassistenciais e outras unidades públicas ou unidades privadas que prestam serviços públicos, indicando sua localização e a qual política pública pertence.

Quanto ao órgão gestor da Assistência Social e as unidades socioassistenciais públicas e privadas, foi realizada, além da identificação e localização, uma breve caracterização, de modo a compor o Plano Municipal de Assistência Social, complementando o Diagnóstico Socioaterritorial.

Pode-se ter acesso ainda, à informações detalhadas sobre os serviços, programas, projetos ofertados pela Assistência Social e por outras políticas públicas “sociais”, disponibilizadas no MapaLaguna, por meio do link:

A concepção do MapaLaguna como um “Mapa de Serviços”, e sua adequação à Lei 13.460/2017 (Carta de Serviços) e Lei 14.129/2021 (Governo Digital), representam um grande passo da Política de Assistência Social na promoção da transparência e do acesso aos diversos órgãos, serviços, programas, projetos, tanto da Política de Assistência Social, quanto de outras políticas do “campo social”.

A tarefa agora é dar continuidade à construção do MapaLaguna, tanto por meio da identificação e incorporação de novas unidades, serviços, programas e projetos, quanto por meio da qualificação das informações já existentes. Trata-se de um processo permanente, ao qual pretende-se dar continuidade.

Para finalizar, recomenda-se àqueles que realizaram a leitura desse documento, que acessem o Mapa pelo link abaixo:

https://www.google.com/maps/d/edit?mid=14FPfFaa73ESIaDpgaUJSpvue7iuuc7Rr&usp=sharing.

48 http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Protocolo%20de%20gestao/protocolo-de-gestao-integrada-de-servicos-beneficios-e-transferencias-de-renda-no-ambito-do-suas.pdf

4 OBJETIVOS

Dentro do contexto de elaboração do PMAS, "Os objetivos traduzem os resultados que se pretende atingir com a execução do Plano." (Caderno SUAS vol. 3, 2008, p. 54). Os objetivos devem estar fundamentados nas diretrizes e princípios estabelecidos pela legislação que norteia a Política de Assistência Social, bem como por outros marcos legais das políticas correlatas, como Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, Estatuto do Idoso, Política de Atenção às Pessoas com Deficiências, Estatuto da Cidade, etc., estabelecendo desta forma a articulação entre as diferentes políticas setoriais.

> Os objetivos devem estar pautados no diagnóstico socioterritoral; no mapeamento da rede socioassistencial local; nas legislações das políticas afirmativas e transversais; nos planos locais, em especial no PPA – Plano Plurianual e; na legislação e normatização do SUAS, tais como LOAS, NOB/SUAS, NOB/RH, Plano Decenal, Deliberações da Conferência e no Pacto de Aprimoramento do SUAS. (Capacita SUAS vol. 3, 2008, p. 56).

4.1 OBJETIVO GERAL

Consolidar o SUAS no município, com gestão qualificada, oferta de serviços e benefícios em acordo com as demandas e potencialidades identificadas, a partir da produção e sistematização de informações territorializadas, garantindo as seguranças de acolhida, renda, convivência familiar, comunitária e social, desenvolvimento da autonomia, apoio e auxílio, com vistas à redução das vulnerabilidades econômica e social e promoção do protagonismo das famílias e cidadãos usuários.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1 - Estruturar, aprimorar e consolidar a gestão municipal do SUAS

2 - Aprimorar os processos de gestão administrativa, financeira e orçamentária

3 - Implantar e aprimorar os processos de gestão do trabalho

4 - Ampliar e aprimorar o desempenho das funções de defesa e vigilância social

5 - Ampliar a aprimorar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica

6 - Ampliar a aprimorar a oferta de serviços, programas e projetos de proteção social especial de média complexidade

7 - Ampliar a aprimorar a oferta de serviços, programas e projetos de proteção social especial de alta complexidade

8 - Aprimorar a Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único dos Programas Sociais

9 - Ampliar e fortalecer os mecanismos de participação popular, controle social e transparência

10 - Fortalecer a relação intersetorial na rede socioassistencial e com os demais órgãos e políticas públicas;

5 DIRETRIZES

Uma diretriz é compreendida como uma linha, um norte a seguir, em geral contém indicações ou informações gerais de como determinado serviço, programa ou projeto deve ser conduzido. No processo de elaboração do PMAS 2014-2017 de Laguna, foram analisadas as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Municipal, assim como nas diversas normativas que compõem a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O Plano Municipal de Assistência Social deve estar coerente e compatibilizado às diretrizes que orientam a administração pública, expressas nos planos de governo – Plano Diretor, Plano Plurianual, Plano Estratégico, Plano Decenal e outros, para que obtenha expressão nas propostas do executivo e legitimação para sua execução. (CapacitaSuas).

Nesse sentido, segue abaixo as diretrizes elaboradas para o PMAS 2022-2025, que servirão como eixos norteadores na elaboração dos demais elementos que compõem o plano:

- Primazia da responsabilidade do Estado;
- Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos;
- Integração da rede socioassistencial pública e privada;
- Plena gestão democrática e participativa, com fomento ao controle social e participação popular;
- Foco no protagonismo do usuário, emancipação e autogestão familiar;
- Contínuo aperfeiçoamento institucional do SUAS, com vistas à sua universalização;
- Plena integralidade da proteção socioassistencial, com fortalecimento da intersetorialidade entre os órgãos e politicas públicas, visando a garantia de direitos sociais;

6 PRIORIDADES, METAS, AÇÕES ESTRATÉGICAS, PERÍODO E FONTES DE FINANCIAMENTO

Após a definição dos objetivos e diretrizes, chega-se ao momento de apresentar-se o detalhamento das ações. Nesse sentido, esse Capítulo é composto por 10 subtítulos, sendo cada subtítulo destinado a atender um objetivo específico. Em cada subtítulo há um quadro, totalizando assim 10 quadros. Em cada quadro, estão expressas 68 prioridades com suas respectivas metas, ações estratégicas, período de execução (2022, 2023, 2024 e 2025) e fonte de recursos (Municipal, Estadual e Federal).

6.1 GESTÃO MUNICIPAL DO SUAS

Quadro 84 – Estruturar, aprimorar e consolidar a gestão municipal do SUAS

Prioridade	Meta	Ações Estratégicas	Período				Fonte		
			22	23	24	25	M	E	F
Restruturar o organograma da SMASH com formalização das áreas essenciais	Garantir a instituição formal das áreas de PSB, PSE e Gestão do SUAS como setor com as respectivas subdivisões	Elaboração Minuta de Projeto de Lei com anexos; Elaboração de Organograma; Apresentação do PL ao Prefeito; Alocação de equipe técnica (efetivos); Alocação de espaço físico, mobiliário e equipamentos.	X				X		
Aprimorar a Gestão dos benefícios eventuais	Possuir estrutura e profissional específico pela gestão dos benefícios eventuais	Alocação de profissional para gestão e execução dos BE; Prestação de apoio técnico ao CMAS na regulamentação Reformulação dos procedimentos, fluxos e instrumentais; Apoio aos processos de aquisição; Aprimoramento da Gestão/Controle da oferta de benefícios.	X	X	X	X	X		
Ofertar Assessoria Técnica às entidades	Prestação de Assessoria Técnica a 100% das entidades inscritas no CMAS	Alocação/Designação de profissional vinculado às áreas de PSB e PSE; Planejamento e organização da Assessoria; Execução de ações de Assessoria Técnica.	X	X	X	X	X		
Garantir partilha e repasse de cofinanciamento estadual e federal às entidades socioassitenciais	Garantir partilha e repasse de 100% do cofinanciamento estadual e federal destinado às entidades socioassitenciais	Pactuação junto ao Governo estadual/federal Aprovação no CMAS; Formalização de parcerias e repasse dos recursos.	X	X	X	X		X	X

Cofinanciamento municipal dos serviços ofertados pela rede privada	Cofinanciamento municipal de 100% dos serviços ofertados pela rede privada	Realização de estudo de demanda e viabilidade financeira; Alocação de recursos específicos no orçamento Formalização de parcerias e repasse dos recursos.	X	X	X	X	X		
Aprimorar a gestão e execução do Programa BPC na Escola	Incluir 100% do público no BPC na Escola	Instituição do Grupo Gestor Local Matrícula dos beneficiários do BPC na rede de ensino; Instituição de equipe técnica local; Capacitação da equipe técnica local; Aplicação do questionário e inserção no Sistema BPC na Escola; Articulação intersetorial.	X	X	X	X	X		X
Aprimorar a Gestão e Execução do SINASE	Incluir 100% do público no SINASE	Articulação intersetorial; Realização de Seminários, oficinas e capacitações; Credenciamento de orientadores e organizações; Operacionalização do Sistema SIPIA Sinase; Elaboração do PPP do Serviço de MSE – LA/PSC; Monitoramento e Avaliação do Sistema; Diagnóstico do sistema e Mapeamento da Rede; Reavaliar a instituição da Comissão Intersetorial.	X	X	X	X	X		
Implantar as ações estratégicas de erradicação do Trabalho Infantil	Garantir o atendimento de 100% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	Designação de Gestor Municipal do Programa Realizar Diagnóstico / Mapa da situação de trabalho infantil; Designação de técnico(s) para execução das ações estratégicas (AEPETI).		X	X	X	X	X	X
Aprimorar os processos de comunicação e publicização	Informações do site 100% atualizadas	Gereniamento do site para comunicação institucional da SMASH; Gerenciamento das publicações.	X	X	X	X	X	X	X
Realizar a Implementação do Protocolo de Gestão Integrada	Adequar 100% dos encaminhamentos entre as unidades de acordo com o protocolo de gestão integrada	Estabelecer calendário de reuniões com as equipes dos CRAS I e II, Abrigo institucional, BE, PBF e gestão para construção de fluxos e protocolos.	X	X	X	X	X	X	X
Elaborar e publicar a Carta de Serviços ao Cidadão	Publicar a Carta de Serviços da SMASH e unidades vinculadas	Elaboração e Publicação a Carta de Serviços, Programas, Projetos e Benefícios da Rede Socioassistencial.		X			X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

6.2 GESTÃO DO TRABALHO

Quadro 85 – Implantar e aprimorar os processos de Gestão do Trabalho

Prioridade	Meta	Ações Estratégicas	Período				Fonte		
			22	23	24	25	M	E	F
Adequar os cargos e funções dos trabalhadores	Adequação de 100% dos cargos e funções às normativas do SUAS	Criação de comissão para elaboração do projeto de lei; Elaboração de projeto de lei com anexos; Apresentação ao Prefeito; Orientação aos trabalhadores sobre as funções	X	X			X		
Capacitar os trabalhadores e conselheiros	Oferta de no mínimo 20 horas/ano de capacitação/atualização para 100% dos trabalhadores e conselheiros	Elaboração do Termo de Referência; Contratação de pessoa/empresa especializada; Organização e acompanhamento do serviço	X	X	X	X	X	X	X
Fomentar a Organização dos Trabalhadores	Possuir o Fórum de trabalhadores organizado e ativo	Fomento à criação de um Fórum municipal de trabalhadores; Apoio técnico e logístico ao Fórum	X	X	X	X	X	X	X
Implementar o Plano Municipal de Educação Permanente	Elaboração e Aprovação do Plano Municipal de Educação Permanente	Composição de Grupo de Trabalho para Elaboração; Elaboração do Plano com recursos específicos para as ações; Execução do Plano Municipal de Educação Permanente		X			X		
Implementar o Plano de Cargos e Salários dos Trabalhadores do SUAS	Aprovação do Plano de Cargos e Salários dos Trabalhadores do SUAS	Composição de Grupo de Trabalho para elaboração; Elaboração de Minuta de Projeto de Lei com Anexos; Apresentação ao CMAS e Prefeito Municipal	X	X	X	X	X		
Instituir a Mesa de Negociação dos Trabalhadores do SUAS	Instituição e manutenção da Mesa de Negociação dos Trabalhadores do SUAS	Instituir Mesa de Negociação; Realização de estudos e pesquisas; Realização de reuniões com atores da Mesa		X			X		

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

6.3 DEFESA E VIGILÂNCIA SOCIAL

Quadro 86 – Ampliar e aprimorar os processos de defesa e vigilância social

Prioridade	Meta	Ação Estratégica	Período				Fonte		
			22	23	24	25	M	E	F
Manter um sistema informatização de atendimento e gestão	Possuir um sistema informatizado de atendimento e gestão	Gerenciamento do Sistema no município Realização de capacitações e treinamentos Custeio do Sistema	X	X	X	X	X		X
Aprimorar o Gerenciamento e Consulta dos Sistemas de Informação	Gerenciar 100% dos sistemas de informação do SUAS	Alocação de profissional específico Alocação de espaço físico, mobiliários e equipamentos Planejamento e organização dos processos de gerenciamento	X	X	X	X	X		
Elaborar / Aprimorar os Diagnósticos Socioterritoriais	Elaborar 04 diagnósticos territorializados e Aprimorar o Diagnóstico Municipal	Elaboração de Diagnósticos nas áreas de maior vulnerabilidade; Revisão do Diagnóstico Socioterritorial do PMAS 2022-2025	X	X	X	X	X	X	X
Aprimorar os Mapas de Vulnerabilidade Social	Elaborar 04 Mapas Temáticos de Vulnerabilidade Social	Elaboração de mapas de vulnerabilidade com foco na renda, trabalho, educação, habitação, crianças e adolescentes; jovens, idosos, mulheres e pessoas c/ deficiência, violação de direitos e outros	X	X	X	X	X	X	X
Aprimorar o Monitoramento e Avaliação dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios	Monitorar e Avaliar100% da Rede Socioassistencial	Definição de indicadores, instrumentos e fontes Criação e acompanhamento de painéis de indicadores Emissão de relatórios e estudos técnicos Realização de avaliação anual dos serviços	X	X	X	X	X	X	X
Aprimorar as ações de busca ativa	Incluir 80% do público prioritário no CadÚnico e nos serviços socioassistenciais	Fornecimento de listagens territoriais às equipes de PSB e PSE Acompanhamento da inclusão do público prioritário Articulação com CadÚnico e PBF para inclusão de famílias	X	X	X	X	X	X	X
Implantar o Sistema de Notificação de Violação de Direitos	Possuir o Sistema de Notificação de Violação de Direitos implantado	Criação de Grupo de Trabalho , Elaboração de Fluxos e procedimentos	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

6.4 GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Quadro 87 - Aprimorar os processos de gestão administrativa, financeira e orçamentária

Prioridade	Meta	Ação Estratégica	Período				Fonte		
			22	23	24	25	M	E	F
Aprimorar os processos de Gestão orçamentária	Alocar 100% dos recursos da Assistência Social no FMAS	Alocação de recursos da Assistência Social no FMAS; Compatibilização entre PMAS e PPA				X	X		
Aprimorar os processos de Gestão Financeira	Aplicar 100% dos recursos da Assistência Social em tempo hábil	Manutenção de Contador/Gestor Financeiro do FMAS; Aprimoramento dos Relatórios de Execução/Gestão Financeira; Criação de estudos/estimativas de custo dos serviços / programas e outros aspectos	X	X	X	X	X		
Aprimorar os processos de compras e armazenamento	Possuir as áreas de compras e almoxarifado estruturadas	Estruturação de setor e alocação de profissional para compras; Estruturação de setor e alocação de profissional para almoxarifado; Aquisição de software de compras/almoxarifado	X	X	X	X	X		
Aprimorar o controle de frota	Possuir área de controle de frota estruturada	Estruturação do setor e alocação de responsável pela frota; Aprimoramento dos processos de controle de deslocamento, abastecimento, manutenção e guarda dos veículos	X	X	X	X	X		
Definir percentual mínimo do orçamento para o FMAS	Destinar de 5% da receita líquida ao FMAS	Elaboração de estudo técnico evidenciando a demanda; Apresentação ao CMAS e Prefeito Municipal; Orientação para alteração no PPA	X	X	X	X	X		

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

6.5 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Quadro 88 - Ampliar a primorar a oferta de serviços, progr., proj. e benefícios de proteção social básica

Prioridade	Meta	Ação Estratégica	Período				Fonte		
			22	23	24	25	M	E	F
Manutenção do PAIF e da Unidade CRAS	Manter as unidades CRAS e o quadro de RH existentes	Manutenção do quadro de RH existente; Custeio das despesas da unidade e veículo	X	X	X	X	X	X	X
Adequação do quadro de recursos humanos	Garantir equipe mínima para oferta do PAIF e CadÚnico	Realização de concurso/processo seletivo; Contratação/adequação do quadro de RH	X				X	X	X
Universalizar o acesso ao BPC	Garantir o acesso ao BPC de 100% dos idosos e pessoas com deficiência com perfil de renda	Busca ativa, orientação social, disponibilização de recursos de tecnologia da informação, apoio ao processo de requerimento.	X	X	X	X	X	X	X
Ampliar a aprimorar o acompanhamento familiar pelo PAIF	Cumprir todas as metas estabelecidas pelas esferas Federal/Estadual para o acompanhamento familiar pelo PAIF	Busca ativa, reuniões de orientação social, ações de publicização; Aprimoramento dos fluxos entre os CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Sistema de Garantia de Direitos e demais políticas públicas, retomada das atividades coletivas.	X	X	X	X	X	X	X
Garantir o acesso e concessão dos benefícios eventuais	Atender 100% da demanda por benefícios eventuais	Adequação/revisão da Lei Municipal 2014/2018, do sistema de concessão de Benefícios Eventuais e da quantidade e qualidade; Garantia de acesso adequado a demanda e do financiamento pelo Estado e União	X	X	X	X	X	X	
Ampliar e aprimorar a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes	Incluir 10% das crianças, adolescentes e idosos cadastrados no CadÚnico no SCFV - Garantir 50% das vagas no SCFV para o público prioritário	Aprimoramento do referenciamento das entidades executoras; Cofinanciar as entidades executoras	X	X	X	X	X	X	X
Implantar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos	Incluir 10% das crianças, adolescentes e idosos cadastrados no CadÚnico no SCFV - Garantir 50% das vagas no SCFV para o público prioritário	Identificação e mobilizar entidades em potencial; Referenciar o serviço aos CRAS Cofinanciar as entidades executoras	X	X	X	X	X	X	X
Aprimorar a Função de Gestão Territorial	Realizar a gestão territorial em 100% dos territórios referenciados	Mapeamento do Terrritório e da Rede pública e privada; Criação de agenda de contatos e reuniões; Realização de visitas institucionais	X	X	X	X	X	X	X
Construção de uma unidade CRAS	Construir 01 unidade CRAS	Captação/alocação de recursos Definição e obtenção de local (terreno) Execução da obra	X	X			X	X	X

6.6 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Quadro 89 - Ampliar a primorar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de PSEMC

Prioridade	Meta	Ação Estratégica	Período				Fonte		
			22	23	24	25	M	E	F
Manter e aprimorar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos (PAEFI)	Atender 100% da demanda (PAEFI)	Custeio dos recursos físicos, materiais e humanos	X	X	X	X	X	X	X
Manter e aprimorar o Serviço de atendimento a Adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa de LA (Liberdade Assistida) e PSC (Prestação de Serviço à Comunidade)	Atendimento de 100% da demanda (MSE)	Custeio dos recursos físicos, materiais e humanos	X	X	X	X	X	X	X
Adequar a equipe do PAEFI	Composição de equipe mímina do PAEFI de acordo com a NOB RH SUAS	Criação do cargo de Advogado; Contratação de advogado; Contratação de assistente administrativo; Contratação de 02 técnicos de nível médio	X	X	X	X	X	X	X
Referenciar os serviços de proteção social especial do município	Referenciamento 100% dos serviços de Proteção Social Especial	Visitas às instituições Definir atribuições, fluxo e protocolo Estabelecimento de agenda de encontros para estudos de caso	X	X	X	X	X	X	X
Implantar o Serviço Especializado em Abordagem Social	01 serviço de abordagem social implantado	Alocação/composição de equipe Alocação de estrutura física Execução do serviço	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

6.7 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Quadro 90 - Ampliar a primorar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de PSEAC

Prioridade	Meta	Ação Estratégica	Período				Fonte		
			22	23	24	25	M	E	F
Adequar a estrutura do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes conforme reordenamento.	Garantir estrutura adequada para o acolhimento e atendimento técnico	Construção de espaço especifico para atendimento técnico na área externa da unidade e; Aquisição de um veículo (van) com acessibilidade	X				X	X	X
Manter o quadro de Recursos Humanos do Serviço de Acolhimento	Possuir quadro de cuidadores do Abrigo Institucional 100% adequado	Elaboração de edital para concurso/seletivo; Realização de concurso ou processo seletivo; Custeio do quadro de RH	X	X	X	X	X	X	X
Manter o Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes Abrigo Institucional	01 serviço de Acolhimento institucional para crianças e adolescentes ofertado	Custeio das despesas com recursos físicos, materiais e humanos necessários a manutenção da unidade	X	X	X	X	X	X	X
Aprimorar a metodologia de Atendimento do Serviço de Acolhimento	Aprimorar o PPP e PIA do Abrigo Institucional	Revisão do Projeto Politico Pedagógico Aprimorar a execução do PIA;	X	X	X	X	X	X	X
Aprimorar o acompanhamento familiar do Serviço de Acolhimento	Possuir 100% dos usuários e famílias em situação de acolhimento atendidos pelo CRAS e CREAS	Reunião sistemática entre CRAS/CREAS/Abrigo. Organizar e aprimorar fluxos de referência e contra referência	X	X			X	X	X
Implantar o Serviço de família acolhedora para crianças e adolescentes	Prestar atendimento a 100% das crianças até 6 anos em situação de acolhimento	Lei municipal; Contratação da Equipe Técnica; Elaboração do Plano de Atividades ; Alocação de recursos físicos e materiais; Elaboração do PPP; Inscrição no CMDCA; Seleção, Cadastramento e Capacitação das Famílias; Acompanhamento das famílias	X	X	X	X	X	X	X
Implantar o serviço de acolhimento para mulheres e famílias - modalidade República	Acolher 100% das mulheres e famílias vítimas de violência	Regulamentação municipal; Dotação e aporte de recursos; Composição de equipe técnica; Alocação de espaço físico, veículo, mobiliários, equipamentos e mat. de consumo; Planejamento e organização do serviço; Acompanhamento psicossocial		X	X	X	X	X	X
Realizar Ação de Acolhimento temporário para pessoas em situação de rua	Acolher 100% das pessoas em situação de rua durante o período de frio extremo	Alocação de espaço físico, alocação de equipe técnica e de segurança, colchoes, roupas de cama, itens de higiene e alimentação	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

6.8 GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO E AUXÍLIO BRASIL

Quadro 91 - Aprimorar a Gestão do Auxílio Brasil e Cadastro Único dos Prorgamas Sociais

Prioridade	Meta	Ação Estratégica	Período				Fonte		
			22	23	24	25	M	E	F
Manter e aprimorar a estrutura física e material	Ampliar a capacidade de atendimento do CadÚnico e Auxílio Brasil	Adequação de espaço físico Aquisição de materiais	X	X	X	X	X		X
Manter e ampliar o quadro de recursos humanos	Garantir 100% o atendimento do público prioritário do Programa Auxílio Brasil	Alocação/contratação de técnico(s) de nível médio Custeio da equipe	X	X	X	X	X		
Criar cargo/função de Gestor do CadÚnico e Auxílio Brasil	01 cargo de Gestor do CadÚnico e Auxílio Brasil criado e ocupado	Regulamentação do cargo/função Contratação e custeio	X	X	X	X	X		
Aprimorar o processo de atualização e averiguação cadastral	Manter 75% dos cadastros do CadÚnico atualizados	Estudo de Legislação pertinente; Relação por situação e bairro; Contabilização do número de famílias/total	X	X	X	X	X		X
Descentralizar o Cadastro Único	Implantar o Cadastro Único em 02 CRAS	Alocação/contratação de equipe técnica; Adequação da estrutura física; Aquisição de mobiliário e equipamentos Custeio; Capacitação dos técnicos	X	X			X	X	X
Qualificar o processo de acompanhamento das condicionalidades de Saúde	Acompanhar 100% das famílias na condicionalidade saúde	Orientação e capacitação das agentes comunitárias; Acompanhamento semestral dos resultados; Reuniões mensais	X	X	X	X	X		X
Qualificar o processo de acompanhamento das condicionalidades de Educação	Acompanhar 100% das famílias na condicionalidade educação	Orientação e capacitação dos agentes responsáveis pela inclusão dos dados dos beneficiários; Acompanhamento bimestral dos resultados; Reuniões mensais	X	X	X	X	X		X
Cadastrar famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	Cadastrar 100% das famílias com situação de trabalho infantil	Definição de fluxo de encaminhamento junto ao Serviço de Abordagem Social; Articular-se com entidades da rede socioassistencial e da rede de proteção social para identificação	X	X	X	X	X		X
Cadastrar pessoas em situação de rua	Cadastrar 100% das pessoas em situação de rua	Definição de fluxo de encaminhamento junto ao Serviço Especializado em Abordagem Social / PAEFI	X	X	X	X	X		X
Cadastrar famílias com beneficiários do BPC	Cadastrar 100% das famílias com beneficiários do BPC	Definição de fluxo de encaminhamento junto aos CRAS e CREAS, Busca ativa	X	X	X	X	X		X
Ampliar a inclusão do público prioritário no Cadúnico	Ampliar em 50% a inclusão do público prioritário no CadUnico	Busca ativa, reuniões de orientação social e interação mais efetiva dos técnicos nos espaços de organização comunitária.	X	X	X	X	X		X

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

6.9 PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL

Quadro 92 - Ampliar e fortalecer os mecanismos de participação popular e controle social

Prioridade	Meta	Ação Estratégica	Período				Fonte		
			22	23	24	25	M	E	F
Adequar a estrutura de apoio ao CMAS	Possuir Secretaria Executiva completa e exclusiva para o CMAS	Formalização da Secretaria executiva do CMAS; Adequação da estrutura física e material Alocação de Secretário Executivo do CMAS; Alocação/designação de Assessor Técnico do CMAS	X	X	X	X	X		X
Realizar, em conjunto com o CMAS, as Conferências Municipais de Assistência Social	Realizar 02 Conferências Municipais de Assistência Social	Divulgação e mobilização; Contratação de serviços de terceiros; Planejamento, organização e execução da conferência		X		X	X		
Fomentar a Organização dos Usuários	01 Fórum/grupo de usuários organizado e ativo	Fomento à criação de um Fórum municipal de usuários; Apoio técnico e logístico ao Fórum		X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

6.10 ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E INTERISTITUCIONAL

Quadro 93 – Fortalecer a relação Intersetorial na rede socioassistencial e com os demais órgãos e políticas

Prioridade	Meta	Ação Estratégica	Período				Fonte		
			22	23	24	25	M	E	F
Promover a integração da rede socioassistencial pública e privada	Implantar o Protocolo de Gestão Integrada	Composição de Grupo de Trabalho Planejamento e pactuação de calendário anual de reuniões Realização de reuniões sistemáticas com envolvidos para pactuação de fluxos, procedimentos e instrumentais	X	X	X	X	X	X	X
Aprimorar a relação intersetorial com os Sistemas de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça	Criar e manter de fluxos de informação e encaminhamento com Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, Sistema Prisional, Polícia Civil e Polícia Militar	Estudo das possibilidades de articulação com órgãos; Realização de reuniões para levantamento de demandas e possibilidades de integração; Realização de reuniões sistemáticas com envolvidos para pactuação de fluxos, procedimentos e instrumentais	X	X	X	X	X	X	X
Aprimorar a relação intersetorial com a Rede de Proteção Social local	Criar e manter fluxo de informações e encaminhamentos com a Rede de Educação, Saúde, Esporte e Cultura.	Estudo das possibilidades de articulação com órgãos Composição de Grupo de Trabalho Planejamento e pactuação de calendário anual de reuniões Realização de reuniões sistemáticas com envolvidos para pactuação de fluxos, procedimentos e instrumentais	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

7 RECURSOS FÍSICOS, MATERIAIS E HUMANOS

Para o levantamento dos recursos físicos, materiais e humanos, disponíveis e necessários, foi utilizada uma Planilha do Googlesheets, com acesso individualizado para cada órgãos, unidades e entidades de Assistência Social.

Os quadros abaixo, representam, na íntegra, o levantamento realizado pelas equipes dos respectivos órgãos, unidades e entidades, e estão estruturados da seguinte forma: uma coluna para descrição do recurso, uma coluna para indicação dos recursos disponíveis (Disp), uma linha para indicação dos recursos necessários (Neces) e uma linha para indicação do número necessário para aquisição (Saldo).

Quadro 94 – Recursos Físicos Materiais e Humanos – Vigilância Socioassistencial

RECURSOS FÍSICOS				RECURSOS MATERIAIS				RECURSOS HUMANOS			
Recursos	Disp	Neces	Saldo	Recursos	Disp	Neces	Saldo	Recursos	Disp	Neces	Saldo
Sala 2,20 x 3,30m	1	1	0	Mesa de Escritório	2	2	0	Psicologo / Diretor	1	1	0
			0	Computador all in one	1	2	1	Assistente Administrativo	0	1	1
			0	Monitor 23'	1	1	0				
			0	Prateleira 200x100x40cm	1	1	0				
			0	Aquivo para pasta suspensa	1	1	0				
			0	Telefone	1	1	0				
			0	Impressora Laserjet	0	1	1				
			0	Câmera fotográfica / Filmadora	0	1	1				
			0	Ar-condicionado portátil quente / frio	0	1	1				
			0	SSD 250gb	0	1	1				
			0	Webcam 1080p com microfone	0	1	1				

Fonte: Elaborado pela equipe do órgão/unidade/entidade. Novembro de 2021.

Quadro 95 – Recursos Físicos Materiais e Humanos – CMAS – Controle Social

RECURSOS FÍSICOS				RECURSOS MATERIAIS				RECURSOS HUMANOS			
Recursos	Disp	Neces	Saldo	Recursos	Disp	Neces	Saldo	Recursos	Disp	Neces	Saldo
Sala com capacidade máxima para 3 pessoas	1	2	1	Mesa de Escritório	1	1	1	Secretária Executiva	1	0	-1
				Telefone	0	1	1	Auxiliar Administrativo	0	1	1
				Impressora Com Xerox e Digitalização	0	1	1				0
				Gravador	0	1	1				0
				Armário para Arquivo	1	0	-1				0
				Ventilador ou ar-condicionado	0	1	1				0
				Bebedouro ou filtro	0	1	1				0
				Computador com acesso à internet	1	1	0				0
				Notebook	0	1	1				0
				Mesa de Reunião	0	1	1				0
				Retroprojetor	0	1	1				0

Fonte: Elaborado pela equipe do órgão/unidade/entidade. Novembro de 2021.

Quadro 96 – Recursos Físicos Materiais e Humanos – CRAS I

RECURSOS FÍSICOS				RECURSOS MATERIAIS				RECURSOS HUMANOS			
Recursos	Disp	Neces	Saldo	Recursos	Disp	Neces	Saldo	Recursos	Disp	Neces	Saldo
Sala com capacidade máxima para 5 pessoas	1	1	0	Veículo 1.0 4 Portas	1	1	0	Assistente Social	3	4	1
Sala com capacidade de 6 a 10 pessoas	0	1	1	Telefone	1	3	2	Psicólogo	1	2	1
Sala com capacidade de 11 a 15 pessoas	1	0	-1	Impressora	1	2	1	Educador / Orientador Social	1	2	1
Sala com capacidade para 15 a 20 pessoas	0	1	1	Equipamento de Som	0	1	1	Auxiliar Administrativo	0	1	1
Espaço externo para atividades de convívio	0	1	1	DVD	0	0	0	Cuidador Institucional	0	0	0
Acesso adaptado para PCD ou mobilidade reduzida	0	1	1	Ventilador ou ar-condicionado	0	4	4	Advogado	0	1	1
Recpção	1	1	0	Bebedouro ou filtro	0	2	2	Voluntário	0	0	0
Cozinha	1	1	0	Camas/berços	0	0	0	Estagiário	0	0	0
Copa	0	0	0	Armário para guarda de pertenças (trabalhadores)	0	1	1	Recepcionista	2	2	0
Almoxarifado	0	1	1	Televisão	0	1	1	Auxiliar de Serviços Gerais	2	2	0
Sala para arquivos	0	1	1	Computador	0	0	0	Diretor / Coordenador	1	1	0
Rota acessível	0	1	1	Computador com acesso à internet	5	8	3				0
				Computador com acesso à internet para uso pelos usuários	0	1	1				0
				Freezer	1	1	0				0
				Fogão	0	1	1				0
			0	Forno Microondas	0	1	1				0
			0	Máquina de Lavar	0	1	1				0
			0	Veículo de uso exclusivo	1	1	0				0
			0	Veículo de uso compartilhado	0	0	0				0

			0	Mobiliário específico para crianças	0	1	1				0
			0	Acervo bibiográfico	1	1	0				0
			0	Mesa para estudo	0	0	0				0
			0	Mesa de jantar	0	1	1				0
			0	Armário de uso coletivo dos usuarios	0	0	0				0
			0	Mesa de Escritório	0	2	2				0
			0								0

Fonte: Elaborado pela equipe do órgão/unidade/entidade. Novembro de 2021.

Quadro 97 – Recursos Físicos Materiais e Humanos – Abrigo Institucional

RECURSOS FÍSICOS				RECURSOS MATERIAIS				RECURSOS HUMANOS			
Recursos	Disp	Neces	Saldo	Recursos	Disp	Neces	Saldo	Recursos	Disp	Neces	Saldo
Sala com capacidade máxima para 5 pessoas	5	9	4	Veiculo Van C/Acessibilidade	0	1	1	Assistente Social	1	1	
Sala para arquivos	0	1	1	Veículo De Uso Exclusivo (Usado)	1	1	0	Psicólogo	1	1	0
Espaço externo para administrativo para Equipe tecniva e coordenação	0	1	1	Aparelho Telefônico	1	3	2	Educador / Orientador Social	1	1	0
Acesso adaptado para PCD ou mobilidade reduzida	1	1	0	Aquecedor De Ambiente	1	4	3	Auxiliar Administrativo	0	1	1
Rota acessível	1	1	0	Aspirador De Pó	0	1	1	Cuidador Institucional	7	10	3
				Batedeira Planetária	0	2	2	Estagiário	1	3	2
				Bebedouro Elétrico	2	1	-1	Auxiliar de Serviços Gerais	3	6	3
				Caixa Acústica	0	1	1	Diretor / Coordenador	1	1	0
				Campainha De Alarme	0	1	1				
				Chuveiro	4	6	2				

				Circuito Interno De Tv	0	2	2				
				Coifa	0	1	1				
				Exaustor	0	1	1				
				Computador			0				
				Espremedor De Frutas	0	1	1				
				Ferro De Passar Roupa	1	2	1				
				Fogão Industrial 6 Bocas - C/ Forno (Novo)	0	1	1				
				Forno Elétrico	0	1	1				
				Forno Microondas	1	2	1				
				Freezer Vertical	0	2	2				
				Fritadeira	0	1	1				
				Furadeira	0	1	1				
				Geladeira	1	2	1				
				Impressora Multifuncional Tinta Colorida	0	1	1				
				Lavadora De Alta Pressão	0	1	1				
				Lavadora De Roupa	1	2	1				
				Liquidificador	1	3	2				
				Microfone	0	1	1				
				Notebook	0	3	3				
				Pipoqueira	0	1	1				
				Sanduicheira Elétrica	1	3	2				
				Secadora De Roupa	0	2	2				
				Tela De Projeção Para O Muro 12 M	0	1	1				
				Televisão 50"	1	2	1				
				Ventilador De Teto	0	8	8				

				Vídeogame	0	1	1				
				Aro De Basquetebol	0	1	1				
				Brinquedoteca	0	1	1				
				Tapete Emborrachado	0	2	2				
				Armário De Lavanderia	0	1	1				
				Beliche	0	8	8				
				Cadeira Infantil	0	8	8				
				Mesa De Escritório	0	4	4				
				Relógio De Parede	1	2	1				
				Sofá	2	3	1				
				Aparelho De Café E Jantar	0	2	2				
				Carro Funcional De Limpeza	0	1	1				
				Colchão De Solteiro Novos	0	16	16				
				Cortina/Persiana 120m	10	30	20				
				Faqueiro	1	3	2				
				Jogo De Panela	1	3	2				
				Panela De Pressão 20l	0	1	1				
				Panela De Pressão 10l	0	1	1				
				Secador De Cabelo	1	3	2				
				Suporte Para Televisão	1	2	1				
				Tábua De Passar Roupa	0	1	1				

Fonte: Elaborado pela equipe do órgão/unidade/entidade. Novembro de 2021.

Quadro 98 – Recursos Físicos Materiais e Humanos – CadÚnico e PBF

RECURSOS FÍSICOS				RECURSOS MATERIAIS				RECURSOS HUMANOS			
Recursos	Disp	Neces	Saldo	Recursos	Disp	Neces	Saldo	Recursos	Disp	Neces	Saldo
Sala para atendimento	3	2	-1	Telefone	4	4	0	Entrevistador / Digitador	2	4	2
Sala para arquivos	0	1	1	Impressora	3	4	1	Gestora	1	1	0
				Ventilador	3	4	1	Assistente Social	1	1	0
				Bebedouro ou filtro	1	1	0	Auxiliar Administrativo	0	1	1
				Televisão	1	1	0				
				Computador c/ acesso internet	4	4	0				
				Notebook	1	1	0				
				Veículo de uso exclusivo	0	1	1				
				Veículo de uso compartilhado	0	1	1				
				Mesa de Escritório	4	5	1				
				Celular/chip/plano	0	1	1				
				Fragmentadora de papel	1	2	1				
				Data Show	1	1	0				
				Ar Condicionado	0	1	1				
				Arquivo	13	17	4				

Fonte: Elaborado pela equipe do órgão/unidade/entidade. Novembro de 2021.

Quadro 99 – Recursos Físicos Materiais e Humanos – APAE

RECURSOS FÍSICOS				RECURSOS MATERIAIS				RECURSOS HUMANOS			
Recursos	Disp	Neces	Saldo	Recursos	Disp	Neces	Saldo	Recursos	Disp	Neces	Saldo
Sala com capacidade máxima para 5 pessoas			0	Armário para guarda de pertenças (trabalhadores)			1	Assistente Social			1
Sala com capacidade de 6 a 10 pessoas			5	Computador com acesso à internet - Trabalhadores			10	Psicólogo			1
Sala com capacidade de 11 a 15 pessoas			6	Computador com acesso à internet para uso pelos usuários			20	Educador / Orientador Social			29
Sala com capacidade para 15 a 20 pessoas			5	Mobiliário específico para crianças			5	Auxiliar Administrativo			1
Recpção			1	Veículo 1.0 4 Portas			1	Cuidador Institucional			0
Cozinha			1	Telefone			10	Advogado			1
Copa			1	Impressora			4	Voluntário			1
Almoxarifado			1	Equipamento de Som			2	Estagiário			1
Sala para arquivos			1	Ventilador ou ar-condicionado			20	Recepcionista			0
Espaço externo para atividades de convívio			2	Bebedouro ou filtro			2	Auxiliar de Serviços Gerais			2
Acesso adaptado para PCD ou mobilidade reduzida			5	Camas/berços			10	Diretor / Coordenador			1
Rota acessível			1	Televisão			3				
				Freezer			1				
				Fogão			2				
				Microondas			3				
				Veículo de uso exclusivo			3				
				Mesa para estudo			20				
				Mesa de Escritório			30				

Fonte: Elaborado pela equipe do órgão/unidade/entidade. Novembro de 2021.

Quadro 100 – Recursos Físicos Materiais e Humanos – Centro de Ensino Hermon

RECURSOS FÍSICOS				RECURSOS MATERIAIS				RECURSOS HUMANOS			
Recursos	Disp	Neces	Saldo	Recursos	Disp	Neces	Saldo	Recursos	Disp	Neces	Saldo
Sala com capacidade máxima para 5 pessoas	0	0	0	Veículo 3 Portas (Kombi)	1	1	0	Assistente Social	0	1	1
Sala com capacidade de 6 a 10 pessoas	1	0	-1	Microônibus / Van escolar	0	1	1	Psicólogo	0	1	1
Sala com capacidade de 11 a 15 pessoas	0	0	0	Telefone celular	1	1	0	Educador / Orientador Social	2	4	2
Sala com capacidade para 15 a 25 pessoas	4	6	2	Impressora	1	3	2	Auxiliar Administrativo	0	1	1
Sala com capacidade para 20 a 40 pessoas	1	1	0	Equipamento de Som	1	2	1	Cuidador Institucional	0	0	0
Recepção	1	1	0	Ventilador de teto ou parede	0	6	6	Advogado	0	0	0
Cozinha	1	1	0	Ar-condicionado	12	15	3	Voluntário	1	4	3
refeitório	1	1	0	Bebedouro ou filtro	4	6	2	Estagiário	0	2	2
Almoxarifado	1	1	0	Armário para guarda de pertenças (usuário)	0	4	4	Recepcionista	0	0	0
Sala para arquivos	0	1	1	Armário para guarda de pertenças (trabalhadores)	1	1	0	Auxiliar de Serviços Gerais	2	3	1
Espaço externo para atividades de convívio	1	1	0	Televisão	0	5	5	Diretor / Coordenador	1	1	0
Acesso adaptado para PCD ou mobilidade reduzida	1	1	0	Geladeira	1	2	1	Psicopedagogo	0	1	1
Rota acessível	1	1	0	Computador com acesso à internet	4	7	3	Oficineiros (oficinas socioeducativas)	0	6	6
Laboratório de informática	1	1	0	Computador com acesso à internet para uso pelos usuários	20	20	0	Cozinheiro	1	1	0
Despensa	1	1	0	Freezer	1	2	1				

Lavanderia	1	1	0	Fogão industrial	1	1	0				
Banheiros usuários	2	4	2	Microondas	1	1	0				
Banheiros equipe	2	2	0	Máquina de Lavar	1	1	0				
Marcenaria	1	0	-1	Veículo de uso exclusivo	0	0	0				
				Veículo de uso compartilhado	0	0	0				
				Mobiliário específico para crianças	0	0	0				
				Acervo bibiográfico	800	1500	700				
				Mesa para estudo	50	100	50				
				Mesa de jantar/refeitório	4	6	2				
				Mesa para reuniões	2	3	1				
				Mesa de Escritório	6	6	0				
				Telefone fixo	1	1	0				
				Mesa para artesanato	4	4	0				
				Mesa de jogos	3	3	0				
				Mesa inox cozinha	1	1	0				
				Forno industrial	1	1	0				
				Máquina para pão/bolo	1	1	0				
				Cilindro para massas	1	1	0				
				Moedor	1	1	0				
				Balcão de cozinha	2	3	1				

Fonte: Elaborado pela equipe do órgão/unidade/entidade. Novembro de 2021.

8 MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

Dentro de um inegável processo de profissionalização e qualificação que vive a Política de Assistência Social, o financiamento aparece ainda como elemento desafiador. É comum haver dificuldade em compreender os processos do SUAS e prever com precisão o que será realizado e quanto de recurso será despendido. Para o MDS:

> Observa-se que na área da assistência social há pouco acúmulo na definição de metas e no estabelecimento da relação entre custo e benefício das ações. Em decorrência, dificulta-se a previsão realista de custos para produtos parcialmente obtidos e, consequentemente, para o financiamento de programas, projetos, serviços e benefícios definidos no Plano.. (Capacita SUAS vol 3, 2008, p. 56).

Por se tratar de recurso público, sua previsão e aplicação, deve contar com a participação e conhecimento dos mais variados atores envolvidos com o SUAS, desde usuários, trabalhadores, entidades e gestores do SUAS, até parceiros, representantes de outras políticas públicas e outras instituições. “A previsão de custos deve se fazer, ainda, de forma transparente, viabilizando o controle por parte da sociedade civil e dos usuários, nos espaços públicos em que este se realiza.” (Capacita SUAS vol. 3, 2008, p. 57).

> Art. 46. O orçamento é instrumento da administração pública indispensável para a gestão da política de assistência social e expressa o planejamento financeiro das funções de gestão e da prestação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais à população usuária. Parágrafo único. A elaboração da peça orçamentária requer: a definição de diretrizes, objetivos e metas; a previsão da organização das ações; a provisão de recursos; a definição da forma de acompanhamento das ações; e a revisão crítica das propostas, dos processos e dos resultados. (NOB/SUAS, 2012).

Neste sentido, o presente capítulo vem discorrer especificamente sobre a provisão de recursos, detalhando as fontes de financiamento e o montante de recursos alocados para cada serviço ou programa da Política Assistência Social, assim como as despesas, divididas por Blocos de Financiamento, conforme preconizado na NOB/SUAS 2012.

> Art. 56. O cofinanciamento federal de serviços, programas e projetos de assistência social e de sua gestão, no âmbito do SUAS, poderá ser realizado por meio de Blocos de Financiamento [...] se destinam a cofinanciar: as Proteções Sociais Básica e Especial, em seu conjunto de serviços socioassistenciais tipificados nacionalmente; a gestão do SUAS; a gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único; e outros, conforme regulamentação específica. (NOB/SUAS, 2012).

É conveniente mencionar que, em Laguna, nem todos os recursos destinados à Assistência Social são alocados no FMAS, como de poderá observar nas próximas páginas. Salienta-se que se trata de uma prática comum, porém inadequada, que entre outros prejuízos, impede controle social e a deliberação, por parte do CMAS, sobre a aplicação dos recursos.

> O Fundo de Assistência Social deve reunir a totalidade dos recursos destinados ao financiamento de programas, projetos, serviços e benefícios da assistência social. Assim sendo, o processo de elaboração do orçamento do Fundo tem relação direta com o Plano de Assistência Social, que é o instrumento básico para subsidiar as propostas de aplicação dos recursos dessa área. (Capacita SUAS vol. 3, 2008, p. 59).

Em Laguna, parte dos recursos destinados à Política de Asssitência Social é depositada no FMAS, enquanto a maior parte dos recursos destinados a essa Política é executado diretamente pelo órgão gestor.

Nesse capítulo, será realizada uma análise da receita, uma análise da despesa e a correlação entre ambas:

8.1 RECEITAS

As receitas abaixo foram extraídas do Projeto de Lei nº 061/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2022-2025:

8.1.1 Receitas do Fundo Municipal de Assistência Social

Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA					**6.766.550,11**
48	4.1.1.2.8.02.1.0.00.00.00	Taxas Judiciais			1.225.308,11
			0.1.0000	100,000	1.225.308,11
46	4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal			42.294,28
			0.1.0000	33,797	14.294,28
			0.1.0035	47,288	20.000,00
			0.1.0061	18,915	8.000,00
96	4.1.7.1.8.12.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS			4.143.487,76
			0.1.0035	100,000	4.143.487,76
47	4.1.7.2.8.07.1.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social			1.355.459,96
			0.1.0061	100,000	1.355.459,96

Figura 52 – Relação agrupada das despesas planejadas – Fundo Municipal de Assistência Social
Fonte: Projeto de Lei nº 061/2017. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Verifica-se que a receita total prevista para o período é próxima à 6,8 milhões de reais (R$ 6.766.550,11), e ao ser dividida em 4 partes iguais, representa uma média de aproximadamente um milhão e setecentos mil reais (R$ 1.691.637,52) ao ano. Há quatro receitas discriminadas, sendo: Taxas judiciais; Remuneração de Depósitos bancários; Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social e Transferências do Fundo Estadual de Assistência Social.

8.1.1 Receitas da Secretaria Municipal de Assistência Social

As receitas da Secretaria Municipal de Assistência Social estão diluídas no conjunto de Receitas da Prefeitura de Laguna, que totalizam o valor de R$ 454.338.376,60 (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, trezentos e trinta e oito mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta centavos).

Todavia, embora não haja uma previsão de receita, a previsão de despesa indica que serão destinados R$ 11.600.000,00 (onze milhões e seiscentos mil reais) para a Manutenção da Secretaria, conforme será observado no detalhamento das despesas previstas. Assim, considera-se esse valor como "Receita da Secretaria Municipal de Assistência Social"

8.1.2 Total de receitas para a Política Municipal de Assistência Social

Quadro 101 – Soma e percentual de recursos municipais destinados à Assistência Social

Unidade Orçamentária	Recursos Federais - R$	Recursos Estaduais - R$	Recursos Municipais - R$	Remuneração de Depósitos - R$	Valor Total dos Recursos - R$	Percentual de participação
FMAS	4.143.487,76	1.355.459,96	1.225.308,11	42.294,28	6.766.550,11	36,84%
SMAS	0,00	0,00	11.600.000,00	0,00	11.600.000,00	63,16%
Total	**4.143.487,76**	**1.355.459,96**	**12.825.308,11**	**42.294,28**	**18.366.550,11**	**100%**
Percentual de participação	**22,56%**	**7,38%**	**69,83%**	**0,23%**	**100%**	**100%**

Fonte: Projeto de Lei nº 061/2017. "Dispõe sobre o plano plurianual de governo do município para o período de 2018/2021." Câmara Municipal de Laguna. Acesso em 29.11.2021. Disponível em https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601.

Verifica-se que o município prevê o investimento de cerca R$ 1.225.308,11 de recursos próprios, que conforme descrito na Figura 52, refere-se a taxas judiciais. Todavia, por meio da Secretaria de Assistência Social o município prevê um investimento de aproximadamente 13 milhões, desse modo, no processo de cofinanciamento da Política de Assistência Social o município arca com a maior despesa, cerca de 70% do total. O governo federal participa com cerca de 22% e o governo estadual com pouco mais de 7%.

8.2 DESPESAS

Assim como as receitas, as despesas previstas foram extraídas do Projeto de Lei nº 061/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2022-2025. A figura abaixo repassa uma visão "macro" do orçamento e dos recursos vinculados ao FMAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA Data: 14/04/2021

PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Resumo dos Programas por Macroobjetivos

Seleção: Alteração em 15/04/2021 (C)

Programa	Total
Macroobjetivo: Não informado	**558.426.726,77**
0001 - Laguna Historica	351.106.853,24
0002 - Expansão do Turismo e Cultura	16.300.000,00
0003 - Apoio de Políticas Públicas Urbanas e Rurais	13.930.000,00
0004 - Incentivo a Pesca e Agricultura	210.000,00
0005 - MELHORIA NA SEGURANÇA PUBLICA	3.180.000,00
0006 - Preservação do Meio Ambiente	5.400.000,00
0007 - Priorização do Setor de Saúde	134.872.925,81
0009 - Proteção Social Básica	2.620.371,96
0010 - Proteção Social Especial	3.335.990,40
0011 - Gestão do SUAS	2.390.585,36
0012 - PROCESSO LEGISLATIVO	25.080.000,00
Total Geral:	**558.426.726,77**

Figura 53 – Resumo dos Programas por Macroobjetivos
Fonte: Projeto de Lei nº 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Verifica-se que, diferentemente de outras Secretarias, a Assistência Social possui três Programas de Governo, sendo: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Gestão do SUAS. O somatório dos valores previstos para os três Programas, perfaz o valor de R$ 8.346.947,72, o que representa 1.580.397.61 à menor que a receita prevista.

A figura abaixo, apresenta o resumo da compatibilização dos programas e explicita a diferença descrita acima:

Entidade:	**2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA**			
		0009 - Proteção Social Básica		280.000,00
		0010 - Proteção Social Especial		480.000,00
		0011 - Gestão do SUAS		2.060.000,00
	Subtotal: 1.239.602,39		Subtotal:	2.820.000,00
0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assis	4.163.487,76	0009 - Proteção Social Básica		1.900.912,00
		0010 - Proteção Social Especial		1.931.990,40
		0011 - Gestão do SUAS		330.585,36
	Subtotal: 4.163.487,76		Subtotal:	4.163.487,76
0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/As	1.363.459,96	0009 - Proteção Social Básica		439.459,96
		0010 - Proteção Social Especial		924.000,00
	Subtotal: 1.363.459,96		Subtotal:	1.363.459,96
	Total por entidade: 6.766.550,11		**Total por entidade:**	**8.346.947,72**

Figura 54 – Resumo da compatibilização dos programas com a fonte de recurso
Fonte: Projeto de Lei nº 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Verifica-se portanto, que com relação às transferências federais e estaduais, há uma compatibilização entre a receita e os programas, todavia, há uma previsão de despesa de R$ 2.820.000,00, enquanto a receita é de R$ 1.239.602,39. Supõe-se que, para atingir tal despesa, será necessário a utilização de outras de receitas não previstas para o FMAS.

Para “completar” as despesas previstas para a Política de Assistência Social, apresentamos a figura abaixo, que detalha as despesas previstas para a Secretaria de Assistência Social e Habitação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA Data: 14/04/2021

PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 15/04/2021 (C)

I - **Classificação**

Órgão	PODER EXECUTIVO	09.00
Unidade	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	09.12
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Laguna Historica	0001

Objetivo do programa:

Desenvolver o município num planejamento estratégico

Justificativa do programa:

Na infraestrutura: Plano de mobilidade, Implantação de bares na orla da Praia do Mar Grosso, Transporte público, Centro multiuso, Cemitérios, Campos/Ginásio/Pistas de skate, Redução de 50% de ITBI para o primeiro imóvel, Ponte do pontal, Metas para o esgotamento sanitário;
Na Educação: Escola de Música, Escola de Idiomas, Projeto "Novos talentos no esporte", Bolsa para atleta e paratleta, Colônia de férias, Plano de carreira para os funcionários públicos, Capacitação,Fiscalização das estruturasde ensino, Merenda, Projetos da escola para a comunidade externa, Transporte escolar, Alunos especiais, A educação mais informatizada, Erradicar o analfabetismo, Programa Olho vivo, educação e segurança no trânsito, Mais CEIs, Projeto Escola O Dia Todo, Curriculo Escolar, Educação Superior, Escola de gastronomia, escola de artesanato, Efetivação de equipe multidisciplinar, Ampliação de espaços de atendimento (período integral), Projeto Educacional "semestreda evolução", Preparo do aluno para o mercado de trabalho;
Na Gestão/ Desburocratização: Desburocatização, Paço municipal, Laguna a cidade mais digital no serviços públicos, Procon, Gabinete na Rua.

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.071	1	A	Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação	Mês-Mes	**48,000**	**11.860.000,00**

II - **Descrição da Ação**

Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação

III - **Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinários	0,00	11.200.000,00	11.200.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0000 - Recursos Ordinários	0,00	400.000,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinários	0,00	240.000,00	240.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinários	0,00	20.000,00	20.000,00
		Total:	**0,00**	**11.860.000,00**	**11.860.000,00**

Figura 55 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Manutenção da SMASH
Fonte: Projeto de Lei nº 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Verifica-se que a Manutenção da Secretaria está incluída em um Programa "genérico", denominado Laguna Histórica, onde são previstos R$ 11.860.000,00, sendo apenas R$ 400.000,00 para transferências a entidades, o que representa cerca de 3,5% da previsão de despesa.

Além disso, da forma como estão alocados os recursos, não é possível identificar exatamente onde eles serão aplicados, dificultando assim o Controle Social. Embora verifique-se que cerca de 95% dos recursos são destinados para o pagamento de pessoal, recomenda-se que eles sejam alocados no FMAS e distribuídos entre as diversas ações lá previstas.

Dando continuidade, serão apresentadas as “Planilhas de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais”, que são anexos do Projeto de Lei 015/2021:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA Data: 14/04/2021

PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 15/04/2021 (C)

I - **Classificação**

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Gestão do SUAS	0011

Objetivo do programa:

Manter e aprimorar os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica

Justificativa do programa:

Conforme previsto no conjunto de legislações e normativas da Política de Assistência Social, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Socia - NOB/SUAS, os municípios são responsáveis pela gestão e excecução do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera de atuação. Em Laguna, a Secretaria Municipal de Assistência Social assume, desde 2009, essa responsabilidade, exercendo o Comando ùnico da Gestão do Sistema Municipal e executando serviços, programas, projetos e benefícios de Assistencia Social. A demanda identificada, bem como os compromissos assumidos junto aos governos estaduais e federais, reafirmam as responsabilidades já estabelecidas na legislaçãc

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.212	1	A	Bloco de Gestao do SUAS	Mês-Mes	**48,000**	**2.162.000,00**

II - **Descrição da Ação**

Bloco de Gestao do SUAS

III - **Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinários	0,00	800.000,00	800.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0000 - Recursos Ordinários	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinários	0,00	1.120.000,00	1.120.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	72.000,00	0,00	72.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinários	0,00	120.000,00	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	30.000,00	0,00	30.000,00
		Total:	**102.000,00**	**2.060.000,00**	**2.162.000,00**

Figura 56 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Gestão do SUAS
Fonte: Projeto de Lei n° 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Verifica-se que, do total de recursos previstos, cerca de 73% são aplicados na gestão, perfazendo o valor de R$ 2.060.000,00. Há ainda a previsão de 102.000,00 de transferências federais. Observa-se uma concentração “excessiva” na ação “Bloco da Gestão do SUAS”, considerando que as demais ações, por possuírem maior número de profissionais, demandam mais recursos. Assim, a dotação é utilizada pra despesas com Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, o que consideramos inadequado ou, no mínimo, desorganizado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA Data: 14/04/2021

PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 15/04/2021 (C)

I - **Classificação**

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Gestão do SUAS	0011

Objetivo do programa:

Manter e aprimorar os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica

Justificativa do programa:

Conforme previsto no conjunto de legislações e normativas da Política de Assistência Social, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Socia - NOB/SUAS, os municípios são responsáveis pela gestão e excecução do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera de atuação. Em Laguna, a Secretaria Municipal de Assistência Social assume, desde 2009, essa responsabilidade, exercendo o Comando ùnico da Gestão do Sistema Municipal e executando serviços, programas, projetos e benefícios de Assistencia Social. A demanda identificada, bem como os compromissos assumidos junto aos governos estaduais e federais, reafirmam as responsabilidades já estabelecidas na legislaçãc

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.214	1	A	Programa BPC na Escola	Mês-Mes	**48,000**	**8.000,00**

II - **Descrição da Ação**

Programa BPC na Escola

III - **Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	8.000,00	0,00	8.000,00
		Total:	**8.000,00**	**0,00**	**8.000,00**

Figura 57 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – BPC na Escola
Fonte: Projeto de Lei n° 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601.

Os recursos destinados ao Programa BPC na escola (R$ 8.000,00) aparentemente são insuficientes para a execução adequada do Programa, que envolve a aquisição de equipamentos, material de consumo e equipe. Entretanto, é possível a Secretaria utilizar recursos próprios para a execução do Programa, tanto os recursos alocados no FMAS, quanto os recursos destinados à Manutenção da SMASH.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA Data: 14/04/2021

PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 15/04/2021 (C)

I - **Classificação**

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Gestão do SUAS	0011

Objetivo do programa:

Manter e aprimorar os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica

Justificativa do programa:

Conforme previsto no conjunto de legislações e normativas da Política de Assistência Social, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Socia - NOB/SUAS, os municípios são responsáveis pela gestão e excecução do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera de atuação. Em Laguna, a Secretaria Municipal de Assistência Social assume, desde 2009, essa responsabilidade, exercendo o Comando ùnico da Gestão do Sistema Municipal e executando serviços, programas, projetos e benefícios de Assistencia Social. A demanda identificada, bem como os compromissos assumidos junto aos governos estaduais e federais, reafirmam as responsabilidades já estabelecidas na legislaçãc

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.215	1	A	Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadatro Unico	Mês-Mes	**48,000**	**220.585,36**

II - **Descrição da Ação**

Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadatro Unico

III - **Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	76.585,36	0,00	76.585,36
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	144.000,00	0,00	144.000,00
		Total:	**220.585,36**	**0,00**	**220.585,36**

Figura 58 – Planilha de Ident. dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – PBF e CadÚnico
Fonte: Projeto de Lei nº 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Para esta ação, foram previstos R$ 22.585,36, oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social. Somente esse valor seria insuficiente para a execução adequada do Programa, que envolve a aquisição de equipamentos, material de consumo e principalmente, pagamento de equipe.

Supõe-se, novamente, que a Secretaria utilizará recursos próprios para a execução do Programa, tanto os recursos alocados no FMAS, quanto os recursos destinados à Manutenção da SMASH, porém, não há como identificar uma cez que ambos estão “agrupados”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA Data: 14/04/2021

PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 15/04/2021 (C)

I - **Classificação**

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Proteção Social Básica	0009

Objetivo do programa:

Manter e aprimorar os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica

Justificativa do programa:

Conforme previsto no conjunto de legislações e normativas da Política de Assistência Social, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Socia - NOB/SUAS, os municípios são responsáveis pela gestão e excecução do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera de atuação. Em Laguna, a Secretaria Municipal de Assistência Social assume, desde 2009, essa responsabilidade, exercendo o Comando ùnico da Gestão do Sistema Municipal e executando serviços, programas, projetos e benefícios de Assistencia Social. A demanda identificada, bem como os compromissos assumidos junto aos governos estaduais e federais, reafirmam as responsabilidades já estabelecidas na legislaçãc

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.216	1	A	PAIF-Serviço de Proteção e Atendimento Integral ás Famílias	Mês-Mes	**48,000**	**1.356.059,96**

II - **Descrição da Ação**

PAIF-Serviço de Proteção e Atendimento Integral ás Famílias

III - **Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	600.000,00	0,00	600.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	552.000,00	0,00	552.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistên	0,00	108.059,96	108.059,96
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistên	0,00	96.000,00	96.000,00
		Total:	**1.152.000,00**	**204.059,96**	**1.356.059,96**

Figura 59 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – PAIF
Fonte: Projeto de Lei nº 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Observa-se que foram prevista somente a aplicação de recursos federais e estaduais, não havendo novamente a previsão de recursos próprios. Há uma previsão de R$ 600.000,00 para gastos com pessoal.

Considerando que, em razão da “PEC dos gastos”, que impõe limites financeiros ao governo federal, a atual receita de recursos federais para o PAIF passou a representar cerca de 10.000,00 por mês, assim, entende-se que esta receita está superestimada em mais de 100%, o que pode comprometer as despesas no futuro, pois sem o ingresso de recursos as dotações não poderão ser executadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA Data: 14/04/2021

PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 15/04/2021 |C|

I - Classificação

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Proteção Social Básica	0009

Objetivo do programa:

Manter e aprimorar os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica

Justificativa do programa:

Conforme previsto no conjunto de legislações e normativas da Política de Assistência Social, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Socia - NOB/SUAS, os municípios são responsáveis pela gestão e excecução do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera de atuação. Em Laguna, a Secretaria Municipal de Assistência Social assume, desde 2009, essa responsabilidade, exercendo o Comando único da Gestão do Sistema Municipal e executando serviços, programas, projetos e benefícios de Assistencia Social. A demanda identificada, bem como os compromissos assumidos junto aos governos estaduais e federais, reafirmam as responsabilidades já estabelecidas na legislaçãc

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.218	1	A	ACESSUAS-Programa de Promoção do Acesso ao Trabalho	Mês-Mes	**48,000**	**90.912,00**

II - Descrição da Ação

ACESSUAS-Programa de Promoção do Acesso ao Trabalho

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênci	45.456,00	0,00	45.456,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênci	45.456,00	0,00	45.456,00
		Total:	**90.912,00**	**0,00**	**90.912,00**

Figura 60 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – ACESSUAS
Fonte: Projeto de Lei nº 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Deve-se verificar a possibilidade de execução do Programa e utilização dos recursos, considerando que já foi determinada à devolução dos recursos pelo CMAS em 2019, em razão do Programa não ter sido executado.

Além disso, deve-se verificar se os valores previstos são suficientes, considerando a equipe mínima, os serviços de terceiros e os materiais para as atividades. Mais uma vez verifica-se que, caso seja viável executar esse Programa, deverão ser utilizados recursos da manutenção da Secretaria ou do Bloco de Gestão do SUAS para o pagamento de pessoal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA Data: 14/04/2021

PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 15/04/2021 |C|

I - Classificação

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Proteção Social Básica	0009

Objetivo do programa:

Manter e aprimorar os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica

Justificativa do programa:

Conforme previsto no conjunto de legislações e normativas da Política de Assistência Social, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Socia - NOB/SUAS, os municípios são responsáveis pela gestão e excecução do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera de atuação. Em Laguna, a Secretaria Municipal de Assistência Social assume, desde 2009, essa responsabilidade, exercendo o Comando único da Gestão do Sistema Municipal e executando serviços, programas, projetos e benefícios de Assistencia Social. A demanda identificada, bem como os compromissos assumidos junto aos governos estaduais e federais, reafirmam as responsabilidades já estabelecidas na legislaçãc

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.217	1	A	SCFV- Serviço de Convivencia e Fortalecimento de Vínculos	Mês-Mes	**48,000**	**278.000,00**

II - Descrição da Ação

SCFV- Serviço de Convivencia e Fortalecimento de Vínculos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistên	0,00	104.000,00	104.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênci	174.000,00	0,00	174.000,00
		Total:	**174.000,00**	**104.000,00**	**278.000,00**

Figura 61 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – SCFV
Fonte: Projeto de Lei nº 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Deve-se verificar a receita prevista de recursos do FNAS, pois no momento não há a previsão de recebimento desse recurso. Dessa forma, não há previsão de recursos para execução direta do serviço, havendo apenas R$ 104.000,00 de recursos vinculados destinados às entidades, o que perfaz o valor de R$ 26.000,00/ano.

Para execução direta, deverão ser acrescidos recursos municipais e estaduais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA Data: 14/04/2021

PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 15/04/2021 |C|

I - Classificação

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Proteção Social Básica	0009

Objetivo do programa:

Manter e aprimorar os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica

Justificativa do programa:

Conforme previsto no conjunto de legislações e normativas da Política de Assistência Social, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Socia - NOB/SUAS, os municípios são responsáveis pela gestão e excecução do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera de atuação. Em Laguna, a Secretaria Municipal de Assistência Social assume, desde 2009, essa responsabilidade, exercendo o Comando único da Gestão do Sistema Municipal e executando serviços, programas, projetos e benefícios de Assistencia Social. A demanda identificada, bem como os compromissos assumidos junto aos governos estaduais e federais, reafirmam as responsabilidades já estabelecidas na legislaçãc

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.219	1	A	Oferta de Benefícios Eventuais	Mês-Mes	**48,000**	**327.400,00**

II - Descrição da Ação

Oferta de Benefícios Eventuais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0000 - Recursos Ordinários	0,00	280.000,00	280.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistêr	0,00	47.400,00	47.400,00
		Total:	**0,00**	**327.400,00**	**327.400,00**

Figura 62 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Oferta de Benefícios Eventuais
Fonte: Projeto de Lei nº 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Foram destinados apenas R$ 327.400,00 para o período de 4 anos, perfazendo uma média de R$ 81.150,00 por ano, valor muito inferior aos R$ 172.000,00 aplicados em 2021. Deve-se, portanto, analisar melhor a demanda e suplementar os valores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA Data: 14/04/2021

PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 15/04/2021 |C|

I - Classificação

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Proteção Social Especial	0010

Objetivo do programa:

Manter e aprimorar os serviços, programas e projetos de proteção social especial

Justificativa do programa:

Conforme previsto no conjunto de legislações e normativas da Política de Assistência Social, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Socia - NOB/SUAS, os municípios são responsáveis pela gestão e excecução do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera de atuação. Em Laguna, a Secretaria Municipal de Assistência Social assume, desde 2009, essa responsabilidade, exercendo o Comando ùnico da Gestão do Sistema Municipal e executando serviços, programas, projetos e benefícios de Assistencia Social. A demanda identificada, bem como os compromissos assumidos junto aos governos estaduais e federais, reafirmam as responsabilidades já estabelecidas na legislaçãc

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.213	1	A	Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade	Mês-Mes	**48,000**	**793.600,00**

II - Descrição da Ação

Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	489.600,00	0,00	489.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistên	0,00	144.000,00	144.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistên	0,00	160.000,00	160.000,00
		Total:	**489.600,00**	**304.000,00**	**793.600,00**

Figura 63 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade
Fonte: Projeto de Lei n° 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Assim como no caso do PAIF, a receita está superestimada, em razão do recebimento de valor à menor por conta da PEC do teto dos gastos. Deve-se portanto, estimar a receita de forma adequada de modo a evitar suspensão ou redução em ações previstas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA Data: 14/04/2021

PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 15/04/2021 |C|

I - Classificação

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Proteção Social Especial	0010

Objetivo do programa:

Manter e aprimorar os serviços, programas e projetos de proteção social especial

Justificativa do programa:

Conforme previsto no conjunto de legislações e normativas da Política de Assistência Social, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Socia - NOB/SUAS, os municípios são responsáveis pela gestão e excecução do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera de atuação. Em Laguna, a Secretaria Municipal de Assistência Social assume, desde 2009, essa responsabilidade, exercendo o Comando único da Gestão do Sistema Municipal e executando serviços, programas, projetos e benefícios de Assistencia Social. A demanda identificada, bem como os compromissos assumidos junto aos governos estaduais e federais, reafirmam as responsabilidades já estabelecidas na legislaçã

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.222	1	A	Serviço de Acolhimento Instit.para Crianças e Adolescentes	Mês-Mes	**48,000**	**535.260,00**

II - Descrição da Ação

Serviço de Acolhimento Instit.para Crianças e Adolescentes

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	240.000,00	0,00	240.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistên	0,00	75.260,00	75.260,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistên	0,00	220.000,00	220.000,00
		Total:	**240.000,00**	**295.260,00**	**535.260,00**

Figura 64 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
Fonte: Projeto de Lei nº 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Assim como os demais, os valores à receber do governo federal estão superestimados. Além disso, os recursos previstos são para execução direta, sendo necessária a utilização da rubrica “Manutenção da Secretaria” para o custeio de recursos humanos e outras despesas extraordinárias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA Data: 14/04/2021

PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 15/04/2021 |C|

I - Classificação

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Proteção Social Especial	0010

Objetivo do programa:

Manter e aprimorar os serviços, programas e projetos de proteção social especial

Justificativa do programa:

Conforme previsto no conjunto de legislações e normativas da Política de Assistência Social, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Socia - NOB/SUAS, os municípios são responsáveis pela gestão e excecução do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera de atuação. Em Laguna, a Secretaria Municipal de Assistência Social assume, desde 2009, essa responsabilidade, exercendo o Comando único da Gestão do Sistema Municipal e executando serviços, programas, projetos e benefícios de Assistencia Social. A demanda identificada, bem como os compromissos assumidos junto aos governos estaduais e federais, reafirmam as responsabilidades já estabelecidas na legislaçãc

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.220	1	A	Serviços de Proteção Social Especial para PCD e suas Famílias	Mês-Mes	**48,000**	**172.195,20**

II - Descrição da Ação

Serviços de Proteção Social Especial para PCD e suas Famílias

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	172.195,20	0,00	172.195,20
		Total:	**172.195,20**	**0,00**	**172.195,20**

Figura 65 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Serviço de Proteção Social Especial para PCD e Famílias
Fonte: Projeto de Lei nº 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Em razão de não haver execução desse serviço por parte do município, os valores dessa ação (R$ 172.195,20) são destinados em sua integralidade à APAE, para execução do Serviço de Proteção Social Especial para PCD e suas famílias, correspondendo a cerca de R$ 3.600,00 por mês, valor ínfimo diante das despesas da entidade.

Recomenda-se o estudo da viabilidade de cofinanciamento por parte do município, calculado com base nos atendimentos realizados e nas reais demandas da entidade e dos usuários.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA Data: 14/04/2021

PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 15/04/2021 |C|

I - Classificação

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Proteção Social Especial	0010

Objetivo do programa:

Manter e aprimorar os serviços, programas e projetos de proteção social especial

Justificativa do programa:

Conforme previsto no conjunto de legislações e normativas da Política de Assistência Social, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Socia - NOB/SUAS, os municípios são responsáveis pela gestão e excecução do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera de atuação. Em Laguna, a Secretaria Municipal de Assistência Social assume, desde 2009, essa responsabilidade, exercendo o Comando único da Gestão do Sistema Municipal e executando serviços, programas, projetos e benefícios de Assistencia Social. A demanda identificada, bem como os compromissos assumidos junto aos governos estaduais e federais, reafirmam as responsabilidades já estabelecidas na legislaçãc

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.221	1	A	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos	Mês-Mes	**48,000**	**287.940,00**

II - Descrição da Ação

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

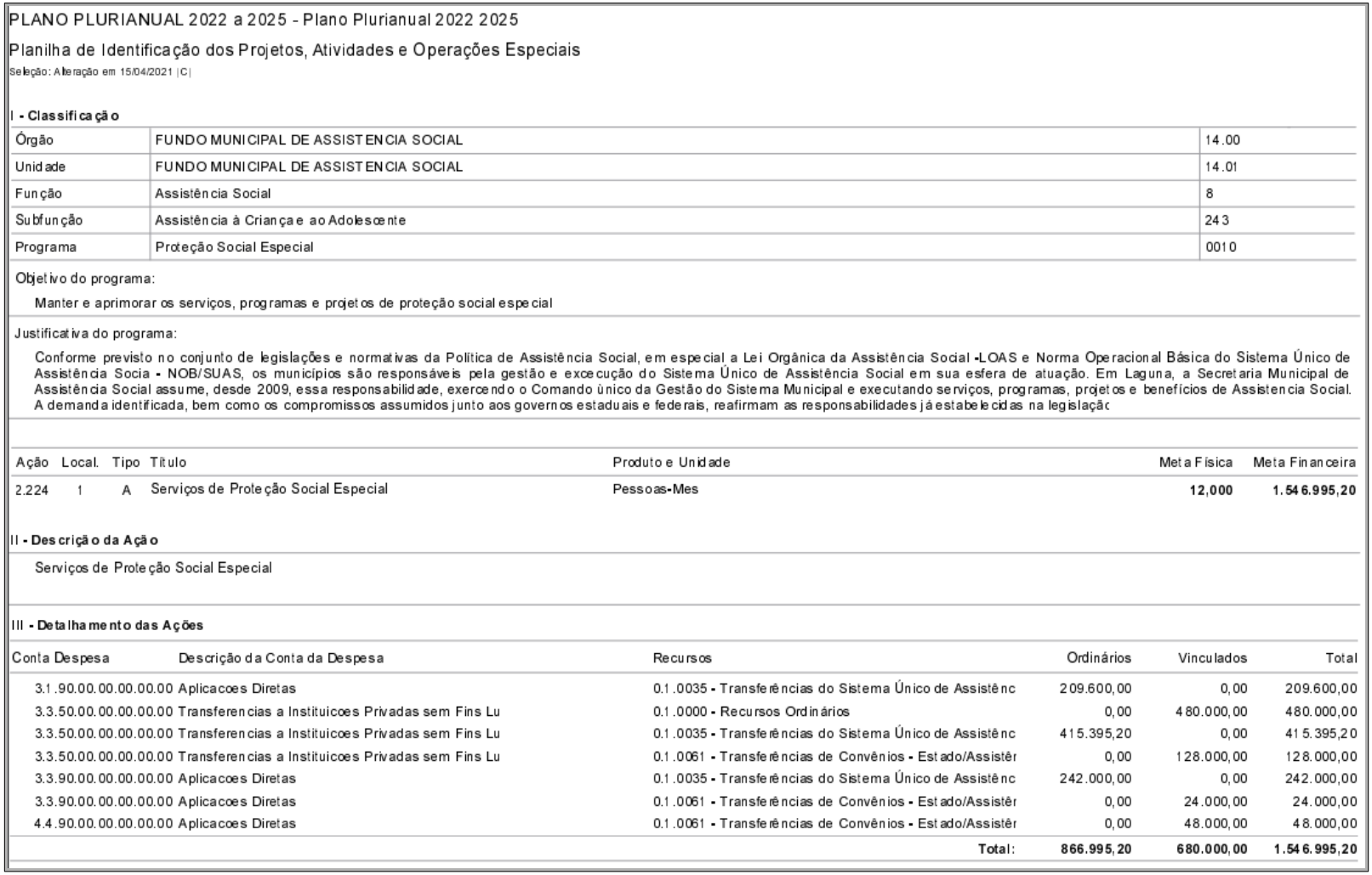
III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	163.200,00	0,00	163.200,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistên	0,00	124.740,00	124.740,00
		Total:	**163.200,00**	**124.740,00**	**287.940,00**

Figura 66 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Serviço de Acolhimento para Idosos
Fonte: Projeto de Lei nº 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Em razão de não haver execução desse serviço por parte do município, os recursos federais e estaduais destinados a esta ação são repassados em sua integralidade ao Asilo Santa Isabel, para execução do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, correspondendo a cerca de R$ 6.000,00 por mês, novamente um valor ínfimo diante das despesas da entidade.

Como já existem tratativas de repasse de recurso municipal à entidade, recomenda-se a inclusão da respectiva dotação orçamentária nessa ação.



PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 15/04/2021 |C|

I - Classificação

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa	Proteção Social Especial	0010

Objetivo do programa:

Manter e aprimorar os serviços, programas e projetos de proteção social especial

Justificativa do programa:

Conforme previsto no conjunto de legislações e normativas da Política de Assistência Social, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Socia - NOB/SUAS, os municípios são responsáveis pela gestão e excecução do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera de atuação. Em Laguna, a Secretaria Municipal de Assistência Social assume, desde 2009, essa responsabilidade, exercendo o Comando único da Gestão do Sistema Municipal e executando serviços, programas, projetos e benefícios de Assistencia Social. A demanda identificada, bem como os compromissos assumidos junto aos governos estaduais e federais, reafirmam as responsabilidades já estabelecidas na legislaçãc

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.224	1	A	Serviços de Proteção Social Especial	Pessoas-Mes	**12,000**	**1.546.995,20**

II - Descrição da Ação

Serviços de Proteção Social Especial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	209.600,00	0,00	209.600,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0000 - Recursos Ordinários	0,00	480.000,00	480.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	415.395,20	0,00	415.395,20
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistên	0,00	128.000,00	128.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	242.000,00	0,00	242.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistên	0,00	24.000,00	24.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistên	0,00	48.000,00	48.000,00
		Total:	**866.995,20**	**680.000,00**	**1.546.995,20**

Figura 67 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Serviços de Proteção Social Especial
Fonte: Projeto de Lei nº 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

Essa ação representa uma duplicidade, pois se refere às proteção social especial de média e de alta complexidade, verifica-se que aqui foram incluídos os recursos municipais direcionados à Proteção Social Especial para repasse à entidades. Supõe-se então, que dentro desse valor estão incluídos os repasses do Asilo Santa Isabel (R$ 10.000,00/mês). Recomenda-se portanto a "união" de todas as despesas da Prteção Social Especial somente nesse bloco, seguindo assim as orientações nacionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

Data: 14/04/2021

PLANO PLURIANUAL 2022 a 2025 - Plano Plurianual 2022 2025

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 15/04/2021 |C|

I - Classificação

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.00
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.01
Função	Assistência Social	8
Subfunção	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa	Proteção Social Básica	0009

Objetivo do programa:

Manter e aprimorar os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica

Justificativa do programa:

Conforme previsto no conjunto de legislações e normativas da Política de Assistência Social, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Socia - NOB/SUAS, os municípios são responsáveis pela gestão e excecução do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera de atuação. Em Laguna, a Secretaria Municipal de Assistência Social assume, desde 2009, essa responsabilidade, exercendo o Comando ùnico da Gestão do Sistema Municipal e executando serviços, programas, projetos e benefícios de Assistencia Social. A demanda identificada, bem como os compromissos assumidos junto aos governos estaduais e federais, reafirmam as responsabilidades já estabelecidas na legislaçãc

Ação	Local.	Tipo	Título	Produto e Unidade	Meta Física	Meta Financeira
2.225	1	A	Serviços da Proteção Social Básica	Pessoas-Mes	**12,000**	**568.000,00**

II - Descrição da Ação

Serviços da Proteção Social Básica

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recursos	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	40.000,00	0,00	40.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	40.000,00	0,00	40.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistên	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistên	0,00	4.000,00	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0035 - Transferências do Sistema Único de Assistênc	4.000,00	0,00	4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061 - Transferências de Convênios - Estado/Assistên	0,00	40.000,00	40.000,00
		Total:	**484.000,00**	**84.000,00**	**568.000,00**

Figura 68 – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais – Serviços de Proteção Social Básica
Fonte: Projeto de Lei nº 015/2021. Acesso em 29.11.2021. Disponível em **https://www.camaradelaguna.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Lei/2021/1/0/11601**.

A exemplo da ação anterior, essa ação representa uma duplicidade, pois prevê recursos já previstos anteriormente, gerando assim maior dificuldade, tanto para a execução, quanto para o acompanhamento e controle social. Recomenda-se também a união de todos os recursos

destinados à proteção social básica nesse bloco, favorecendo assim o controle social. Quanto à previsão de recursos, verifica-se que, novamente, ampara-se no orçamento da “Manutenção da Secretaria” para custeio dos recursos humanos e outras despesas extraordinárias.

10 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PMAS

A necessidade de controle das ações públicas e a possibilidade de melhorias na aplicação do recurso público tornam o monitoramento e a avaliação imprescindíveis à execução do PMAS, assim como de qualquer ação pública.

> [...] O monitoramento e a avaliação são instrumentos estratégicos para a execução do Plano, identificando seus ganhos e dificuldades, além de prover os agentes sociais de informações que levem ao seu contínuo ajuste e aperfeiçoamento, bem como possibilitar o exercício do controle social pela sociedade. Estes procedimentos realimentam o Plano com novas decisões e opções, racionalizando e otimizando recursos, para que alcance os resultados previstos e, por conseguinte, as transformações pretendidas.[49]

Quando se fala em monitoramento e avaliação do PMAS, deve-se ter clareza de que o PMAS é um planejamento estratégico, e que os objetivos, prioridades, metas e ações nele previstas têm como objetivo aprimorar diversos outros processos junto à gestão, serviços, programas e benefícios. Sendo assim, as metas estabelecidas no PMAS, na maioria das vezes, se desdobram em diversos indicadores e variáveis não previstos diretamente no PMAS.

Outro fato que se deve ter clareza, é que no âmbito do SUAS, o monitoramento e a avaliação são compreendidos como subsistemas que, juntamente ao subsitema de informação, compõem a Vigilância Socioassistencial. Desse modo, o processo de monitoramento e avaliação das metas do PMAS, bem como dos indicadores e variáveis que compõem essas metas, passa invariavelmente pela instituição da Vigilância socioassistencial.

A Vigilância Socioassistencial consiste na utilização da informação como instrumento e estratégia de garantia das seguranças afiançadas pelo SUAS, compondo as três funções da Assistência Social juntamente com a Proteção Social e Defesa Social e Institucional. Ela é "caracterizada como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas."[50]

De acordo com a NOB/SUAS (2012), a Vigilância Socioassistencial tem por objetivos fornecer informações estruturadas que contribuam com a avaliação dos serviços; com avaliação das características da população e das demandas existentes; e que proporcionem o planejamento e a execução das ações de busca ativa.

49 SST/SC. Curso de Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social. 2017, p. 129.
50 NOB/SUAS, 2012, Art. 87.

Em geral, os municípios desenvolvem um "Sistema" municipal de Vigilância Socioassistencial, composto pelos subsistemas de Informação, Monitoramento e Avaliação. Há casos onde a Vigilância Socioassistencial tem status de Subsecretaria, compondo com a Subsecretaria de Promoção Social a Secretaria de Assistência Social, contudo, há municípios onde não há nenhuma estrutura formal e a função de Vigilância Socioassistencial é desempenhada pelos mesmos profissionais que atuam nos serviços.

Em Laguna, tem-se empreendido um esforço na organização do sistema de vigilância desde 2011, contudo, o número reduzido de profissionais e a variedade de tarefas de gestão, tem impedido que "de fato" se implante o sistema. Desde junho de 2017, tem-se um profissional designado informalmente para este fim, ocupante do cargo de Diretor de Vigilância Socioassistencial.

Nesse sentido, a responsabilidade pelo Monitoramento e Avaliação do PMAS será coordenada pela Vigilância Socioassistencial, com ampla participação de gestores, trabalhadores, usuários da Política de Assistência Social.

O quadro abaixo expressa as metas, indicadores, fontes, frequência e responsável pelo Monitoramento e Avaliação do PMAS:

Quadro 102 – Monitoramento e Avaliação das Metas, indicadores, Fontes, Frequência e Responsável

Meta	Indicador	Fonte	Frequência	Responsável
Garantir a instituição formal das áreas de PSB, PSE e Gestão do SUAS como setor com as respectivas subdivisões	Existência de leis publicadas	Publicações oficiais	Anual	Vigilância Socioassistencial
Possuir estrutura e profissional específico pela gestão dos benefícios eventuais	Existência de Lei de criação do cargo e portaria de nomeação	Publicações oficiais	Anual	Vigilância Socioassistencial
Prestação de Assessoria Técnica a 100% das entidades inscritas no CMAS	Profissional nomeado/designado para a função	Publicações oficiais	Anual	Vigilância Socioassistencial
Garantir partilha e repasse de 100% do cofinanciamento estadual e federal destinado às entidades socioassitenciais	Entidade cofinanciada	Publicações oficiais e FlyTransparência	Anual	Vigilância Socioassistencial
Cofinanciamento municipal de 100% dos serviços ofertados pela rede privada	Entidade cofinanciada	Publicações oficiais e FlyTransparência	Anual	Vigilância Socioassistencial
Incluir 100% do público no BPC na Escola	Percentual do público-alvo incluído no Programa BPC na Escola	Sistema BPC na Escola	Anual	Vigilância Socioassistencial
Incluir 100% do público no SINASE	Percentual do público-alvo incluído no SINASE	GESUAS e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial

Meta	Indicador	Fonte	Frequência	Responsável
Garantir o atendimento de 100% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	Percentual de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil atendidos	CadÚnico e SISPETI	Anual	Vigilância Socioassistencial
Informações do site 100% atualizadas	Percentual de informações atualizadas	Site Prefeitura	Anual	Vigilância Socioassistencial
Adequar 100% dos encaminhamentos entre as unidades de acordo com o protocolo de gestão integrada	Existência do Protocolo de Gestão Integrada implantado	GESUAS e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Publicar a Carta de Serviços da SMASH e unidades vinculadas	Número de documentos publicados	Publicações oficiais e Canais de Comunicação da PML	Anual	Vigilância Socioassistencial
Adequação de 100% dos cargos e funções às normativas do SUAS	Percentual de cargos adequados	Diário Oficial	Anual	Vigilância Socioassistencial
Oferta de no mínimo 20 horas/ano de capacitação/atualização para 100% dos trabalhadores e conselheiros	Número de horas ofertadas e percentual de trabalhadores e conselheiros capacitados	Publicações oficiais, Relatórios GESUAS e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Possuir o Fórum de trabalhadores organizado e ativo	Existência de Fórum de Trabalhadores Ativo	Publicações oficiais e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Elaboração e Aprovação do Plano Municipal de Educação Permanente	Plano de Educação permanente publicado	Publicações oficiaise Arquivos SMASH	Anual	Vigilância Socioassistencial
Aprovação do Plano de Cargos e Salários dos Trabalhadores do SUAS	Plano de Cargos e Salários sancionado	Publicações oficiais	Anual	Vigilância Socioassistencial
Instituição e manutenção da Mesa de Negociação dos Trabalhadores do SUAS	Existência da Mesa de Negociação dos Trabalhadores do SUAS	Diário Oficial, Arquivos SMASH e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Possuir um sistema informatizado de atendimento e gestão	Existência de sistema informatizado de atendimento e gestão	Publicações oficiais e observação direta	Anual	Vigilância Socioassistencial
Gerenciar 100% dos sistemas de informação do SUAS	Percentual de sistemas de informação gerenciados	Relatórios SAGI/MDS e acesso aos sistemas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Elaborar 04 diagnósticos territorializados e Aprimorar o Diagnóstico Municipal	Número de diagnósticos territorializados publicados e existência de Diagnóstico Municipal	Site PML e Arquivos SMASH	Anual	Vigilância Socioassistencial

Meta	Indicador	Fonte	Frequência	Responsável
	atualizado			
Elaborar 04 Mapas Temáticos de Vulnerabilidade Social	Número de Mapas Temáticos de Vulnerabilidade Social publicados	Site PML e Arquivos SMASH	Anual	Vigilância Socioassistencial
Monitorar e Avaliar 100% da Rede Socioassistencial	Percentual de entidades privadas monitoradas e avalidadas	Relatórios de Monitoramento, CMAS e CNEAS	Anual	Vigilância Socioassistencial
Incluir 80% do público prioritário no CadÚnico e nos serviços socioassistenciais	Percentual do público prioritário incluído nos serviços socioassistenciais	GESUAS / RMA	Anual	Vigilância Socioassistencial
Possuir o Sistema de Notificação de Violação de Direitos implantado	Existência de Sistema de Notificação de Violação de Direitos	Arquivos SMASH e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Alocar 100% dos recursos da Assistência Social no FMAS	Percentual dos recursos da Assistência Social alocados no FMAS	PPA, LOA e Fly Transparência	Anual	Vigilância Socioassistencial
Aplicar 100% dos recursos da Assistência Social em tempo hábil	Percentual dos recursos da Assistência Social aplicados em tempo hábil	SUASWEB e Fly Tranparência	Anual	Vigilância Socioassistencial
Possuir as áreas de compras e almoxarifado estruturadas	Existência das áreas de compras e almoxarifado estruturadas	Publicações oficiais e observação direta	Anual	Vigilância Socioassistencial
Possuir área de controle de frota estruturada	Existência da área de controle de frota estruturada	Publicações oficiais e observação direta	Anual	Vigilância Socioassistencial
Destinar de 5% da receita líquida ao FMAS	Percentual da receita líquida destinado ao FMAS	PPA e LOA	Anual	Vigilância Socioassistencial
Manter as unidades CRAS e o quadro de RH existentes	Número de unidades CRAS e quadro de RH mantidos	GESUAS e Observação direta	Anual	Vigilância Socioassistencial
Garantir equipe mínima para oferta do PAIF e CadÚnico	Existência de mínima para oferta do PAIF e CadÚnico	GESUAS e Observação direta	Anual	Vigilância Socioassistencial
Garantir o acesso ao BPC de 100% dos idosos e pessoas com deficiência com perfil de renda	Percentual de idosos e pessoas com deficiência com perfil de renda com acesso ao BPC	CadÚnico	Anual	Vigilância Socioassistencial

Meta	Indicador	Fonte	Frequência	Responsável
Cumprir todas as metas estabelecidas pelas esferas Federal/Estadual para o acompanhamento familiar pelo PAIF	Número de metas estabelecidas pelas esferas Federal/Estadual para o acompanhamento familiar pelo PAIF cumpridas	GESUAS, RMA e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Atender 100% da demanda por benefícios eventuais	Percentual da demanda por benefícios eventuais atendida	GESUAS e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Incluir 10% das crianças, adolescentes e idosos cadastrados no CadÚnico no SCFV - Garantir 50% das vagas no SCFV para o público prioritário	Percentual de crianças, adolescentes e idosos cadastrados no CadÚnico incluídos no SCFV e percentual das vagas no SCFV ocupadas pelo o público prioritário	CECAD e SISC	Anual	Vigilância Socioassistencial
Realizar a gestão territorial em 100% dos territórios referenciados	Percentual dos territórios referenciados com realização de gestão territorial	GESUAS e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Construir 01 unidade CRAS	Número de unidades CRAS construídas	Site Prefeitura, Arquivos SMASH e Observação Direta	Anual	Vigilância Socioassistencial
Atender 100% da demanda (PAEFI)	Percentual da demanda do PAEFI atendida	GESUAS e RMA	Anual	Vigilância Socioassistencial
Atendimento de 100% da demanda (MSE)	Percentual da demanda das MSE/LA-PSC atendida	GESUAS e RMA	Anual	Vigilância Socioassistencial
Composição de equipe mímina do PAEFI de acordo com a NOB RH SUAS	Composição de equipe mímina do PAEFI de acordo com a NOB RH SUAS	GESUAS e observação direta	Anual	Vigilância Socioassistencial
Referenciamento 100% dos serviços de Proteção Social Especial	Percentual de serviços de Proteção Social Especial referenciado	GESUAS e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Existência de 01 serviço de abordagem social implantado	Existência do serviço de abordagem social implantado	Publicações oficiais , GESUAS e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
01 serviço de Acolhimento institucional para crianças e	Número de serviços de Acolhimento	Publicações oficiais ,	Anual	Vigilância

Meta	Indicador	Fonte	Frequência	Responsável
adolescentes ofertado	institucional para crianças e adolescentes ofertados	GESUAS e Reuniões Técnicas		Socioassistencial
Garantir estrutura adequada para o acolhimento e atendimento técnico	Existência de estrutura adequada para o acolhimento e atendimento técnico	CMAS, reuniões técnicas e observação direta	Anual	Vigilância Socioassistencial
Possuir quadro de cuidadores do Abrigo Institucional 100% adequado	Existência de quadro de cuidadores do Abrigo Institucional 100% adequado	Publicações oficiais, GESUAS e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Aprimorar o PPP e PIA do Abrigo Institucional	Existência de PPP e PIA do Abrigo Institucional aprimorados	Publicações oficiais , GESUAS e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Possuir 100% dos usuários e famílias em situação de acolhimento atendidos pelo CRAS e CREAS	Percentual usuários e famílias em situação de acolhimento atendidos pelo CRAS e CREAS	GESUAS, RMA e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Prestar atendimento a 100% das crianças até 6 anos em situação de acolhimento	Percentual das crianças até 6 anos em situação de acolhimento acolhidas	GESUAS e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Acolher 100% das mulheres e famílias vítimas de violência	Percentual das mulheres e famílias vítimas de violência acolhidas	GESUAS e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Ampliar a capacidade de atendimento do CadÚnico e Auxílio Brasil	Número de atendimentos	GESUAS e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Garantir 100% o atendimento do público prioritário do Programa Auxílio Brasil	Percentual do prioritário do Programa Auxílio Brasil atendido	IBGE, CECAD e GESUAS	Anual	Vigilância Socioassistencial
01 cargo de Gestor do CadÚnico e Auxílio Brasil criado e ocupado	Existência o ocupação do Gestor do CadÚnico e Auxílio Brasil	Publicações oficiais e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Manter 75% dos cadastros do CadÚnico atualizados	Percentual dos cadastros do CadÚnico atualizados	CECAD	Anual	Vigilância Socioassistencial
Implantar o Cadastro Único em 02 CRAS	Número de Postos do Cadastro Único implantados nos CRAS	Publicações oficiais e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Acompanhar 100% das famílias na condicionalidade saúde	Percentual das famílias acompanhadas na	CECAD	Anual	Vigilância

Meta	Indicador	Fonte	Frequência	Responsável
	condicionalidade saúde			Socioassistencial
Acompanhar 100% das famílias na condicionalidade educação	Percentual das famílias com acompanhamento da condicionalidade educação	CECAD	Anual	Vigilância Socioassistencial
Cadastrar 100% das famílias com situação de trabalho infantil	Percentual das famílias com situação de trabalho infantil cadastradas	IBGE, CECAD e GESUAS	Anual	Vigilância Socioassistencial
Cadastrar 100% das pessoas em situação de rua	Percentual das pessoas em situação de rua cadastradas	IBGE, CECAD e GESUAS	Anual	Vigilância Socioassistencial
Cadastrar 100% das famílias com beneficiários do BPC	Percentual das famílias com beneficiários do BPC cadastradas	INSS, RI Social, CECAD e GESUAS	Anual	Vigilância Socioassistencial
Ampliar em 50% a inclusão do público prioritário no CadUnico	Percentual de inclusão do público prioritário no CadUnico	IBGE, CECAD e GESUAS	Anual	Vigilância Socioassistencial
Possuir Secretaria Executiva completa e exclusiva para o CMAS	Existência de Secretaria Executiva completa e exclusiva para o CMAS	Publicações oficiais, Arquivos SMASH e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Realizar 02 Conferências Municipais de Assistência Social	Número de Conferências Municipais de Assistência Social realizadas	Relatório da Conferência	Anual	Vigilância Socioassistencial
01 Fórum/grupo de usuários organizado e ativo	Existência de Fórum/grupo de usuários organizado e ativo	Arquivos SMASH e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Implantar o Protocolo de Gestão Integrada	Existência do Protocolo de Gestão Integrada implantado	Publicações oficiais e reuniões técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Criar e manter de fluxos de informação e encaminhamento com Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, Sistema Prisional, Polícia Civil e Polícia Militar	Existência de fluxos de informação e encaminhamento com Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, Sistema Prisional, Polícia Civil e Polícia Militar	Publicações oficiais e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial
Criar e manter fluxo de informações e encaminhamentos com a Rede de Educação, Saúde, Esporte e Cultura.	Existência de fluxo de informações e encaminhamentos com a Rede de Educação, Saúde, Esporte e Cultura.	Publicações oficiais e Reuniões Técnicas	Anual	Vigilância Socioassistencial

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Perguntas e Respostas: o Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. 2ª Versão.

BRASIL. CapacitaSuas Volume 3. Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração / Ministério do Desenvolvimento. Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações técnicas do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações Técnicas: Atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas. Brasília, 2016, p. 66.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. BRASIL/MDS, 2009. 168 p.

Decreto Federal nº 8.805, de 7 de julho de 2016. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto no 6.214, de 26 de setembro de 2007.

Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Assistência Social. Curso de Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social. 2017. 157 p.

Lei Federal nº 8742/93. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Lei Municipal Complementar nº 190/2009. Adapta a Política Municipal de Assistencial Social a Lei Orgânica da Assistência Social - Loas, Lei Federal nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, cria a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Comunicação Social, transforma estruturas da administração direta e dá outras providências".

Lei Municipal Complementar nº 329/2015. Altera a estrutura da administração pública do município de Laguna, consolida a legislação vigente, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 1.824/2015. Dispõe sobre a concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social e, dá outras providências.

Prefeitura de Laguna. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Laguna. PMHIS, 2009.

Resolução CIT Nº 7, de 10 de setembro de 2009. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Resolução CNAS nº 01, de 21 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências.

Resolução CNAS nº 08, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências.

Resolução CNAS nº 09, de 18 de abril de 2013. Dispõe sobre critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para a expansão qualificada do ano de 2013 dos Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial para o Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; para o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e para os Serviços de Acolhimento em República para Pessoas em Situação de Rua.

Resolução CNAS Nº 23, de 27 de setembro de 2013. Aprovar critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do Reordenamento de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos municípios e Distrito Federal.

Resolução CNAS nº 33, de 18 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS. (NOB/SUAS 2012).

ANEXOS

ANEXO I – EXTRATO DA RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO

15/12/2021 14:56 Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

DOM/SC Prefeitura Municipal de Laguna

Data de Cadastro: 14/12/2021 **Extrato do Ato Nº:** 3472035 **Status:** Publicado
Data de Publicação: 15/12/2021 **Edição Nº:** 3710

Resolução CMAS nº 23/2021 de 14 de dezembro de 2021.

Aprovar sem ressalvas o Plano Municipal de Assistência Social - PMAS, para o quadriênio 2022/2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996 e suas alterações, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS,

Resolve:

Art. 1º A Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social aprova sem ressalvas o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, para o quadriênio 2022/2025, o qual visa o planejamento e gestão da Política Municipal de Assistência Social, estando devidamente fundamentado nas diretrizes e princípios que regem a Política de Assistência Social.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna/SC, 14 de dezembro 2021.

Rômulo Müller Bratti

Presidente CMAS

* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3472035, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

Confira o original em:
https://dom.sc.gov.br/site/?q=id:3472035

https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?r=site/index&q=+entidade%3A"Prefeitura+Municipal+de+Laguna" 1/1

ANEXO II – CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO

Meta	Etapa / Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Qtde	Início	Fim
1	**Planejamento, Organização e Mobilização do PMAS 2022-2025**				**01/07**	**16/09**
	1.1	Elaboração do Plano de Trabalho e Cronograma	Serviço	01	01/07	15/09
	1.2	Apresentação do PMAS, mobilização e orientação	Reunião on-line	01	16/09	16/09
	1.3	Pactuação do Cronograma de Elaboração do PMAS	Reunião on-line	01	16/09	16/09
2	**Atualização do Diagnóstico Socioterritorial**				**05/07**	**08/10**
	2.1	Atualização e aprimoramento do Diagnóstico 2017	Serviço	01	01/07	15/09
	2.2	Apresentação da versão preliminar	Reunião on-line	01	16/09	16/09
	2.3	Disponibilização de formulário (google forms) para colaborações	Serviço	01	16/09	16/09
	2.4	Recebimento e compilação das colaborações recebidas	Serviço	01	17/09	20/10
	2.5	Apresentação e discussão do resultado final	Reunião presencial	01	21/10	21/10
3	**Mapeamento da Rede Socioassistencial e Intersetorial**				**16/08**	**16/10**
	3.1	Elaboração da versão preliminar	Serviço	01	16/08	15/09
	3.2	Apresentação preliminar e distribuição de tarefas	Reunião on-line	01	16/09	16/09
	3.3	Recebimento e compilação das informações recebidas	Serviço	15	17/09	20/10
	3.4	Apresentação da versão Final do Mapa da Rede	Reunião presencial	01	21/10	21/10
4	**Elaboração das Diretrizes e Objetivos do PMAS 2022-2025**				**/10**	**07/10**
	4.1	Pesquisa e elaboração de minuta/proposta	Serviço	01	14/10	20/10
	4.2	Apresentação, discussão e validação	Reunião presencial	01	21/10	21/10
5	**Avaliação das prioridades, metas, resultados, ações e cronograma do PMAS 2018-2021**				**08/10**	**20/1**
	5.1	Compilação das informações existentes	Serviço	01	14/10	20/10
	5.2	Criação de metodologia e instrumental para análise	Serviço	01	14/10	20/10
	5.3	Orientação para avaliação das prioridades, metas [...] 2018-2021	Reunião presencial	01	21/10	21/10
	5.4	Apresentação, discussão e validação	Reunião presencial	01	28/10	28/10

6	**Elaboração das prioridades, metas, resultados, ações e cronograma para o PMAS 2022/2025**				**28/10**	**28/11**
	5.1	Compilação das informações existentes	Serviço	01	14/10	20/10
	5.2	Criação de metodologia e instrumental para elaboração	Serviço	01	14/10	20/10
	5.3	Orientação para elaboração das prioridades, metas [...] 2022-2025	Reunião presencial	01	28/10	28/10
	5.4	Apresentação, discussão e validação (4 prioridades)	Reunião presencial	01	11/11	11/10
	5.5	Apresentação, discussão e validação (6 prioridades)	Reunião presencial	01	18/11	18/11
8	**Recursos Físicos, Materiais e Humanos**				**12/11**	**06/12**
	5.1	Compilação das informações existentes	Serviço	01	12/11	17/11
	5.2	Criação de metodologia e instrumental para levantamento	Serviço	01	12/11	17/11
	5.3	Orientação para realização do levantamento (Planilhas google)	Reunião presencial	01	18/11	18/11
	5.4	Recebimento, organização das informações e inclusão no PMAS	Serviço	01	19/11	06/12
8	**Previsão dos mecanismos e fontes de financiamento**				**19/11**	**06/11**
	8.1	Obtenção e compilação dos dados	Serviço	01	19/11	06/12
	8.2	Elaboração e redação do Capítulo	Serviço	01	19/11	06/12
9	**Elaboração das estratégias e definição dos instrumentos de Monitoramento e Avaliação**				**19/11**	**06/11**
	9.1	Obtenção e compilação dos dados	Serviço	01	19/11	06/12
	9.2	Elaboração e Redação do Capítulo	Serviço	01	19/11	06/12
10	**Redação e Diagramação do PMAS**				**05/07**	**27/11**
	10.1	Compilação dos dados e Redação do Plano	Serviço	01	05/07	06/12
	10.2	Formatação e diagramação do Plano	Serviço	01	19/11	06/11
11	**Aprovação, Publicação e Encaminhamentos**				**07/12**	**22/12**
	11.1	Apresentação em Audiência Pública	Serviço	01	07/12	07/12
	11.2	Encaminhamento ao CMAS para deliberação	Serviço	01	08/12	10/12
	11.3	Encaminhamento da Documentação à SDS/SC	Serviço	01	13/12	22/12
	11.4	Publicação da Ata da Audiência pública no site da Prefeitura	Serviço	01	13/12	22/12

ANEXO III – CALENDÁRIO DE REUNIÕES

Quadro 103 – Calendário de Reuniões de Elaboração do PMAS

Nº	Assunto / Pauta	Data	Horário	Local
1	- Apresentação do PMAS e mobilização dos participantes - Apresentação e pactuação do Cronograma de elaboração do PMAS - Apresentação da versão preliminar do diagnóstico socioterritorial - Apresentação da versão preliminar do Mapa da Rede	16/09/2021	13:00-14:00	Via aplicativo ZOOM, com link disponibilizado nos grupos específicos do whatsapp 10 minutos antes do início da reunião.)
2	- Apresentação e validação da versão final do Diagnóstico Socioterritorial - Apresentação e validação da versão final do Mapa da Rede - Apresentação, discussão e validação das Diretrizes e Objetivos do PMAS - Orientação para avaliação das prioridades, metas [...] 2018-2021	21/10/2021	13:30-17:30	Sala de Reuniões da PML, localizada na Cobertura do Centro Administrativo Tordesilhas
3	- Discussão da avaliação das Prioridades, Metas [...] 2018-2021 - Orientação para elaboração das Prioridades, Metas [...] 2022-2025	28/10/2021	13:30-17:30	Sala de Reuniões da PML, localizada na Cobertura do Centro Administrativo Tordesilhas
4	- Apresentação, discussão e validação das Prioridades, Metas [...] 2022-2025 - Orientação para levantamento dos recursos físicos, materiais e humanos	11/11/2021	13:30-17:30	Sala de Reuniões da PML, localizada na Cobertura do Centro Administrativo Tordesilhas
5	Apresentação, discussão e validação das Prioridades, Metas [...] 2022-2025 - Orientação para levantamento dos recursos físicos, materiais e humanos	18/11/2021	13:30-17:30	Sala de Reuniões da PML, localizada na Cobertura do Centro Administrativo Tordesilhas
7	- Audiência pública de apresentação da Versão Final do PMAS 2022-2025	07/12/2021	13:30-17:30	Sala de Reuniões da PML, localizada na Cobertura do Centro Adm Tordesilhas com transmissão online

ANEXO IV – DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Quadro 104 – Deliberações da Conferência Municipal – para o município

CONFERÊNCIA MUNICIPAL - DELIBERAÇÕES PARA O MUNICÍPIO
Articulação da rede socioassistencial a partir do fomento ao conjunto de políticas, serviços, programas, projetos e benefícios que são acionados no processo de garantia de direitos. (Aprovado por unanimidade).
Garantir o repasse sistemático de recursos próprios às entidades socioassistenciais, independente da disponibilidade de recursos federais e estaduais. (Aprovado por unanimidade).
Criar cargos para compor a Secretaria-Executiva do CMAS, garantindo assessoramento técnico. (Aprovado por unanimidade).
Ofertar capacitação continuada na área de Controle Social para conselheiros, entidades, trabalhadores e usuários do SUAS. (Aprovado por unanimidade).
Produzir material informativo sobre as ofertas e direitos socioassistenciais, divulgando amplamente por meio de distribuição de material impresso, publicização em mídias sociais e inserção deste conteúdo nas atividades coletivas. (Aprovado por unanimidade).
Fomentar técnica e financeiramente a criação de fóruns permanentes e coletivos de usuários e de trabalhadores. (Aprovado por unanimidade).
Criar comissão técnica para qualificar e ampliar a Lei Complementar n. 2.014/2018 (Benefícios Eventuais), considerando os seguintes aspectos: (os detalhes foram retirados)
Criar protocolos que priorizem o acesso aos serviços públicos aos usuários da Política da Assistência Social (Aprovado por unanimidade).
Criar Plano Municipal de Contingência integrando as Secretarias (Assistência Social e Habitação, Obras e Transporte, Planejamento, Saúde, Defesa Civil, Guarda Municipal) para situações de calamidade pública e emergências. (Aprovado por unanimidade).
Implantar o Serviço de Proteção em situações de calamidades públicas e de emergências em parceria com a Defesa Civil, promover o apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a disponibilização de recursos humanos e materiais, inserção na rede socioassistencial e o acesso, quando for o caso, a benefícios eventuais, enquanto perdurar a situação de emergência. Assistência psicológica, abrigo temporário, água potável e alimentação, kits de higiene pessoal, kits de limpeza e dormitório, bem como promovendo campanhas de arrecadação de donativos. Além disso, fornecer kits de proteção contra baixa temperatura (como luvas, meias e toucas). (Aprovado por unanimidade).

ANEXO V – CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

PREFEITURA DE LAGUNA

Secretaria de Assistência Social e Habitação
Av. Colombo Machado Salles,145
Centro Adm. Tordesilhas, 1º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
48 3644-4947
asssocial@laguna.sc.gov.br

CONVITE

PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O QUADRIÊNIO 2022-2025

O Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, vem, através do presente, convidar a população lagunense para participar da Audiência Pública a ser realizada em **07/12/2021**, no auditório da Prefeitura Municipal de Laguna, localizada na Av. Colombo Machado Salles, nº 145, Centro Administrativo Tordesilhas, cobertura – Centro Histórico, às **13h30min.**, para apresentação do Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2022-2025.

Laguna/SC, 25 de novembro de 2021.

Enivaldo Torres Ramos
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

www.laguna.sc.gov.br @prefeituradelaguna @prefeituralaguna
48 3644-1655

ANEXO VI – EXTRATO DO CONVITE PARA AUDIÊNCIA

06/12/2021 17:10 Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

DOM/SC Prefeitura Municipal de Laguna

Data de Cadastro: 26/11/2021 **Extrato do Ato Nº:** 3430197 **Status:** Publicado
Data de Publicação: 29/11/2021 **Edição Nº:** 3694

CONVITE

PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O QUADRIÊNIO 2022-2025

O Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, vem, através do presente, convidar a população lagunense para participar da Audiência Pública a ser realizada em **07/12/2021**, no auditório da Prefeitura Municipal de Laguna, localizada na Av. Colombo Machado Salles, nº 145, Centro Administrativo Tordesilhas, cobertura – Centro Histórico, às **13h30min.**, para apresentação do Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2022-2025.

Laguna/SC, 25 de novembro de 2021.

Enivaldo Torres Ramos

Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

* Este documento é apenas um extrato do Ato nº 3430197, não substituindo o original e sua Edição publicada e assinada digitalmente.

Confira o original em:
https://dom.sc.gov.br/site/?q=id:3430197

https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?q=convite+entidade%3A"Prefeitura+Municipal+de+Laguna" 1/1

ANEXO VII – MATÉRIAS PUBLICADAS NO SITE

06 DEZ 2021



#assistenciasocial

Audiência pública do Plano Municipal de Assistência Social será nesta terça-feira, 07

Será feita a apresentação do Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2022-2025.

29 NOV 2021



#assistenciasocial

Audiência Pública apresentará Plano Municipal de Assistência Social para o Quadriênio 2022-2025

O evento terá transmissão online

12 NOV 2021



#assistenciasocial

Quarto encontro elabora prioridades do Plano Municipal de Assistência Social

A pauta da reunião foi a elaboração, discussão e pactuação de prioridades, metas e ações estratégicas da Política de Assistência Social para os próximos 4 anos.

29 OUT 2021



#assistenciasocial

Terceiro encontro define estratégias para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social

oi realizada uma avaliação das prioridades, metas e ações estratégicas previstas em 2017 para o PMAS 2018-2021

22 OUT 2021



#assistenciasocial

Plano Municipal de Assistência Social em fase de elaboração

Na pauta, foram apresentados e discutidos o Diagnóstico Socioterritorial do Município, o Mapa da Rede Socioassistencial e Intersetorial e as Diretrizes e Objetivos do PMAS 2022-2025.

20 OUT 2021

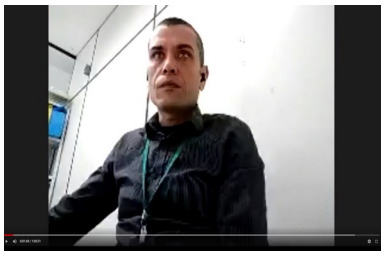
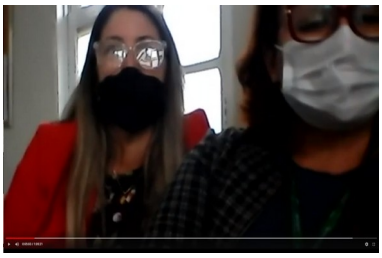


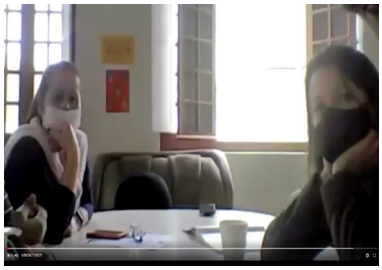
#assistenciasocial

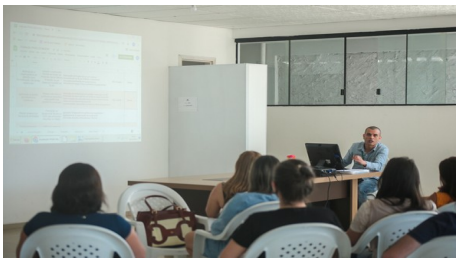
Secretaria elabora Plano de Assistência Social para o próximo quadriênio

Além de ser um instrumento de planejamento estratégico e norteador da Política de Assistência Social no município, o PMAS é condição para o recebimento de recursos dos entes federal e estadual.

ANEXO VIII – REGISTROS AUDIOVISUAIS










ANEXO IX – ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

PREFEITURA DE LAGUNA
Secretaria de Assistência Social e Habitação
Av. Colombo Machado Salles,145
Centro Adm. Tordesilhas, 1º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
48 3644-4947
asssocial@laguna.sc.gov.br

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEBATE DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGUNA, PARA O QUADRIÊNIO COMPREENDIDO ENTRE DOIS MIL E VINTE E DOIS E DOIS MIL E VINTE E CINCO. Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, no horário das quatorze horas às dezessete horas, nas dependências do Auditório da Prefeitura Municipal de Laguna, situado à Avenida Colombo Machado Salles, número cento e quarenta e cinco, bairro Centro, município de Laguna, estado de Santa Catarina, foi realizada a audiência pública para apresentação e debate do Plano Municipal de Assistência Social, para o quadriênio iniciado em dois mil e vinte e dois e finalizado em dois mil e vinte e cinco. Dentre as autoridades municipais, se fizeram presentes o Prefeito Municipal, Senhor Samir Ahmad, o Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, Senhor Enivaldo Torres Ramos, o Secretário Municipal de Governo e Desenvolvimento Econômico, Senhor Natanael Wisintainer e o vereador Eduardo Nacif Carneiro, além de gestores e trabalhadores da Secretaria de Assistência Social e Habitação e da Gerência de Comunicação, que realizou a cobertura do evento, conforme lista de presença. Abrindo a reunião, o servidor Guilherme Medeiros Martins, na função de cerimonialista, dá boas vindas aos participantes, agradece nominalmente a presença das autoridades presentes e informa que esta audiência pública está sendo realizada de forma presencial, sendo gravada e transmitida online, destacando que o evento tem como objetivo apresentar e debater o Plano Municipal de Assistência Social, para o quadriênio iniciado em dois mil e vinte e dois e finalizado em dois mil e vinte e cinco. Na sequência, o cerimonialista convida o Secretário Enivaldo Torres Ramos para fazer uso da palavra. O Secretário agradece a presença dos participantes, cumprimenta nominalmente as autoridades presentes e inicia sua fala contextualizando o inicio do processo de elaboração deste Plano, iniciado, segundo o Secretário, no mês de maio do ano corrente. Destaca também, que a data de hoje, sete de dezembro, é uma data emblemática, pois é o dia nacional da assistência social, uma vez que, foi nesta data que foi promulgada a LOAS no ano de 1993, sendo um dia de alegria. Senhor Enivaldo, continua sua fala informando que ao longo da tarde será apresentado o processo de elaboração e o conteúdo do plano, destacando a participação de vários setores e órgãos, bem como o caráter participativo do processo. Agradece os participantes pela elaboração do plano e ao Prefeito pela confiança depositada. Agradece ao servidor Luiz Augusto Borges pela coordenação dos trabalhos e por traduzir, no documento, as intenções da gestão atual para Política de Assistência Social para o futuro próximo. Finalizando, agradece às gestões passadas, que por terem avançado pouco, deram a gestão atual a oportunidade de qualificar os processos e ampliar os resultados; e que os desafios impostos para o ano de dois mil e vinte e um, foram cumpridos. Ao término da fala

www.laguna.sc.gov.br @prefeituradelaguna @prefeituralaguna
48 3644-1655
Assinado por 2 pessoas: SIMONE MEDEIROS PATRÍCIO ARANTES e LUIZ AUGUSTO BORGES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://laguna.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 610B-E13F-33C0-F471

PREFEITURA DE LAGUNA
Secretaria de Assistência Social e Habitação
Av. Colombo Machado Salles,145
Centro Adm. Tordesilhas, 1º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
48 3644-4947
asssocial@laguna.sc.gov.br

do Senhor Enivaldo, o cerimonialista agradece a presença e convida o Prefeito Senhor Samir Ahmad para fazer uso da palavra, que inicia a fala expressando que estamos tendo a chance de realizar os nossos sonhos, e talvez somos a única esperança na vida das pessoas. Que há uma preocupação com ao acolhimento da Assistência Social e com o desenvolvimento de projetos, os quais ele tem certeza de que tornará o mundo melhor para muitas pessoas. Parabeniza os envolvidos no processo de elaboração do plano, e destaca que hoje nós temos a oportunidade de melhorar o que vem sendo feito pelas gestões anteriores, trazendo transformação a essa cidade e dignidade para as pessoas. O Senhor Prefeito destaca que o trabalho realizado é muito importante, e que comprova que as escolhas técnicas realizadas, estão no caminho certo e dando frutos. Por fim, expressa que está político, mas essa não é sua carreira e que está tendo a oportunidade de atuar em prol da cidade. O Senhor Prefeito relata os desafios de todas as ordens que vem enfrentando, mas que se sente tranquilo uma vez que optou por escolhas técnicas. Por fim, destaca novamente a importância das ações previstas no plano para as famílias que precisam de mais atenção. Dando prosseguimento ao evento, o cerimonialista convida o servidor Luiz Augusto Borges para dar início aos trabalhos. Inicialmente, o servidor Luiz Augusto Borges solicita à Secretária Adjunta de Assistência Social, Senhora Adriana do Carmo Silva, que realize a leitura do Regimento Interno da sessão. Após a leitura do Regimento, não havendo nenhuma observação ou objeção, o servidor Luiz Augusto Borges submete o Regimento Interno à aprovação dos participantes, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o servidor Luiz Augusto Borges, na condição de Coordenador da sessão, indica a servidora Simone Medeiros Patrício Arantes como Relatora da sessão e orienta que, para manifestação, os presentes deverão preencher a Ficha de inscrição, em Formulário próprio, e entregá-la à relatora da sessão para organização da ordem das manifestações, conforme previsto no Regimento Interno. Luiz Augusto Borges destaca ainda que, conforme disposto no Regimento Interno, será lavrada uma ata da audiência pública, que será publicada no Diário Oficial, acompanhada da lista de presença. Dando sequência ao evento, o servidor Luiz Augusto Borges dá início a apresentação do plano, de forma expositiva e com utilização do software "power-point" apresentado no "data-show", apresentando inicialmente os fundamentos do plano, com destaque para a Lei Orgânica da Assistência Social, para a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social e para o Caderno de Orientações técnicas do plano. Em seguida, Luiz Augusto Borges realizou a descrição do processo de elaboração do plano, informando que foram realizadas uma reunião online e cinco reuniões presenciais, totalizando dezoito horas. Destaca ainda que, durante a elaboração do plano, contou-se com a presença de uma média de vinte e cinco participantes, em cada reunião, entre gestores e servidores da

Assinado por 2 pessoas: SIMONE MEDEIROS PATRÍCIO ARANTES e LUIZ AUGUSTO BORGES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://laguna.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 610B-E13F-33C0-F471

PREFEITURA DE LAGUNA
Secretaria de Assistência Social e Habitação
Av. Colombo Machado Salles,145
Centro Adm. Tordesilhas, 1º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
48 3644-4947
asssocial@laguna.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Assistência Social e das entidades de Assistência Social do Município, onde foram debatidos e pactuados: o diagnóstico socioterritorial; o mapa da rede de proteção social; os objetivos; as diretrizes; as prioridades, metas, ações estratégicas, prazos e fontes de financiamento e; os recursos físicos, materiais e humanos, disponíveis e necessários. Continuando a explanação, Luiz Augusto Borges apresenta os principais resultados do processo, onde foram a avaliadas sessenta e cinco prioridades e metas do plano anterior, vigente até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, além da manutenção ou elaboração de sessenta e oito prioridades e metas para o plano atual. Dando prosseguimento à audiência, o servidor Luiz Augusto Borges passa a apresentar o plano, em formato "PDF" e exibido no "data-show", sendo esse documento apresentado na íntegra. Registra-se que, durante a respectiva apresentação, houve duas manifestações orais dos presentes: o vereador Eduardo Nacif Carneiro, questionou sobre percentual de recursos próprios aplicados na Política de Assistência Social com relação ao total de recursos aplicados incluindo todas as fontes e; o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Senhor Natanael Wisintainer, questionou acerca da utilização da fonte de dados "CAGED" e sobre o período que foi aferido. Ambos os questionamentos foram prontamente respondidos pelo servidor Luiz Augusto Borges a partir de elementos existentes no próprio plano. O Senhor Natanael Wisintainer, no momento de sua fala, sugeriu a utilização de outros índices para futuras pesquisas que envolvam a temática trabalho e emprego. Após o término da apresentação, o servidor Luiz Augusto Borges solicita a servidora Simone Medeiros Patrício Arantes a lista de inscritos para a etapa de debates e contribuições orais, sendo informado de que não havia nenhuma inscrição. Ato contínuo, o servidor Luiz Augusto Borges informa aos presentes que, apesar de não haverem inscrições prévias, estava autorizada a manifestação oral. Não havendo, por parte dos presentes, nenhuma manifestação, o Coordenador dá por encerrada a audiência e eu, Simone Medeiros Patrício Arantes, na condição de Relatora, lavrei a presente ata que foi subscrita por mim e pelo Coordenador da sessão.

Assinado por 2 pessoas: SIMONE MEDEIROS PATRÍCIO ARANTES e LUIZ AUGUSTO BORGES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://laguna.1doc.com.br/verificacao/ e informe o código 6108-E13F-33C0-F471

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 610B-E13F-33C0-F471

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

SIMONE MEDEIROS PATRÍCIO ARANTES (CPF 711.XXX.XXX-15) em 14/12/2021 15:29:54 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

LUIZ AUGUSTO BORGES (CPF 009.XXX.XXX-06) em 14/12/2021 15:33:20 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://laguna.1doc.com.br/verificacao/610B-E13F-33C0-F471

ANEXO X – LINKS DE ACESSO AOS INSTRUMENTAIS E VÍDEOS

1 - Planilha de avaliação das prioridades e metas do PMAS 2018-2021:
https://docs.google.com/spreadsheets/d/13QvZg0wUTb29Uo2e72Y7KrRpL1zfh6Y0EoXuXsMY15U/edit?usp=sharing

2 - Planilha de elaboração das prioridades, metas e ações estratégicas para o PMAS 2022-2025:
https://docs.google.com/spreadsheets/d/10ft7ZTzU68-wF5dJfO3NnVP0077XEbDjs7zArtkehfw/edit?usp=sharing

3 – Vídeos de transmissão da Audiência Pública de apresentação do PMAS 2022-2025:
Vídeo 1 - : https://fb.watch/9O93Yktzw1/
Vídeo 2: https://fb.watch/9O8-StA2f9/

PREFEITURA DE
LAGUNA

Secretaria de
Assistência Social
e Habitação